

JAKES CHARLES ANDRADE DE FIGUEIREDO

PROJETO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – CONECTANDO
SABERES II/EAD: REFLEXÕES SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DO
PRIVADO DE LIBERDADE



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

Campo Grande – MS

2023

JAKES CHARLES ANDRADE DE FIGUEIREDO

**PROJETO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – CONECTANDO
SABERES II/EAD: REFLEXÕES SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DO
PRIVADO DE LIBERDADE**

Tese apresentada ao curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Educação.

Área de Concentração: Educação
Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Lima Paniago

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

Campo Grande – MS

2023

**“PROJETO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – CONECTANDO SABERES
II/EAD: REFLEXÕES SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DO PRIVADO DE
LIBERDADE”**

JAKES CHARLES ANDRADE DE FIGUEIREDO

“ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO”

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Lima Paniago (PPGEUCDB) Orientadora Maria Cristina L. Paniago
Prof^ª. Dr^ª. Gesilane de Oliveira Maciel José (IFMS) Examinadora Externa Maria Cristina L. Paniago
Prof^ª. Dr^ª. Claudia Helena Araujo (IFG) Examinador Externo Maria Cristina L. Paniago
Prof^ª. Dr^ª. Flavinês Rebolo (PPGE/UCDB) Examinadora Interna Flavinês Rebolo
Prof^ª. Dr^ª. Nadia Bigarella (PPGE/UCDB) Examinadora Interna Nadia Bigarella

Campo Grande, 28 de fevereiro de 2023

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO

F475p Figueiredo, Jakes Charles Andrade de
Projeto educação de jovens e adultos - conectando
saberes II/ead: reflexões sobre a ressocialização
do privado de liberdade/ Jakes Charles Andrade de
Figueiredo sob orientação da Profa. Dra. Maria Cristina
Lima Paniago.-- Campo Grande, MS : 2023.
136 p.: il.

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica
Dom Bosco, Campo Grande- MS, 2023
Bibliografia: p. 117- 124

1. Sistema prisional federal. 2. Educação de jovens
e adultos. 3. Educação a distância I.Paniago, Maria
Cristina Lima. II. Título.

CDD: 374.4

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, que acreditou que este dia
chegaria.

À minha mãe, que sempre me incentivou a
estudar.

À Ana Cláudia, minha parceira desta vida, que
comigo vivenciou as alegrias e as tristezas
desses quatro anos de estudos.

Ao Jackson Lucas, o “pacotinho” de amor que
chegou para me dar ânimo para concluir minha
tese.

AGRADECIMENTOS

Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso
Porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte
Mais feliz, quem sabe
Só levo a certeza
De que muito pouco sei
Ou nada sei

Trago o trecho da letra da música “Tocando em Frente”, dos compositores Almir Eduardo Melke Sater e Renato Teixeira de Oliveira, para retratar a minha trajetória nesses quatro anos de estudos, que me marcaram muito e me fizeram refletir muitas vezes sobre o doutorado, sobre o caminho certo a seguir, sobre questionamentos que me fizeram muitas vezes querer desistir, porém eu cheguei até aqui e decidi continuar “tocando em frente”.

Quero agradecer a Deus por ter me possibilitado realizar o sonho de entrar no Doutorado em Educação. Obrigado por me iluminar e me dar forças nessa caminhada.

Dedico esta tese a todas as pessoas que passaram por minha vida, as boas e as más, pois me ensinaram a refletir sobre as escolhas que me levaram até este momento.

À minha esposa, que me acompanhou nas alegrias e nas tristezas, dando-me força para que eu concluísse esta etapa de minha vida.

Aos meus pais, razão dos meus estudos, que sempre acreditaram em mim: minha eterna gratidão!

Às minhas irmãs, que sempre estiveram torcendo pelo meu Doutorado, assim como meus cunhados e cunhadas e sobrinhos.

À minha orientadora, professora Profa. Dra. Maria Cristina L. Paniago, pela paciência, pela empatia, pela resiliência e pela dedicação, por, nos momentos de angústias, dúvidas e inseguranças que atravessaram minha pesquisa, ter estado ao meu lado me apoiando.

Aos membros da Banca de Qualificação e de Defesa: meus sinceros agradecimentos.

Gratidão a todos os Professores Doutores do PPGE/UCDB, pelos conhecimentos adquiridos.

Aos colegas da minha Linha de Pesquisa Práticas Pedagógicas e suas Relações com a Formação Docente.

Aos meus colegas de turma de Doutorado 2019, pela amizade e pelas oportunidades de socializarmos o conhecimento e os lanches/sucos na praça de alimentação.

À Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, pela autorização para realização da pesquisa e pelas informações disponibilizadas por meio de entrevistas e dados.

A todas as professoras e a todos os professores que participaram desta pesquisa, contribuindo para minhas reflexões com seus saberes.

Às funcionárias da secretaria do Programa de Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado em Educação da UCDB, na pessoa de Luciana de Azevedo, pela gentileza e pela eficiência todas as vezes em que a ela eram solicitadas informações sobre o programa.

Por fim, agradeço a todos e a todas que contribuíram para a construção da minha tese.

MUITO OBRIGADO!

FIGUEIREDO, Jakes Charles Andrade de Figueiredo. Projeto Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EaD: Reflexões sobre a ressocialização do privado de liberdade. Campo Grande, 2023. 136 p. Tese (Doutorado) – Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

RESUMO

Esta tese está vinculada à linha de pesquisa “Práticas Pedagógicas e suas Relações com a Formação Docente”, do Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco e ao Grupo de Pesquisa e Estudos em Tecnologia Educacional e Educação a Distância (GETED). O Projeto “Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EaD” tem como objetivo geral, analisar o Projeto “Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EaD” com foco na ressocialização dos privados de liberdade do Presídio Federal de Campo Grande - MS nos anos de 2017- 2018 e os objetivos específicos são: Identificar, nos documentos (Projeto Pedagógico, Estrutura Curricular e ementa), os conceitos relacionados à ressocialização do privado de liberdade à sociedade; e analisar as concepções de ressocialização, sobre o que os professores conteudistas entendem sobre a ressocialização. Com a abordagem qualitativa, utilizou-se os seguintes instrumentos para o levantamento de dados: pesquisa documental e a aplicação da entrevista semiestruturada com 4 (quatro) professores conteudistas da SED/MS. O campo empírico da pesquisa foi o Projeto “Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EaD”, onde os professores conteudistas elaboram o material didático que foram utilizados no presídio federal de Campo Grande-MS No período de 2017-2018. A pesquisa tem como base teórica os autores, Freire (1987, 1983, 1989, 1981, 1996, 2001b, 2002d, 2002f, 2008,), Almeida (2003), Candau (2011), Frigotto (2009), Gadotti (2021), Minayo (1992), Onofre (2013, 2015, 2019) Saviani (1988), Tardif (2010, 2013), dentre outros. Os resultados encontrados foram: O privado de liberdade deve ser tratado igual a qualquer outra pessoa que possua direitos e deveres, exceto pela obrigação de cumprir a pena e as limitações decorrentes da situação que ocasionou a sua detenção, e independente da sua situação carcerária, é por meio dos direitos a ele atribuídos como educação que é garantido a sua ressocialização. A proposta do currículo na Educação de Jovens e Adultos não deve ser entendida como uma concepção pedagógica tradicional, que fragmenta o processo de conhecimento e que hierarquiza as disciplinas escolares, deve-se ser articulado à realidade em que o estudante se encontra. O documento analisado, faz menção à EaD, como forma de atender as Leis que fundamentam o direito à educação ao privado de liberdade, na garantia de oferecer diferentes níveis e modalidades de ensino. A preocupação de sensibilizar o privado de liberdade a ir ao encontro da ressocialização por meio do material didático, apareceu como desafiador para os professores, provocar o estudante para que saísse da inércia, a refletir sobre sua condição de encarcerado, e se apropriar de princípios e valores essenciais à sua volta ao convívio em sociedade. O caminho da ressocialização perpassa pela educação e pelo trabalho, ambos previstos na Lei de Execução Penal, porém a responsabilidade pela ressocialização do privado de liberdade não é apenas da educação, sim de um conjunto de fatores para que a ressocialização aconteça. Não basta ofertar ao apenado o direito à educação e ao trabalho se ao sair da prisão, o ex-apanado não é acolhido pela sociedade, não basta apenas cumprir sua pena, estudar e trabalhar dentro do sistema prisional, é preciso sobreviver a todas as mazelas que o tempo na prisão proporcionou, cabendo a ele se preparar para o dia que será liberto.

Palavras-chave: Ressocialização. Sistema Prisional Federal. Educação de Jovens e Adultos. Educação a Distância.

FIGUEIREDO, Jakes Charles Andrade de Figueiredo. Project Youth and Adult Education - Connecting Knowledge II/Distance Education: reflections about resocialization of incarcerated individuals. Campo Grande, 2023. 136 pages. Dissertation (Doctoral) – Dom Bosco Catholic University – UCDB.

ABSTRACT

This thesis is linked to the research line "Pedagogical Practices and their Relations with Teacher Education" of the Postgraduate Program in Education - Master's and Doctorate at the Catholic University of Dom Bosco and to the Research and Study Group on Educational Technology and Distance Education (GETED). The project "Youth and Adult Education - Connecting Knowledge II/Distance Education (DE)" has the general objective of analyzing the project "Youth and Adult Education - Connecting Knowledge II/DE" with a focus on the resocialization of incarcerated individuals in the Campo Grande Federal Prison - MS in the years 2017-2018, and the specific objectives are: to identify, in the documents (Pedagogical Project, Curriculum Structure and Syllabus), the concepts related to the resocialization of incarcerated individuals into society; and to analyze the conceptions of resocialization, what the content teachers understand about resocialization. With a qualitative approach, the following instruments were used for data collection: documentary research and the application of semi-structured interviews with 4 (four) content teachers from SED/MS. The empirical field of research was the project "Youth and Adult Education - Connecting Knowledge II/DE", where content teachers developed the didactic material that was used in the Campo Grande Federal Prison in the period from 2017-2018. The theoretical basis of the research includes authors such as Freire (1987, 1983, 1989, 1981, 1996, 2001b, 2002d, 2002f, 2008), Almeida (2003), Candau (2011), Frigotto (2009), Gadotti (2021), Minayo (1992), Onofre (2013, 2015, 2019), Saviani (1988), Tardif (2010, 2013), among others. The results found were that incarcerated individuals should be treated like any other person who has rights and duties, except for the obligation to serve their sentence and the limitations resulting from the situation that led to their detention. Regardless of their incarceration status, it is through their education that their resocialization is guaranteed by the rights attributed to them. The proposal of the curriculum in Youth and Adult Education should not be understood as a traditional pedagogical conception that fragments the process of knowledge and hierarchizes school subjects, but it should be articulated with the reality in which the student finds themselves. The analyzed document mentions Distance Education to comply with laws that support the right to education for incarcerated individuals, ensuring the provision of different levels and modalities of education. The concern of sensitizing incarcerated individuals to pursue resocialization through didactic materials appeared as a challenging task for teachers, as they had to provoke the student to reflect on their incarcerated condition and appropriate essential principles and values for their return to society. The path to resocialization involves education and work, both provided for in the Penal Execution Law, but the responsibility for the resocialization of incarcerated individuals is not solely on education but on a set of factors for it to occur. It is not enough to offer incarcerated individuals the right to education and work, if upon their release, they are not welcomed by society. It is not enough to just serve their sentence, study, and work within the prison system, they must survive all the hardships that time in prison has provided, and they must prepare for the day they are released

Key-words: Teacher education. Resocialization. Prison System. Youth and Adults Education. Distance learning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Panfleto do curso do Instituto Universal Brasileiro	43
Figura 2 – Capa do exemplar Projeto Minerva – Curso Supletivo 1º Grau/segunda fase.....	44
Figura 3 – Servidor da PFCG – Presídio Federal	49
Figura 4 - Penitenciária Federal de Segurança Máxima de Campo Grande-MS.....	69
Figura 5 – Modelo de celas individuais 1 – Presídio Federal.....	69
Figura 6 – Modelo de celas individuais 2 – Presídio Federal.....	70
Figura 7 – Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caminhos percorridos.....	27
Quadro 2 - Perfil dos professores conteudistas entrevistados na pesquisa.....	322
Quadro 3 – Data e tempo e duração das pesquisas.....	32
Quadro 4 - Pesquisas nos repositórios da Capes	34
Quadro 5 - Pesquisas no repositório da Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco	34
Quadro 6 - Pesquisas no repositório do Portal Domínio Público.....	35
Quadro 7 - Pesquisas no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações BDTD	36
Quadro 8 – SciELO	37
Quadro 9 – Programas implantados para a EJA.....	61

LISTA DE SIGLAS

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEB - Câmara de Educação Básica
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNPCC - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
COTED - Coordenadoria de Tecnologias na Educação
CONJUVE - Conselho Nacional da Juventude
DISPF - Diretoria do Sistema Penitenciário Federal
DON - Diretrizes Operacionais Nacionais
EaD – Educação a Distância
EAD – Educação Aberta e a Distância
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENCEEJA - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
GETED - Grupo de Pesquisa e Estudos em Tecnologia Educacional e Educação a Distância
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOPEN - Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
LEP - Lei de Execução Penal
LEP – Leis de Execução Penal
MEB - Movimento de Educação de Base
NTIC – Novas Tecnologia da Informação e Comunicação
ORCRIMs - Organizações Criminosas
ONU - Organização das Nações Unidas
PEE-MS - Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul
PEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos
PEESP - Plano Estratégico de Educação no Âmbito do Sistema Prisional
PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

PUC - Pontifícia Universidade Católica

SciELO - *Scientific Electronic Library Online*

SED – Secretaria de Estado de Educação

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

TDIC – Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Analfabetismo na população de 15 anos ou mais – 1872 a 1940.....	53
Tabela 2 – Recorte histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: sumarização das concepções da Era Vargas	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I	
CAMINHOS TRILHADOS: PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	26
1.1 Metodologia	26
1.2 Caminhos percorridos	28
1.3 Instrumentos para coletas de dados	29
1.4 Conhecendo os sujeitos da pesquisa: professores conteudistas	31
1.5 O estado do conhecimento	33
CAPÍTULO II	
EAD E EJA: DUAS POSSIBILIDADES SE ENCONTRANDO	39
2.1 Educação a distância no Brasil: de mãos dadas com a EJA	39
2.2 Ambientes virtuais de aprendizagem e a EJA: possibilidades de aprendizagem	46
2.3 O surgimento da Educação escolar para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no início do Brasil República	50
2.4 A Educação para os Jovens e Adultos durante o período da Ditadura Militar	56
2.5 A democracia e a Educação de Jovens e Adultos	58
2.6 Programas federais relacionados à EJA e outras criações em 2000 em diante	60
2.7 Conhecendo o Projeto Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II	62
CAPÍTULO III	
EDUCAÇÃO PRISIONAL NO BRASIL E A ATUAÇÃO/OS DESAFIOS DOS PROFESSORES FRENTE A ESSA REALIDADE	65
3.1 Políticas de Educação para as prisões brasileiras	65
3.2 Entre as grades e as paredes da prisão	67
3.3 Conhecendo a Penitenciária Federal de Campo Grande-MS	68
3.4 A escola como espaço de ressocialização: um caminho para liberdade	71
3.5 O professor, a cultura digital e os desafios de se educar no sistema prisional	74
3.6 A formação continuada e o Sistema Prisional de Ensino Federal	78
CAPÍTULO IV	
PROJETO CONECTANDO SABERES E ENTREVISTAS	82
4.1 Análise documental	82
4.1.1 Formação cidadã	83
4.1.2 Privados de liberdade	84
4.1.3 Ressocialização	85
4.1.4 Autonomia	90
4.1.5 Interação	94
4.2 Análise das entrevistas	96
4.2.1 Concepções de ressocialização: o que os professores conteudistas entendem sobre a ressocialização	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	117

APÊNDICE A: Cronograma inicial da pesquisa 2022	127
ANEXO A – Carta de Apresentação	128
ANEXO B – Carta de Aceite da Secretaria de Estado de Educação/SED-MS	129
ANEXO C – Folha de Rosto da Pesquisa	130
ANEXO D – Termo De Consentimento Livre e Esclarecido	131
ANEXO E - Roteiro da entrevista para os professores conteudistas que elaboraram o material didático para o programa conectando saberes II	134
ANEXO F - Projeto Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD	136

CONHECENDO O PESQUISADOR PARA COMPREENDER A PESQUISA

Trago um pouco de mim, do que eu sou e o que me tornei até aqui, coloco-me como um ser em (des)construção, que na sua incompletude necessita do outro para aprender.

Estudar me faz lembrar daquela criança que buscava sempre os porquês e nunca as respostas. Aquele que olhava do lado de fora da janela e via a rua, as borboletas, os passarinhos, o gato no telhado, minha sala de aula era o mundo lá fora.

(FIGUEIREDO, 2022)

Vivemos em uma sociedade em que tudo passa rápido demais, em tempo real, e foram exatamente 15 (quinze) anos, completados neste ano, da minha licenciatura até chegar ao doutorado, sendo que desses 15 (quinze), 14 anos foram dedicados às Tecnologias na Educação, à Educação a Distância, às disciplinas de História e a outros desafios que outras profissões me proporcionaram.

A epígrafe colocada nesta parte do trabalho, retratada em forma de poesia, conta um pouco da trajetória da minha vida ou mesmo me faz entender os motivos de nunca desistir dos meus objetivos. Tenho um lado espiritual que sempre me incentivou a olhar o mundo de uma forma diferente, buscando superar as dificuldades que aparecem. Assim foi em toda a minha vida e história escolar. Não posso dizer que sempre fui um ótimo estudante e que tirava notas altas, apenas que sempre me esforcei para conquistar e superar minhas limitações.

Os meus primeiros passos como pesquisador ocorreram quando ingressei na faculdade de História, visto que meus professores me mostraram a importância de se trabalhar com a pesquisa. O embasamento teórico que eu tive na disciplina de “Introdução à pesquisa histórica” e a “paixão” pelos computadores me fizeram caminhar para uma especialização na área de Tecnologia na Educação, pois, na época, eu trabalhava com essa temática na sala de informática do município de Campo Grande-MS.

O Programa de Mestrado despertou-me realmente a vontade de pesquisar sobre determinados assuntos, estimulando a reflexão teórica, como parte integrante da disciplina de História, com vistas a produzir algo que, de alguma maneira, pudesse colaborar com o ensino e a aprendizagem dos estudantes.

Na minha adolescência, sempre fui muito hiperativo, inquieto e com dificuldades de concentração, motivos que ocasionaram muitas dificuldades em minha aprendizagem, inclusive

quando os professores trabalhavam com o método tradicional¹. A dificuldade em prestar atenção em suas explicações ficava evidente, quando eles se utilizavam de aulas expositivas para ensinar, de modo que essa situação acompanhou minha infância até o final da adolescência. Nesse contexto, corroboro o pensamento de Saviani (1988), ao classificar o método tradicional como intelectualista e enciclopédico, visto que ele trabalha os conteúdos separadamente da experiência do estudante e da sua realidade social. Para Almeida (2009, p. 106), “o ensino pela instrução e transferência de informações, centrado na atuação do professor, deixou de caracterizar a única forma de desenvolver a educação”. Não estou fazendo uma crítica à educação tradicional, pois foi por meio dela que boa parte da minha geração estudou, apenas argumento que, nas aulas em que eu era tratado como um estudante passivo, depositário de informações², a dificuldade de aprender era maior, devido à minha dificuldade de aprendizagem. A vontade de mudar esse cenário que me acompanhou em toda trajetória estudantil e acadêmica foi um dos fatores que me fizeram tornar-me professor e querer buscar novas metodologias de aprendizagem³ para trabalhar com meus alunos em sala de aula.

Ao concluir minha licenciatura em História, resolvi pesquisar estratégias de ensino e aprendizagem que despertassem nos meus estudantes o interesse pelas minhas aulas. Então comecei a trabalhar com meus estudantes a Pedagogia de projetos⁴, na qual, na maioria das vezes, eu conseguia promover o interesse pela minha disciplina, motivo que me incentivava a continuar com essa prática em sala de aula, buscando, na aprendizagem colaborativa⁵, a motivação pelos estudos, com o objetivo de formar não apenas estudantes que decorassem a matéria, mas sujeitos críticos⁶ capazes de formarem as suas próprias opiniões, indo ao encontro

¹ [...] um domínio absoluto da situação de aula por parte do professor na aplicação dessa técnica de ensino. Deduz-se dessa caracterização a existência de uma relação unilateral: o professor como único detentor do saber e condutor exclusivo do processo de ensino. O aluno é referido apenas como o sujeito a quem a aula é dirigida (LOPES, 2000, p. 39-40).

² Quando remetemos ao depositário de informações, comungamos da fala de Freire (1997, p. 64), quando diz que, na concepção “bancária” em que estamos, é o ato de transmitir valores e conhecimentos, sendo esse ato conhecido como a cultura do silêncio.

³ As metodologias de aprendizagem são formas de organizar o ensino do aluno para obter o melhor desempenho; trata-se do “caminho” a seguir para conseguir entender e internalizar todo o conhecimento passado.

⁴ A Pedagogia de projetos é uma metodologia de ensino por meio da experiência, que propõe uma conexão entre o estudante e um projeto de pesquisa que desperte o interesse dele. O papel do professor, nessa proposta, é favorecer o ensino com base nas descobertas, frutos das pesquisas realizadas pela classe, sob sua orientação. Disponível em: < <https://gutennews.com.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

⁵ O conceito de aprendizagem colaborativa, isto é, de aprender e trabalhar em grupo, embora pareça novo, tem sido testado e implementado por teóricos, pesquisadores e educadores desde o século XVIII. O método de aprendizagem por colaboração tem sido usado por professores das mais variadas disciplinas, com o objetivo de preparar seus alunos de forma mais efetiva para os desafios encontrados fora do âmbito escolar. (TORRES, ALCANTRA IRALA, 2004, p. 4)

⁶ Essa criticidade se dá ao sujeito no sentido de uma Pedagogia crítica, que Paulo Freire defendia, capaz de analisar a realidade social, histórica e cultural no intuito de transformá-la, levando alunos e professores a uma autonomia e a uma emancipação.

da pedagogia freiriana que busca uma educação libertadora capaz de transformar a realidade do sujeito. Sempre busquei o diálogo com meus professores, o que me rotulava, muitas vezes, com o crivo da desobediência, pois fazia muitas perguntas e, muitas vezes, no olhar do professor, eu percebia que atrapalhava as aulas. Sobre o diálogo, trago a fala de Freire (1987, p. 45), ao dizer que:

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 1987, p. 45)

O tempo em que vivenciei o chão da escola me fez refletir que, durante o período em que permaneci lecionando, principalmente as mudanças que acompanhavam meus estudantes por estarem desenvolvendo os projetos despertaram-me a vontade de realizar minha pesquisa de Mestrado intitulada “O Rádio Recreio no dia a dia de uma Escola Municipal”, desenvolvida no Programa de Mestrado e Doutorado em Educação. Foram dois anos de muitos desafios, provocações e indagações que motivaram as minhas pesquisas.

Após a conclusão do Mestrado e o retorno ao Programa de Mestrado e Doutorado da UCDB, foram exatamente 08 (oito) anos dedicados à Educação Básica e ao Ensino Superior que me levaram a analisar minha vivência como professor reflexivo. Essa inquietude e o desejo de pesquisar me instigaram a refletir sobre minha prática, de forma a perceber a necessidade de ingressar novamente na universidade, em busca de uma formação que fortalecesse ainda mais meus saberes docentes, porque, como Freire (1983) mesmo diz, somos “seres inacabados em um processo constante de humanização”, por estarmos em constante humanização.

No ano de 2015, ingressei no curso de Licenciatura em Pedagogia no intuito de aprimorar meus saberes nas áreas de Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Coordenação/Gestão Escolar, pois, nas palavras de Tardif (2010), o saber do professor é um “saber plural”, que ocorre no decorrer da sua vida, tanto no profissional quanto no pessoal, adquirindo diversos conhecimentos que exercem influências no ensino e na aprendizagem dos estudantes. Quando concluí o Mestrado em Educação, uma vez que minha licenciatura em História tinha me preparado apenas para eu lecionar aulas em minha área de atuação, vi a necessidade de ampliar meus conhecimentos fazendo o curso de licenciatura em Pedagogia.

Para Candau (2011, p. 2), a cultura escolar dominante em nossas instituições educativas, construída fundamentalmente a partir da matriz político-social e epistemológica da modernidade, prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos

constitutivos do universal; portanto, com base nessa ótica, as diferenças são ignoradas ou consideradas um “problema” a resolver. Sendo assim, conhecer os temas que estão sendo discutidos e estudados na comunidade acadêmica, bem como aqueles que já foram pesquisados, é de fundamental importância para o andamento da pesquisa, uma vez que a produção científica não está relacionada somente a uma pessoa ou a um pesquisador, mas a um conjunto de fatores determinantes para o desenvolvimento do percurso investigativo.

Foi uma boa caminhada até aqui, caminhos de muitas construções, desconstruções e ressignificações; porém, o pesquisador não pode parar, é necessário avançar, pois temos muitas atribuições e obrigações. Além disso, como seres sociais, somos movidos pelos anseios e pelos desejos pela pesquisa. Assim, no ano de 2019, ingressei no Doutorado da UCDB na ânsia de continuar a vivenciar a pesquisa no intuito de buscar respostas ou mais perguntas para as minhas inquietações.

INTRODUÇÃO

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.

(Rubem Alves)

O poema que trago como epígrafe na Introdução desta pesquisa vem ao encontro das motivações que me fizeram ingressar ao Programa de Doutorado, porque tem a ver com a escuta, com ouvir aqueles que não têm voz, não no sentido de concordar com seus delitos, seus atos e suas infrações, mas com suas garantias e seus direitos afirmados pela Constituição Federal de 1988⁷:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...].

Em seu Art. 5º, a Constituição Federal de 1988 garante ao privado de liberdade os mesmos direitos que os brasileiros e os estrangeiros que residem em nosso país possuem; sendo assim, o apenado tem assegurado pela Constituição o direito de estudar, não podendo ser negado a ele esse direito, que é reforçado no Art. 205 que diz que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Diante disso, é certo dizer que o privado de liberdade tem garantido o seu direito de estudar pela Constituição Federal. Martins (2017, p. 74) diz que “a ação que caracteriza o crime não retira do cidadão a condição de pessoa humana conferida pela

⁷ A Constituição deve regular e pacificar os conflitos e os interesses de grupos que integram uma sociedade. Para isso, estabelece regras que tratam desde os direitos fundamentais do cidadão até a organização dos Poderes; defesa do Estado e da Democracia; ordem econômica e social. Disponível em: < <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/acervo/>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

legislação. Sua vida e sua dignidade ainda são preservadas legalmente. Daí decorre a afirmativa da insacriabilidade⁸ do encarcerado”.

Retorno novamente à poesia de Rubens Alves, quando me remeto aos pássaros engaiolados, sob a alegação de que a Educação pode ser o caminho para esses pássaros encontrarem seu voo. É importante destacar que a Educação deve ir ao encontro de quem a busca, sendo esse caminho por ambientes formais, como a escola, e informais, que ultrapassam seus muros, não os diferenciando dos muros das prisões. A Lei de Execução Penal – LEP⁹ estabelece que o preso tem direito à assistência educacional e dá as diretrizes básicas dessa educação. Além disso, sobre essa questão, também há todo um aparato internacional, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁰, que, em seu artigo 26, Art. 1º, diz que toda pessoa tem direito à educação.

Conforme Anjos (2018, p. 83), de fato, o sentenciado deve ser tratado como uma pessoa igual a qualquer outra, exceto pela obrigação de cumprir a pena e as limitações decorrentes de tal situação. Ainda para Anjos (2018, p.84), “O fato de concordar ou não com o ideal ressocializador, é necessário o respeito incondicional aos direitos dos condenados, sem a cobrança arbitrária de seus deveres ou habituais excessos, pelo simples fato de se tratar de seres humanos”.

Esta tese de doutorado vem ao encontro dos meus anseios como membro da equipe que estava elaborando o AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem - para alocação do projeto “Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/Ead” da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul - SED.

⁸ Da condição de *homo sacer*: “Segundo Agamben, a estrutura da *sacratio*, de modo unânime, representa a conjunção de dois aspectos, a saber: a impunidade da matança e a exclusão do sacrifício. De modo que o que define realmente a condição do *homo sacer* não é simplesmente a pretensa ambivalência originária da sacralidade, que lhe é inerente, mas, acima de tudo, o caráter particular da dupla exclusão em que se encontra preso e da violência à qual se encontra exposto, ou seja, a morte insancionável que qualquer um pode cometer em relação a ele e que não é classificável, nem como sacrifício e nem como homicídio; nem como execução de uma condenação e nem como sacrilégio” (CARNIO, 2013, p. 88).

⁹ (CAPELA, 2022) A Lei de Execução Penal (LEP) trata sobre as condições para o cumprimento de uma sentença e os meios para a reabilitação social do condenado ou internado. Desenvolver medidas que contribuam para a reintegração do sujeito ao convívio social é extremamente significativo para toda a sociedade. Disponível em: <<https://www.amapar.com.br>>. Acesso em: 01 fev. 2023.

¹⁰ A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral, como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 01 fev. 2023.

No ano de 2017, a SED inaugurou o curso, ofertando-o para as etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância¹¹ para o Presídio¹² Federal de Campo Grande-MS com a proposta de corrigir a distorção idade/escolaridade presente no sistema carcerário federal. Para isso, firmou uma parceria com o Ministério Público Federal, ofertando a Educação de Jovens e Adultos na modalidade EaD, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na busca de contribuir com a reinserção do reeducando na sociedade, após o passar dos meses colaborando com a equipe que elaborou o material didático e frente a algumas reflexões que, no decorrer dos meus trabalhos, levaram-me a muitas indagações.

O ato de refletir sobre a prática docente vem ao encontro de Freire (1989, p. 38), quando diz que: “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”. Essa busca de estar sempre buscando e refletindo é o que me fez pesquisador e, como ser histórico que sou, novamente cito Freire (1981, p. 47) para dizer que estou “inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz o seu saber”. Então eu sigo fazendo as seguintes indagações: Como a elaboração do material didático atendeu as exigências apresentadas no contexto de uma Educação prisional, uma vez que deveriam acompanhar as legislações específicas? era um sistema prisional, o projeto Conectando Saberes abordava em seus conteúdos a ressocialização do privado de liberdade na sociedade? Os documentos norteadores (material didático¹³ e a estruturação pedagógica dos conteúdos) abordavam, em seu contexto, a ressocialização do privado de liberdade por meio da educação?

Percebe-se, então, que:

Curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes

¹¹ A Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas/educacao-superior-a-distancia#:~:text=A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20a%20Dist%C3%A2ncia%20%C3%A9,em%20lugares%20ou%20tempos%20diversos>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

¹² Presídio a que são recolhidos os condenados a reclusão e detenção. As penas de reclusão e de detenção devem ser cumpridas em penitenciária, ou, à falta, em seção especial de prisão comum. Vade Mecum Brasil. Disponível em: <<https://vademecumbrasil.com.br/>> Acesso em: 23 out. 2022.

¹³ Ao que parece, todo material, sistema ou meio que tenha a intenção de apoiar a atividade pedagógica é considerado material didático quando sua concepção está estritamente ligada à transposição didática dos conhecimentos sistematizados e definidos no planejamento didático. (SANTOS e ANDRADE, 2010)

diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos. (FREIRE, 1996, p. 18)

A curiosidade me levou a formular todas essas perguntas que originaram minha temática de investigação, que tem como objetivo geral, analisar o Projeto “Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/Ead” com foco na ressocialização no Presídio Federal de Campo Grande - MS nos anos de 2017- 2018.

A pesquisa está vinculada à Linha de Pesquisa, Práticas de Pesquisa e sua relação com a formação docente e ao Grupo de Pesquisa e Estudos em Tecnologia Educacional e Educação a Distância – GETED do Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB e tem como objetivos específicos:

1. Identificar, nos documentos (Projeto Pedagógico, Estrutura Curricular e ementa), os conceitos relacionados à ressocialização do privado de liberdade à sociedade; e
2. Analisar as concepções de ressocialização, sobre o que os professores conteudistas entendem sobre a ressocialização.

Para compreensão dos objetivos pesquisados, organizamos esta tese em quatro capítulos. No primeiro capítulo, tratamos sobre o percurso metodológico da pesquisa, a metodologia adotada, os instrumentos utilizados para coleta de dados, a apresentação dos sujeitos que participaram da pesquisa, o estado de conhecimento e a organização dos capítulos.

No segundo capítulo, relatamos um breve recorte sobre a Educação a Distância (EaD) e os caminhos percorridos no Brasil, assim como os conceitos e as características da EaD. Apresentamos também as regulamentações da EaD no Brasil e os conceitos de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) fazendo uma ponte com a Educação de Jovens e Adultos, além de descrevermos uma abordagem histórica sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, desde o início do Brasil República, passando pela Era Vargas até o golpe de 1964. Na sequência, discutimos sobre o período da Ditadura Militar e, por fim, sobre a Democracia e a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, na qual a EaD e a EJA se encontram em duas modalidades de ensino. No terceiro capítulo, apresentamos as Políticas de Educação para as prisões brasileiras, a vivência do privado de liberdade no sistema prisional e a escola como espaço de ressocialização, abordando a formação continuada de professores na cultura digital, a sua formação profissional no sistema prisional de ensino e sua formação continuada na contemporaneidade, atuando nas modalidades EaD e EJA e a sua atuação no sistema prisional.

No quarto capítulo, demonstramos a interpretação e a análise documental do projeto Conectando Saberes e as análises das entrevistas e, nas considerações finais, expomos alguns

apontamentos que possibilitaram as reflexões, retomando os objetivos iniciais da pesquisa para discutirmos sobre os principais resultados alcançados.

CAPÍTULO I - CAMINHOS TRILHADOS: PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste capítulo, descrevemos os procedimentos teóricos e metodológicos que escolhemos para traçar os caminhos da nossa pesquisa. Com vistas a direcionar as discussões e as análises do nosso tema de estudo, tem-se, como objetivo geral, analisar o Projeto Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EaD, com foco na ressocialização, no Presídio Federal de Campo Grande – MS, nos anos de 2017- 2018.

A estrutura foi organizada no sentido de atribuir uma certa clareza sobre os fundamentos teóricos, as técnicas e os instrumentos de coleta de dados que foram utilizados em nossa pesquisa. Os referenciais teóricos que nortearam nossa pesquisa foram: Minayo (1994), Franco (1986), Rey, (2005), Triviños (1987), González Rey (2002; 2005; 2011), Stenhouse (1981), Shon, (1983), Fonseca (2002), Philips (1974), Flick (2009) e Manzini (1990).

1.1 Metodologia

A metodologia foi desenvolvida com abordagem qualitativa, a qual busca investigar a ação do sujeito de uma forma subjetiva, partindo dos dados para a reconstrução teórica, de modo a descrever o significado das experiências e dos significados que o sujeito possui, assim como analisar suas atitudes, motivações, comportamentos, sentimentos e percepções, uma vez que os sujeitos da pesquisa são professores que vivenciaram a teoria e a prática na elaboração do material didático que foi utilizado pelos privados de liberdade.

Nesse contexto, a subjetividade é algo que permeia todo o trabalho do pesquisador, que, ao iniciar a entrevista, leva consigo toda a sua história de vida, assim como seus conceitos e pré-conceitos moldados em sua vivência como ser social.

Para Minayo (1994, p. 16), a metodologia é “como o caminho do pensamento, a prática exercida na abordagem da realidade”. Franco (1986) já nos diz que a metodologia deve ser o exercício contínuo da dúvida metódica, ou seja, em todo momento da pesquisa, deve-se olhar os dados obtidos, à luz da metodologia escolhida, dos teóricos que a defendem. Sendo assim, comungamos da importância de uma fundamentação teórica que busque um diálogo na construção de um caminho epistemológico para a pesquisa.

Para atender os objetivos do estudo proposto, adotamos como percurso metodológico a abordagem qualitativa, porquanto, por meio dela, é possível observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os dados e, ao nos debruçarmos sobre método, percebemos que seria o

mais adequado para realizarmos a pesquisa e decidimos pela pesquisa qualitativa, porque se mostrou o melhor caminho. Flick (2009, p. 16) nos diz que “parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo”. Sendo assim, a pesquisa qualitativa é um processo de construção, no qual as hipóteses de suas pesquisas devem estar associadas a um modelo teórico que, segundo Rey (2005), mantém uma constante tensão com o momento empírico, cuja legitimidade está na capacidade do modelo para ampliar tanto suas alternativas de inteligibilidade sobre o objeto estudado como seu permanente aprofundamento em compreender a realidade estudada.

De acordo com a temática da pesquisa, a abordagem qualitativa e exploratória busca investigar a ressocialização do privado de liberdade em contexto de formação continuada de professores na EJA no presídio Federal de MS, tendo como objetivo geral de estudo analisar o Projeto “Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/Ead” (com foco na ressocialização dos privados de liberdade¹⁴, no Presídio Federal de Campo Grande – MS, nos anos de 2017- 2018) e como objetivos específicos:

1. Identificar, nos documentos (Projeto Pedagógico, Estrutura Curricular e ementa), os conceitos relacionados à ressocialização do privado de liberdade à sociedade; e
2. Analisar as concepções de ressocialização, sobre o que os professores conteudistas entendem sobre a ressocialização.

Quadro 1 – Caminhos percorridos

ETAPAS	DESCRIÇÃO
ESTUDO PRELIMINAR	<ul style="list-style-type: none"> ● Leitura do referencial teórico ● Revisão do referencial teórico ● Pesquisa documental: legislação brasileira ● Objetivos iniciais, estudo sobre a metodologia a adotar, instrumentos de coleta de dados
COMITÊ DE ÉTICA	<ul style="list-style-type: none"> ● Atualização do projeto de pesquisa ● Submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de ética ● Ajustes do projeto de pesquisa conforme orientação do Comitê de ética
REFORMULAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> ● Definição do objetivo geral e específicos ● Definição da metodologia e instrumentos para a coleta de dados ● Definição dos sujeitos da pesquisa
PESQUISA DOCUMENTAL	<ul style="list-style-type: none"> ● Pesquisa documental ● Documentos institucionais
ENTREVISTAS	<ul style="list-style-type: none"> ● Aplicação da entrevista semiestruturada ● Transcrição

¹⁴ Entende-se, ainda, por pessoa privada de liberdade no sistema prisional o indivíduo maior de 18 anos custodiado em unidade prisional (excluem-se os tutelados pelo Sistema Nacional Socioeducativo - Sinase). Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional. Disponível em: <<http://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Cartilha-PNAISP.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2022.

ANÁLISE	<ul style="list-style-type: none"> ● Organização e preparo dos dados ● Leitura das entrevistas transcritas ● Codificando os dados em categorias ● Análise dos dados ● Resultados encontrados
----------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

No intuito de melhor compreender o trabalho desenvolvido pelo pesquisador, o quadro acima mostra os caminhos percorridos pelo pesquisador em todo seu processo até os resultados encontrados que serão esmiuçados conforme o próximo tópico.

1.2 Caminhos percorridos

O estudo preliminar ocorreu no decorrer das leituras realizadas nas disciplinas obrigatórias e optativas do curso de doutorado, na elaboração do projeto de pesquisa, nas demais leituras apresentadas nos momentos de orientações, durante as participações no Grupo de Estudos, ocasionando a composição do referencial teórico norteador de todo o trabalho.

Em busca de uma fundamentação teórica pertinente aos objetivos do trabalho, também foi realizada a pesquisa documental de fontes, legislações brasileiras em especial (Constituição Federal, Leis de Execução Penal, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, entre outras) que fundamentavam os objetivos permitindo que o pesquisador compreendesse as leis relacionadas à situação do privado de liberdade em se tratando da sua ressocialização.

No decorrer do aprofundamento teórico relatado nos estudos preliminares, o projeto de pesquisa foi sofrendo modificações, tomando corpo e assumindo a forma esperada de um projeto de doutorado. Após realizar a submissão do projeto ao Comitê de ética em Pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, obtive a devolutiva do comitê em relação ao Projeto de pesquisa comunicando que estava faltando o cronograma de coleta de dados e a carta de autorização do local em que seria feita a minha pesquisa. Após realizar os ajustes solicitados, o projeto foi modificado e postado para apreciação do comitê, recebendo o parecer aprovado.

No transcorrer dos estudos, após um aprofundamento teórico a partir das orientações realizadas com a orientadora, a definição dos objetivos geral e específicos ficou mais clara, uma vez que se buscou uma compreensão de quem eram os sujeitos da pesquisa e qual a metodologia e os instrumentos de coleta de dados que seriam utilizados.

1.3 Instrumentos para coletas de dados

No intuito de alcançar os objetivos específicos da pesquisa, foi realizada a análise documental do Projeto Pedagógico EJA Conectando Saberes, analisando-se Estrutura Curricular, plano de aulas e ementa e, em seguida, as entrevistas semiestruturadas.

Para identificar e compreender os documentos (Projeto Pedagógico, Estrutura Curricular e ementa), os conceitos relacionados à ressocialização do privado de liberdade à sociedade, utilizamos a pesquisa documental, por se tratar de um recurso de coleta de documentos importantes para a análise de dados, pois:

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32)

Conforme Fonseca (2002), a pesquisa documental é uma técnica que revela informações do fato pesquisado. Dessa forma, a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. Philips (1974, p. 187) diz que “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”.

A pesquisa documental foi realizada no projeto Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EaD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade Educação a Distância, por se tratar de uma fonte de coleta de dados que complementa as informações obtidas em outros métodos de pesquisa. Assim:

A entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. (MINAYO, 1992, p. 261)

A entrevista semiestruturada foi utilizada como base em estudos para reflexões e articulações teóricas. Elegemos, inicialmente, autores que discutem sobre a referida temática por se tratar de um instrumento que contempla o levantamento de dados, considerando que, para cada tipo de pesquisa, é recomendado um instrumento de coleta. Além disso, a entrevista semiestruturada permite maior flexibilidade no diálogo entre pesquisador e entrevistado.

Triviños (1987, p. 146) diz que “a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos às novas hipóteses surgidas a partir das respostas

dos informantes”. A flexibilidade em conduzir as perguntas ao entrevistado faz com que o pesquisador explore caminhos que, na entrevista estruturada, não lhe é permitido, por ser guiado a um roteiro preestabelecido com as mesmas perguntas para que os sujeitos respondam.

A entrevista semiestruturada é flexível e não engessada, favorecendo assim o pesquisador no momento de conduzir as entrevistas. Para Manzini (1990, p. 154), “esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas”. O roteiro utilizado na pesquisa semiestruturada se torna a ponte do diálogo entre o pesquisador e o entrevistado. Minayo (2009, p. 261) vem ao encontro dessa fala, quando diz que ela “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”.

No decorrer da entrevista semiestruturada, as respostas do entrevistado levam o pesquisador a uma posição reflexiva sobre como conduzir os próximos passos de sua entrevista. Assim:

O desenvolvimento de uma posição reflexiva, que nos permita fundamentar e interrogar os princípios metodológicos, identificando seus limites e possibilidades, coloca-nos de fato diante da necessidade de abrir uma discussão epistemológica que nos possibilite transitar, com consciência teórica, no interior dos limites e as contradições da pesquisa científica. (REY, 2005, p. 02)

Nesse sentido, somos subjetivos, somos humanos, e não se trata de uma afirmação, mas de um fato que está presente como pessoas, por mais que muitos pesquisadores acreditem na objetividade das pesquisas. Como pesquisador da área de humanas, a subjetividade faz parte do nosso campo de pesquisa em uma perspectiva histórico-cultural, pois não temos como nos despojar de nós mesmos, de nossas convicções, das crenças e da nossa bagagem cultural.

Segundo González Rey (2005a), presente em todo tipo de comportamento ou expressão humana, a organização subjetiva é, para o pesquisador, um campo considerado complexo, uma vez que cada ser é único, impossibilitando a geração de um conhecimento que seja caracterizado como universal.

O ser humano que somos nos impede de seguirmos sem nos colocar como sujeitos da nossa pesquisa em um outro contexto. Segundo González Rey (2002), o papel do pesquisador e dos sujeitos participantes da pesquisa está inserido em um complexo processo de reflexão e de elaboração teórica. Para González Rey (2011), a história não é vista como a soma de acontecimentos objetivos, pois, de acordo com ele, somos professores pesquisadores, (STENHOUSE, 1981) reflexivos, de maneira que podemos refletir sobre a nossa prática (SHON, 1983), no desenvolvimento de uma pesquisa, na qual os sujeitos são professores. Em

razão disso, não podemos aceitar algo estático, morto, sem contextualizar, problematizar e analisar o que está sendo pesquisado.

Para a realização das entrevistas, foi criado um roteiro de pesquisa semiestruturado contemplando três perguntas norteadoras sobre as concepções de ressocialização; sobre o que os professores conteudistas entendem sobre a ressocialização; sobre os conceitos relacionados à ressocialização do privado de liberdade à sociedade; e sobre as implicações da formação do professor frente à ressocialização do privado de liberdade.

A princípio, as entrevistas seriam realizadas com os 12 professores que elaboraram o material didático do curso. Os contatos com os sujeitos da pesquisa se deram por meio de ligação telefônica, mensagens por *WhatsApp* e e-mail, resultando na escolha dos 4 (quatro) entrevistados que retornaram nosso contato via ligação e *WhatsApp*. Ficaram estabelecidos com cada entrevistado o dia e o horário mais propícios para realizarmos a entrevista, em consenso com os entrevistados. Assim, decidiu-se que uma conversa por meio do aplicativo do Google Meet¹⁵ seria mais viável por questões de datas e horários, respeitando a disponibilidade de cada um para conceder a entrevista.

Todos os docentes eram integrantes das diversas áreas de conhecimento do corpo docente da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, pertencentes ao quadro de efetivos que, nesta pesquisa, denominamos “professores conteudistas”. Para manter o anonimato dos entrevistados, o pesquisador, que é fã assíduo da série americana *Game of Thrones*, irá dar o nome dos personagens da série a cada entrevistado para identificá-los no relato.

1.4 Conhecendo os sujeitos da pesquisa: professores conteudistas

O quadro 2 (dois) apresenta o perfil de quatro professores efetivos lotados na Secretaria Estadual de Educação, sendo que um professor possui especialização e quatro possuem a titulação de mestres. Os professores entrevistados são das áreas de Letras, Geografia, História e Matemática e, na época da elaboração do material didático, trabalhavam na SED.

Para nos situar no espaço e no tempo da pesquisa, informo que, na época em que foram realizadas as entrevistas, estávamos vivenciando o final de 2 (dois) anos de um período pandêmico, relacionado à COVID-19¹⁶. Medidas preventivas e protetivas foram tomadas pelos

¹⁵ O Google Meet é a aplicação do Google para realizar videoconferência e reuniões com alta qualidade de imagem entre grupos de até 250 pessoas. Disponível em: <<https://google-meet.softonic.com.br/android>>. Acesso em: 05 set. 2022.

¹⁶ Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento,

governos do mundo todo, como contenção da mobilidade social, isolamento e quarentena, ocasionando na sociedade o confinamento e o medo de ficar doente, ou mesmo de um possível óbito. Sendo assim, as entrevistas que seriam realizadas presencialmente, passaram a ser agendadas de uma forma que acontecesse virtualmente. Logo abaixo, temos um quadro com o perfil do professor conteudistas entrevistados.

Quadro 2 - Perfil dos professores conteudistas entrevistados na pesquisa

Codinome	Formação	Situação funcional
Daenerys	Licenciatura em Letras Especialista em Língua Inglesa Mestrado em Letras	Efetivo
Arya Stark	Licenciatura em Geografia Especialista em EaD Mestrado em Geografia	Efetivo
Catelyn	Licenciatura em História e Pedagogia Mestrado em Educação	Efetivo
Margaery	Licenciatura em Matemática Especialista em Matemática Mestrado em Matemática	Efetivo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esclareço, ainda, que todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, conforme a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Quadro 3 – Data e tempo e duração das pesquisas

ENTREVISTA	DATA	TEMPO DE DURAÇÃO
Catelyn	06/09/2022	32min49s
Arya Stark	06/09/2022	38min47s
Daenerys	29/09/2022	22min20s
Margaery	29/09/2022	25min15s

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As transcrições das entrevistas aconteceram logo após a finalização de cada entrevista, utilizando-se da ferramenta de transcrição do *Google Docs*¹⁷. Durante as transcrições, notou-se que a ferramenta não era fidedigna em sua tradução, ocasionando a utilização manual das

existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

¹⁷ O *Google Docs* é capaz de transcrever áudio, reconhecendo a fala do usuário e transformando-a em texto. O interessante é que, com a ajuda de um *plugin*, ainda é possível utilizar o recurso com arquivos de áudio e vídeo do computador, o que facilita muito a tarefa de transcrição de gravações, principalmente para profissionais de comunicação. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/responde/como-transcrever-audio-no-google-docs/>>. Acesso em: 31 out. 2022.

transcrições, trabalho que exigiu um tempo a mais para a transcrição. Após as transcrições, as respostas foram organizadas em duas categorias, conforme os objetivos específicos:

- Concepções de ressocialização, sobre o que os professores conteudistas entendem sobre a ressocialização; e
- Conceitos relacionados à ressocialização do privado de liberdade à sociedade nos documentos (Projeto Pedagógico, Estrutura Curricular e ementa).

1.5 O estado do conhecimento

Para dar continuidade à pesquisa, é necessário reconhecer a importância das produções realizadas antes, fazendo-se necessário considerar que a produção científica não está relacionada só ao pesquisador, mas também está inserida no universo em que a pesquisa foi desenvolvida e dar o devido valor a essas produções é contribuir para a construção de novos conhecimentos. Para Morosini e Fernandes (2014, p. 155), “No trabalho acadêmico, o conhecimento e suas relações com a vida é nossa ferramenta de trabalho”. Sendo assim, deve-se dar importância e certa relevância às pesquisas realizadas para contribuir na elaboração do trabalho de pesquisa. Dessa maneira:

No entendimento, estado de conhecimento é considerado como uma identificação, registro, categorização que leva à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. (MOROSINI e FERNANDES, 2014, p. 154)

Na busca de realizar o estado do conhecimento sobre as teses relacionadas, fez-se necessário pesquisar sobre a formação continuada de professores que trabalham com a Educação de Jovens e Adultos nos presídios, uma vez que para analisar as concepções de ressocialização, sobre o que os professores conteudistas entendem sobre a ressocialização, é necessário saber se os docentes tiveram formações sobre a referida temática, sendo assim, foi realizado um levantamento nos sites de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, no Portal Domínio Público - Biblioteca Digital, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na SciELO (*A Scientific Electronic Library Online – SciELO*) e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Justificamos a necessidade de um recorte de dez anos, uma vez que ocorreram mudanças nas políticas educacionais relacionadas aos governos vigentes nessa década.

A pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações aconteceu entre os anos de 2009 a 2019, no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Para pesquisar no repositório da

referida instituição, foi realizado um filtro, conforme os critérios de pesquisa da CAPES, tais como: 1. Por ano (os últimos 10 anos), 2. Grande área de conhecimento (que, no caso, foi ciências humanas), 3. Área de conhecimento educação, 4. Área de avaliação educação, 5. Área de concentração educação, 6. Nome do programa educação e 7. As bibliotecas centrais da PUC/SP.

Quadro 4 - Pesquisas nos repositórios da Capes

CAPES	
Temas encontrados referentes a minha pesquisa	Total
Formação continuada de professores	112
Educação de jovens e adultos	106
Sistema prisional educacional	7
Formação continuada de professores + sistema prisional	106
Formação continuada de professores + sistema prisional + educação de jovens e adultos	22

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As palavras-chave utilizadas para pesquisa foram: a formação continuada de professores, educação de jovens e adultos e sistema prisional educacional. O resultado sobre a formação continuada de professores foi de 112 teses encontradas na CAPES, sendo que em relação ao sistema prisional educacional, a pesquisa mostrou que 7 teses se encontram no banco de dados com essa temática. Sobre a educação de jovens e adultos, encontramos 106 trabalhos. Quanto à formação continuada de professores + sistema prisional, identificamos o seguinte resultado: 106 teses associados a esse assunto. Ao pesquisar sobre formação continuada de professores + sistema prisional + educação de jovens e adultos, constatamos 22 produções sobre o tema.

Após analisar as 22 teses, não foram encontradas o trabalho que se aproximasse desta pesquisa, a análise também foi realizada em outros repositórios.

Quadro 5 - Pesquisas no repositório de Teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco¹⁸

Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco	
Temas encontrados referentes a minha pesquisa	Total
Formação continuada de professores	7
Educação de jovens e adultos	0
Sistema prisional educacional	0
Formação continuada de professores + sistema prisional	0
Formação continuada de professores + sistema prisional + educação de jovens e adultos	0

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

¹⁸ Disponível em: < <https://site.ucdb.br/cursos/4/mestrado-e-doutorado/32/mestrado-e-doutorado-em-educacao/13167/doutorado-em-educacao/13192/teses-defendidas/13197/>> Acesso em: 23 fev. 2022.

No repositório de Teses defendidas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, a pesquisa foi realizada com as seguintes palavras-chave: formação continuada de professores, educação de jovens e adultos, Presídio Federal e sistema prisional educacional. A busca foi efetuada por meio de palavras-chave e, em seguida, em conjunto: formação de professores e educação de jovens e adultos, educação de jovens e adultos e sistema prisional educacional, formação de professores e sistema prisional educacional. Também foram pesquisadas palavras similares, como educação prisional, ensino de jovens e formação docente. Foram analisadas as Teses dos anos de 2013 a 2019, a UCDB não possui o acervo do programa de Pós-Graduação digitalizado no período do recorte da minha pesquisa. No total de 45 teses defendidas, foram encontradas 07 (sete) que apresentavam a temática formação de professores e nenhuma sobre o sistema educacional prisional ou similar, nem mesmo acerca de educação de jovens e adultos.

Quadro 6 - Pesquisas no repositório do Portal Domínio Público

Portal Domínio Público	
Temas encontrados referentes a minha pesquisa	Total
Formação continuada de professores	119
Educação de jovens e adultos	11
Sistema prisional educacional	1
Formação continuada de professores + sistema prisional	0
Formação continuada de professores + sistema prisional + educação de jovens e adultos	0

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Ao pesquisar no Portal Domínio Público, na área de conhecimento Educação, nível doutorado, as palavras-chave utilizadas para a pesquisa foram: formação continuada de professores, educação de jovens e adultos e sistema prisional educacional e, quando pesquisadas todas juntas, não obtivemos resultados de nenhuma tese similar ao tema ou que tivesse certa aproximação teórica. Ao pesquisar as palavras-chave separadas, inserimos apenas o tema educação de jovens e adultos, encontrando 11 teses que falavam sobre educação de jovens e adultos, porém nenhuma se relacionava com a temática da pesquisa. Quando pesquisamos sobre a formação continuada de professores, apareceram 119 produções; todavia, ao analisá-las, percebemos que nenhuma tinha conexão com a temática que seria pesquisada. Por último, ao realizar uma busca sobre sistema prisional educacional, surgiu apenas uma tese referente ao processo de normalização do comportamento social em Curitiba: educação e trabalho na Penitenciária do Ahú, na primeira metade do século XX, da pesquisadora Maria Helena Pupo Silveira, do Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Federal do Paraná, tese defendida em 2009.

A autora apresenta um capítulo de sua tese que discorre sobre a inserção da escola no sistema prisional educacional, porém seu olhar é voltado no sentido de discutir a inserção da escola prisional e o trabalho das oficinas no interior do Presídio, como técnicas penitenciárias privilegiadas para a “regeneração do interno”, dando ênfase à formação de professores e não à educação de jovens e adultos, mas se refere à história do sistema prisional educacional no Brasil e à ressocialização do privado de liberdade por meio da educação e do trabalho.

O foco principal desse trabalho foi:

O estudo dos Congressos Penitenciários Internacionais, de 1847 a 1930, a instalação do Comitê permanente de inspeção prisional, a situação de outros sistemas prisionais e correccionais dos países membros, as principais teses educacionais defendidas e a disposição e instalação física e atividade cultural das prisões nos países ocidentais. (SILVEIRA, 2009, p. 18)

A pesquisadora não aborda a temática de formação de professores para atuarem no sistema prisional educacional nem se o sistema prisional educacional oferece a Educação de Jovens e Adultos no ensino presencial e a distância.

Quadro 7 - Pesquisas no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações BDTD

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações BDTD	
Temas encontrados referentes a minha pesquisa	Total
Formação continuada de professores	6
Educação de jovens e adultos	2
Sistema prisional educacional	2
Formação continuada de professores + sistema prisional	0
Formação continuada de professores + sistema prisional + educação de jovens e adultos	0

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Para pesquisar no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações BDTD, foi realizado um filtro, conforme os critérios de pesquisa, tais como: 1. Por ano (os últimos 10 anos), 2. Grande área de conhecimento (que, no caso, foi ciências humanas), 3. Área de conhecimento educação, 4. Assunto (que, no caso, foi educação), 5. Área de concentração educação, 6. Tipo de Documento (nesse caso, Tese) e 7. Programa de Pós-Graduação.

Na pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), obtivemos alguns resultados, ao buscar no banco de teses as temáticas: formação continuada de professores, educação de jovens e adultos e sistema prisional educacional. Identificamos 6 teses com a temática formação continuada de professores, 2 sobre o sistema prisional educacional e,

acerca da temática educação de jovens e adultos, 2 produções relacionadas ao sistema prisional educacional.

A tese “Educação de Jovens e Adultos: escola no cárcere e ressocialização de mulheres cearenses no regime semiaberto”, do pesquisador João Milton Cunha de Miranda, do Programa de Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, defendida em 2016 que objetiva entender a contribuição da Educação de Jovens e Adultos para a ressocialização de mulheres condenadas à privação de liberdade em regime semiaberto, participantes das atividades do Projeto Aprendizes da Liberdade, no Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Gilmar Maia de Sousa.

A tese se encontra na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD e teve relevância para a pesquisa, uma vez que abordou assuntos relacionados aos aspectos legais da educação escolar no sistema prisional, apresentando leis, decretos e resoluções que amparam o sistema prisional educacional e a Educação de Jovens e Adultos como política pública no sistema penitenciário brasileiro, assim como o aporte teórico para a discussão de seus sujeitos.

Ao ampliar a pesquisa, colocando três palavras-chave juntas: formação de professores + educação de jovens e adultos + sistema prisional educacional, encontramos a tese “Entre os muros e grades da prisão: o trabalho do professor que atua nas 'celas' de aula”, da pesquisadora Gesilane de Oliveira Maciel José, do Programa de Doutorado em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus de Presidente Prudente. O referido trabalho está vinculado à linha de pesquisa denominada Políticas Públicas, Organização Escolar e Formação de Professores e objetiva investigar como ocorre o processo de trabalho e as condições sociais e materiais do docente que atua em escolas inseridas em prisões. Em um dos capítulos, a autora aborda a formação pedagógica oferecida pela escola para ingresso do professor ao sistema prisional.

Quadro 8 – SciELO

SciELO	
Temas encontrados referentes a minha pesquisa	Total
Formação continuada de professores	229
Educação de jovens e adultos	0
Sistema prisional educacional	0
Formação continuada de professores + sistema prisional	0
Formação continuada de professores + sistema prisional + educação de jovens e adultos	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Ao realizarmos a pesquisa na SciELO, elaboramos a delimitação de datas dos últimos dez anos de pesquisa com as seguintes palavras-chave: formação continuada de professores,

educação de jovens e adultos e sistema prisional educacional. A busca foi realizada por meio de palavras-chave e posteriormente com a união de todas elas: formação continuada de professores e educação de jovens e adultos, educação de jovens e adultos e sistema prisional educacional, formação de professores e sistema prisional educacional. Quando pesquisamos sobre a formação continuada de professores, o sistema encontrou 229 teses sobre o tema e, ao analisá-las, percebemos que nenhum artigo contemplava o tema pesquisado, assim como educação de jovens e adultos.

Na plataforma SciELO não encontramos o referido tema, assim como as pesquisas sobre o sistema prisional educacional. Ao unir os dois termos, alternando entre eles, não obtivemos sucesso em nossa busca. O fato de não encontrarmos o que procurávamos não inviabiliza a nossa pesquisa, mas, sim, mostra que nosso objeto de pesquisa tem certa relevância social, por se tratar de um assunto não abordado nas pesquisas recentes, razão pela qual aprofundamos as discussões teórico-metodológicas, de forma a evidenciar a necessidade de um aprofundamento acerca dessa temática, no que se refere à formação de professores para atuarem na Educação de Jovens e Adultos, em especial no sistema prisional na modalidade EaD.

CAPÍTULO II – EAD E EJA: DUAS POSSIBILIDADES SE ENCONTRANDO

Neste capítulo, apresentamos alguns aspectos históricos da trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, nos diversos períodos da sociedade, abordando algumas políticas públicas importantes para o desenvolvimento da EJA, levando a uma reflexão sobre os desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos e fazendo uma ponte com a história da Educação a Distância (EaD), com a finalidade de compreendermos a sua evolução e a sua contribuição para a Educação de Jovens e Adultos. Também discorreremos sobre a Cibercultura e sobre a Andragogia, assuntos em que a educação é uma responsabilidade compartilhada entre professor e estudante.

2.1 Educação a distância no Brasil: de mãos dadas com a EJA

Para compreendermos sobre o processo de aprendizagem do jovem e do adulto na EaD, uma vez que é diferente de um estudante que se encontra inserido na educação básica, dissertamos sobre o conceito de Andragogia, a qual se define como uma metodologia ou uma estratégia voltada à aprendizagem do ser humano. Conforme definição de Munhoz (2017, p. 18), Andragogia vem do grego: *andro* (que significa adulto) e *gogos* (que é educar), também sendo considerada a arte ou a ciência de auxiliar jovens e adultos em atividades de aprendizagem, sem envolver técnicas, mas o domínio da afetividade (MUNHOZ, 2017, p. 19). Baseando-se em propósito de autonomia, experiência, motivação, utilidade do conhecimento adquirido e incentivo, Almeida (2009, p. 105) afirma que a Andragogia vem sendo considerada como um novo conceito educacional.

Knowles (2011) vem ao encontro dos desafios de aprender pela modalidade EaD e, nesse sentido, historicizamos brevemente a sua trajetória no Brasil para compreendermos a sua importância na educação brasileira.

A EaD já vem fazendo parte da história da Educação Brasileira antes mesmo de se pensar em uma rede de computadores, em internet e em mídias digitais. Ela já construía a sua história nos cursos por correspondência no início do século XX, fortalecendo-se pelas ondas do rádio durante a década de 1920. A ideia de uma educação que alcançasse um número maior de pessoas, principalmente aquelas que não tinham condições e nem acesso a uma educação, fortaleceu a opinião de um grupo liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto para

criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro¹⁹, que oferecia cursos pelas ondas do rádio, transmitindo aulas de Esperanto, Literatura Francesa, Francês, Português, Radiotelegrafia, Silvicultura e Telefonia.

Durante todo o século XX, a EaD foi se fortalecendo, indo ao encontro das pessoas que buscavam aprender mediante o uso de tecnologias, como a TV, que transmitia, nas décadas de 60 e 70, programas educativos como os telecursos que chegavam aos lares das pessoas que tinham acesso. O videocassete também surgiu contribuindo com o acesso às fitas VHS. Os computadores chegaram ao Brasil por meio das universidades nas décadas de 70 e 80, e, com o passar dos anos, foram evoluindo e se adaptando às necessidades da sociedade, chegando à representação que temos hoje. Por último, veio a internet, que modificou os meios de comunicação, de modo a possibilitar a comunicação em massa, permitindo o uso de celulares, *tablets*, *notebooks* e outros equipamentos que estão presentes nas vidas de muitas pessoas.

Todas essas tecnologias, que não possuíam, a princípio, um viés educativo, começaram a ser inseridas no cotidiano das pessoas, conectando-as ao mundo tecnológico, resultando numa grande rede de conhecimentos e, com excesso de informações, tornaram-se parte da cibercultura. Ao tratar sobre esse tema, corroboramos Batista (2018, p. 97), quando teoriza que a “cibercultura é um ambiente cultural contemporâneo, fortemente marcado pelas tecnologias digitais, onde as relações sociais engendram uma nova forma de comunicação e de aproximação entre as pessoas de todo mundo [...]”.

Nessa perspectiva, as informações, hoje, aparecem em tempo real, ou seja, ficamos sabendo em instantes o que está acontecendo do outro lado do mundo. Essa rede nos conecta com o mundo, unindo-nos ou nos separando, causando revoluções ou fortalecendo governos. Em razão disso, as minorias libertam suas vozes, pois a rede pode proporcionar o controle social ou a libertação das “vozes” que estavam guardadas no íntimo das pessoas.

A Rede é, na verdade, uma grande teia de relações humanas que despertam o lado bom das pessoas, ou o ruim, ou ambos e, por ser uma rede mundial, também é mercadológica e social, mas ela, com todas essas contradições, propicia espaços para todos. Pischetola (2018) teoriza que as grandes transformações ocorridas nos últimos anos com as Tecnologias de Informação e da Comunicação (TIC) tiveram papel importante na inovação e no desenvolvimento econômico, político e social, humano e cultural. Também parafraseamos

¹⁹ O "pai do rádio brasileiro" foi Edgard Roquete Pinto. Ele e Henry Morize fundaram em 20 de abril de 1923, a primeira estação de rádio brasileira: Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. <https://www.sindmusi.org.br/site/modalFotoHistoria.asp?iid=82>.

Pierre Lévy (1998), ao afirmar que se faz necessário, com o advento das TIC, repensar os caminhos da aprendizagem.

Algumas expressões como TIC²⁰, TDIC²¹ e NTIC²² aparecem, no decorrer do trabalho, para dar alusão às tecnologias que surgiram no decorrer da época em que foram desenvolvidas. Nesse sentido, todas elas possuem sua importância e não podem ficar alheias à escola, que é um reflexo da sociedade, onde nossos estudantes estão inseridos, “navegando²³”, “surfando²⁴”, “zapeando²⁵”, “stalkeando²⁶”, “curtindo²⁷” e “compartilhando²⁸”, nesse mundo virtual. Dessa forma, é imprescindível que a escola ofereça novas oportunidades de aprendizagem, visto que, nas palavras de Pischetola (2018, p. 52), “a interação com dispositivos digitais é uma ação livre capaz de estimular a curiosidade. Essa interação oferece ao usuário a possibilidade de escolher as vias de acesso à informação que lhe interesse, selecionar a informação que prefira, acessar os mesmos conteúdos quantas vezes quiser [...]”.

Esse emaranhado de expressões pode ser trabalhado na Educação a Distância, pois, segundo a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED, 2006), as atividades de ensino-aprendizagem são desenvolvidas, em sua maioria, sem que professores e estudantes estejam presentes no mesmo espaço físico e na mesma hora. Portanto, para que isso aconteça, é necessário utilizar os recursos que as TDICs oferecem.

A incorporação das TDICs à EaD contribuiu para romper com a sala de aula de uma escola tradicional, que, segundo Lévy (1993, p. 8), “é uma instituição que há cinco mil anos se baseia no falar/ditar do mestre”. Ao se trabalhar com a EaD, propõe-se um trabalho cooperativo,

²⁰ Mendes (2008) define Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como um conjunto de recursos tecnológicos que, quando integrados entre si, proporcionam a automação e/ou a comunicação nos processos existentes nos negócios, no ensino, na pesquisa científica etc. São tecnologias usadas para reunir, distribuir e compartilhar informações.

²¹ São tecnologias digitais que indistintamente usamos para nos referir a computador, *tablet*, celular, *smartphone* e qualquer outro dispositivo que permita a navegação na internet.

²² São tecnologias digitais que indistintamente usamos para nos referir a computador, *tablet*, celular, *smartphone* e a qualquer outra tecnologia que surja na atualidade.

²³ Visitar *websites* da internet e conhecer seus conteúdos.

²⁴ Surfar é percorrer páginas ou recursos da Internet, geralmente utilizando um navegador e seguindo hiperligações. (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-020, <https://dicionario.priberam.org/surfar> [consultado em 07-03-2020])

²⁵ Fazer algo muito rapidamente, entre uma coisa e outra: antes de viajar, vou zapear na internet o melhor destino. (Dicionário Online. <https://www.dicio.com.br/navegar/>)

²⁶ Stalkear é uma gíria do idioma português, baseada na palavra inglesa *stalker*, que significa literalmente "perseguidor". Assim, esse "verbo" costuma ser usado para se referir ao ato de "espionar" ou "perseguir" as atividades de determinada pessoa nas redes sociais. (Dicionário popular. <https://www.dicionariopopular.com/stalkear/>)

²⁷ Gostar muito de alguém ou de alguma coisa: ela curte muito aquele lugar; ele curtiu minha foto. (Dicionário Online. <https://www.dicio.com.br/navegar/>)

²⁸ [Informática]. Usar em rede (uma mesma informação, arquivos, dados etc.) com outro computador ou usuário: compartilhar arquivos com outros *uses*; compartilhar impressora; compartilhar rede. (Dicionário Online. <https://www.dicio.com.br/navegar/>)

com listas de discussão, chats, comunidades virtuais²⁹, videoconferências e redes sociais, que, segundo Dias e Leite (2010, p. 33), “configuram novos espaços para a produção e a troca de conhecimentos”. Munhoz (2017, p. 110) propõe “[...] um currículo aberto, flexível, com a adoção de uma série de metodologias inovadoras, sugeridas pela tecnologia educacional, conteúdos relevantes, e a efetivação da aprendizagem significativa.”.

Não estamos levantando bandeiras a favor da EaD ou mesmo afirmando que o estudante que só aprende em um ambiente cheio de um arsenal tecnológico facilita o trabalho do professor, sendo melhor do que um ambiente tradicional. Pelo contrário, diferente de um ambiente tradicional, ela acrescenta uma complexidade maior para o professor que busca melhorar a sua ação e a prática frente às TDICs. Gadotti (2005, p. 1) diz que o espaço da aprendizagem é aqui, em qualquer lugar; o tempo de aprender é hoje e sempre. O certo é que o caminho correto que a educação deve tomar na sociedade do conhecimento/informação ou em rede³⁰ não pode ser igual ao caminho que conhecemos de séculos passados, nos mesmos moldes da sociedade industrial.

Conforme explicam Dias e Leite (2007, p. 1), “A EaD, também denominado ensino a distância, não se trata de algo novo, inovador ou diferente”, ou seja, o que diferencia a aprendizagem são os meios disponíveis e adequados em cada época para que a aprendizagem aconteça. Sendo assim, pensar a EJA que se apresenta no contexto legal da LDB 9.394/96, nos moldes da EaD é um desafio a ser refletido sobre que tecnologia educacional utilizar para que os estudantes da Educação de Jovens e Adultos possam, por meio dela, tornar o processo educativo mais dinâmico e eficiente para que a aprendizagem aconteça. A Educação de Jovens e Adultos e a EaD vêm se encontrando no decorrer da história da Educação no Brasil conforme as necessidades criadas em seu tempo, como veremos a seguir.

O Instituto Universal Brasileiro é uma prova desses encontros. Fundado em 1941, colaborou com a educação no ensino supletivo no Brasil por meio do ensino por correspondência, sendo o pioneiro no ensino a distância no país. Outro recurso que colaborou com a Educação de Jovens e Adultos e que foi marcado pela história do rádio nos anos 70, em

²⁹ As comunidades virtuais de aprendizagem têm seu funcionamento ligado, num primeiro momento, às redes de conexões proporcionadas pelas tecnologias de informação e comunicação; num segundo momento, pela possibilidade de, nesse espaço, pessoas com objetivos comuns se encontrarem e estabelecerem relações. Pela ação, à distância, é possível o desenvolvimento de novas socialidades e subjetividades, tornando-se um espaço que materializa a comunicação, a cultura e a educação. (SARTORI e ROESLER, 2003, p. 1)

³⁰ A sociedade em rede, ao mesmo tempo em que é uma sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagem, é também uma sociedade de novas exigências para a escola, o currículo, o professor e o aluno. O professor passa a ser menos “lecionador” e mais gestor da aprendizagem intertranscultural. (GADOTTI, 2005, p. 1)

particular, foi o Projeto Minerva, que era transmitido pelo Rádio MEC após o programa a Hora do Brasil.³¹

Figura 1 – Panfleto do curso do Instituto Universal Brasileiro

Fonte: A História do Ensino à Distância no Brasil³².

O projeto Minerva foi criado durante o governo militar (1964-1985), pelo Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o programa consistia em ensinar os jovens que não possuíam o antigo ensino de 1º e 2º grau completo. Conforme Monaco e Cockell (2020, p. 1), “O horário do programa radiofônico, que era obrigatório a todas as rádios públicas e comerciais, fixou-se entre 20h e 20h:30min, de segunda a sexta-feira; de 13h e 14h:15min, aos sábados; e das 8h:30min às 9h:45min, aos domingos”.

³¹ A Voz do Brasil é um programa de rádio criado por Armando Campos para dar popularidade a Getúlio Vargas, seu amigo. Já foi chamada como Programa Nacional, mas, de 1938 até os anos 70, era chamada de A Hora do Brasil. Vai ao ar tradicionalmente das 7h às 8h da noite e traz informativos oficiais produzidos pelo Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/380280-em-1935-surgiu-a-hora-do-brasil-mais-conhecida-como-a-voz-do-brasil/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

³² <https://elmlarrypage.weebly.com/a-histoacuteria-do-ensino-agrave-distacircncia-no-brasil.html>

Ainda segundo Monaco e Cockell (2020), os fascículos utilizados pelo projeto eram distribuídos gratuitamente aos inscritos nele ou vendidos nas bancas de jornais.

Após a redemocratização do Brasil em 1989, o projeto Minerva foi encerrado.

Figura 2 – Capa do exemplar Projeto Minerva – Curso Supletivo 1º Grau/segunda fase



Fonte: Projeto Minerva³³.

Como dito antes, a Educação de Jovens e Adultos e a EaD no Brasil, caminharam juntas em vários momentos da história, ocasionando várias iniciativas de acesso à educação voltadas aos adultos na tentativa de promover a inclusão desses à educação. Outra proposta de se trabalhar com a EaD com os jovens e adultos foi a utilização da televisão como um recurso de aprendizagem para os estudantes. No final dos anos 60 e início dos anos 70, surgiram no Brasil várias propostas de supletivo por meio da televisão brasileira; uma delas foi a criação do ensino supletivo via TV pela Fundação Padre Anchieta da TV Cultura, sendo a editora Abril a responsável pela publicação do material de apoio. Conforme D’Almeida (1988, p. 67), “A primeira transmissão atingiu cerca de 20 mil estudantes, a maioria na faixa etária entre 16 e 25

³³ <http://projetominerva.blogspot.com/2012/03/em-busca-de-fasciculos.html>

anos, dos quais cinco mil foram aprovados em exames realizados pela Secretaria Estadual de Educação” de São Paulo. Em 1978, nasce o Telecurso 2º Grau, servindo como piloto para a Fundação Roberto Marinho, oferecendo aos maiores de 21 anos a possibilidade de concluir seus estudos. O Telecurso apresentava-se como um curso preparatório para que as pessoas pudessem realizar o supletivo por meio de correspondência e exames supletivos oficiais. Em pouco tempo no ar, o supletivo Telecurso 2º Grau já estava sendo transmitido para a maioria dos estados brasileiros.

Aprender por meio da EaD não garante resultados, assim como ocorre no ensino presencial, uma vez que o que está em jogo não depende só do estudante nem apenas dos professores. Nesse sentido, vários fatores contribuem para que a aprendizagem ocorra, tais como: a formação de profissionais para trabalhar nessa modalidade; o acesso à tecnologia e, em particular, nos dias atuais, o acesso à internet; o perfil do estudante, que influencia na aprendizagem, porquanto, na maioria das vezes, o conhecimento adquirido pelo educando ainda está relacionado a sua faixa etária, a lugares e a tempos diferentes, tendo como experiência escolar o ensino presencial, deparando-se com uma realidade totalmente diferente daquela em que ele estudou ao migrar para a EaD.

Em muitas instituições, a EaD se mescla na educação presencial e/ou híbrida³⁴ em ambientes virtuais, exigindo do professor um conhecimento baseado em abordagens construtivistas centradas no aluno, colocando mais foco na aprendizagem do estudante do que no autoritarismo dos professores. Os cursos híbridos tendem a crescer cada vez mais, de modo a possibilitar um alcance maior, ultrapassando as barreiras econômicas, físicas, sociais e temporais. Conforme aborda Tori (2008, p. 121), “As tecnologias interativas³⁵ têm produzido grande impacto na sociedade, alterando relações de tempo e espaço, no trabalho, no lazer e nas relações sociais, portanto, compreender que esse estudante não é homogêneo, que é egresso das

³⁴ Conforme discutem Moreira e Monteiro (2018, p. 86), a educação híbrida (do termo inglês *blended learning* ou *b-learning*) é “como um conceito de educação caracterizada pelo uso de soluções combinadas ou mistas, envolvendo a interação entre as modalidades presencial e EaD, entre abordagens pedagógicas e recursos tecnológicos”.

³⁵ Conforme explica Tori (2010, p. 1), as tecnologias interativas, que incluem a realidade virtual, a realidade aumentada e os jogos digitais, entre outras formas de se prover interatividade via sistemas computacionais, já fazem parte não apenas do cotidiano das pessoas que nasceram e cresceram em um mundo informatizado, como de grande — e crescente — contingente daquelas que souberam se adaptar à evolução tecnológica e dela se apropriar.

gerações X³⁶, Y³⁷, Z³⁸ e *baby boomers*³⁹ e que todos estão dentro de uma sala de aula é realmente um desafio para o professor”. Por causa dessa realidade, a Andragogia é importante, no sentido de termos um olhar para o processo de ensino e de aprendizagem sob a ótica do estudante, assim como para conhecer toda trajetória e obstáculos que a Educação de Jovens e Adultos percorreu até chegar a essa modalidade de ensino.

Ao explanarmos sobre o tema EaD para os jovens e os adultos, também levantamos, neste capítulo, o seguinte questionamento: Qual tecnologia educacional utilizar com vistas a tornar o processo educativo mais dinâmico para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos, visto que o ensino direcionado para esse público acompanha os avanços tecnológicos de cada época e, principalmente, qual tecnologia atende a necessidades e expectativas dos estudantes?

Diante desse contexto, apresentamos o conceito de plataforma virtual de aprendizagem e sua relação com o projeto Educação de Jovens e Adultos Conectando Saberes II/EAD no intuito de apresentar um ambiente voltado a diversas ferramentas e recursos que permitem a apresentação organizada de informações, interação entre pessoas e objetos de conhecimento, assim como o compartilhamento de textos. Além disso, a plataforma proporciona aos participantes/estudantes a possibilidade de realizarem as atividades em seu próprio ritmo, tempo e espaço pessoal.

2.2 Ambientes virtuais de aprendizagem e a EJA: possibilidades de aprendizagem

Segundo Dias e Leite (2010, p. 92), um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) pode ser definido como uma sala de aula virtual acessada via web. Com essa definição, é certo dizer que estudantes e professores podem se conectar por meio da internet, em um espaço onde a distância física não existe, mas, mesmo assim, a comunicação acontece. Por ser uma plataforma que tem seu código-fonte aberto, o AVA é uma das plataformas educacionais mais usadas no Brasil, sendo também utilizada na Educação de Jovens e Adultos e, por isso, a aprendizagem por meio desse ambiente está em constante processo de construção.

³⁶ Pessoas nascidas entre 1965 e 1977: essa geração é cética e politicamente apática. Gostam da informalidade no trabalho e buscam o equilíbrio entre a vida profissional e a pessoal. (MUNHOZ, 2017, p. 33)

³⁷ Pessoas nascidas entre 1977 e 2000: essa geração é otimista com relação ao futuro. São extremamente informais, agitadas, ansiosas, impacientes e imediatistas. (MUNHOZ, 2017, p. 33)

³⁸ Pessoas nascidas após o ano 2000: essa geração é também chamada de geração silenciosa (escondida atrás de fones de ouvido e telas de *smartphones*). (MUNHOZ, 2017, p. 34)

³⁹ Pessoas nascidas entre 1945 e 1964: essa geração é otimista com relação à mudança do mundo político. Elas viveram uma fase de engajamento contra ditaduras e poderes tiranos. Funcionários fiéis às organizações em que trabalham, estabelecem vínculos com as empresas. (MUNHOZ, 2017, p. 32)

O tempo para o estudante da EJA é de suma importância, uma vez que ele tem um perfil diferenciado, porque não concluiu ou frequentou o ensino regular em idade apropriada. Diante disso, compreender que esses estudantes possuem outros saberes que não são aqueles de base escolar e que existem estratégias para que eles aprendam é um grande desafio para o professor. Em 2020, no Brasil, conforme o Censo Escolar⁴⁰, 61,3% dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos são pessoas com menos de 30 anos, sendo a maioria formada por homens, com 59% dos estudantes acima de 30 anos identificados como mulheres.

Conhecer esse perfil é importante para traçar estratégias para que esse estudante possa aprender, principalmente em um ambiente virtual, a que muitos não tiveram acesso. O último contato desses aprendizes com a escola foi em uma sala de aula presencial, com professores e estudantes, portanto a representação do espaço físico ainda está presente em suas mentes. Por mais que esses estudantes estejam inseridos em uma cultura digital⁴¹, eles ainda não estão inseridos em um ambiente virtual de aprendizagem. Nos AVAs, são incorporadas várias ferramentas que já são utilizadas na internet, como e-mail, fóruns de discussão, *chats*, envio de mensagens e postagens de arquivos via *upload*. O acesso ao AVA acontece quando as pessoas resolvem fazer um curso ou uma formação a distância por uma instituição, pois essas ferramentas são apresentadas durante o decorrer dos estudos como parte da aprendizagem. O ambiente virtual de aprendizagem proporciona ao estudante um espaço de interação entre professores e estudantes, por meio de troca de mensagens eletrônicas, assim como também por meio de e-mails, lista de discussão, fórum⁴² etc. No AVA, também é possível realizar trabalhos individuais e em grupo e realizar encontros por meio de *chats*⁴³ agendados e videoconferências⁴⁴ em tempo real. A forma como uma instituição planeja seus cursos no AVA

⁴⁰ Censo da Educação Básica de 2020. Resumo técnico. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf> acesso em: 23 de jun. 2022.

⁴¹ Um termo novo, atual, emergente e temporal. A expressão integra perspectivas diversas vinculadas às inovações e aos avanços nos conhecimentos, e à incorporação deles, proporcionados pelo uso das tecnologias digitais e das conexões em rede para a realização de novos tipos de interação, comunicação, compartilhamento e ação na sociedade (KENSKI, 2018, p. 139).

⁴² Os fóruns se apresentam em quatro tipos: 1. Uma única discussão simples: é um tópico em uma única página. Normalmente é usado para organizar discussões breves com foco em tema preciso. 2. Cada usuário inicia apenas uma única discussão, mas todos podem responder livremente às mensagens, sem limite de quantidades. Este formato é usado, por exemplo, nas atividades em que cada participante apresenta um tema a ser discutido e atua como moderador da discussão deste tema. 3. Fórum geral. É um fórum aberto, no qual todos os participantes podem iniciar um novo tópico de discussão quando quiserem. 4. Fórum de perguntas e respostas. É indicado para a situação em que o professor tem uma questão que pretende que seja respondida por todos os alunos. (DIAS e DIAS, 2012, p. 100)

⁴³ Os chats permitem comunicação online, ou seja, “conversas” em tempo real. A principal característica de um chat é permitir a comunicação em grupo. (Dias e Dias, 2012, p. 101)

⁴⁴ É uma ferramenta de comunicação e colaboração síncrona e assíncrona que pode ser usada como um recurso adicional para a Educação a Distância. Promove encontros virtuais entre dois ou mais participantes em locais

acompanha muito o que ela propõe para a aprendizagem dos seus estudantes, dependendo também de ela estar disposta a mudar. Segundo Dias e Dias (2012, p. 33), a EAD, em especial por meio da *web*, vem romper com esse paradigma. Trabalho cooperativo, *groupwares*⁴⁵, lista de discussão, *chats* e comunidades virtuais⁴⁶ configuram novos espaços para a produção e a troca de conhecimentos.

Esses espaços para a produção devem ir ao encontro de ambientes favoráveis à Andragogia, centrados na atenção e no acompanhamento dos estudantes, fazendo com que o estudante tenha controle de sua aprendizagem, responsabilizando-se por seus estudos e, principalmente, por construir um ambiente no qual o estudante se torne pertencente à sua formação e não apenas deseje buscar um diploma ou um emprego, entendendo que a aprendizagem é para toda a vida.

Por mais que o AVA possua toda uma especificação para ser trabalhado com o projeto Conectando Saberes, o privado de liberdade não tem acesso ao ambiente devido ao fato que os detentos não podem ter acesso à plataforma; porém, para frequentar as aulas do projeto Conectando Saberes, os estudantes precisam estar matriculados em uma escola que ofereça a modalidade EJA/EAD - nesse caso, os estudantes foram matriculados na escola Estadual Polo Prof.^a Regina Lúcia Anffe Nunes Betine⁴⁷.

Por ser um curso na modalidade EaD oferecido pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul em parceria com a Agência de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN/MS, caracterizando-se por um processo de ensino e aprendizagem híbrida, para o qual é previsto todo um ambiente diferenciado, os estudantes matriculados na escola Estadual Polo Prof.^a Regina Lúcia Anffe Nunes Betine são alocados no AVA apenas para registro de

diferentes, distantes geograficamente, podendo utilizar recursos diversos como texto, imagens, áudio, vídeo, compartilhamento de arquivos e tela de computador entre outros. (Dias e Dias, 2012, p. 90).

⁴⁵ Software colaborativo, ou *groupware*, pode ser definido como um conjunto de aplicações, síncronas e assíncronas, isto é, que ocorrem ao mesmo tempo e em tempos diferentes, respectivamente, integradas em um ambiente para promover o trabalho cooperativo de um grupo de pessoas envolvidas em tarefas ou objetivos comuns. Serviços de correio eletrônico, agenda compartilhada, mensagens instantâneas, são exemplos de softwares que compõem um *groupware*. Disponível em: < <https://4linux.com.br/o-que-e-groupware>>. Acesso em: 15 out. 2022.

⁴⁶ [...] as comunidades virtuais de aprendizagem são constituídas a partir de interesses comuns de conhecimento estabelecidos em um processo cooperativo. A interação entre os participantes de uma comunidade virtual de aprendizagem cria espaços que privilegiem a coconstrução do conhecimento, criando, assim, uma nova concepção de aprendizagem. (MUSSOI, FLORES, BEHAR, 2007, p. 1)

⁴⁷ A Escola Polo Prof.^a Regina Lúcia Anffe Nunes Betine funciona na cidade de Campo Grande-MS e é a única que regulamenta e autoriza o funcionamento de ensino fundamental e médio no atendimento aos privados de liberdade em todo o Mato Grosso do Sul, sendo credenciada por meio da Resolução/SED nº 1714, de 27 de fevereiro de 2004. A proposta da Escola é ofertar exclusivamente aos privados de liberdade a modalidade EJA, o ensino básico e o médio em estabelecimentos penais do regime fechado e semiaberto e aos jovens em situação de medida socioeducativa.

frequência e de atividades realizadas pelos estudantes presencialmente. O privado de liberdade não tem acesso ao ambiente.

Conforme Santos e Ramos (2020, p. 11):

[...] a Assistência Educacional da PFCG é responsável por uma criteriosa rotina de recolhimento de atividades avaliativas, entrega de feedback's com esclarecimentos de dúvidas feitos pelos professores e tutores, aplicações mensais de provas escritas, aplicação de autoavaliações aos estudantes, e por fim, a remessa de todo esse material impresso à Escola Polo Professora Regina Lúcia Anffe Nunes Betine.

Figura 3 – Servidor da PFCG – Presídio Federal



Fonte: Departamento Penitenciário Federal

O forte esquema de segurança em que vive o privado de liberdade também o impede de ter acesso as todas as tecnologias mencionadas nesse capítulo, ficando a responsabilidade para os próprios servidores da Penitenciária Federal de Campo Grande – PFCG de escanear atividades e avaliações realizadas pelos privados de liberdade e encaminhar para o professor tutor ⁴⁸ postar no ambiente de aprendizagem virtual Moodle. Na imagem acima, temos o servidor da PFCG recolhendo nas celas as atividades elaboradas pelos privados de liberdade.

⁴⁸ Os tutores são mediadores do processo de aprendizagem dos alunos e são fundamentais para criar situações que favoreçam à construção do conhecimento. A boa atuação de um tutor pode ser um impulsionador para um aluno desmotivado e fundamental para todos que buscam atingir seus objetivos no curso, mas se deparam com certas dificuldades. (NUNES, 2013, p. 1)

Temos, de um lado, a penitenciária que tem uma série de regras para garantir a segurança tanto dos apenados quanto dos trabalhadores e, do outro lado, uma metodologia que os impede de manipular livros e acessar à internet.

2.3 O surgimento da Educação escolar para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no início do Brasil República

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, não é uma modalidade criada recentemente, razão pela qual as discussões acerca das próprias políticas educacionais, com o passar dos anos, são constantemente apresentadas em congressos, seminários, sindicatos e outras instituições educacionais. À vista disso, esse tema perpassa por um percurso histórico do direito ao acesso à educação básica nas políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos, antes mesmos de ela ser vista como um direito para aqueles que não possuíam o acesso à Educação.

Diante desse contexto, o início da era republicana no Brasil constituiu o recorte histórico para compreendermos as mudanças relevantes que aconteceram no Brasil nesse período, tais como: as eleições para governadores, o aumento da exportação do café, o enriquecimento dos cafeicultores paulistas, o fim da escravidão e, com isso, o surgimento de novos consumidores. A criação de bancos, de companhias de comércio, de estradas de ferro, a expansão do telégrafo e um surto de modernidade atingiram os brasileiros naquela época. Sobre a República, Werebe (1994, p. 37) diz que:

No fim do século, com o advento do primeiro surto industrial mais significativo, a expansão da lavoura cafeeira, a melhoria dos meios de comunicação (redes telegráficas, ferrovias), a urbanização progressiva e o desenvolvimento das maiores cidades (construções, modernização, mudanças nos estilos de vida urbana, etc.).

O primeiro período republicano (1889 a 1930) trouxe muitas disputas de poder e o crescimento de diversos movimentos, com um caráter social, influenciados pelos anarquistas que vieram trabalhar nas indústrias e pelos primeiros sindicatos criados após a industrialização no Brasil. A educação não era vista como prioridade e o alfabetismo no Brasil era alarmante, tanto que, em 1872, a taxa de analfabetismo no Brasil⁴⁹ era de 83,2% e, em 1940, 56,1%.

O período republicano é considerado uma época conturbada, devido às trocas de presidentes e às insatisfações da sociedade, principalmente no início da República, pois ainda

⁴⁹ IBGE, 2012.

havia, em certas regiões do Brasil, influências das antigas oligarquias e de seus coronéis que não aceitavam o novo sistema. Assim:

Conforme Vieira e Farias (2007), trata-se de um período agitado, marcado por trocas de presidentes e sentimentos de insatisfação. Mesmo aparentando significar a abertura de ideias democráticas e Federalistas, a Primeira República ainda recebeu fortes influências das antigas oligarquias rurais e de seus coronéis.

Após a instalação da República e o início do governo provisório, o país começou a buscar uma adequação para a nova estrutura imposta, como as nomeações de presidentes para os estados federados. A preocupação em resolver os problemas educacionais ocorreu em 1890, quando a Reforma Benjamim Constant criou o Ministério da Instrução Pública, demonstrando a preocupação da República em atender a instrução pública e livre. Entretanto, a expressão “livre”, conforme Moura (2003, p. 32), “significava ensino sem o controle ou fiscalização do governo”. Por isso, o estudante não precisava comprovar sua formação escolar, bastando apenas a aprovação no vestibular até a terceira série ginasial.

Em 9 de janeiro de 1881, a Lei Saraiva, Decreto nº 3.029, tornava inviável o voto do analfabeto. Posteriormente, esse direito foi incorporado à Constituição Federal, em seu Art. 70, 2º inciso de 189, mas somente com a disseminação da educação popular poderia combater a aristocracia dos que sabiam ler e escrever naquela época.

Sobre a elaboração de uma nova constituição, em 24 de fevereiro de 1891, Moura (2003, p. 31) discute que:

O modelo de educação continuou privilegiando as classes dominantes, mantendo alto o percentual da população adulta analfabeta, ficando evidente que a educação do povo não sofreu grandes avanços.

Conforme explica Nagle (1997, p. 263), a vontade nacional se substituiu pela vontade de uma minoria insignificante, que fala, vota e determina. Alfabetizar significa proporcionar a aquisição de direitos políticos para as pessoas.

Na década de 1920, o Brasil passava por uma fase conturbada, com a Primeira Guerra Mundial, a Revolta Tenentista e o período conhecido como a Revolução de 30⁵⁰. Todos esses períodos de ebulição trouxeram consequências para a educação no Brasil, que, na visão de

⁵⁰ A Revolução de 1930 pôs fim à hegemonia da burguesia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil no sistema capitalista internacional. Sem ser um produto mecânico da dependência externa, o episódio revolucionário expressou a necessidade de reajustar a estrutura do país, cujo funcionamento, voltado essencialmente para um único gênero de exportação, torna-se cada vez mais precário.

Fausto (1997, p. 426), parecia possível naqueles anos, no campo de uma terapêutica em que se lançaram políticos, intelectuais, movimentos em massa, em busca das “raízes do Brasil” e das fórmulas salvadoras de um “Brasil errado”.

Para Leite (2013, p. 94), “as mudanças políticas e econômicas pelas quais o país passou, a partir da crise econômica de 1929⁵¹ abalaram toda a estrutura do Brasil, levando a uma mudança de rumo, de forma a iniciar o processo de industrialização”.

Podemos dizer que o final da abolição⁵², em 1888, também foi algo que acelerou o processo de industrialização, uma vez que o processo imigratório europeu de mão de obra assalariada colaborou com uma economia de dinheiro no Brasil, ou seja, uma massa assalariada de consumidores trabalhava nas fazendas e nos grandes centros.

Esses imigrantes possuíam um certo conhecimento nos trabalhos referentes às fábricas e eram mais alfabetizados do que os brasileiros que habitavam nas cidades, sendo necessário o incentivo dos brasileiros ao acesso à alfabetização. No período de 1930, um novo olhar para o oferecimento da educação pública começou a fazer sentido para alguns governantes no Brasil. Em virtude de ser um país agrário, a educação não era vista como obrigatória e nem como uma prioridade; por isso, boa parte da população vivia nos campos e não sentia falta de uma escolarização que desse algum significado para eles. Leite (2013, p. 94) afirma que: “De fato, a falta de escolarização não era tida como um problema grave”.

Considerando o Brasil como um país predominantemente agrário, uma grande parte da população não sentia nem mesmo necessidade ou importância da escola. Mesmo com esse cenário apresentado, não se pode negar o pensamento e as iniciativas propostas na década dos anos vinte, tampouco as diversas manifestações ocorridas durante o período da Primeira República, pois a preocupação em tornar o Brasil uma nação unida e forte tinha que ser realizada por uma educação popular. Nesse prisma, esse era o caminho para se ingressar no campo do entusiasmo pela educação, que corrobora as palavras de Miguel Couto: “Pensai na Educação, brasileiros!”.

Em 1931, a Reforma de Francisco Campos pretendia ofertar o ensino superior e secundário aos adultos trabalhadores, porém não era oferecida a eles a escola noturna, portanto, nesse período, não houve nenhuma alteração quanto à democratização do ensino. Giubilei

⁵¹ O mundo vivenciou a crise econômica de 1929. Ela foi deflagrada pela quebra da Bolsa de Nova York, considerada na época a maior crise na história do capitalismo e atingiu diversos países, paralisando suas atividades econômicas. (LEITE, 2013, p. 98)

⁵² A abolição nesse contexto estava, segundo Dean (1997, p. 253), ligada à proclamação da República, que reorientou substancialmente os planos de ação em relação à indústria. (LEITE, 2013, p. 99)

(1993, p. 36) afirma que “muitos adultos não tinham condições de estudar, dadas as limitações de tempo que o cidadão trabalhador enfrentava em seu dia a dia”.

O cenário da época não exigia mão de obra qualificada e a maioria era analfabeta, ocasionando assim o descaso com a educação. Outro fator era que muitas pessoas estavam deixando o campo migrando para as cidades e, somente em 1934, por força da Constituição, o governo instituiu nacionalmente a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário para todos os brasileiros devido ao processo de industrialização que estava começando no Brasil.

Na Constituição Federal de 1934, foram instituídas, no Brasil, a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário para todos. Ainda sobre a Constituição Federal de 1934, no Art. 152, evidencia-se a criação do Plano Nacional de Educação, mostrando que:

Art. 152 - Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais.

O texto também estabelecia a gratuidade da obrigatoriedade em vincular um percentual dos impostos para financiar a educação e um currículo que considerasse tanto o plano nacional quanto o regional. O documento também previa a competência da União, dos estados e dos municípios sobre os direitos de todos e o dever do Estado frente à Educação.

A tabela 1 apresenta, de forma resumida, a situação do analfabetismo no Brasil no período entre 1872 a 1940, considerando a população acima de 15 anos de idade.

Tabela 1 - Analfabetismo na população de 15 anos ou mais – 1872 a 1940

Ano	Total (milhões)	Analfabeta (milhões)	Taxa de Analfabetismo (%)
1872	10,1	8,4	83,2
1900	8,7	6,3	65,3
1920	17,6	11,4	65,0
1940	23,4	13,3	56,1

Fonte: (IBGE, 2012).

Conforme a tabela acima, o índice de brasileiros analfabetos ainda era preocupante, pois o processo de industrialização no Brasil já estava avançado, exigindo do brasileiro o mínimo de escolaridade para trabalhar nas fábricas. Essa situação obrigou o governo a um maior interesse pela escolarização do povo brasileiro. Em 1937, foi outorgada a nova Constituição do Brasil, que enfatizava o ensino profissionalizante determinando a criação do SENAI (Serviço

Nacional de Aprendizagem Industrial) e do SENAC (Serviço Nacional do Comércio), setores nos quais a iniciativa privada poderia investir.

Tabela 2 – Recorte histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: sumarização das concepções da Era Vargas

Período	Concepção de educação para jovens e adultos
Era Vargas (1930 – 1945)	Constituição de 1934: a educação de adultos reconhecida como modalidade diferenciada de ensino. • Proposta do Plano Nacional de Educação (PNE): ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória, incluindo os adultos. • Educação de adultos: instrumento de difusão ideológica do Estado (ajustamento social e desenvolvimento do país). • Preocupação com a educação de jovens e adultos: diminuir taxas de analfabetismo para fins de progresso do país (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA).

FONTE: Elaborado pelo autor.

Esse “Recorte histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: sumarização das concepções da Era Vargas” mostra os avanços dados à educação no período conhecido como Era Vargas. Um desses avanços foi o Fundo Nacional do Ensino Primário criado pelo Decreto-Lei 4.958, de 14 de dezembro de 1942, que se destinava à ampliação e à melhoria do ensino primário do país, assim como o Serviço de Educação de Adultos, criado em 1947, com o objetivo de criar um curso primário para adultos, voltado para capacitação de profissionais, com vistas a atender as indústrias brasileiras. A industrialização causou, no cenário nacional, uma corrida para que o sistema de ensino preparasse pessoas para o mercado de trabalho, principalmente que o trabalhador soubesse ler e escrever.

Campanhas foram criadas pelo governo federal para que adultos e adolescentes pudessem estudar com proposta voltada para o trabalho e para a profissionalização, assim como a Campanha de Educação Rural, iniciada em 1952, e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Em 1958, a União articulou com os estados um amplo esforço para oferecer o supletivo para adultos, adolescentes e analfabetos. Lourenço Filho⁵³ se tornou o principal articulador e inspirador dessa campanha, ocasionando, assim, a instalação do ensino primário supletivo em todo o território nacional. Em 1946, a Constituição Federal conferiu à União novas competências para legislar, pelas quais foram criadas as Diretrizes e as Bases da Educação Nacional. A Constituição de 1946 reconheceu a educação como direito de todos e o ensino primário oficial gratuito para todos. O Serviço de Educação de Adultos, criado em 1947, teve um forte apelo político e eleitoral em sua criação e, conforme discute Moura (2003, p. 39):

⁵³ Lourenço Filho era um intelectual da educação da época cujo pensamento e cuja ação combinavam dois temas: psicologia da aprendizagem e formação de professores.

A partir da criação do Serviço de Educação de Adultos, em 1947, foram incorporadas aos sistemas públicos convencionados a implantação de classes de educação de adultos com a finalidade de adquirir recursos e fortalecer as bases eleitorais dos partidos.

Em 1947, também ocorreu o Primeiro Congresso Nacional de Educação de Adultos, que, de acordo com Peixoto (1994), recuperou o entusiasmo por essa modalidade de ensino. A partir dessas circunstâncias, surgiu um educador muito importante na história da educação no Brasil, principalmente para a Educação de Jovens e Adultos. Por isso, não há como abordar o tema EJA sem mencionarmos Paulo Freire e sua importância na alfabetização de adultos. No final da década de 50, aconteceu o Segundo Congresso Nacional de Alfabetização de Adultos, com a presença de Paulo Freire. Baquero (2008) explica que Paulo Freire tratou a Educação de Adultos como uma perspectiva emancipatória, não como uma aprendizagem mecânica da técnica de codificação e decodificação de palavras, mas como uma leitura do mundo. Assim:

A difusão das ideias de Paulo Freire, atraiu muitos adeptos como: educadores, intelectuais, estudantes, líderes comunitários de todo o país, lutando pela educação de adultos que pregava a alfabetização e a conscientização do cidadão e sua participação no processo de transformação social. (MOURA, 2003, p. 43)

A partir desse contexto, a educação começa a ser vista como libertadora e funcional, considerada um espaço de disseminação de ideias. Do início dos anos 60 até 1963, muito se avançou em relação à Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Entre os progressos, citamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei n. 4.024/1961⁵⁴ ou que objetivava proporcionar ao estudante a formação necessária para qualificação do trabalho e preparo para o exercício da cidadania. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 previa a oportunidade de retorno aos estudos para aqueles que não os concluíram em tempo hábil, sem a obrigatoriedade de frequentar as aulas; contudo, Paulo Freire não apoiou essa nova Lei de Diretrizes e Bases, pois lutava por uma escola pública para todos. Dessa forma:

A Lei, ao contrário, privilegiava a iniciativa privada, no momento em que possibilitava que recursos públicos fossem destinados às escolas particulares, não favorecendo, assim. A democratização da educação brasileira. (MOURA, 2003, p. 45)

Os desafios enfrentados por Freire na busca da emancipação que libertaria as pessoas começaram a sofrer opressão por quem estava no poder naquele momento. Assim, Freire

buscava, na Educação de Jovens e Adultos, o desenvolvimento crítico da leitura do mundo e a conscientização política, um olhar para as camadas mais pobres, por intermédio de uma educação emancipadora e libertadora, que muitos educadores da época chamavam de “Método Paulo Freire⁵⁵”.

A partir desse contexto histórico, cultural e político, muitos movimentos foram surgindo, assim como centros populares de cultura; dessa maneira, esse período foi considerado um marco para a educação de adultos no Brasil. A educação freiriana, com seu caráter político e social, tinha como princípio trabalhar, por meio da experiência, da cultura e da história do educando, e vencer o analfabetismo político desse sujeito que, percebendo-se oprimido, libertava-se da condição de *status quo*. A mudança na educação começou a ser notada, a partir do momento em que movimentos populares, grupos sociais e sindicatos começaram a entendê-la de uma maneira crítica e dialógica. Portanto, pensar a educação nesse viés significava pensar em uma educação que levasse esse sujeito a uma transformação social e/ou cultural, ou seja, a educação de forma libertadora.

Nos meados de 1963, os militares, juntamente com uma pequena parcela da sociedade, começaram a ameaçar o governo, mostrando sinais de insatisfação; por isso, a insegurança política era nítida e o esgotamento da democracia estava evidente, somando-se isso aos interesses econômicos e sociais internos e externos e apoio do capital estrangeiro. Dessa forma, Paiva (1983, p. 259) explica que:

Os últimos meses do ano de 1963 e os primeiros de 1964 se caracterizam pela constante ameaça de golpes e contragolpes. Naquele momento, a multiplicação dos programas de alfabetização de adultos, secundada pela organização política das massas, aparecia como algo especialmente ameaçador aos grupos direitistas.

2.4 A Educação para os Jovens e Adultos durante o período da Ditadura Militar

Com a entrada dos militares no poder, em 1964, programas de alfabetização e educação popular foram quase extintos, funcionando muitas vezes de modo clandestino. As ideias de Paulo Freire sobre uma educação emancipatória passariam a ser reprimidas nesse período da história do Brasil.

Segundo Di Pierro (2014, p. 39):

⁵⁵ O Método Paulo Freire tinha como propósito a alfabetização pretendendo levar o sujeito à libertação. Essa libertação não acontece somente no campo cognitivo, mas essencialmente nos campos social e político.

O pensamento emancipador de Paulo Freire, que emergiu naquele período, entretanto, foi expurgado dos programas governamentais durante o regime militar que, no intuito de absorver no mercado de trabalho o fluxo de migrantes rurais pouco escolarizados, institucionalizou a Educação de Jovens e Adultos no sistema escolar (em especial nas redes estaduais de ensino) por meio do ensino de supletivo, concebido como estratégia alternativa de certificação e reposição acelerada de escolaridade não realizada na infância ou adolescência.

Com o golpe de 1964, realizado pelos militares no Brasil, o processo de emancipação proposto por Paulo Freire tornou-se um obstáculo para o processo de controle social desejado pelos militares. O método de alfabetização Paulo Freire foi extinto pelos militares, pois seu modelo de alfabetização não era condizente com a proposta de fornecer ao mercado de trabalho mão de obra técnica.

Como consequência, muitas atividades foram encerradas, obras de arte foram destruídas e vozes foram silenciadas. As manifestações populares foram proibidas, assim como qualquer manifestação contra o governo. Para Jardimino e Araújo (2015, p. 44), “O governo abriu ao ‘terceiro setor’ espaço para que ações e programas de alfabetização e escolarização de adultos pudessem ser ofertados”, ocorrendo, assim, uma descaracterização da proposta de Freire.

Naquele período, o único movimento que não se dissipou foi o MEB da Igreja Católica. Segundo explica Fávero (1994, p. 1), “O MEB foi criado em 1961, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas”.

O governo militar, em 1967, implantou o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral. A proposta desse movimento visava acabar com o analfabetismo e oferecer condições para continuar seus estudos aos jovens. Jardimino e Araújo (2015, p. 45) dizem que: “o Mobral concentrava-se no ensino da leitura e da escrita e de alguns conhecimentos matemáticos”. A Lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967, que criou o Mobral, objetivava oferecer ascensão escolar e uma condição melhor de vida, não se importando com as situações sociais, ou seja, bastava aprender a ler, escrever e contar, que estaria pronto para a vida. Assim:

O MOBREAL funcionou como uma grande campanha de cunho nacionalista que buscava ampliar a base de legitimidade do Governo de Exceção, que havia estabelecido no Brasil, através da ruptura da ordem institucional vigente, o golpe militar de 1964. (YAMASAKI e SANTOS, 1999, p. 9)

O Mobral era compreendido como o período do 1º ao 4º ano do ensino fundamental, com um conteúdo reduzido que não atendia os anseios populares. Paiva (1987, p. 99) diz que não descarta a hipótese que “o movimento tenha sido pensado também como instrumento de

obtenção de informações sobre o que se passava nos municípios do interior do país e na periferia das cidades e de controle sobre a população. Ou seja, como instrumento de segurança interna”.

Em 1985, o Mobral foi extinto, por ter se tornado inviável pelo alto custo financeiro. O Ministério da Educação e Cultura regulamentou, em 1971, por meio da Lei n. 5.692, a campanha de alfabetização de adultos e adolescentes. Na iniciativa privada, também ocorreram projetos como a Alfasal⁵⁶, que perdurou até os meados de 2009.

2.5 A democracia e a Educação de Jovens e Adultos

Com o fim da Ditadura Militar em 1985, o Mobral seguiu o mesmo caminho e foi extinto e substituído pelo Projeto Fundação Educar, que durou até 1990. A proposta consistia em ofertar a educação básica para as pessoas que não conseguiram estudar no tempo certo. O momento era de se pensar em uma nova ideologia, porém, conforme explica Moura (2003, p. 48), a proposta apresentada visava “atender aos interesses do capitalismo” e não aos movimentos sociais.

A Constituição Federal de 1988 trouxe avanços para a Educação de Jovens e Adultos, visto que o artigo 208 diz que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL,1988).

Percebe-se que o artigo traz a preocupação com as pessoas que não tiveram condições de estudar na idade certa, garantindo a oferta gratuita da educação. Para Paiva (2009, p. 133), “a perspectiva do direito como caminho para efetivação da democracia educacional inaugura, não apenas para as crianças, mas principalmente para jovens e adultos, uma nova história na educação brasileira”. Para fortalecer ainda esse direito, a EJA foi reconhecida como modalidade da educação básica⁵⁷ e consolidou-se esse direito no Art. 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, a qual define que: “A educação de jovens e adultos será destinada

⁵⁶ O Alfasal foi um programa de combate ao analfabetismo que teve o intuito de desenvolver um movimento de solidariedade nacional a fim de minimizar essa forma de exclusão. Esta proposta foi desencadeada a partir de um projeto piloto em janeiro de 1997, em que foram selecionados 38 municípios cujos indicadores, segundo o Censo de 1991 do IBGE, apontavam taxas de 60% da população jovem como analfabetas. Disponível em: <<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/2669/1/Programa%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20solid%C3%A1ria.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2022.

⁵⁷ Art. 22 da LDB nº 9.394/96. Está prevista a Educação de Jovens e Adultos – EJA, classificada como parte integrante da Educação Básica, sendo, portanto, dever do Estado disponibilizar vagas nessa modalidade de ensino aos que não foram escolarizados na idade considerada como correta. Antes, porém, é necessário analisar, mesmo que de forma breve, a história da Educação de Jovens e Adultos (LDB nº 9.394/96).

àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

Segundo mostra Di Pierro (2014, p. 40):

As leis aprovadas no período de redemocratização reconheceram a educação fundamental como direito público subjetivo dos jovens e adultos e responsabilizaram as três esferas de governo, em regime de colaboração, pela provisão de cursos e exames para aqueles que fossem analfabetos ou tivessem baixa escolaridade.

Todas essas conquistas em relação à modalidade de Educação de Jovens e Adultos elevaram a importância dos estudos daqueles que não tiveram acesso à educação na idade certa. Em vista disso, temos que levar em conta a luta histórica pela igualdade do direito à educação e os retrocessos que o ensino da EJA sofreu em toda a sua trajetória na educação brasileira.

As medidas neoliberais que foram adotadas pelo governo brasileiro no início de 1990 centralizaram-se em um movimento de privatizações, acabando com os monopólios do Estado e abrindo o comércio brasileiro para os países estrangeiros. Essas mudanças ocorridas no Brasil influenciaram as políticas públicas, direcionando toda a responsabilidade da Educação Básica nas mãos dos estados e dos municípios. Desse modo, a EJA ficou fragilizada, no sentido de que os recursos financeiros foram empenhados no atendimento às crianças e aos jovens, deixando a Educação de Jovens e Adultos quase sem assistência. Sobre esse cenário:

Jovens, adultos(as), idosos(as) precisam ser reconhecidos(as) como sujeitos de direito, pois, em virtude das situações de desigualdade presentes na sociedade brasileira, e ausência do Estado na garantia de direitos, lhes foi negado o direito à educação no passado, e lhes dificultado no presente. (CAPUCHO, 2012, p. 22)

Com a redemocratização, a Educação no Brasil precisou se reconstruir; o alto índice de analfabetismo e a exclusão social ficaram muito evidentes; novos planos precisavam ser colocados em prática na busca de superar o atraso educacional deixado pelos governos militares; várias parcerias foram feitas entre ONGs (organizações não governamentais), municípios, universidades, grupos informais, fóruns estaduais e nacionais; todos em busca de uma qualidade para a educação de jovens e adultos.

Sendo a educação um direito, devemos falar de prioridades e tratamento igualitário a todas as pessoas que não concluíram seus estudos no tempo certo, em virtude de termos uma dívida histórica com eles. Essa dívida histórica é vista como secular, uma vez que o atendimento direcionado à EJA sempre mostrou fragilidades na formação docente, baixa qualidade teórica, currículo engessado e desvinculado às realidades dos estudantes. Segundo Lima (2017, p. 361),

foram necessários 50 anos de lutas por meio de campanhas de alfabetização e projetos direcionados à Educação de Jovens e Adultos para que a defasagem educacional fosse combatida. Atualmente, o cenário que é apresentado, em se tratando de políticas públicas, vem no que está previsto no Art. 22 da LDB nº 9.394/96, que diz que a Educação de Jovens e Adultos – EJA é classificada como parte integrante da Educação Básica, sendo, portanto, dever do Estado disponibilizar vagas nessa modalidade de ensino aos que não foram escolarizados na idade considerada como correta. Ainda em seu Art. 37º § 1º, tem-se que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Mesmo sabendo que a LDB de 1996 garante direitos aos sujeitos que não concluíram seus estudos em tempo certo, é necessário se pensar em currículo diferenciado e em uma formação de professores que atendam essa demanda educacional, com um olhar às suas especificidades, uma vez que muitos buscam, por meio da EJA, uma condição melhor para alcançar êxito no trabalho ou galgar o Ensino Superior. No ano 2000, em um contexto político e econômico, a EJA voltou a ser tratada como agenda prioritária, cujas políticas foram direcionadas para a inclusão da modalidade em regime de colaboração entre as três esferas⁵⁸.

2.6 Programas federais relacionados à EJA e outras criações em 2000 em diante

No ano de 2000, muitos avanços ocorreram em relação a Educação de Jovens e Adultos, principalmente com a formação do jovem que estava fora dos bancos escolares, sua preparação para o mercado de trabalho, para o empreendedorismo. Assim, elencamos alguns programas que foram importantes nas primeiras décadas para esse público escolar.

Conforme Machado (2000):

Quadro 9 – Programas implantados para a EJA

2002	Foi criado o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens (Encceja), que oferecia exames supletivos para a conclusão de escolaridade, com abrangência nacional.
2003	Programa Brasil Alfabetizado (PBA), criado para erradicar o analfabetismo até 2017 e atender progressivamente jovens e adultos a partir de 15 anos de idade, no Ensino Básico. Em Sergipe, esse programa recebe o nome de Sergipe Alfabetizado.

⁵⁸ Ao se referir a esferas, estamos nos remetendo aos três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

2004	SECADI, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, criada pelo Governo Federal, dentro do Ministério da Educação. Nela estão reunidos temas como alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação escolar indígena, e diversidade étnico-racial, temas antes distribuídos em outras secretarias. O objetivo da SECADI é contribuir para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos os cidadãos em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação.
2005	PROJOVEM Urbano e do Campo, Programa de Inclusão de Jovens, atende a jovens de 18 a 24 anos de idade que terminaram a quarta série, mas não concluíram o Ensino Fundamental e que não possuem emprego com carteira assinada. O curso dura um ano e vai proporcionar aos jovens a conclusão do ensino fundamental, o aprendizado de uma profissão e o desenvolvimento de ações comunitárias, além do incentivo mensal de R\$100 para quem assistir a 75% das aulas. As ações comunitárias são desenvolvidas a partir de projeto elaborado pelos estudantes, com orientação de assistentes sociais. O objetivo é promover a inserção dos jovens no processo de participação social e valorizar o protagonismo juvenil. Pode incluir a prestação de serviços à comunidade, o desenvolvimento de campanhas comunitárias, vacinação, mobilização social etc.
2005/2006	Projeto Educando para a Liberdade promoveu uma aproximação inédita entre o MEC e o Ministério da Justiça, com apoio da Unesco, com o objetivo de afirmar o direito à educação e melhorar as condições de sua oferta nos presídios brasileiros, onde vivem aproximadamente 423.000 jovens e adultos, dos quais 67% não têm o ensino fundamental completo (analfabetos – 8%, alfabetizados – 14%, ensino fundamental incompleto – 45%) e apenas 17% participam de atividades educacionais. (BRASIL, 2009)
2006	PROEJA, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos que busca a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante.
2007	PNLA, Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos e posteriormente estendido para a EJA, nas séries iniciais.

Além da preocupação pela empregabilidade, os programas federais também focaram no combate ao analfabetismo entre os brasileiros com políticas voltadas ao atendimento ao adulto analfabeto, priorizando o atendimento do jovem com mais de 15 anos que não concluiu o ensino fundamental. Em 2005, o governo federal cria o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) e a Secretaria Nacional de Juventude, formados por membros da sociedade civil (2/3) e do poder público (1/3) voltado para as ações de políticas públicas voltadas ao público jovem. Já a Secretaria Nacional de Juventude tem a finalidade de promover pesquisas e diagnósticos sobre a juventude brasileira, além de elaborar, consolidar e executar as Políticas Nacionais de Juventude. Ainda em 2005, o Governo Federal instituiu o Decreto n 5.478/2005, de 24 de junho de 2005, o PROEJA (Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos) para atender exclusivamente o Ensino Médio, tendo sido posteriormente revogado para incluir o Ensino Fundamental também, passando a denominar-se

Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Segundo Castro (2016, p. 5):

No âmbito da política de integração do PROEJA a finalidade básica está na capacidade de proporcionar a formação integral do educando, tornando-o capaz de compreender a realidade social com todas as suas nuances, e nela inserir-se de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos, especialmente os da classe trabalhadora.

A política de integração do PROEJA se tornou um incentivo de uma educação interessada na autonomia intelectual, ética, política e humana, voltada à formação profissional, levando em consideração a vivência crítica e emancipadora do estudante.

No sistema prisional federal de Mato Grosso do Sul, os privados de liberdade podem realizar o Enceja que é próprio para as pessoas que não conseguiram concluir seus estudos na idade certa. Nas unidades prisionais e socioeducativas, os privados de liberdade também podem realizar o exame, uma vez que o Enceja acontece de forma voluntária e gratuita, para jovens e adultos que residem no Brasil e no exterior, e também para as pessoas privadas de liberdade que não tiveram condições de concluir seus estudos na idade apropriada.

O Enceja PPL (Pessoas em Privação de Liberdade) é uma das modalidades do Enceja e é voltado para as pessoas que se encontram em unidades prisionais ou socioeducativas. Em 2018, ocorreu a oferta do Enceja PPL e, conforme dados⁵⁹ do Ministério da Educação, houve 80.683 inscritos, sendo 71.115 do sistema prisional e 9.568 do sistema socioeducativo. A aplicação das provas aconteceu em 1.041 unidades prisionais e 324 unidades socioeducativas de 701 municípios. No Mato Grosso do Sul, 1.733 detentos realizaram a prova.

2.7 Conhecendo o Projeto Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II

O projeto Conectando Saberes II/EAD teve sua origem por meio de um termo de cooperação celebrado entre o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP e Agência de Administração do Sistema Penitenciário - AGEPEN.

Ainda por meio desse termo, foi possível celebrar um outro termo de cooperação entre a Agência de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN/MS, com o objetivo de ofertar para os privados de liberdade a Educação de Jovens e Adultos, conforme o Plano

⁵⁹ Informações extraídas do site governamental do Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec/oferta-voluntaria/33461-noticias/enceja>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

Estadual de Educação para pessoas privadas de liberdade e egressas do Sistema Prisional do Estado de Mato Grosso do Sul⁶⁰.

Implantado na Penitenciária Federal em Campo Grande – PFCG, em agosto de 2018, o projeto Conectando Saberes II/EAD surgiu para oportunizar aos internos - jovens, adultos e idosos - escolarização ou complementação dos seus estudos no âmbito da educação de Jovens e Adultos, desenvolvendo a capacidade dos estudantes de aprenderem de forma autônoma, incluindo sua formação ética e o seu desenvolvimento intelectual.

A escolha pela modalidade de ensino a distância se justificou devido ao grande número de transferências que ocorriam no Presídio Federal de Campo Grande, prejudicando assim o privado de liberdade que precisava concluir seus estudos. Outro fato é que, por ser um modelo de escola tradicional, tornou-se menos incluyente e mais excludente - conforme o número de turmas que eram abertas no início do ano e, durante o ano, as transferências para outro presídio esvaziavam-nas, chegando ao término do ano letivo com poucos concluintes.

Segundo Santos e Ramos (2020, p. 153):

A esse respeito, é importante destacar que as transferências de internos, tanto por rodízio entre as penitenciárias federais ou por regresso ao estado de origem, além de interromper os estudos e a formação escolar, gerava um dado qualitativo, cuja leitura apontava para um alto índice de evasão escolar- exclusivamente presencial - seriado e com terminalidade anual, caracterizou-se fortemente cada vez menos inclusivo, fosse pelo pouco número de vagas possíveis (três turmas com, no máximo, treze alunos, 39 vagas no total para as etapas de Ensino Fundamental e Ensino Médio), fosse pelo grande número de transferências de alunos antes do término do ano letivo, assim como pela impossibilidade de novas matrículas a partir do 2º semestre, fator de esvaziamento das turmas.

Por não ter esse controle em relação à presença do aluno, muitos apenados acabavam desistindo de estudar por não ser o responsável direto por decidir em continuar seus estudos, pois nem sempre havia a garantia de que, quando transferido, poderia ser reincluído na educação básica no presídio de destino. Outra situação preocupante que acontecia no Presídio Federal era a questão de segurança, pois nem sempre havia o número de agentes para acompanhar as aulas no presencial, ocasionando muitas vezes o cancelamento das aulas.

Sobre isso, Santos e Ramos (2020, p. 153) nos diz que “Considerando a prioridade das rotinas e procedimentos de segurança, fato intrínseco à natureza de um estabelecimento prisional, sempre que o efetivo de Agentes Federais de Execução Penal encontrava-se

⁶⁰ Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Plano-Estadaul-de-Educacao-para-os-Privados-de-Liberdade-e-Egressos-do-Sistema-Prisional-de-MS-1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

insuficiente para a demanda de todas as demais atividades e assistências, as aulas eram suspensas em detrimento de tais procedimentos”. Ainda conforme Santos e Ramos (2020, p. 153):

As Organizações criminosas (ORCRIMs) rivais entraram em disputas por rotas e áreas de influência de tráfico de drogas e armas em todo o país, e tais fatos refletiram dentro das unidades prisionais, acentuando-se tal ocorrência também na PFCG, o que inviabilizou a execução da modalidade de estudo presencial, pois internos que antes possuíam convívio, repentinamente passaram a figurar como oponentes, tornando eventual convívio em sala de aula insustentável logicamente em decorrência do princípio da preservação da própria vida.

Levando em conta todas essas situações, foi firmado o convênio com a Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul e o PFCG para implantação de um modelo de oferta educacional que pudesse ser executada totalmente a distância. Do resultado dessa parceria surgiu a criação do Projeto Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, aprovado pela Resolução/SED n. 3.467, de 31 de julho de 2018, para atender a Penitenciária Federal em Campo Grande-MS, cenário de nossa pesquisa. A SED/MS é o órgão responsável por ofertar a EJA, em atuação conjunta com a AGEPEN/MS e a Penitenciária Federal de Campo Grande – PFCG/MS.

De acordo com Ferreira (2020, p.2):

A proposta pedagógica do curso de Educação de Jovens e Adultos - Conectando Saberes II/EAD, está inserida em políticas públicas de alta complexidade, pois, primeiramente, visa abarcar estudantes com grandes defasagens escolares com o aprimoramento de ações educacionais com uso de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC, oportunizando somente material impresso, livros, apostilas e atividades elaboradas por professores conteudistas, em ações que flexibilizam os estudos em tempo e espaços diferenciados.

CAPÍTULO III - EDUCAÇÃO PRISIONAL NO BRASIL E A ATUAÇÃO/OS DESAFIOS DOS PROFESSORES FRENTE A ESSA REALIDADE

O presente capítulo tem como objetivo apresentar a história do sistema prisional brasileiro e as políticas de educação para as prisões brasileiras, a ressocialização como direito e garantia definidos pela Lei de Execução Penal⁶¹ e as relações entre os privados de liberdade, estabelecendo uma ponte com a formação continuada do professor. Visto que o mundo vive em constante transformação, é necessário compreender a dinâmica da cultura digital, assim como a importância do educador diante de sua profissão, considerando que refletir sobre a prática significa pensar sobre o que se faz, principalmente nesse ambiente social que se tornou complexo e instável para o professor. Além disso, nesta parte do trabalho, pretende-se compreender as Políticas Públicas de Educação⁶² específicas voltadas às particularidades do sistema prisional.

3.1 Políticas de Educação para as prisões brasileiras

Partindo da legitimidade de que a Constituição Federal de 1988 garante, em seu capítulo II – Dos Direitos Sociais, em seu Art. 6º, que:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Além disso, como é sabido que os direitos dos privados de liberdade estão mantidos independentemente das ações que caracterizaram o crime, entendemos que a política de educação no cárcere também está amparada pelas diversas Diretrizes e Resoluções, conforme o levantamento feito por Julião (2016): nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

⁶¹ A Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210, de 1984.

⁶² [...] é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar. (OLIVEIRA, 2010)

de Jovens e Adultos⁶³ em situação de privação de liberdade; nas Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, n.º 3, de 2009, e do Conselho Nacional de Educação - CNE, n.º 2, de 2010; no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, Lei n.º 12.433/2011, que dispõe sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho; no Decreto Presidencial n.º 7.626/2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito prisional - CNPCP, n.º 09, de 2011, que determina previsão de módulos educativos, laborais, de esporte e de lazer na construção de novas unidades penais; na Lei n.º 13.163, de 09 de setembro de 2015, que institui o Ensino Médio nas penitenciárias; e, por último, nos documentos aprovados pelas Conferências Nacionais de Educação Básica (2008) e de Educação (2010 e 2014) e no Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Para Julião (2016), a Educação para Jovens e Adultos nos presídios não é um benefício para os privados de liberdade, mas um direito previsto em Lei, conforme determina a Constituição Federal de 1988, garantia consolidada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e pela Lei de Execução Penal - LEP (1984), a qual preconiza que é dever do Estado prestar assistência ao preso, com o intuito de prevenir o crime e orientar o retorno desse condenado à convivência em sociedade, o que vai ao encontro dos objetivos da execução dessa pena, que consiste em proporcionar ao condenado a harmônica integração social.

A LEP (1984), na seção V, especifica que:

Art. 17 - A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Art. 18 - O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa. Art. 19 - O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. Parágrafo Único - A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição. Art. 20 - As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados. Art. 21 - Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provido de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos está amparada pelas Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade, bem como na Resolução CNPCP, n.º 3, de 2009, em particular o Art. 5.º, que prevê que as autoridades responsáveis pelos estabelecimentos penais devem propiciar espaços físicos adequados às atividades educacionais (salas de aula, bibliotecas, laboratórios etc.), integrar as

⁶³ RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

práticas educativas às rotinas da unidade prisional e difundir informações incentivando a participação do(a)s preso(a)s e internado(a)s. Além disso, ela também está mencionada na Resolução CNE/CEB n.º 2, de 19 de maio de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais, especificando a oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

O Decreto n.º 7.626, de 24 de novembro de 2011, no Art. 1º, que institui o PEESP - Plano Estratégico de Educação no Âmbito do Sistema Prisional, o qual contempla os estabelecimentos penais, oferta a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional e Tecnológica e a Educação Superior (Art. 2.º), destacando-se: “I - promoção da reintegração social da pessoa em privação de liberdade por meio da educação (Art. 3.º)”.

Com a apresentação desses textos jurídicos, comprovamos que a ressocialização ou a reinserção do privado de liberdade é amparada por lei e deve, por meio dos planos estaduais, ser colocada em prática, por conta do compromisso firmado com os Ministérios da Educação e da Justiça.

3.2 Entre as grades e as paredes da prisão

O sistema oprime quem já foi o opressor, e todo opressor já foi oprimido. Segundo Bueno (2007, p. 09), “[...] as injustiças e opressões do seu interior nada mais são do que a expressão mais escarrada das injustiças e opressões às quais é exposta a parcela mais miserável da população brasileira (que ‘coincidentalmente’, superlota as nossas cadeias, presídios e penitenciárias)”. Nesse sentido, os privados de liberdade:

[...] são, com certeza, produtos da segregação e do desajuste social, da miséria e das drogas, do egoísmo e da perda de valores humanitários. Pela condição de presos, seus lugares na pirâmide social são reduzidos à categoria de “marginais”, “bandidos”, duplamente excluídos, massacrados e odiados. (ONOFRE, 2007, p. 12, grifos do autor)

A autora não descreve as ações que o detento cometeu, no intuito de nos sensibilizar, mas para que possamos compreender que: “[...] as prisões caracterizam ‘teias de relações sociais’ que promovem violência e despersonalização dos indivíduos” (ONOFRE, 2007, p. 13, grifo do autor).

Onofre (2007), ainda, explica que, ao chegar à prisão, o privado de liberdade deve se despir de toda concepção de si mesmo, de toda sua vivência; por consequência, será destituído de seu referencial, desvinculando-se de todos os seus pertences pessoais, roupas e documentos. Portanto, o sinal de pertencimento a uma sociedade não existe mais, de maneira que foi retirado

dele, no momento em que substitui a sua roupa pelo uniforme da instituição. Além disso, a sua identificação não será mais pelo nome, mas por um número. Nesse momento, inicia-se a perda de suas identificações anteriores, para assumir os parâmetros ditados pelas regras institucionais.

Ao adentrar a prisão, esse detento é submetido às regras institucionais do local, que ditam como deve ou não se comportar e seus direitos e deveres. É necessário que ele se adapte à rotina do presídio para que tenha uma boa convivência, porém os detentos são cooptados a seguirem outra regra, chamada de “teste de obediência”, que, segundo Onofre (2007), é o processo de admissão, conhecido como teste de boas-vindas. Onofre (2007) também relata que o novato é cooptado a participar de um grupo, de modo a receber as noções claras da situação. O detento, então, conhece as regras estabelecidas, assim como prescrições, proibições e conduta do internado conforme o sistema carcerário no Brasil.⁶⁴

Conforme Onofre (2007), muitos dos privados de liberdade são forçados a entrar em facções ou grupos nos presídios para sobreviverem ao período estabelecido até cumprirem as suas penas. Há casos em que, mesmo após saírem da prisão, continuam obedecendo aos comandos das facções. Esse modelo estabelecido no interior das prisões constitui-se um dos fatores que dificultam a ressocialização do recluso, entre os vários motivos que o inibem de procurar a educação entre as grades, como veremos a seguir.

3.3 Conhecendo a Penitenciária Federal de Campo Grande-MS

A Penitenciária Federal de Segurança Máxima de Campo Grande-MS ou Penitenciária Federal de Campo Grande-MS tem 12.300 m² de área construída e faz parte das 5 (cinco) unidades prisionais federais que foram construídas no Brasil com a missão de: “Combater o crime organizado, isolando suas lideranças e presos de alta periculosidade, por meio de um rigoroso e eficaz regime de execução penal, salvaguardando a legalidade e contribuindo para a ordem e a segurança da sociedade”, conforme o Art. 3º do PET/SPF⁶⁵ 2019-2023, Portaria n. 103, de 18 de fevereiro de 2019. Segundo Nunes⁶⁶ (2020 p. 103):

Os Presídios Federais foram concebidos precipuamente para solucionar essa problemática e abrigar os presos líderes de organizações criminosas que, mesmo recolhidos a presídios estaduais de segurança máxima, continuam, de dentro das cadeias, no comando da prática de crimes.

⁶⁴ O sistema carcerário brasileiro consiste nas prisões federais e estaduais, tanto masculinas quanto femininas.

⁶⁵ Plano Estratégico do Sistema Penitenciário Federal.

⁶⁶ Walter Nunes - Juiz Titular da Segunda Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

Ainda, conforme o Decreto Presidencial Nº 6.877, de 18 de junho de 2009, somente podem ir para esse presídio pessoas que desempenharam função de liderança, crimes com violência ou grave ameaça.

Figura 4 - Penitenciária Federal de Segurança Máxima de Campo Grande-MS



Fonte: <https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/penitenciarias-federais/pfcg>.

Essas unidades prisionais requerem todo um aparato de segurança, a fim de garantir todo um controle em relação ao que entra e sai do presídio, assim como para impedir a entrada de objetos proibidos ou itens entregues por terceiros, como alimentação e vestuário. Os privados de liberdade ficam em cela separadas sem o contato visual com outros detentos. Os servidores da PFCG são formados para executar um sistema que vigia e controlar todos os privados de liberdade 24 horas por dia, realizando várias funções administrativas de monitoramento de câmeras, segurança de postos, vigilância, conforme a Lei de Execução Penal (LEP), assim como o acompanhamento das visitas sociais e a análise minuciosa de tudo que entra e sai do presídio.

Figura 5 – Modelo de celas individuais 1 – Presídio Federal



Fonte: Ministério Público Federal⁶⁷.

Em 2018, a unidade prisional de Campo Grande-MS contava com aproximadamente 316 privados de liberdade em suas dependências, conforme relatório do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões⁶⁸, que realizou o cadastro nacional de presos elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça⁶⁹.

Figura 6 – Modelo de celas individuais 2 – Presídio Federal



Fonte: Ministério Público Federal.

Conforme Nunes (2020), os presos do Presídio Federal são mantidos em celas individuais, para que ocorra maior controle e monitoramento de vídeo das áreas comuns do cárcere, diminuindo assim seu contato com o mundo exterior. A segregação e o isolamento não são absolutos, pois, naturalmente, não é vedado pela lei o contato entre os presos com seus familiares e respectivos advogados, sendo que os privados de liberdade também têm direito a banho de sol coletivo.

⁶⁷ Ministério Público Federal. <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/dados-da-atuacao/eventos-2/eventos-internacionais/conteudo-banners-1/projeto-brasil-mocambique/palestra-sistema-penitenciario-Federal-arcelino-damasceno.pdf>.

⁶⁸ O Banco Nacional de Mandado de Prisão (BNMP) foi instituído pela Lei n. 12.403/2011, que acrescentou o artigo 289-A ao Código de Processo Penal e foi regulamentado pela Resolução n. 137/2011 do Conselho Nacional de Justiça. Trata-se de sistema mantido pelo CNJ voltado ao registro das ordens de prisão decretadas pelas autoridades judiciárias no país.

⁶⁹ Constituiu prioridade para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2016/2018, a busca de caminhos de superação da crise penitenciária brasileira. O desafio de induzir políticas judiciárias consistentes e de se produzir, nos limites das atribuições constitucionais do Conselho Nacional de Justiça, diretrizes para atuação do Poder Judiciário no monitoramento e na fiscalização das atividades de gestão prisional, esbarra, na maioria das vezes, na dificuldade de exata compreensão da natureza e extensão dos problemas relativos ao sistema penitenciário. Conselho Nacional de Justiça. (2018, p. 14)

3.4 A escola como espaço de ressocialização: um caminho para liberdade

O sistema prisional brasileiro está fadado a uma crise⁷⁰, bastando se observarem relatos dessa falência pelos meios de comunicação, com imagens de presos revoltados, fugas em massa e celas superlotadas. Esse cenário pode ser verificado por meio do último levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), o qual demonstrou que, de julho a dezembro de 2019, o sistema prisional apresenta o déficit de 312.925 vagas, sendo que existem 755.274 privados de liberdade nos presídios. O levantamento também mostrou que 16,53% deles estudam, de modo a revelar que a educação está presente desde a alfabetização até o Ensino Superior.

A Lei de Execução Penal de 1984, em seu Art. 88, diz que:

O condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório. Parágrafo único. São requisitos básicos da unidade celular: a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana; b) área mínima de 6,00m² (seis metros quadrados). (p. 18)

Os direitos dos privados de liberdade são compreendidos, por uma parcela da sociedade, como regalias. Segundo essa lógica, tomar banho, alimentar-se bem, dormir e até receber visitas não poderiam acontecer, pois o contato com o mundo exterior deveria ser banido. Assim:

[...] as pessoas creem que o processo penal termina com a condenação e não é verdade, as pessoas creem que a pena termina com a saída do cárcere, e que não é verdade; as pessoas creem que o cárcere perpétuo seja a única pena perpétua; e não é verdade: A pena, se não mesmo sempre, nove vezes em dez, não termina nunca. Quem em pecado está é perdido, Cristo perdoa, mas os homens não. (CARNELUTTI, 1995, p. 91)

Sendo assim, os presídios tornam-se depósitos de pessoas, onde os direitos mínimos dos presos são ignorados como forma de punição, não havendo, por parte do poder público, empenho para mudar essa realidade. Dessa forma, “[...] o ambiente prisional é contraditório, a começar por sua arquitetura, que separa, esconde, afasta o condenado da sociedade, punindo-o e vigiando-o, enquanto fala de educação e reinserção social” (ONOFRE, 2007, p. 24).

O modo de pensar de muitos governantes também assimila a ideia de que o sujeito aprisionado está preso e deve pagar da pior forma possível, mesmo que ele tenha sido julgado,

⁷⁰ Essa crise carcerária é o resultado, principalmente, da inobservância, pelo Estado, de algumas exigências indispensáveis ao cumprimento da pena privativa de liberdade. (GRECCO, 2017, p. 231)

recolhido e esteja cumprindo o crime cometido. Nesse sentido, não basta estar preso, deve-se sofrer na prisão. Nesse sentido:

O problema carcerário nunca ocupou, basicamente, a pauta de preocupações administrativas do governo. O tema vem à tona normalmente, em situações de crises agudas, ou seja, quando existe alguma rebelião, quando movimentos não governamentais trazem a público as mazelas existentes no cárcere, enfim, não é uma preocupação constante dos governos a manutenção de sistemas carcerários que cumpram a finalidade para as quais foram construídos. (GRECCO, 2017, p. 231)

Nessa perspectiva, a falência do sistema penitenciário passa pelo controle ineficiente daqueles que deveriam zelar por um sistema que, na teoria, pudesse manter os detentos nos presídios. Grecco (2017, p. 231) aponta alguns fatores que exercem influência sobre a crise das prisões, sendo elas:

a) A ausência de compromisso por parte do Estado no que diz respeito ao problema carcerário, o tema muitas vezes vem à tona em momentos de crises agudas; b) Controle ineficiente por parte daqueles que deveriam atuar/fiscalizar o sistema penitenciário; c) Superlotação carcerária que é um mal que corrói o sistema penitenciário, o movimento de lei e ordem, a cultura da prisão como resolução dos problemas; d) Ausência de programas destinados à ressocialização dos condenados é um fator que também contribuiu para a falência prisional, assim como os outros fatores.

O autor ainda elenca a ausência de recursos mínimos para a manutenção da saúde e o despreparo dos funcionários que exercem suas funções no sistema prisional. Nesse mesmo sentido, Bueno (2007, p. 09) afirma “que as estruturas são autoritárias, desumanas e repressoras”.

Então, quando se fala de direitos e garantias previstos pela Constituição Federal, deparamo-nos com a situação do sistema prisional e com as mazelas políticas e sociais e começamos a questionar se a ressocialização do privado de liberdade torna-se algo distante de se concretizar, sendo necessário o desenvolvimento de uma política séria de enfrentamento a todas essas situações, em que a sociedade civil possa exigir da classe política um posicionamento em referência às políticas públicas efetivas e de qualidade, com vistas a investir na educação, com foco na ressocialização do privado de liberdade.

Essa ressocialização é apresentada como processo de reinserção do privado de liberdade ao convívio social e aqui vamos apresentar como os dois pilares: trabalho e educação. Ambos os pilares propõem levar o privado de liberdade ao convívio social.

Os pilares da ressocialização remetem ao primeiro pilar, que é o trabalho. Frigotto (2009, p. 72) discute que “é através dele que o ser humano produz a si mesmo, produz a resposta

às necessidades básicas, imperativas, como ser da natureza (mundo da necessidade), mas também e não separadamente às necessidades sociais, intelectuais, culturais, lúdicas, estéticas, artísticas e afetivas (mundo da liberdade)”. A fala de Frigotto vem ao encontro do sentido do trabalho como emancipador, porque, por meio dele, se pode tirar o seu sustento financeiro e sucessivamente desfrutar dos benefícios que o trabalho proporciona. Esse tempo que o privado de liberdade passa apreendendo uma profissão e/ou trabalhando em um ofício no sistema penal o capacita para o mercado de trabalho. Esse cidadão terá condições de trabalhar garantindo sua produtividade e rentabilidade após o retorno à sociedade, conforme a Lei nº 12.433, de 2011, que alterou a Lei de Execução Penal, Lei no 7.210, de 1984, para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.

A educação para o privado de liberdade é vista como um caminho para a ressocialização, como uma oportunidade de retorno à sociedade, garantindo a remição de parte do tempo de execução da sua pena por meio dos estudos. Sobre a remição de pena, Silva (2021, p. 25) nos diz que:

A educação tem um grande impacto na vida dos apenados, pois eles têm a oportunidade de adquirir conhecimentos, melhorar suas atitudes e comportamento ainda estando preso. E depois de libertos, ela pode contribuir para dar a oportunidade às pessoas egressas da prisão, de colocarem as aprendizagens educativas vividas no cárcere em prática cotidianas, vivendo em sociedade.

Essa ressocialização prevista em lei⁷¹ chega até os professores de uma forma complexa, exigindo muitas vezes uma resposta imediata ou soluções rápidas que resolvam a situação educacional dos carcerários, cabendo a eles a busca de formações que lhes deem condições concretas de trabalho, uma vez que estão lidando com uma camada da sociedade que as instituições educacionais superiores não os prepararam para vivenciar. Pensar em uma ressocialização na qual a escola é vista como um caminho para a liberdade é colocar todo o peso de uma educação que não alcançou êxito quando esse privado de liberdade estava fora das grades da prisão nas “mãos” de uma educação prisional que, por lei, estabelece que a assistência educacional é direito do privado em liberdade. O fato de oferecer esse direito não garante que o apenado⁷² saia ressocializado para o convívio em sociedade por inúmeros fatores já discutidos neste trabalho, mas o não ofertar é desacreditar que a educação não seja capaz de fazer com que o privado de liberdade não possa mudar suas atitudes e retornar à sociedade.

⁷¹ Lei de Execução Penal - LEP (1984).

Segundo Lourenço e Onofre, (2011, p 268), “a elaboração e implantação de políticas públicas voltadas para a educação escolar no espaço de privação de liberdade, como garantia de possibilidade de resgate de vida digna ao cidadão aprisionado”. Isso significa que a educação ainda é um dos caminhos para se chegar à ressocialização do privado de liberdade, pois é na escola que se busca o papel humanizador de trazer de volta esse cidadão que, em algum momento de sua vida, não conseguiu prosseguir com seus estudos ou não teve as mesmas oportunidades que as outras pessoas tiveram. É necessário humanizar-se e, para isso, lembramos da fala de Paulo Freire (1987, p. 16): “Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão”.

Levar o privado de liberdade a refletir e reavaliar suas condições como cidadão que cometeu erros e que pode sair de uma situação marginal ⁷³, no sentido de “nas margens de um curso de água”, que precisa ser revitalizado para amenizar seu impacto urbano, ambiental e social. Segundo Silva (2021, p. 30), “A sala de aula é um dos possíveis ambientes que o preso tem para enxergar os caminhos que ele pode trilhar além das grades, em que os professores podem despertar nos seus estudantes sonhos possíveis de serem realizados aqui fora”.

3.5 O professor, a cultura digital e os desafios de se educar no sistema prisional

A função de professor neste mundo vive em constante transformação, sendo necessário compreender a dinâmica da cultura digital. Um fator determinante para que o professor busque se apropriar desse mundo tecnológico é que, apesar de estar inserido na cultura digital, os estudantes não se sentem motivados a aprender no modelo que é imposto. Qual seria esse modelo?

Segundo Bolaño (2000), é o modelo “de forma hierarquizada, objetiva, direta, unidirecional e não mediada. Modelo em que o trabalhador assume apenas a condição de receptor passivo no interior do processo comunicativo e os meios de comunicação não realizam a mediação da comunicação conforme o significado de sua função” (*apud* LINHARES e LINHARES, 2018, p. 249).

⁷³ A definição de marginal aqui empregada vem significar “nas margens de um curso de água”. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2008-2021. Disponível em: < <https://dicionario.priberam.org/marginal> > Acesso em: 18 jan. 2023.

Compreende-se que os estudantes são bombardeados de informações a todo instante por meio das redes sociais⁷⁴, ao mesmo tempo em que não existe uma triagem do que é verdadeiro e falso nessas redes. Dessa forma, eles assimilam todo o conteúdo disponível na internet, apropriando-se de todos os conhecimentos e julgando-os como verdadeiros. Tal situação provoca uma séria reflexão por parte dos docentes, perante o cotidiano da escola, fazendo-os buscar a ressignificação de suas práticas e, nesse movimento de resistência, pensar nos limites e nas possibilidades de uma didática correspondente às demandas dos sujeitos sociais desse novo tempo.

Pensar na formação que atenda todas as demandas da sociedade não é tarefa fácil, principalmente se a sociedade vive em constante mudança. As formações dos professores não podem ficar fora dessa mudança, já que estamos imersos na cultura digital. Para Pischetola, (2018, p. 120), “O desenvolvimento profissional prevê, então uma reflexão sobre os novos conhecimentos a serem adquiridos e sobre a mediação entre os novos instrumentos e a formação dos estudantes”.

Entender, portanto, como funciona esse universo tecnológico e se apropriar dele é um caminho a ser seguido por todos os profissionais da educação para alcançarem a aprendizagem dos estudantes. Além disso, é importante valorizar a cultura digital na escola, quanto à utilização do uso das TICs por parte dos professores em seus planejamentos; sendo assim, a metodologia necessita ser revista para favorecer um ambiente de aprendizagem significativo e motivador. Para Pischetola (2018), a formação é o momento principal para contextualizar, porém não se trata apenas de técnicas, mas de metodologias de ensino-aprendizagem que incluam a autonomia e a criatividade do docente, ou seja, trata-se de um resgate do perfil intelectual de cada professor e do capital social existente na escola. Pischetola (2018, p. 138) ainda diz que a “tecnologia não substitui a ação do docente, nem necessariamente a torna mais interessante ou motivadora”. A tecnologia tem que ser vista como aliada do professor, um recurso educacional que colabora com o fazer pedagógico, ampliando as possibilidades de o professor ensinar e de o estudante aprender.

Para Tardif (2013, p. 552):

Situando-se no centro de múltiplos desafios econômicos, sociais e culturais tanto individuais quanto coletivos, o ensino nas escolas encontra-se em nossos dias

⁷⁴ Nos espaços informais, as redes são iniciadas a partir da tomada de consciência de uma comunidade de interesses e/ou de valores entre seus participantes. Entre as motivações mais significativas para o desenvolvimento das redes estão os assuntos que relacionam os níveis de organização social-global, nacional, regional, estadual, local, comunitário. Independentemente das questões que se buscam resolver, muitas vezes a participação em redes sociais envolve direitos, responsabilidades e vários níveis de tomada de decisões (MARTELETO, 2001).

confrontado, por todos os lados, a pressões significativas, para se transformar e se adaptar imerso como se encontra num ambiente social que se tornou complexo e instável em quase todas suas dimensões.

Esse pensamento afirma que as escolas se encontram, atualmente, confrontadas por todos os lados, com pressões significativas, mostrando pressões, transformações e adaptações, muitas trazidas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação - TICS.

Pensamos no professor vivenciando tudo isso em um ambiente social complexo e instável, ou seja, que não é seguro, e esse profissional se vê acuado sem saber como lidar com todas as mudanças que, de certa forma, forçam-no a analisar para que direção está indo. Nesse contexto, cabe ao professor um momento de reflexão, de parada, aquele instante de respiração e de inspiração, que Shon (1983) vai nos dizer se tratar da reflexão sobre a ação, isto é, o ato de refletir o que foi bom e o que pode ser melhorado.

Dessa forma, refletir sobre a prática significa pensar sobre o que se faz e, essencialmente, pensar o que se faz enquanto se está fazendo, principalmente nesse ambiente social que se tornou complexo e instável para o professor. A formação docente na contemporaneidade se torna um grande desafio, pois a escola se torna o centro de múltiplos obstáculos econômicos, sociais e culturais, tanto individuais, quanto coletivos, parafraseando Tardif (2013).

O professor não pode ser visto na figura do “super-homem”, um novo herói, capaz de enfrentar todos os problemas vivenciados na escola, com a responsabilidade de lutar “contra as forças do mal” para que o fracasso escolar não aconteça. Os tempos são outros e é necessário mudar, tirar a “velha roupagem e buscar um novo adereço”, pois o professor não tem mais a segurança que tinha antes, com o mesmo planejamento, as mesmas táticas para lecionar, aquele ensino vertical focado apenas em repassar o conteúdo. O professor que afirma que há 20 anos trabalha com a mesma prática em sala de aula e que, se o estudante não aprende, o problema é dele pode estar com os dias contados. Assim:

A reflexão acerca da prática é aconselhável. Caso contrário corremos o risco de robotizar nossas ações, tornando os atos mecânicos, automáticos, recaindo em uma rotina. (WALDOW, 2008, p. 142)

A formação do professor também não pode ser vista como salvação de todas as mazelas da educação, pois, como já foi mencionado, professores não são “super-heróis”. Por isso, temos que nos atentar para as nossas ações, no sentido de não nos tornarmos apenas reprodutores de conhecimento. O primeiro passo para a mudança é reconhecer a existência de um problema

(NÓVOA, 2017, p. 6). E qual seria o problema? Seria da formação? Como ocorre a formação desses profissionais da educação? Será que ela prepara o professor para todas as mudanças que estão ocorrendo em nossa sociedade? Será que todo professor quer mudar? Por que ele sofre as “pressões significativas para se transformar e se adaptar imerso”?

Nóvoa (2017, p. 28) diz que vivemos tempos de grande incerteza e de profunda mudança na educação. Os sinais do futuro estão claros e só não vê quem não quer ver. Isso quer dizer que a escola, tal como se organizou desde meados do século XIX, tem os dias contados. Já não é novidade para muitos professores que a forma de lecionar está mudando, principalmente com o advento das tecnologias e da presença das diversas mídias digitais⁷⁵ na escola. O professor já não é mais o detentor do conhecimento e nem os estudantes são vasos vazios a serem preenchidos, como discutem as palavras de Freire (1983). Hoje, o educando já chega à escola com um saber prévio, não como uma tábula rasa, sem informação, apenas esperando o professor depositar o conhecimento, pois o estudante que aprendia dessa maneira ficou no século passado, fazendo com que o professor precise acompanhar as mudanças que estão surgindo.

Sendo o estudante pertencente à sociedade em que vive, é necessário que os professores fiquem atentos a esses representantes da sociedade, que levam para o ambiente escolar uma bagagem de conhecimentos que não foram ensinados na escola e que não devem ser excluídos, mas valorizados. Sobre isso, “não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes” (FREIRE, 1987, p. 68).

Sendo a escola o espaço que abriga esses sujeitos, é certo que as mudanças que ocorreram fora da escola passem a coexistir nela. É necessário ao professor coragem para desconstruir as velhas práticas e para se empenhar na construção de práticas pedagógicas que configurem as mudanças necessárias para alcançar a aprendizagem desse estudante. Por causa disso, é imprescindível que ocorra o diálogo entre os saberes do professor e do seu estudante. Nóvoa diz que:

Trabalhar no sentido da diversificação dos modelos e das práticas de formação instituindo novas relações dos professores com o saber pedagógico e científico. A formação passa pela experimentação, pela inovação, pelo ensaio de novos modos de trabalho pedagógico. E, por uma reflexão crítica sobre a sua utilização. A formação passa por processos de investigação, diretamente articulados com as práticas educativas. (NÓVOA, 1995, p. 28)

⁷⁵ Mídias digitais nas escolas são tecnologias como: *notebooks*, computadores, lousa digital, televisão, rádio, internet, entre outras.

Trazendo essa discussão para o sistema prisional, o professor que leciona nos presídios tem o perfil diferenciado dos outros profissionais da educação. Assim, suas práticas precisam ser pautadas nas especificidades dos estudantes, trabalhando os valores éticos, humanos e solidários, levando o privado de liberdade a refletir sobre suas condições de encarcerado e seu retorno ao convívio da sociedade, sendo assim, a cultura digital ou melhor, a falta dela se apresenta como grande desafio para o professor já que o privado de liberdade não tem acesso aos recursos tecnológicos que teria caso estivesse em uma sala de aula fora do presídio.

3.6 A formação continuada e o Sistema Prisional de Ensino Federal

A formação continuada dos professores para lecionar nos presídios ou mesmo para elaboração do conteúdo curricular deve ter o diferencial que somente quem trabalha com a EJA com os privados de liberdade devem possuir.

É na minha disponibilidade permanente à vida a que me entrego de corpo inteiro, pensar crítico, emoção, curiosidade, desejo, que vou aprendendo a ser eu mesmo em minha relação com o contrário de mim. E quanto mais me dou à experiência de lidar sem medo, sem preconceito, com as diferenças, tanto melhor me conheço e construo meu perfil” (Freire, 1996, p.152).

Conforme Fagundes e Campos (2011, p. 65), O professor que reflete sobre a sua prática, que pensa, analisa, critica e (re) elabora adquire uma postura crítica reflexiva em seu contexto educativo, e Freire ainda nos diz que quanto mais o professor se doar às experiências, mas seu perfil estará pronto. Sendo assim, concordamos com Fagundes, Campos e Freire, pois, se o professor está inserido em um sistema carcerário, conhecer o seu entorno para saber quais atividades desenvolver com seus estudantes é necessário. Para isso, deve-se conhecer a vivência do privado de liberdade para questionar e problematizar como, por que e o que ensinar em uma cela de estudos que fica em um presídio que possui suas leis institucionais e aquelas feitas pelos próprios detentos.

No Brasil, não temos um currículo voltado às especificidades de cada sistema prisional brasileiro. Na maioria das vezes, adota-se o modelo educativo de educação formal, que é bem distante da realidade prisional. Para Silva (2010, p.150):

O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade.

O que temos, então, são adaptações ao currículo, ações buscando um olhar voltado à inclusão, à ressocialização do privado de liberdade e às vozes dos detentos ainda são poucas.

Onofre (2007, p. 02) afirma que “Há uma contradição muito grande entre o que a educação se propõe na vida do estudante interno e a estrutura do sistema carcerário, que se baseia na repressão, obediência”.

Mesmo com todas as mazelas sobre a educação prisional, o papel da escola é de resistência, é ir ao encontro do resgate desse detento que vê na educação um caminho de transformação, ressocialização e condução ao convívio em sociedade. Logo:

Não há como negar a eficácia do papel da educação escolar no resgate da liberdade do aprisionado. A educação é um direito que assegura a condição de ser humano, pois a partir dela se constroem o laço de pertencimento à sociedade, à palavra, à tradição, à linguagem, à transmissão e à recriação da cultura, essenciais para a condição humana. (ONOFRE 2015, p. 14)

Para o detento, o laço com o mundo exterior é a sala de estudos, onde aprende, expõe seus pensamentos e tem voz. Nesse momento único, ele é chamado pelo nome, reconhecido como uma pessoa e não apenas identificado por meio de um número. Então, a figura do professor é a mais próxima que tem, sendo também a única forma de saber o que está acontecendo no mundo exterior.

Segundo Onofre (2007, p. 107):

A escola não precisa funcionar nos mesmos moldes da dinâmica prisional, podendo, então, desempenhar um papel primordial no resgate na condição de cidadão, sendo o professor sujeito importante no estabelecimento de vínculos que o detento perdeu ao se afastar da sociedade.

São muitos os desafios dos professores no espaço prisional, desde a adaptação inicial, quando ele chega a um ambiente diferente do habitual, em um contexto prisional, já com uma cultura carcerária própria a qual, segundo Onofre (2013, p.61), mostra que “A existência de uma cultura própria da prisão torna a escola um espaço singular, e o seu cotidiano nem sempre permite apreender os significados vividos naquele espaço-tempo”. Adaptar-se a esse espaço nem sempre é algo natural, pois, desde a chegada à prisão e de todo o ritual que se estabelece até esse professor chegar à sala de aula com a insegurança dos primeiros dias de trabalho, tudo é diferente do que o professor tenha vivenciado em sua docência, por estar em um ambiente carcerário. A carga emocional nos presídios é muito forte, e o professor ficará uma boa parte

do tempo em um sistema prisional, respirando as mesmas regras de conduta de qualquer outro funcionário.

Outro desafio enfrentado é o medo de rebeliões por causa das superlotações, por fuga de presos e por fragilidades dos agentes penitenciários. Em se tratando de superlotação, informações sobre os privados de liberdade mostram que, em 2018, no Brasil, havia uma taxa de 166% de presos vivendo nos presídios, mostrando que são 729.949 presos em espaços para 437.912 pessoas. Já em relação à fuga de presos, foram 23.518 fugas ao todo em 2018. Os dados são fornecidos pelo Sistema Prisional de Números⁷⁶ elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

O docente que pretende trabalhar no sistema prisional deve buscar conhecer a realidade da prisão e os direitos dos presidiários, mantendo-se, conforme lembra Freire (1996, p. 39), em “formação permanente”, sendo fundamental o momento da reflexão crítica sobre sua prática, pois pode fazer todo o diferencial. Nesse sentido:

Por isso é que a formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem que ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. (FREIRE, 1996, p. 39)

O contato do professor com esse estudante é visto aqui como um processo de ensino-aprendizagem, que leva o docente à reflexão da sua prática, no sentido de se adaptar, buscar e conhecer para transformar a realidade na qual o estudante está inserido. Nesse caso, sobre o sistema prisional, Freire (1996, p. 15) diz, ainda, que “a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente, não se reduz apenas a ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo”. Pensar certo é levar o estudante a refletir sobre suas ações e sobre como transformá-las por meio da educação.

A reflexão desse docente deve acontecer em seu dia a dia, na prática, mas também na formação continuada entre seus pares, por isso a importância de preparar o professor para a realidade vivenciada nos presídios, principalmente quando se pensa nas particularidades encontradas no interior das prisões, em uma formação que contemple a sua prática pedagógica e nos saberes necessários para sua atividade profissional, com todo o apoio necessário para desenvolver o seu trabalho.

No Presídio Federal de Campo Grande-MS, a figura do professor presencial é substituída pelo professor tutor, que é responsável por mediar todo o processo de ensino e

⁷⁶ <https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>

aprendizagem a distância. Sendo assim, é correto dizer que a formação continuada para os professores tutores deve ser voltada às especificidades encontradas na realidade exposta nos presídios, onde o docente possa buscar o desenvolvimento de saberes necessários para o exercício da sua prática pedagógica na busca de reintegrar as pessoas em privação de liberdade à sociedade.

Segundo Menotti e Onofre (2016, p. 157):

O professor que atua na escola do sistema prisional necessita de formação específica em EJA, além de formação continuada que contribua na superação dos dilemas vivenciados na prisão, para realizar sua tarefa docente em prol de uma educação emancipadora, que se propõe a procurar a emersão das consciências, objetivando a inserção crítica do sujeito na realidade.

O professor tutor responsável por mediar e orientar a aprendizagem do apenado no Presídio Federal se depara com as diversas realidades vivenciadas pelo privado fora e dentro do próprio sistema carcerário, necessitando, assim, de uma formação norteadora que o faça transitar entre o propósito de uma educação que visa à liberdade e à autonomia dos sujeitos e, subsequentemente, aos valores institucionais que estão postos ao sistema prisional. Essa dualidade que o professor enfrenta frente à educação prisional corrobora Duarte (2013, p. 2), quando ele diz que:

O próprio ambiente tende a cristalizar a atuação dos professores, que muitas vezes, despreparados ou sem uma formação complementar que os norteie em sua prática tendem a dois caminhos distintos; — ou se alienam juntamente com o sistema, enrijece sua prática e se entrega ao comodismo, ou cria possibilidades de atuar de modo criativo e inovador nesse ambiente repleto de limitações políticas, administrativas e de segurança.

A formação continuada proposta ao professor tutor deve ser pensada em uma formação voltada não somente à sua disciplina, devendo perpassar pela modalidade Educação de Jovens e Adultos que, por sua vez, busca compreender as especificidades em relação ao seu público, seus interesses, suas preocupações e suas necessidades, que diferem dos estudantes matriculados na Educação básica, não podendo esquecer todas as especificidades que envolvem os privados de liberdade na elaboração de proposta de formação capaz de abranger todas essas circunstâncias.

CAPÍTULO IV – ANÁLISES: PROJETO CONECTANDO SABERES E ENTREVISTAS

Este capítulo está organizado em duas partes: a primeira trata das análises do processo de materialização do projeto Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD⁷⁷, por meio dos documentos (projeto pedagógico, estrutura curricular e ementa) e dos conceitos relacionados à ressocialização do privado de liberdade à sociedade; e a segunda parte trata das análises das entrevistas que visam responder sobre as concepções que os professores conteudistas entendem sobre a ressocialização do privado de liberdade.

4.1 Análise documental

O documento analisado apresenta a organização curricular do Curso de Educação de Jovens e Adultos, Conectando Saberes II/EaD e tem o propósito de trabalhar os conteúdos dos componentes curriculares na modalidade EaD integrados aos eixos temáticos das áreas de conhecimento.

No documento, apresenta-se o currículo elaborado para atender as especificidades da Educação de Jovens e Adultos na modalidade EaD, privilegiando as diferentes áreas do conhecimento, contemplando os eixos temáticos em atendimento à conformidade de todas as normas da Educação de Jovens e Adultos em âmbito nacional e estadual, seguindo os mesmos estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁷⁸, complementada por uma parte diversificada.

Em uma primeira análise, percebemos que o documento atende a parte diversificada da BNCC, uma vez que vem ao encontro da realidade das instituições de ensino, com maior autonomia para incluir temas que favoreçam seus currículos, como, por exemplo, ofertar o curso de Educação de Jovens e Adultos Conectando Saberes II/EaD aos privados de liberdade. Para compreendermos melhor a análise documental, dividimos o documento em 6 (seis) tópicos na busca de elementos empíricos que possibilitem a compreensão dos fatos: Formação cidadã, Privados de liberdade, Ressocialização, Autonomia, Interação e Mediação.

⁷⁷ Projeto Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, aprovado pela Resolução/SED n. 3.467, de 31 de julho de 2018.

⁷⁸ A Base Nacional Comum Curricular é um normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e das modalidades da Educação Básica. Seu principal objetivo é ser a balizadora da qualidade da educação no país por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

4.1.1 Formação cidadã

No ano de 2018, o governo do estado, em parceria com o Tribunal de Justiça, instituiu, no Presídio Federal de Campo Grande, o programa Conectando Saberes II na modalidade EaD atendendo as etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Conforme análise documental, os candidatos maiores de 18 (dezoito) anos e em particular o privado de liberdade, terão acesso ao curso EJA na modalidade EaD com a intenção de orientar e promover a formação cidadã, a pluralidade cultural no fortalecimento de uma visão mais atuante e crítica dos estudantes.

Antes de abordarmos a formação cidadã presente no referido documento, assim como a palavra cidadão, que aparece 5 (cinco) vezes em todo o documento analisado, é certo falarmos do conceito de cidadania que a Base Nacional Comum Curricular nos traz e que baseia o documento analisado.

A palavra cidadania se origina do latim, derivando do termo “civita”, que significa cidade, possuindo correspondente no grego “pólis”, aquele que tinha autoridade nas decisões de sua comunidade, que tinha acesso ao poder. Desde a Antiguidade, ela está ligada à vida na sociedade, remetendo à Grécia antiga, às cidades-estado, à forma como os cidadãos vivenciavam seus direitos na participação das decisões políticas e à vida em sociedade. Assim como na Roma Imperial, a cidadania estava ligada à situação política de uma pessoa e aos direitos que ela tinha ou podia exercer.

Para a BNCC, o conceito de cidadania nos remete ao agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Ao analisarmos o documento, os conceitos sobre a cidadania e o que a BNCC nos apresenta, enfrentamos a ideia de dualidade em relação ao que se está pretendendo com a formação cidadã, pois, de um lado, deseja-se um sujeito responsável, que se importa com o outro, que tenha princípios éticos, democráticos, inclusivos, com uma participação ativa na política; e, do outro lado, observa-se um sujeito que está longe dos seus direitos como cidadão, privado da liberdade e da convivência social.

Porém, ser cidadão hoje no Brasil não é o mesmo que ter sido cidadão na Grécia Antiga ou na Roma Imperial, uma vez que devemos levar em conta todas as mudanças processadas historicamente no ambiente em que esse homem vive. Por isso, o estudo da história e a evolução da concepção do indivíduo e sua relação com a sociedade e com o discurso político de

legitimação do poder se fez tão importante nos dias atuais. A cidadania é exercida conforme os princípios democráticos garantidos pela Constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, que garante os direitos individuais, sociais, políticos e transindividuais que contempla. Entretanto, o grande desafio é descobrir como a formação cidadã acontece no sentido que possa reinserir o privado de liberdade na sociedade, compreendendo o exercício dos seus direitos e o cumprimento dos seus deveres, uma vez que está com seus direitos civis cerceados, porque, até então, no documento analisado, a formação do cidadão não é abordada.

4.1.2 Privados de liberdade

Segundo o documento analisado, os privados de liberdade buscam os cursos de Educação de Jovens e Adultos, pois procuram mais que conhecimentos prontos para serem reproduzidos, querendo se sentir sujeitos ativos, participativos, desejando ter crescimento cultural e social, porém, ao analisar o documento, não existe um olhar em relação ao privado de liberdade em se tratando de uma educação prisional, que apresente todos os benefícios apresentados no programa. No que se refere ao modelo educacional que é apresentado, ele se mostra como uma reprodução de uma educação formal, em um cenário totalmente descontextualizado da realidade dos estudantes do sistema prisional em um sistema de apostilamento. Assim:

[...] na modalidade a distância, por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC (no caso específico do atendimento à unidade prisional – Presídio Federal de Campo Grande/MS, somente material impresso, livros, apostilas e atividades elaboradas pelos professores conteudistas), flexibilizando seus estudos em tempo e espaço diferenciados. (PEJA, 2018, p. 05)

O documento diz que a proposta do currículo na Educação de Jovens e Adultos não deve ser entendida como uma concepção pedagógica tradicional, que fragmenta o processo de conhecimento e que hierarquiza as disciplinas escolares, mas sim devem se articulados à realidade em que o estudante se encontra.

Concordamos com o fato de que as disciplinas escolares devem se articuladas à realidade em que o estudante se encontra, pois, para que os privados de liberdade possam ter acesso ao material de estudo, existe toda uma logística própria do Presídio Federal, uma vez que os privados de liberdade não podem ter acesso a nenhum material cortante, como caneta, lápis, clipes e apontador. O privado de liberdade não tem acesso aos outros detentos, sendo assim, ele está isolado em sua cela sem comunicação com um outro detento.

O documento apresenta um currículo integrador dos diferentes saberes, a partir da contribuição das diferentes áreas de conhecimento contemplando os eixos temáticos das áreas de conhecimento, porém a forma como ele é apresentado ao privado de liberdade, de forma fragmentada, torna-se algo descontextualizado com sua realidade, devido ao fato de que o detento se encontra isolado em sua cela. Ao se referir ao eixo temático da BNCC, remete-se à ideia principal do tema que será tratado e serão definidos os parâmetros que devem ser seguidos quando o professor for preparar as suas aulas.

Conforme o PEJA (2018, p. 14), “No ensino fundamental os conteúdos dos componentes curriculares das áreas de conhecimento estão estruturados em 4 (quatro) eixos temáticos: Identidade e Pluralidade e Alimentação; Moradia, Saúde e Qualidade de Vida; O País e a Sociedade Brasileira; Trabalho, Desenvolvimento e Sustentabilidade”. Além disso, no “ensino médio os conteúdos dos componentes curriculares das áreas de conhecimento estão estruturados em 4 (quatro) eixos temáticos: Cultura e Ciência; Sociedade e Trabalho; Meio Ambiente, Saúde e Tecnologia; Economia e Globalização”.

Percebe-se que, no decorrer da análise do PEJA (2018), os eixos temáticos estão voltados apenas para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos, não contemplando os privados de liberdade. Essa afirmação fica nítida quando o PEJA (2018, p. 12) mostra que “O currículo foi elaborado para atender as especificidades da educação de jovens e adultos na modalidade EaD, privilegiando as diferentes áreas do conhecimento e contemplando os eixos temáticos”, porém a inserção do privado de liberdade nesse currículo não fica clara.

4.1.3 Ressocialização

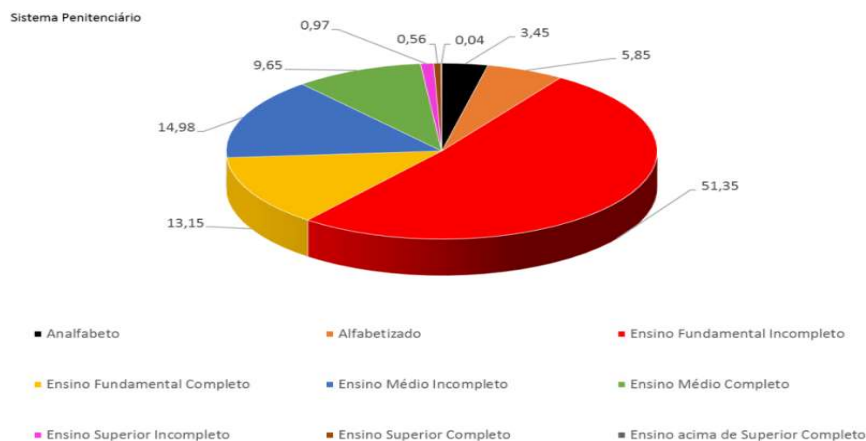
Durante a análise do documento, a palavra reinserção aparece 5 (cinco) vezes no decorrer do projeto, mostrando a preocupação de uma ressocialização do privado de liberdade à sociedade.

Sobre a volta do privado de liberdade à sociedade, a análise traz um cenário de reinserção na sociedade por meio da educação escolar, em particular a EJA, como um meio de superar problemas emergenciais, como a correção da distorção idade/escolaridade, atendendo esses grupos específicos que não puderam completar os estudos no período regular.

Para melhor compreensão sobre a situação carcerária em relação à educação prisional na época em que o Projeto Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EaD foi implantado, o Censo Escolar de 2017 da época, mostrava que o Brasil possuía mais de 35 milhões de estudantes matriculados no ensino fundamental e no ensino médio, nas redes pública

e privada, sendo que 3,5 milhões se encontravam em situação de distorção idade-série. Outro dado relevante em se tratando dos privados de liberdade, conforme o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, de junho de 2017⁷⁹, é que o perfil da população carcerária é, em sua maioria, de jovens e negros, pois, das 726.354 pessoas encarceradas no Brasil, 54% dos presos possuem a idade de 18 a 29 anos e 64% são pessoas presas de cor/etnia pretas ou pardas.

Figura 7 – Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, junho 2017.

No que se refere à escolaridade dos privados de liberdade em se tratando de Brasil, 51,3% deles possuem o Ensino Fundamental Incompleto, 14,9% têm o Ensino Médio Incompleto e 13,1% cursaram o Ensino Fundamental Completo. É possível perceber que metade das pessoas que estão cumprindo pena nos presídios possuem baixa escolaridade, ao passo que se percebe, entre a população brasileira, maior dispersão entre todos os níveis educacionais.

Ao nos depararmos com os dados do Censo Escolar de 2017 e do levantamento feito pelo INFOPEN, ambos de 2017, é certo dizer que a situação educacional no Brasil é algo grave que reflete nas condições sociais do país, tanto para quem vive em liberdade quanto para quem está privado dela, pois a falta de escolarização é algo preocupante.

Na análise documental, o objetivo geral do programa busca oportunizar aos jovens, adultos e idosos a escolarização ou a complementação dos seus estudos no âmbito da educação básica no Curso de Educação de Jovens e Adultos Conectando Saberes II/EAD, contemplando

⁷⁹ Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização – junho 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

o ensino fundamental e o ensino médio, por meio da Educação a Distância (EaD) na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, colaborando para que o privado de liberdade volte para a sociedade por meio da ressocialização.

Os dados apresentados no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, de junho de 2017, fazem refletir sobre a importância da ressocialização desse privado de liberdade à sociedade, uma vez que metade das pessoas que estão cumprindo pena nos presídios possuem baixa escolaridade, mostrando que a educação dentro do sistema prisional tem papel importante para a ressocialização do privado de liberdade, conforme a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, também conhecida como Lei de Execuções Penais (LEP), que regulamenta, em seu texto, a diminuição de pena do preso por trabalho ou estudo.

No seu Art. 126, a LEP também diz que “O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena”. O inciso 5º dessa mesma Lei diz que “O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação”.

Segundo Moreno e Flandoli (2016, p. 13):

Mato Grosso do Sul possibilita a remição da pena por estudo desde 2008, pela Portaria nº 02/ Poder Judiciário, seguindo o que tratava a Súmula 341/2007 do Supremo Tribunal de Justiça - STJ: A frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena sob regime fechado ou semiaberto.

Sobre os direitos dos presos, o Art. 41 dessa mesma Lei regulamenta que o privado de liberdade tem os seguintes direitos:

I - alimentação suficiente e vestuário; II - atribuição de trabalho e sua remuneração; III - Previdência Social; IV - constituição de pecúlio; V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena; VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo; IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado; X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados; XI - chamamento nominal; XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena; XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento; XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito; XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes. XVI - atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente.

Quanto ao artigo mencionado, foi possível perceber que o privado de liberdade tem uma série de direitos que contribuem para o processo de ressocialização em sociedade; porém, existem outros fatores impeditivos que comprometem a ressocialização como a superlotação nos presídios brasileiros já é algo que se arrasta por anos, causando insegurança entre os privados de liberdade e aos profissionais que trabalham, no sistema penal. Em 2018, no Brasil, o país possuía uma taxa de 166% de presos vivendo nos presídios (eram 729.949 presos em espaços para 437.912 pessoas). Em relação à fuga de presos, foram 23.518 fugas ao todo em 2018, conforme os dados fornecidos pelo Sistema Prisional de Números⁸⁰, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Conforme a análise do documento, a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul cumpre o que determina a LEP, ofertando para jovens, adultos e idosos o benefício dessa lei, garantindo a oferta de aprendizagem para a redução da pena do privado de liberdade. O documento analisado cita as “Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos”, de 1955, denominadas, em 2016, pela ONU, de “Regras de Mandela”, seguidas pela Resolução nº 4 do Conselho Nacional de Educação, que “Dispõe sobre as Diretrizes Operacionais Nacionais para a remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro”.

A população carcerária tem uma dispersão entre todos os níveis educacionais e muitos dos detentos que estão presos estarão em liberdade após cumprir sua pena. Ao se pensar na ressocialização do privado de liberdade para seu retorno à sociedade, deve-se pensar no papel da educação em sensibilizar esse apenado que pode seguir ou não em um caminho de mudanças em uma perspectiva reflexiva e crítica sobre as ações que o levaram à prisão.

As Regras de Mandela citadas no documento analisado são diretrizes mínimas a serem seguidas pelo Estado para que o privado de liberdade tenha um tratamento digno. Essas regras foram criadas pela Organização das Nações Unidas (ONU)⁸¹.

Sobre as regras de aplicação geral, são apresentadas 122, porém vamos nos pautar na primeira, que diz:

⁸⁰ <https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>

⁸¹ ONU - A Organização das Nações Unidas é uma organização internacional fundada em 1945. Atualmente composta por 193 Estados-Membro, a ONU e seu trabalho são guiados por propósitos e princípios contidos em sua Carta Fundadora. A ONU evoluiu ao longo dos anos para acompanhar um mundo em rápida mudança, mas uma coisa permaneceu a mesma: continua sendo o único lugar na Terra onde todas as Nações do mundo podem se reunir, discutir problemas comuns e encontrar soluções compartilhadas que beneficiem toda a humanidade. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us>. Acesso em: 11 jul. 2022.

Todos os reclusos devem ser tratados com o respeito inerente ao valor e dignidade do ser humano. Nenhum recluso deverá ser submetido a tortura ou outras penas ou a tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes e deverá ser protegido de tais atos, não sendo estes justificáveis em qualquer circunstância. A segurança dos reclusos, do pessoal do sistema prisional, dos prestadores de serviço e dos visitantes deve ser sempre assegurada. (RG, 2016, p. 3)

Essas regras devem garantir ao privado de liberdade um tratamento mínimo em se tratando de dignidade humana, se seus direitos forem respeitados enquanto estiver dentro de um sistema penitenciário. A Resolução nº 4 do Conselho Nacional de Educação, “Dispõe sobre as Diretrizes Operacionais Nacionais (DON) para a remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro” e, em se tratando das ações educativas que regem o sistema prisional, seu Art. 2º diz que:

As ações educativas em contexto de privação de liberdade para fins de remição de pena pelo estudo devem obedecer à legislação e às normas educacionais vigentes no país, bem como ao estabelecido na Lei nº 7.210/84, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil, no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios, condenados e àqueles que cumprem medidas de segurança. (p. 3)

Dessa forma, existe uma preocupação em atender as Leis que fundamentam o tratamento do privado de liberdade, assim como a garantia de oferecer diferentes níveis e modalidades de educação e ensino para que aprendizagem aconteça. Sobre esse assunto, o documento diz que:

O projeto é respaldado pelas leis vigentes da Educação a Distância, da Educação de Jovens e Adultos, e terá como subsídios as TICs para mediação das aprendizagens, possibilitando também que estudantes e professores desenvolvam atividades em lugares e tempos diversos. (PEJA, 2018, p. 8)

No documento analisado, a Educação a Distância vem ao encontro da necessidade de oferecer diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e desenvolver atividades em lugares e tempos diversos, contemplando o que é solicitado pela DON, apresentada como um meio para superar os problemas emergenciais, como distorção idade/escolaridade, atendendo esses grupos específicos que não puderam completar os estudos no período regular. No caso específico do atendimento à unidade prisional, em especial o Presídio Federal de Campo Grande/MS, os estudantes possuem acesso apenas a material impresso, livros, apostilas e atividades elaboradas pelos professores conteudistas. Sendo assim, o fato de os privados de liberdade não terem acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem do curso diretamente, não

desconfigura o ensino à distância, uma vez que os estudantes terão acesso ao material didático do curso. Conforme discute Santos (2020, p. 51):

Com a incorporação das tecnologias, o material didático na EaD se tornou elemento central, uma vez que, por não haver a presença física de educador e educando, é ele o responsável por mediar a comunicação entre professor e estudante.

Uma vez que, a partir do momento em que o material didático é planejado para um determinado fim específico, ele se torna um aliado no processo de construção do conhecimento, no documento analisado, o Ambiente Virtual de Aprendizagem é apresentado apenas como um repositório das atividades e das avaliações realizadas presencialmente pelos privados de liberdade dentro de suas celas e não como uma sala de aula virtual.

Conforme o PEJA (2018, p. 76), os estudantes receberão as atividades impressas e deverão realizá-las utilizando o material do estudante. Todas são essenciais e obrigatórias para a aprendizagem e para a verificação do rendimento escolar. Ao desenvolvê-las, poderão contar com o apoio do professor tutor para sanar dúvidas e obter orientações, por meio da caixa de diálogo presente nos instrumentos avaliativos. Para Nunes (2013, p. 3), o professor na função de tutor se coloca hoje muito mais como um mediador no processo de ensino aprendizagem. Ele deve promover a realização de atividades e apoiar sua resolução e não apenas mostrar a resposta correta; deve oferecer novas fontes de informação; deve entender o assunto ensinado e a organização do conteúdo; deve guiar, orientar e apoiar.

O curso se apresenta como um processo de ensino e aprendizagem híbrido, porém o fato da proposta do curso ser apresentada como um processo de ensino e aprendizagem híbrido, não se caracteriza como tal, conforme o PEJA (2018).

Para Moran (2015), o modelo híbrido é misturado, tem foco em valores, competências amplas, projeto de vida, metodologias ativas, personalização e colaboração, com tecnologias digitais. O currículo é mais flexível, com tempos e espaços integrados, combinados, presenciais e virtuais, nos quais nos reunimos de várias formas, em grupos e momentos diferentes, de acordo com a necessidade, como muita flexibilidade, sem horários rígidos e o planejamento engessado.

4.1.4 Autonomia

Ao pesquisar a palavra autonomia, ela aparece 7 (sete) vezes no documento, embora para o privado de liberdade ela não tenha um significado importante, uma vez que um dos

objetivos específicos do documento analisado foi desenvolver a capacidade de os estudantes aprenderem de forma autônoma, incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. No perfil do egresso, a autonomia deve ser exercida com responsabilidade, aperfeiçoando a escrita, a reflexão e a autoria e ainda que vale ressaltar que os organizadores de materiais didáticos se empenharam a trazer uma dinâmica de estudo, proporcionando a reflexão e a autonomia.

A palavra autonomia presente no documento não se refere somente aos privados de liberdade, mas sim a todos os estudantes - jovens, adultos e idosos - que tiveram o acesso garantido nas políticas educacionais, porém não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos no tempo certo, buscando concluí-los nos Cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Percebe-se que, em todo o documento, pouco se fala dos privados de liberdade, palavra que apareceu apenas 4 (quatro) vezes durante as 91 páginas, uma vez que, em todo o seu contexto, o documento está relacionado à Educação de Jovens e Adultos, como modalidade educacional e tem como objetivo oportunizar a formação humana e o acesso à cultura geral, na participação política e nas relações sociais e do trabalho, com comportamento ético por meio do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

A autonomia do estudante privado de liberdade é algo que não se encontra ao analisar o documento, pois muito se fala em autonomia, porém a metodologia utilizada para que o privado de liberdade tenha acesso à aprendizagem demonstra um paradoxo quando é apresentada pelo PEJA (2018, p. 14) como uma “dinâmica de aquisição de conhecimento e de formação humana que não tem como fim uma educação conteudista e descontextualizada”.

É fato que o documento nos revela uma preocupação em se tratando da utilização de tecnologias adequadas à educação a distância, uma vez que os privados de liberdade do Presídio Federal não podem ter acesso aos meios de comunicação e nem se comunicar com os outros privados, cabendo à educação se adaptar à realidade em que estão inseridos esses estudantes. Sobre esse fato, é certo pensar nos desafios que a educação a distância proporciona, uma vez que construir textos orais, visuais ou escritos que despertem no estudante a aprendizagem autônoma não é algo fácil, porque o texto deve ser simples de uma forma clara e objetiva, uma vez que o conteúdo deve se comunicar com o estudante sem a interação do professor presencial.

Conforme as orientações contidas no documento, para realização do curso, os privados de liberdade têm acesso a guia do estudante, livro didático, material didático denominado “Tempo de Aprendizagem”, exercícios de fixação, atividades quinzenais, avaliação escrita e

autoavaliação. O privado de liberdade, após uma semana de estudos, entrega ao responsável pela ala onde se encontra os exercícios de fixação e, após 15 dias, as atividades quinzenais.

Considerando que, no sistema prisional, a EaD conta apenas com a mediação do tutor a distância, criar estratégias de aprendizagem e principalmente de *feedback* é necessário para que a interação aconteça, uma vez que o privado de liberdade não tem acesso ao ambiente de estudo destinado ao curso.

A avaliação é agendada todas as vezes que o privado termina um módulo de sua formação, a interação entre professor e estudante não acontece presencialmente e a única forma de interação é por meio de um *feedback*⁸² entre professor e estudante que ocorre por meio da caixa de diálogo presente nos instrumentos avaliativos.

O documento afirma que os estudantes receberão as atividades impressas e, a partir desse material, devem desenvolver as atividades no intuito de verificar o rendimento escolar, abordando também que os estudantes terão a presença de um professor tutor para acompanhar e dar a devolutiva das atividades feitas por eles, contudo essa devolutiva não acontece no presencial, mas sim por meio da caixa de diálogo presente nos instrumentos avaliativos.

Ao nos referirmos ao professor tutor, remetemo-nos a vários conceitos para definir esse profissional, que:

Na Educação a distância são muitas as denominações recebidas pelo tutor: assistente, assessor, professor, acompanhante, mentor, mediador, facilitador e com certeza outras ainda surgirão. (NETO, 2012, p. 115)

Ao mencionar, no documento, o papel do professor como tutor, faz-se necessário uma pequena reflexão sobre suas atribuições, uma vez que são constantes e rápidas as mudanças que a sociedade apresenta em relação às tecnologias, ao grande uso da internet na educação e às mudanças de cenário do presencial para a distância, sendo necessária a figura do professor como mediador da aprendizagem frente às tecnologias que estão postas para a educação. Para Tavares (2000), a redefinição dos papéis dos professores para a utilização das tecnologias envolve concepções de aprendizagem e percepção da sala de aula como um sistema ecológico, onde os papéis de professores e estudantes estão mudando. O professor tutor também é visto como mediador no processo de ensino-aprendizagem.

⁸² Paiva (2003, p. 2) define *feedback* como a “reação à presença ou ausência de alguma ação com o objetivo de avaliar ou pedir avaliação sobre o desempenho no processo de ensino-aprendizagem e de refletir sobre a interação de forma a estimulá-la, controlá-la ou avaliá-la”.

Lapa e Pretto (2010) afirmam que o tutor é um professor, na medida em que realiza atribuições de professor no ambiente virtual. Para Alonso e Alegretti (2003), a presença do professor contribui para fazer dos cursos *online* um ambiente rico e dinâmico, assim como afirmam outros teóricos (SILVA, 2013; LAPA, 2012; TORRES, 2007; e SARMET, 2003), que enumeram os diversos papéis do professor-tutor. Kenski (2003) destaca o lado social e humano do professor-tutor, como um mediador social, preocupado em estabelecer uma interação maior com sua turma, enquanto Villard e Oliveira (2005, p. 5) apresentam a tutoria como mediação.

Ao analisar o documento, evidencia-se que a forma como é apresentado o conteúdo ao estudante privado de liberdade não garante que a aprendizagem aconteça, uma vez que a colaboração e a interação do tutor com o estudante se dão por meio de um *feedback* em uma caixa de diálogo, sem a mediação pedagógica do professor, porque, conforme aponta Masseto (2009, p. 144-145), é:

A atitude, o comportamento do professor que se coloca como facilitador, incentivador ou motivador da aprendizagem, que se apresenta com a disposição de ser uma ponte entre o aprendiz e sua aprendizagem – não uma ponte estática, mas uma ponte “rolante”, que ativamente colabora para que o aprendiz chegue aos seus objetivos.

A falta dessa ponte pode impossibilitar uma reflexão crítica e uma ausência de autonomia em relação aos estudos do privado de liberdade e, uma vez não possuindo os recursos computacionais (computadores, internet, interfaces multimídia/hipermídia) para a mediação, pode ser um dos fatores que impossibilitam a aprendizagem do privado de liberdade. Na EaD, porém, algo que deve ser levado em conta é que não podemos descartar o material didático⁸³ como se com ele a aprendizagem não acontecesse ou mesmo que outras tecnologias possam substituí-lo.

Conforme explica Silva (2014, p. 90), o material didático impresso é a mídia mais comum utilizada na Educação a Distância e assume várias formas, incluindo livros didáticos, manuais e guias de estudo. Já Moore e Kearsley (2010) nos trazem uma contribuição importante quando dizem que o material impresso deve motivar o estudante ao estudo e, sobretudo, possibilitar o desenvolvimento de capacidade de análises e sínteses para que se aproprie de competências reflexivo-críticas e de mediação de conhecimento. Ainda Barreto (2007) nos diz que o material didático deve ser o facilitador da aprendizagem dos conteúdos em seus níveis mais complexos.

⁸³ O material didático impresso é a mídia mais comum utilizada na Educação a Distância e assume várias formas, incluindo livros didáticos, manuais e guias de estudo (MOORE; KEARSLEY, 2010).

Ao analisarmos o documento, lembramos da fala de Silva (2014, p. 92), que nos revela que “a eficácia do material didático impresso também depende do tipo de concepção educativa no contexto do aprendizado à distância”, ou seja, saber preparar o conteúdo que será ministrado ao estudante é primordial para que a aprendizagem significativa⁸⁴ aconteça. Ainda nesse mesmo pensamento, Valente e Moran (2011) declaram que a aprendizagem efetiva e significativa deve partir de ocasiões em que a construção do conhecimento privilegie uma ação autônoma do aprendiz. Após análise do documento e com base nos argumentos, seguimos na ideia de que, seja qual for o recurso utilizado para que a aprendizagem chegue até as mãos dos estudantes, a interação deve acontecer entre professor x estudante e ou conteúdo x estudante, sendo o elemento mediador adotado para facilitar a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento da autonomia desse estudante.

4.1.5 Interação

O documento analisado menciona que as tecnologias são consideradas instrumentos mediadores para a produção e a elaboração do conhecimento e que a EJA na modalidade EaD possibilita ao estudante o acesso, a comunicação e a interação com uma possibilidade diferenciada de estudo com o material impresso que será entregue a ele e que, por meio de uma caixa de diálogo em um local específico, os estudantes poderão descrever suas dúvidas e receber as devolutivas sobre elas. A parte que fala sobre a interação do estudante com o professor tutor é apenas essa e não obtivemos mais informações sobre a interação no delongar do texto.

Em relação à metodologia adotada, o documento faz distinção de uma metodologia que se utiliza de materiais didáticos e de orientações pedagógicas para o desenvolvimento de conteúdos e atividades entre os estudantes da EJA e estudantes do Presídio Federal de Campo Grande/MS. Assim:

Para efetivação da metodologia proposta, os organizadores de materiais didáticos elaborarão orientações pedagógicas para o desenvolvimento dos conteúdos e as atividades, que serão organizadas e sistematizadas pelos professores/tutores, com o acompanhamento e orientação da coordenação pedagógica. (PEJA, 2018)

Sobre oferecimento da Educação a Distância e acesso apenas ao material impresso, livros, apostilas e atividades elaboradas pelos professores conteudistas, vimos que, na própria

⁸⁴ “É importante reiterar que a aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, e que essa interação é não literal e não arbitrária. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva”. (MOREIRA, 2012, p. 2)

DNO, são previstas modalidades de educação e ensino extensivas aos presos provisórios, condenados e àqueles que cumprem medidas de segurança. Sendo assim, a oferta da Educação a Distância aos privados de liberdade é uma prática amparada por Lei.

O professor conteudista não é um simples reproduzidor de conteúdo, pois sua função vai além de preparar o material que será disponibilizado para o estudante, considerando que o perfil desse profissional é o de garantir o processo de aprendizagem por meio da gestão do conteúdo, cabendo a ele pensar em métodos que façam o conhecimento chegar até os estudantes. No documento analisado, o projeto diz que o material será impresso e contará com livros, apostilas, atividades e avaliações elaboradas pelos professores conteudistas, tornando-se um grande desafio, pois o processo de ensino-aprendizagem não pode ser desvinculado da realidade social e dos condicionantes históricos presentes na experiência de vida dos estudantes, sendo um desafio maior em se tratando de estudantes privados de liberdade, porque:

[...] o processo ensino-aprendizagem não pode ser desvinculado da realidade social e dos condicionantes históricos presentes na experiência de vida dos estudantes. Ou seja, a ação pedagógica crítica e transformadora deve integrar-se à realidade concreta do estudante, buscando transformá-la. (MOULIN, 2003, p. 04)

A elaboração de todo o material de estudo deve ser pensada de uma forma simples, clara e objetiva, ao ponto de dispensar a presença física do professor, no documento. A mediação da aprendizagem não ocorre entre professor e estudante, mas por uma autoaprendizagem apoiada em material impresso; entretanto, a autoaprendizagem está ligada à ideia de o sujeito aprender sozinho de forma independente, sendo importante explicar que esse fenômeno se define como autoaprendizagem autônoma e dirigida, conforme mostra Moulin (2003, p. 5).

A autoaprendizagem autônoma é a forma não ordenada e assistemática como o autodidata procura, seleciona materiais, estuda e pesquisa, sem apoio externo, ou seja, por conta própria; já a autoaprendizagem dirigida é organizada e sistemática, processa-se na ausência do professor, mas com o apoio de um material-guia especialmente preparado para esse fim.

É importante discutir o papel da autonomia que o privado de liberdade não possui em seus estudos, uma vez que, para Freire (1996, p. 107), “Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas”. O PEJA (2018, p. 6) não deixa nítida essa autonomia no documento analisado, quando menciona a formação humana e o acesso à cultura geral, de modo que venham a participar política e produtivamente das relações sociais e do trabalho, com comportamento ético por meio do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

4.2 Análise das entrevistas

Essa etapa do processo de pesquisa é muito importante para o levantamento dos dados, pois a narrativa que os entrevistados fornecem pode alterar a pergunta inicial ou mesmo acrescentar informações inéditas à pesquisa. Pondé, Mendonça e Caroso (2009, p. 130) discutem que se “propõe uma metodologia de análise de dados qualitativos que permite avaliar não apenas a pergunta de investigação do pesquisador, mas também os dados que surgem nas entrevistas, concernentes às ideias do entrevistado e que escapam ao objeto de pesquisa inicialmente investigado”. Ainda Pondé, Mendonça e Caroso (2009, p. 130) afirmam que:

O entrevistador/pesquisador escolhe o tópico a ser abordado, elabora os quesitos e guia a entrevista com novas questões. Os informantes não são marionetes nesse processo; eles também orientam a entrevista com suas respostas. A distância entre os dois (entrevistador/pesquisador e entrevistado/sujeito da pesquisa) se configura no quanto um permite ao outro se expressar ao longo da entrevista.

Assim, uma vez definido o caminho metodológico para a pesquisa e baseando-se nas análises e no contexto de cada entrevista, os objetivos específicos foram utilizados como roteiro para a elaboração das perguntas. O subtópico a seguir será utilizado para responder os objetivos específicos da pesquisa.

4.2.1 Concepções de ressocialização: o que os professores conteudistas entendem sobre a ressocialização

Para compreender melhor sobre o que os professores conteudistas entendem sobre a ressocialização, buscou-se inicialmente conhecer esse sujeito que está inserido na pesquisa. A importância de trazer um pouco de sua vivência como professor nos leva a conhecer melhor esse sujeito, uma vez que não tem como separar o professor de suas crenças e suas concepções que estão arraigadas no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Logo:

O saber que está imbricado no trabalho exercido pelo professor; que os saberes são plurais, diversos e de natureza diferentes; perpassa por um momento histórico profissional, sendo adquirido no contexto profissional e nas experiências individuais; a experiência é a condição para a aquisição e produção dos saberes; o profissional se relaciona com seu objeto de trabalho, por meio das interações humanas e por conseguinte, leva em conta os saberes dos professores e as realidades específicas do seu trabalho. (TARDIF, 2010, p. 18-23)

Essas interações humanas são importantes para conhecermos as concepções dos professores conteudistas em relação à ressocialização. Na entrevista com os professores, ao

perguntar sobre a experiência como docente, ficou claro, na fala dos sujeitos, que nem todos mencionaram que tinham experiência em sala para ministrar aulas na EJA. Falar da prática docente é ir ao encontro do pensamento de Tardif (2010), quando ele nos remete aos diversos saberes que o professor apresenta no que se refere a suas práticas, vivências e experiências. Por isso, o propósito de compreender a experiência dos professores como docentes de outras áreas foi importante para que pudéssemos entender como se deu a elaboração do material didático para EJA, em especial para os privados de liberdade, evidenciando o relato dos professores sobre sua prática na docência.

A professora Catelyn mencionou que não teve muita experiência em lecionar na Educação de Jovens Adultos, porém, enquanto estava na Secretaria Municipal de Educação, teve uma experiência muito significativa, pois, às quartas-feiras, planejava, junto com as professoras, na escola polo, as aulas para a EJA. A professora ficou de seis a sete anos como formadora da EJA e, depois, foi trabalhar como formadora de professores. Já a professora Arya Stark relatou que trabalhou muito pouco como professora da EJA e que trabalhou alguns anos como professora universitária e do Ensino Médio. Segundo o relato dela:

Eu posso dizer assim, mas como experiência do ensino médio e que eu já trabalhei, também na questão na Universidade como professora, então assim, o conhecimento que eu tenho de trabalhar é no ensino médio à noite por exemplo, eu já trabalhei a gente trabalha muito com jovens e adultos, então a gente tem um nível de estudantes que são trabalhadores que trabalham durante o dia a noite estuda.

Ela evidencia que, para a construção do material didático, buscou conhecer, estudar, pois tinha muitas perguntas e já tinha ajudado uma amiga que é agente penitenciária em uma pesquisa de TCC.

Dialogando com a professora Margaery, ela relatou que trabalhou no MOVA⁸⁵ enquanto era universitária e que, após concluir sua graduação, foi direto lecionar para o Ensino Médio. A professora disse que nunca trabalhou com a EJA, porém lecionou muito tempo com os jovens e os adultos no Ensino Médio regular e sempre se identificou com os estudantes adultos, muitas vezes, senhoras que precisavam ser motivadas para não dormir em sala de aula e tinham vontade de aprender. A professora Daenerys relatou que teve pouca experiência com a Educação de Jovens e Adultos e que, quando morava no interior de Mato Grosso do Sul, lecionou em uma

⁸⁵ O Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, conhecido como MOVA, foi proposto pela primeira vez como uma política pública para a alfabetização de jovens e adultos na gestão de Paulo Freire — quando exerceu a função de Secretário Municipal de Educação do Município de São Paulo, na gestão da Prefeita Luísa Erundina (1989 a 1992) (SANTOS, 2008, p. 15).

escola pública onde ficou seis meses lecionando a disciplina de códigos e linguagens, porém não ficou muito tempo, pois a vaga destinada à EJA era apenas para professores contratados. Anos depois a professora foi convidada para trabalhar na SED como formadora dos professores do Ensino Fundamental e, logo depois, foi convidada a trabalhar no setor que era responsável pela EJA.

A professora Catelyn relatou que sua experiência como professora da EJA se deu na observação de uma sala de EJA. A professora relatou que ficava todas as terças-feiras em uma sala, à tarde, que atendia a EJA e que, às quintas-feiras, ela acompanhava outra professora.

Na época em que a professora Catelyn atendia uma sala da EJA, ela estava trabalhando na Secretaria Municipal de Educação no município de Campo Grande, e uma de suas atribuições era acompanhar os professores que lecionavam na EJA nas escolas municipais.

O fato de as entrevistadas terem pouca experiência como professoras na EJA não foi impedimento para que elas fossem chamadas para desenvolver seus trabalhos como formadoras, uma vez que a experiência na Educação básica e os estudos relacionados ao tema fizeram com que demonstrassem interesse em buscar um aprofundamento teórico sobre o tema.

Veja o relato da professora Catelyn:

E assim, a gente vai conversando, porque a gente para produzir esse material, a gente teve conversas, diálogos, estudos, né, e com pessoas que já estão ali, pessoas que já trabalharam, por exemplo, até como professores no prisional né, pessoas que tem a experiência que estão muito tempo ali na sala mesmo.

Para Tardif (2010), os saberes docentes estão vinculados à prática do professor, levando-os a refletir sobre sua prática proporcionando momentos de reflexões.

Todo o sistema prisional federal⁸⁶ possui suas regras de conduta, assim, todo material destinado ao privado de liberdade passa por uma vistoria antes de chegar às celas. No Presídio Federal, o detento fica em uma cela individual onde todo o material didático é entregue para ele sem grampos, sendo apenas o refil da caneta permitido. Sobre o fato de os privados de liberdade não poderem ter acesso aos livros e às apostilas grampeados, a partir do primeiro semestre de 2019, essa regra foi abolida no sistema prisional federal de Campo Grande, ficando

⁸⁶ O conjunto desses estabelecimentos penais é administrado pelos governos estaduais, à exceção de quatro penitenciárias federais, administradas pelo Depen. A primeira das unidades federais foi inaugurada em 2006, em Catanduvas, na região Oeste do Paraná. Desde então, foram criadas outras três unidades em Campo Grande/MS, Porto Velho/RO e Mossoró/RN. Conheça os diferentes tipos de estabelecimentos penais. Disponível em: <<https://cnj.jusbrasil.com.br/noticias/218953509/conheca-os-diferentes-tipos-de-estabelecimentos-penais>>. Acesso em: 23 out. 2022.

convencionado que, caso o grampo fosse retirado do material didático pelo aluno, se configuraria em transgressão disciplinar.

Toda essa segurança, conforme a diretoria do sistema prisional, é para garantir o bem-estar do detento. Assim, a educação do privado de liberdade tem que se adequar às regras estabelecidas pelo sistema federal, ocasionando uma adaptação na metodologia utilizada para se alcançar a aprendizagem dos detentos. Sobre as regras de segurança, a portaria DISPF/DEPEN/MJSP Nº 6, de 21 de março de 2022, aprovou o Manual de Assistências do Sistema Penitenciário Federal. O capítulo V, dos objetos e materiais permitidos em cela, em seu Art.130 diz que será permitido aos presos condenados ou provisórios dos estabelecimentos penais federais ter consigo os seguintes objetos ou materiais:

II - Materiais de leitura: a) até 5 (cinco) unidades de materiais de leitura, entre livros, revistas, periódicos, gibis e passatempos, do acervo da Biblioteca e entregues pela Divisão de Reabilitação; b) 1 (um) livro de sua fé religiosa, 1 (um) livro de hinos ou músicas religiosas e 1 (um) dicionário, de forma permanente; c) material informativo sobre seus direitos, deveres, regras disciplinares e de assistência, entregues pela Divisão de Segurança e Disciplina da Penitenciária Federal, quando da inclusão na penitenciária; d) material didático das atividades educacionais, entregues pela Divisão de Reabilitação; e e) material entregue pelo Jurídico da penitenciária.

III - Materiais para escrita: a) até 5 (cinco) folhas de requerimento, seguindo modelo padronizado do ANEXO II desta Portaria, entregues semanalmente; b) até 2 (duas) folhas de papel para anotação de endereços de correspondências, conforme modelo padronizado ANEXO III desta Portaria; c) 1 (uma) carga de caneta; d) até 5 (cinco) folhas de papel pautado, entregues semanalmente pela Divisão de Reabilitação, para produção literária autoral, conforme autorização da Direção da Penitenciária Federal nos termos do artigo 161 desta Portaria.

Dessa maneira, não era só produzir o material, mas também pensar em como esse material poderia chegar até os estudantes de uma forma que eles pudessem compreender todo o conteúdo programático, em como trabalhar a ressocialização em meio ao conteúdo programático. Sobre isso, a professora Arya Stark menciona que:

Além de você construir o material, a gente tinha que se preocupar com toda a estética desse material, vamos dizer assim, né, não era só produzir o material. Você tinha que ver aquela questão da formatação toda para dar o mínimo do mínimo né, para eles entenderem aquilo que era ensinado.

Essa preocupação em fazer com que o material que era preparado para o privado de liberdade pudesse falar por si só era algo corriqueiro na fala das professoras, que mencionaram sobre pensar em atividades que pudessem fazer com que o estudante aprendesse a refletir sobre seu cotidiano, sendo isso importante para as professoras, pois muitos dos privados de liberdade estavam afastados do banco escolar já há algum tempo. Outra situação levantada era a de que

os privados de liberdade não podiam ter conexão com o mundo externo, sendo que preparar o material didático para um estudante que não tinha como fazer essa ponte com o que acontecia fora das grades era muito difícil. Conforme a fala da professora Catelyn:

Por exemplo, falar para o estudante fazer uma pesquisa em um lugar externo, consultar as redes sociais né, e ele não tem essa sensibilidade né, então a gente tem que cuidar muito com aquilo que vai para esse estudante, para que ele não tenha uma conotação, como que eu posso dizer preconceituosa, discriminatória, então muitas vezes, quando a gente for utilizar o livro, quando a gente se deparava com essa situação que é uma dificuldade, que tinha uma atividade, que não cabe para o estudante que está lá né, para o privado de liberdade, então a gente não colocava ela, a gente né, pulava essa questão, deixava de fora.

A professora Catelyn, em seu relato sobre a elaboração do material apostilado, reforça a preocupação de problematizar e contextualizar o material que estava sendo elaborado para o privado de liberdade, mesmo com todas as dificuldades encontradas. A fala da professora deixa evidente que era possível levar o estudante a refletir por meio dos estudos:

É, por mais que o material seja apostilado e tudo mais, mas a gente procura sempre problematizar né, contextualizar para eles problematizarem, não vou falar para você que quer dizer, não, é ele é um material excelente e tudo mais, mas dentro das possibilidades né, daquilo que estava ao nosso alcance, do material que a gente tem, eu acredito sim, sabe eu acredito na possibilidade sim, de trazer esse olhar que ele pode mudar um pouquinho, porque a gente só muda nossas concepções, as representações que a gente tem, a partir dos estudos né, já que eles estão estudando, a gente estuda, a gente lê, reflete enquanto estudantes né, fizerem isso, é uma leitura bem feita.

Essa reflexão apresentada pela professora Catelyn resulta na preocupação de problematizar, contextualizar de buscar alternativas para que o material elaborado contribuísse para que o privado de liberdade aprendesse. A professora Catelyn diz que seu olhar mudou em relação à concepção, às representações e às suas leituras. Sobre as falas das professoras, Vivaldo (2019, p. 11) diz que:

Reconhecer o detento como pessoas, e dar-lhe a possibilidade de projetar ela própria um futuro que não seja a transcrição das vontades do sistema penal, mais um futuro com todo conhecimento de causas e da causa do encarceramento. Pois em um futuro não significa esquecer um passado, e nem sobre tudo questionar o presente é preciso reconciliar o ato de aprender, na verdade com o prazer de aprender. É nesse contexto que pensamos em uma educação da população carcerária considerada ainda no tempo de hoje com um privilégio e não um direito.

A preocupação em preparar o material didático para os privados de liberdade sabendo de todas as limitações que os detentos tinham, ou seja, esse “reconciliar o ato de aprender, na

verdade com o prazer de aprender” fez com que as professoras buscassem estratégias para que os estudantes alcançassem a aprendizagem.

Arya Stark relata que:

Quando eles queriam ter uma leitura complementar, a gente colocava imagens sabe, trabalhava com imagens, procurava atingir, é tudo assim dentro do limite possível né, atingir esses estudantes, a gente era limitado, por exemplo, se você falar, olha isso aqui, eu não posso pôr um vídeo, de repente uma música, então a gente tinha que trabalhar com textos pequenos, textos né, que eles poderiam interpretar em uma linguagem né, que eles pudessem entender e compreender.

Na fala da professora, oferecer um material didático adequado ao privado de liberdade era buscar uma visão diferenciada sobre o conteúdo elaborado para esses estudantes, ou seja, um material que poderia facilitar a compreensão desses sujeitos no mundo que estão inseridos, nesse caso o sistema prisional.

Sobre a importância de se preparar um material adequado aos privados de liberdade, a Resolução de 1990/20 do Conselho Econômico e Social da ONU apresenta, no item d, que: “Atividades criativas e culturais devem desempenhar um papel significativo, uma vez que têm o potencial especial de permitir que as pessoas presas se desenvolvam e se expressem”. Para Garcia Aretio (1994), a linguagem do material didático deve ser acessível e clara, buscando-se um estilo informal, na tentativa de estabelecer um diálogo com o estudante.

Toda essa preocupação vem ao encontro de se elaborar um material que atraísse e facilitasse a aprendizagem do privado de liberdade, algo que provocava a equipe na busca de encontrar o melhor modo de construir esse material, pois os professores viam os privados de liberdade não como detentos, mas sim como estudantes, sendo que muitos estavam estudando ali para aprender e diminuir o tempo de reclusão. A professora Arya Stark relatou que:

No momento que está construindo um material penso eu que a gente busque que ele aprenda né, pelo menos que ele compreenda o que a gente quer passar, então é o aput e input o que entra e o que sai né. Então, aí nós teremos várias sequencias, teremos vários tipos de estudantes e que desse modo ele vai aprender. Então essa era a preocupação de construir esse material.

A professora Arya Stark ainda reforçou que o diálogo entre a equipe que elaborava o material era importante, pois conversavam muito entre eles, alegando que os primeiros materiais que saíram para os privados de liberdade sofreram modificações por serem o primeiro material didático que a equipe construiu. Dessa maneira, Arya Stark explicou que:

A gente conversava muito né, a gente tentava contornar muito né, até porque na época que a gente começou foi tudo uma experiência até o primeiro material que nós fizemos aí nós vamos verificar não tivermos que rever novamente então a segunda etapa do projeto ficou bem melhor do que a primeira e aí a gente tentava fazer todo um trabalho além do material escrito, a gente fazia organização do material.

A conversa entre a equipe que elaborou o material didático reforçou a ideia de que eles tinham da preocupação em oferecer algo que pudesse colaborar com a ressocialização do privado em liberdade, uma vez que, como mencionado, na segunda etapa do projeto, o material ficou bem melhor.

A professora de Geografia, em uma das suas falas, mencionou a preocupação do material chegar colorido nas mãos dos privados de liberdade, uma vez que ela tentava deixar mais atrativo seu conteúdo com mapas e charges para que o estudante pudesse ter uma leitura melhor das legendas e dos símbolos. Então, o ela queria dizer é que, se colocasse símbolos coloridos, o estudante conseguiria interpretar com mais clareza o que o material didático solicitava. Sobre isso, Garcia Aretio (1994) aponta alguns princípios para nortear a produção do material e explica como um bom texto deve simular a oralidade, aproximando-se do contexto linguístico do estudante, além de também apresentar exemplos, ilustrações ou figuras que favoreçam a proximidade entre professor e estudante. Ainda nessa vertente, Lima e Santos (2017, p. 9) dizem que: “A elaboração de materiais didáticos para EaD requer o uso de uma linguagem amigável, clara e concisa, em tom de conversação, para que o estudante, apesar da distância física, possa ‘sentir’ a presença do professor”. Para Arya Stark:

A gente fazendo esse material, construindo esse material, tinha muitas perguntas e muitos pontos de interrogação. O modo que ele ensinado né, porque até então, ele não ia ter ninguém ali para auxiliar, então ele teria que ler aquele documento que eu falo que é a apostila, ele teria que ter um conhecimento para responder né, para atender o objetivo proposto.

Na fala da professora, a preocupação em entregar um material acessível para o privado de liberdade vem no sentido de que esse material deveria ser o norteador para que o detento pudesse ter acesso ao conteúdo a ser estudado e, posteriormente, para que pudesse realizar as atividades de fixação e as avaliações bimestrais. As professoras debatiam entre elas a melhor forma de elaborar o material didático para os estudantes.

Para Catelyn, os professores que elaboravam o material tinham que estudar e se preparar. A professora deixa claro que acredita na educação e que ela é feita na cumplicidade, com seriedade e compromisso político. Para ela:

A gente tem que estudar né, a gente tem que pesquisar e a gente tem que ter compromisso com essas pessoas, estão com aquilo que a gente tá produzindo de material para contribuir com a aprendizagem. Eu acredito muito na educação, e a educação quando ela é feita de cumplicidade com seriedade com compromisso político, né?

A preocupação em estar sempre estudando, na ânsia de encontrar caminhos para melhorar a educação, fica nítida na fala da professora Catelyn, além de até mesmo mostrar a preocupação de um engajamento político em relação à aprendizagem dos privados de liberdade. A favor da fala da professora Catelyn, Miranda, Alves e Farias (2022, p. 9) dizem que:

A atuação docente nos espaços prisionais faz com que se busque compreender esses ambientes bem como os movimentos presentes nesses contextos e verificar quais práticas se mostram mais eficazes para desenvolver o processo de ensino e aprendizagem das pessoas que estão em privação de liberdade.

O que a professora Catelyn menciona vem ao encontro das práticas que se mostram mais eficazes para que se leve, por meio da educação, o detento a refletir sobre seus atos e, a partir dessa reflexão, buscar a mudança necessária para seu retorno à sociedade.

Perguntada sobre o conceito de ressocializar, a professora Arya Stark respondeu que seria como sensibilizar e que, na elaboração do material didático, eles colocavam alguns textos nesse contexto da ressocialização, porém, como os privados de liberdade viviam em celas individuais, eles faziam as coisas muito sozinhos. A professora ainda mencionou que:

Eu acho que desde que ele construísse esse material junto ou responderia, ou fazer junto, ele já estaria socializando, então ele não tem isso, então ele vai fazer no universo solitário, então isso não é socializar, então assim, algo que a gente colocava era para ele ter esse entendimento.

A professora Arya Stark traz, em sua fala, a palavra sensibilizar indo ao encontro da ressocialização do apenado, mostrando a preocupação de alcançar, por meio do material didático em particular, textos que provocassem nesse estudante a vontade de mudar, levando-o à reflexão sobre sua condição de encarcerado, assim como a aquisição de princípios e valores inerentes à condição de convivência social sadia.

O fato de o privado de liberdade não poder discutir com seus pares os textos ou mesmo elaborar alguns trabalhos e atividades em dupla dificultava o caminho da ressocialização, conforme relatos da professora Arya Stark. A professora ainda menciona que:

O objetivo dele é conseguir né, sair lá fora, para entender, compreender esse espaço que ele vai estar, mas assim, socializar eu acho assim que seria mais ele pensando que

ele tem uma formação, que ele saiu de lá com uma formação, ele pode fazer a diferença lá fora, mas até o ponto, eu não eu não posso te afirmar assim 100% não, até que ponto ele vai ter essa ressocialização no mundo lá fora? Porque sim, lógico que a gente sabe que no momento que a pessoa já tem uma educação, uma educação entre aspas, ter um conhecimento científico, ele sabe que vai dar oportunidade para ele lá fora, ele já está socializando penso eu, entende, então ele vai sair com uma formação que ele não tinha, então ele vai conseguir um emprego melhor lá fora, ele vai ter uma oportunidade a mais para se ressocializar.

Ao perguntarmos para a professora Arya Stark sobre a ressocialização, ela disse que a educação prepara o privado de liberdade para o mercado de trabalho e que o detento, após tomar consciência, por meio dos estudos, pode ter uma oportunidade melhor quando sair do presídio.

Esse olhar em oportunizar ao privado de liberdade condições para que ele saia do presídio e se insira novamente à sociedade vem ao encontro da fala de Pereira (2011, p. 52) ao discutir que:

Nesse sentido, o educador deve incorporar teorias educativas e pedagógicas críticas para que o fazer educativo social esteja comprometido com a libertação, humanização ressocialização dos adultos presos.

O trabalho e a educação são fundamentais para oferecer novos caminhos e perspectivas ao privado de liberdade após sua saída do sistema prisional. Por isso, a fala da professora Arya Stark em relação ao mercado de trabalho condiz com a preocupação em ressocializar o privado de liberdade para garantir a ele uma empregabilidade, acreditando que, após sair do sistema penitenciário, o detento esteja apto ao mercado de trabalho. A ressocialização do apenado é uma das, senão a principal, finalidade da pena, pois o privado de liberdade cedo ou tarde voltará ao convívio em sociedade e prepará-lo para esse retorno é a preocupação da professora.

Na fala da professora Margaery, a concepção sobre ressocialização aparece no momento em que ela expõe a preocupação com o privado de liberdade por não ter acesso ao mínimo de materiais para que ele possa estudar. O fato de o detento estar sozinho em uma cela e ter que compreender o que está exposto no material didático causou uma certa preocupação. Na concepção de Albergaria:

A ressocialização é um dos direitos fundamentais do preso e está vinculada ao *welfare state* (estado social do direito), que se empenha por assegurar o bem-estar material a todos os indivíduos, para ajudá-los fisicamente, economicamente e socialmente. (ALBERGARIA, 1996, p. 139)

Esse bem-estar que Albergaria (1996) menciona tem a ver com o direito fundamental do privado de liberdade a uma educação que busca a humanização, ao resgate de sua cidadania, ao cuidado que todos devem ter para reincorporá-lo à sociedade. Assim:

Este compromisso com a humanização do homem, implica uma responsabilidade histórica, não pode realizar-se através do palavrório, nem de nenhuma outra forma de fuga do mundo, da realidade concreta, onde se encontram os homens concretos. (FREIRE, 1983, p. 19)

Acreditamos que essa humanização que Freire (2026) menciona tem a ver com a educação, que busca lutar por melhorias, por oportunidades e por mudança de vida. “A educação humanizadora” (FREIRE, 2016) vem ao encontro de entender que o “ser humano é um ser inacabado” (FREIRE, 1996) que está em um processo de constante humanização e que somente por meio de um processo de conscientização e diálogo - denominado aqui como “educação problematizadora” (FREIRE, 2001b) - busca-se transformar os sujeitos em pessoas conscientes de si e transformadoras da sua realidade social.

A preocupação em preparar o privado de liberdade para o mercado de trabalho também apareceu no diálogo com a professora Margaery, quando perguntado a ela se o material elaborado contribuiu com a ressocialização dos privados de liberdade. Dessa maneira:

A gente sempre procurava buscar contextualizar de forma que houvesse a ressocialização, mas aí, é uma situação assim, complicada, ele tipo assim, cria expectativa de que vai sair de lá formado, que vai ser Integrado de novo na sociedade, mas a sociedade aqui fora né, tá preparada para receber ele? Né, até na questão de trabalho mesmo, que nem você disse às vezes, tem escolas prisionais que tem a educação profissional, ele trabalha lá, faz um curso de educação profissional se especializa naquela área mais quando ele sair pelo fato de ter sido preso né.

A fala da professora vem ao encontro de Cardenas (2011), quando diz que as instituições penais deverão elaborar programas de educação profissional, básicos e secundários, para que possam trabalhar legalmente após o fim de sua pena. Preparar o privado de liberdade para o mercado de trabalho, para uma profissão que lhe garanta seu sustento e de sua família.

A preocupação em preparar esse privado de liberdade para seu retorno à sociedade não fica apenas no campo da educação e do trabalho, porque, no relato da professora Arya Stark, ela menciona que a ressocialização também acontece no campo socioemocional desse indivíduo e que a equipe deve trabalhar com o preso não só a educação, mas também vários setores que respondem por eles. A professora deixa claro que a responsabilidade não é só da educação, pois:

Responder sobre ressocializar não é só a educação, é um contexto por um todo, por isso que eu falo, como que eu vou ressocializar esse ser somente ensinando a ele que está numa cela individual?

Reconhecer que é necessário ir adiante e não ficar apenas no campo da educação e do trabalho é ir além do que é esperado do professor, pois é indispensável ao professor um comprometimento com a transformação da realidade, conforme Freire (2002f, p. 92), porque, “embora não podendo tudo”, mas “podendo alguma coisa”, cabe ao professor se posicionar e ter esse olhar além do conteúdo. Parafraseando Arya Stark, “ressocialização também acontece no campo socioemocional desse indivíduo”. Essa preocupação da professora deixa evidente que não basta preparar o privado de liberdade apenas para o mercado de trabalho, considerando que o campo socioemocional também deve ser cuidado. Nesse caso, ela está se remetendo à ideia de um sujeito social que, conforme Freire (2002d, p. 94), é capaz de “criar e transformar o mundo, sendo sujeito de sua ação”.

Para a professora Catelyn, o material elaborado pode contribuir com o privado de liberdade, uma vez que ele desconstrói alguns conceitos que trazem da sociedade e da visão de mundo se ele se permitir. A professora ainda afirma que:

Olha no meu caso, eu tô falando para você, hoje se for possível né, esse material se contribuir para ele, ele vai sair um pouquinho diferente, assim o professor ele sai diferente também, olha, você diz o professor que está produzindo material tem outro olhar hoje, no meu caso como professora de inglês assim né.

A professora relata que, ao produzir o material didático para o privado de liberdade, também sofreu modificações no que se refere ao privado de liberdade. Essas mudanças vêm do fato de que, para preparar o material didático, a profissional teve que pesquisar e refletir sobre sua própria prática. Reforçando o que foi dito, a professora Catelyn fez menção sobre a elaboração do material didático. Assim:

No meu caso sim, sabe no meu caso assim, eu vejo que contribuiu e que eu saio com olhar né, um olhar diferenciado, um olhar assim voltado para a justiça social né um olhar que a gente tem que ter assim, voltado no desenvolvimento humanos então eu acredito que foi rápido né.

Ambas as professoras mencionaram, em seus relatos, que, de alguma forma, trabalhar na elaboração do material didático as transformaram de alguma maneira, tendo um olhar voltado à justiça social. Essa mudança que as professoras relataram vem ao encontro de uma educação humanizadora que Paulo Freire defendia, ou seja, esse olhar para a pessoa como um

sujeito, capaz de pensar, opinar, discordar, problematizar, atuando no mundo e com o mundo (FREIRE, 2008).

Ao relatar as dificuldades encontradas em preparar o material didático para os privados de liberdade, as professoras apresentam uma certa preocupação em preparar um material que fosse utilizado pelos detentos no intuito de que realmente a aprendizagem ocorresse. As professoras relataram também que, com os retornos do *feedback* dado pelos próprios privados de liberdade à equipe de professores conteudistas, realizaram algumas mudanças no material didático para que os privados de liberdade compreendessem o conteúdo estudado.

Conforme a fala da professora Margaery, os professores conteudistas recebiam muitos relatos dos privados de liberdade que, no retorno dos *feedbacks*, solicitavam mais exercícios de fixação do que textos. Dessa forma:

Eles escreviam das dificuldades que os primeiros textos que vieram primeiro, muitas reclamações, que eles não estavam entendendo, que queriam desistir que não queriam mais, aí, depois com tempo, datando as atividades, eles falaram que queriam mais exercícios de fixação para eles compreenderem melhor, para similar mais o conteúdo. Quando eles receberam o nosso material estudo contextualizado a gente teve muita dificuldade né, a gente queria contribuir com eles, era o que eles esperavam da gente e do material, eles queriam aprender fazer contas, né, né.

O *feedback* dado pelos privados de liberdade era feito por meio da última página que ficava junto dos exercícios de fixação, na qual o privado de liberdade podia comentar sobre as atividades, realizar perguntas e tirar dúvidas sobre o conteúdo do material didático. Muitas das perguntas eram relacionadas às disciplinas de Matemática e de Língua Inglesa.

Para Catelyn, esse retorno feito pelos privados de liberdade em relação ao conteúdo ajudava a equipe de professores a traçarem novas estratégias de aprendizagem, porém nem sempre acontecia isso. A professora Margaery comentou que a metodologia utilizada pelos professores conteudistas era algo que era estabelecido pelo sistema prisional e que os professores conteudistas não tinham autonomia em relação ao material. O engessamento do método utilizado pelos professores ficou nítido na fala da professora Margaery:

Conversar sobre essa metodologia com o grupo, ou era algo já que vinha do sistema prisional, olha vocês têm que trabalhar assim, não tinha uma certa autonomia em relação ao material.

A falta de autonomia do professor conteudista na elaboração do material didático e o engessamento do método seguem a política de segurança do Presídio Federal, que possui regras que impossibilitam uma flexibilização da metodologia adotada. Por isso, ao se pensar em uma

metodologia de ensino para os Presídios Federais, é necessário se debruçar sobre essas regras, buscando problematizar, instigar e provocar questionamentos, dúvidas, suspeições e possibilidades no intuito de buscar alternativas que dialoguem com as regras de segurança do Presídio Federal. A disciplina carcerária sobre o privado de liberdade está presente no método educacional adotado para que esse sujeito aprenda, e essa situação de cárcere se torna uma extensão dos aspectos pedagógicos ao ensinar. De acordo com Santana (2011, p. 8):

A disciplina carcerária é a prisão dentro da prisão. Mais do que cumprir a sentença judicial que lhe foi imposta, o preso obedece a uma série de procedimentos que determinam uma rotina para sua vida no cárcere. Esses procedimentos são da ordem da legalidade ou da ilegalidade, haja vista que ambos são indissociáveis.

O efeito produzido pela disciplina carcerária sobre o apenado passa, necessariamente, pelo crivo do educacional, influenciando sua aprendizagem, uma vez que, a partir do momento em que o privado de liberdade adentra uma prisão, ele está fadado a cumprir com deveres e direitos que a ele são apresentados, assim como estabelecidos no âmbito educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais, retornamos com os principais conceitos apresentados durante a pesquisa, alguns temas importantes abordados e os principais resultados obtidos, assim como as principais reflexões provocadas neste trabalho. Esta pesquisa se propôs analisar o Projeto “Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/Ead” com foco na ressocialização no Presídio Federal de Campo Grande – MS, anos de 2017- 2018.

A Constituição Federal de 1988, é o texto fundamental que determina os direitos e deveres dos homens e mulheres do nosso país, essa mesma Lei, no seu art. 5º garante ao privado de liberdade os mesmos direitos que os brasileiros e estrangeiros que residem em nosso país possuem e amparados pela Lei de Execução Penal – LEP que estabelece que o preso tem direito à assistência educacional e dá as diretrizes básicas dessa educação, além de todo um aparato internacional, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, em seu artigo 26, art. 1º, diz que toda pessoa tem direito à educação. Nessa tese trabalhamos embasados na concepção que o privado de liberdade deve ser tratado como uma pessoa igual a qualquer outra, exceto pela obrigação de cumprir a pena e as limitações decorrentes da situação que ocasionou a sua detenção, e independente da sua situação carcerária, o olhar a este apenado é por meio dos direitos a ele atribuídos em particular, o direito à educação e a sua ressocialização.

Nossa pesquisa teve como objetivo geral de estudo analisar o Projeto “Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/Ead” com foco na ressocialização dos privados de liberdade no Presídio Federal de Campo Grande - MS nos anos de 2017- 2018 e como específicos, identificar, nos documentos (Projeto Pedagógico, Referencial Curricular e ementa)⁸⁷, os conceitos relacionados à ressocialização do privado de liberdade à sociedade e analisar as concepções de ressocialização, sobre o que os professores conteudistas entendem sobre essa temática.

Para tanto, o desenho da pesquisa contemplou a abordagem qualitativa com o propósito de realizar a análise documental do Projeto EJA Conectando Saberes II/Ead, onde foi analisado o Projeto Pedagógico, sua Estrutura Curricular, e ementa e, em seguida, realizada as entrevistas semiestruturadas com os 04 professores efetivos que na época da elaboração do material didático estavam lotados na Secretaria Estadual de Educação.

⁸⁷ Ao nos referirmos documentos, nos reportamos ao Projeto EJA Conectando Saberes II/Ead que contempla o (Projeto Pedagógico, Referencial Curricular e ementa)

Em relação ao primeiro objetivo específico, identificar nos documentos (Projeto Pedagógico, Referencial Curricular e ementa)⁸⁸, os conceitos relacionados à ressocialização do privado de liberdade à sociedade, a análise documental apresentou vários elementos importantes para a pesquisa, possibilitando a indicação de resultados significativos em relação ao privado de liberdade. A divisão da análise documental em 6 (seis) tópicos, proporcionou uma melhor compreensão do projeto Educação de Jovens e Adultos Conectando Saberes II/EaD aos privados de liberdade.

Segundo a análise, o projeto⁸⁹ tem como finalidade orientar na promoção da formação cidadã, a pluralidade cultural e o fortalecimento de uma visão mais participativa, crítica e reflexiva dos estudantes nas decisões dos assuntos que lhe dizem respeito, além de promover o acesso ao conhecimento, à riqueza cultural, à diversidade de linguagem, à consciência corporal e às múltiplas possibilidades e complexidades do mundo do trabalho.

A formação cidadã, aparece no projeto, especificamente na área de conhecimento das Ciências Humanas, etapas do Ensino Fundamental, no ensino de História, no que se refere a compreender as possibilidades, as potencialidades e as tensões entre direitos e deveres da cidadania e suas formas de participação direta e indireta, nas possibilidades e nas potencialidades e as tensões entre direitos e deveres da cidadania e suas formas de participação direta e indireta. Também, o projeto busca identificar e entender as diferentes formas de manifestações de violências no meio rural e urbano entre trabalho, consumo e cidadania, assim como o termo cidadania que é apresentado como conteúdo da disciplina de História no sentido de identificar o valor das datas e festas religiosas, assim como a importância dos ritos religiosos na cultura indígena do Mato Grosso do Sul e participações de ações de preservação do meio ambiente, valorizando a cultura indígena e a preservação do meio ambiente.

A importância de trazer o conceito de cidadania para o projeto trouxe uma reflexão no sentido do que a BNCC nos apresenta, enquanto formação cidadã, desejando um sujeito responsável, que se importa com o outro, que tenha princípios éticos, democráticos, inclusivos, com uma participação ativa na política; e, do outro lado, o privado de liberdade, sujeito este longe dos seus direitos como cidadão, privado da liberdade e afastado da convivência social.

Não foi objetivo desta pesquisa discutir a BNCC, seus prós e contras, entretanto, o grande desafio é descobrir como a formação cidadã acontece no sentido que possa reinserir o

⁸⁸ Ao nos referirmos à documentos, nos reportamos ao Projeto EJA Conectando Saberes II/Ead que contempla o (Projeto Pedagógico, Referencial Curricular e ementa)

⁸⁹ Ao nos referirmos à projetos, nos reportamos ao Projeto EJA Conectando Saberes II/Ead que contempla o (Projeto Pedagógico, Referencial Curricular e ementa)

privado de liberdade na sociedade, compreendendo o exercício dos seus direitos e o cumprimento dos seus deveres, uma vez que na análise documental do projeto, em particular a proposta curricular do Referencial Curricular da Rede Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, contempla, de alguma maneira a formação do cidadão nos conteúdos apresentados.

A análise documental mostrou que existe uma preocupação em buscar um sistema prisional, em uma proposta pedagógica genuína, porém, no decorrer do texto, demonstrou ser uma repetição frente às especificidades do cárcere. Acreditamos que a proposta do currículo na Educação de Jovens e Adultos não deve ser entendida como uma concepção pedagógica tradicional, que fragmenta o processo de conhecimento e que hierarquiza as disciplinas escolares, mas sim deve ser articulado à realidade em que o estudante se encontra. É possível perceber sua fragmentação quando o processo de conhecimento se hierarquiza por meio das disciplinas escolares sem a devida articulação com realidade em que o estudante se encontra, devido ao fato de que o detento se encontra isolado em sua cela.

Ainda sobre o currículo, foi possível perceber que os eixos temáticos atendem mais especificamente aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, não contemplando as especificidades dos privados de liberdade. Essa afirmação fica nítida quando o PEJA (2018, p. 12) mostra que “O currículo foi elaborado para atender as especificidades da educação de jovens e adultos na modalidade EaD” e a inserção do privado de liberdade nesse currículo não fica nítida.

O documento traz referência sobre a ressocialização do privado de liberdade à sociedade, em particular por meio da Educação de Jovens Adultos, utilizando-se dos mesmos argumentos de correção da distorção idade/escolaridade, atendendo esses grupos específicos que não puderam completar os estudos no período regular. A análise também ocasiona em dados importantes como o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, de junho de 2017⁹⁰, demonstrando que o perfil da população carcerária é, em sua maioria, de jovens e negros, pois, das 726.354 pessoas encarceradas no Brasil, 54% dos presos possuem a idade de 18 a 29 anos e 64% são pessoas presas de cor/etnia pretas ou pardas, dados preocupantes uma vez que se assemelha à população não carcerária, principalmente em relação a jovens e negros, demonstrando que é necessário um olhar mais zeloso às políticas públicas em relação às camadas populares, onde o racismo, as desigualdades sociais se incidem perversamente sobre a população negra. O documento traz em seu texto toda uma

⁹⁰ Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização – junho 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

fundamentação legal ⁹¹ em relação à ressocialização, que de fato se apresenta como prioridade para que o privado à liberdade retorne a sociedade.

O documento analisado, faz menção à Educação a distância, como forma de atender as Leis que fundamentam o direito à educação ao privado de liberdade, na garantia de oferecer diferentes níveis e modalidades de ensino. No caso do Presídio Federal de Campo Grande/MS, os privados de liberdade possuem acesso apenas ao material impresso, livros, apostilas e atividades elaboradas pelos professores conteudistas, ocasionando assim, uma EaD, onde a distância se limita entre a cela e ao professor que para sanar as dúvidas do estudante se utiliza de recursos por meio da caixa de diálogo presente nos instrumentos avaliativos, (atividades e avaliação), ainda, a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA apenas como um repositório de atividades, o que pode tornar o ensino a distância menos dinâmico e interativo, que segundo Kenski (2012a), “reduz as possibilidades de promover mudanças mais significativas nos processos educativos”. E, ao escolher não explorar os usos das TDIC, em específico o AVA, o privado de liberdade perde a chance de ter acesso aos conteúdos e flexibilidade sobre seu tempo e local de estudo. O fato de ser um Presídio de segurança máxima, os detentos e professores, devem seguir os critérios de segurança estabelecidos, levando-nos a refletir sobre os desafios que os professores enfrentam para atuar no sistema penitenciário.

A palavra autonomia apareceu muitas vezes no documento, ocasionado assim, a preocupação de inserir no projeto a ideia de desenvolver no estudante a capacidade de aprender de forma autônoma e responsável, aperfeiçoando a escrita, a reflexão e a autoria, incluindo, também a essa formação, a ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Mesmo que o documento aborde todas essas atribuições a serem desenvolvidas, as regras estabelecidas pelo presídio em relação ao privado de liberdade engessam a aprendizagem do apenado.

Observou-se que o acesso ao estudo se dá por meio de material didático denominado “Tempo de Aprendizagem”, exercícios de fixação, atividades quinzenais, avaliação escrita e autoavaliação, cabendo ao privado de liberdade estudar por meios desses recursos a ele oferecido e que o contato com o professor é realizado por meio de *feedback*, caminho necessário para que a interação aconteça, uma vez que o privado de liberdade não tem acesso ao ambiente de estudo destinado ao curso.

⁹¹ A fundamentação legal é a indicação da norma, artigo, parágrafo, inciso, alínea que contém expressamente a situação sobre a qual você quer argumentar, para fins de convencer. Disponível em: <<https://franciolioliveira.jusbrasil.com.br/artigos/1273204156/fundamento-juridico-e-fundamento-legal#:~:text=A%20fundamenta%C3%A7%C3%A3o%20legal%20%C3%A9%20a,Isso%20mesmo%2C%20argumentar!>> Acesso em: 15 out. 2022.

Dessa forma, os estudantes recebem as atividades impressas e, a partir desse material, desenvolvem as atividades no intuito de verificar o rendimento escolar.

Outro fator relevante que merece consideração, é a ideia de que, seja qual for o recurso utilizado para que a aprendizagem chegue até as mãos dos estudantes, a interação deve acontecer, entre professor x estudante e ou conteúdo x estudante, sendo o elemento mediador adotado para facilitar a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento da autonomia desse estudante.

O segundo objetivo específico vem tratando das concepções de ressocialização, sobre o que os professores conteudistas entendiam sobre essa temática.

Não tem como falar de ressocialização para os privados de liberdade sem falar do contexto em que está inserido o professor que desenvolveu todo o material didático que foi trabalhado com esse apenado, uma vez que enquanto professor, não podemos nos desprender de si mesmo, das nossas crenças e convicções. Saber da sua prática, vivências e experiências foram importantes para que pudéssemos entender como se deu a elaboração do material didático para a Educação de Jovens e Adultos, em especial, para os privados de liberdade. Evidenciamos no relato dos professores sobre sua prática na docência a preocupação deles em buscar, conhecer, estudar, pois tinham muitas dúvidas sobre a educação prisional.

As professoras que se tornaram sujeitos da nossa pesquisa, são docentes que trabalham na Secretária Estadual de Educação e que na época, estavam elaborando o material didático prisional. Vimos que todo o material que era elaborado para esse propósito, era passado por uma vistoria antes de chegar até os detentos, todas essas regras eram previstas no Manual de Assistências do Sistema Penitenciário Federal. Regras e mais regras acompanham todo o processo educacional, muitas vezes engessando o conteúdo que será ministrado, fazendo com que as professoras refletissem sobre sua prática o que as faziam pensar em como esse material poderia chegar até os estudantes de uma forma que eles pudessem compreender os objetos de conhecimento e em como trabalhar a ressocialização associado a esses objetos.

Percebe-se também que a preocupação em elaborar um material apropriado para o apenado era nítido, uma vez que para as professoras, as atividades elaboradas tinham que, de alguma forma, alcançar os estudantes e levá-los à reflexão sobre seu cotidiano e interno, sobre o que os levou à prisão.

Cabe destacar a importância do professor em realizar a conexão entre o mundo externo e o mundo que o privado está inserido. Havia dúvidas em como preparar o material didático com as temáticas da realidade, como violência, corrupção e política de maneira a não

comprometer o desenvolvimento dos estudantes. As professoras relataram muitas dificuldades em tratar desses assuntos, até mesmo deixava de elaborar questões relacionadas aos temas. Acreditamos que para as professoras, o fato dos privados de liberdade não terem acesso a esses temas, encobrindo-os como uma cortina de fumaça, não os levava à reflexão crítica.

As compreensões sobre os objetos de conhecimento a serem trabalhados com os detentos, era uma fala corriqueira para a maioria das professoras. Reconhecer que errou, poder questionar seu presente, se reconciliar com seu passado e refletir sobre seu futuro eram vistos pelas professoras como possibilidades de mudança dos internos.

A ressocialização aparece nas entrevistas realizadas, não como algo conceitual, mas sim, por meio de exemplos que nas falas das professoras aparecem como uma “visão diferenciada” em relação ao conteúdo ministrado, um material que “facilitaria a compreensão” desses sujeitos, no mundo, “práticas que levassem o detento a refletir sobre seus atos”. As transformações no trabalho docente ao longo do tempo, foram notadas no momento em que as equipes de professores demonstraram em suas falas que se sentiam provocados em encontrar o melhor modo de elaborar o material didático e que dialogavam muito para que pudessem fazer o melhor para os privados de liberdade.

Diante deste contexto, é nítido notar que a equipe buscava construir um material que colaborasse com a ressocialização do privado em liberdade. Mapas, charges, legendas, símbolos, imagens coloridas, tudo que pudesse chamar a atenção do apenado à leitura e interpretação dos objetos de conhecimento.

Percebe-se que a preocupação de sensibilizar o privado de liberdade a ir ao encontro da ressocialização por meio do material didático, em particular nos textos, era algo desafiador para os professores, provocar o estudante para que saísse da inércia, de refletir sobre sua condição de encarcerado, assim como se apropriar de princípios e valores essenciais à sua volta ao convívio em sociedade.

Um ponto importante a ser reiterado pelas entrevistas é que os *feedback* dados pelos privados de liberdade, ajudavam a equipe de professores a traçarem novas estratégias de aprendizagem, porém a falta de autonomia, engessava o método empregado para ensinar. Nesse caso, concordamos com a proposta do diálogo, buscar alternativas que dialoguem com as regras de segurança do presídio federal, ao ponto de problematizar, instigar e provocar

questionamentos, dúvidas, suspeições e possibilidades no intuito de encontrar um caminho em que as regras do cárcere ⁹²não influenciem os aspectos pedagógicos do ensinar.

As entrevistas com as professoras também demonstraram um dado importante, por mais que os objetivos da pesquisa não abordem a formação continuada como objetivo específico. A ausência de formação para os professores conteudistas que elaboram o material didático utilizado pelos apenados foi algo mencionado pelas professoras pesquisadas. Desta forma, ressaltamos a necessidade das instituições responsáveis por esses profissionais proporcionarem uma formação voltada a conhecer as especificidades do privado de liberdade, abordando as particularidades do sistema prisional com práticas educativas respaldadas nas vivências dos educandos. Não basta apenas preparar o material didático para ser utilizado pelos detentos, é necessário pensarmos em uma educação reflexiva e restaurativa baseada em referenciais teóricos e especificidades da modalidade da EJA.

Temos que lembrar que as demandas educacionais para os privados de liberdade são diferentes, o ambiente em que estão inseridos é contraditório, como pensar em uma educação libertadora⁹³, se dentro da prisão estabelece a regra e o vigor. É importante destacar que o caminho da ressocialização perpassa pela educação e pelo trabalho, ambos previstos na Lei de Execução Penal. Observamos nas entrevistas realizadas pelas professoras a importância de ressocializar o privado de liberdade para garantir sua empregabilidade, para que ele esteja apto ao mercado de trabalho e também, garantir o sustento de sua família.

A responsabilidade pela ressocialização do privado de liberdade não é apenas da educação, é necessário um conjunto de fatores para que a ressocialização aconteça, não basta ofertar ao apenado o direito à educação e ao trabalho se ao sair da prisão, o ex-apenado não é acolhido pela sociedade, ou seja, não basta apenas cumprir sua pena, estudar e trabalhar dentro do sistema prisional, é preciso sobreviver a todas as mazelas que o tempo na prisão proporcionou, cabendo a ele se preparar para o dia que será liberto.

Cabe-nos questionar após essa pesquisa, o que o privado encontrará logo depois da conclusão de sua pena? Algumas inquietações, ou mesmo um “vazio” nos fazem refletir sobre o preconceito que a sociedade exerce ao ver um ex-presidiário livre. E sobre o seu primeiro emprego? Sobre sua participação ativa na vida comunitária? Questões que nos fazem pensar sobre a importância do acolhimento que estes cidadãos carecem quando em sua liberdade,

⁹² CÁRCERE. Lugar em que se recolhem as pessoas acusadas de prática de infração penal ou, por isso, condenadas. O mesmo que cadeia. Presídio. Disponível em: < <https://vademecumbrasil.com.br/palavra/carcere>> Acesso em: 12 fev. 2023.

⁹³ Freire (1989)

possam viver sem as correntes estigmatizadas da prisão. Todas essas possibilidades apontam para a necessidade de futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, Jason. Das penas e da execução penal. 3º Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação a Distância na Internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. Educação e Pesquisa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v.29, n.2, p. 327-340, jul./dez. 2003.

ALONSO, M.; ALEGRETTI, S.M.M. Introduzindo a Pesquisa na Formação de Professores a Distância. In: VALENTE, J.A.; PRADO, M.E.B.B.; ALMEIDA, M.E.B. (Org.). Educação a Distância Via Internet. São Paulo: Avercamp, 2003, p. 163-174.

ANJOS, Fernando Venice dos. Execução penal e ressocialização. Curitiba: Juruá, 2018. 186p.

BACICH, Lilian.; TANZI NETO, Adolfo.; TREVISANI, Fernando.de Mello. (Orgs.). Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015. 270p.

BELLO, Isabel Melero. Contribuições das histórias de vida profissional na formação de professores: limites e possibilidades. Cadernos de Educação, Pelotas, v.7, n.1, p.77-92, 2003.

BOLAÑO, César. Indústria cultural, informação e capitalismo, São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.

BRASIL. 2005. Lei n. 7210, de 11-07-1984: Lei de Execução Penal. In: BRASIL. Código Penal, Código de Processo Penal, Constituição Federal. São Paulo: Saraiva.

BRASIL. PRONASCI, Lei n.º 12.433/2011. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112433.htm> Acesso em 13 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 02 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal, conforme constam dos Anexos de I a IX desta Resolução, revogado o disposto na Resolução CNPCP Nº 3, de 23 de setembro de 2005. Disponível em: < <https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnpcp/resolucoes/2011/resolucao-no-9-de-09-de-novembro-de-2011.pdf/view> > Acesso em: 13 nov.2022

BRASIL. Decreto nº 6.877, de 18 de junho de 2009. Regulamenta a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, que dispõe sobre a inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima ou a sua transferência para aqueles estabelecimentos, e dá outras

providências. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6877.htm > Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Resolução nº 3 de 11 de março de 2009. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais. Disponível em: < <https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnpcp/resolucoes/2009/resolucao-no-3-de-11-de-marco-de-2009.pdf/view> > Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Disponível em BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. 2014-2024. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf> Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Resolução nº 9, de 09 de novembro de 2011. Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal. Disponível em: < <https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnpcp/resolucoes/2011/resolucao-no-9-de-09-de-novembro-de-2011.pdf/view> > Acesso em: 24 abr.2023.

BRASIL. Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm > Acesso em 13 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria Gab-DEPEN n 103, de 18 de fevereiro de 2019. Aprova o Plano e o Mapa estratégico do Sistema Penitenciário Federal para o período 2019-2023. Disponível em: < https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/3349/2/PRT_DEPEN_2019_103.html#:~:text=para%20o%20plano.-,Art.,e%20a%20seguran%C3%A7a%20da%20sociedade%E2%80%9D.> > Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.163, de 9 de setembro de 2015. Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias. Disponível em: 13 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. 2014-2024. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf> Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação básica 2020: resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília: Inep, 2021. 70 p.: il.

BRASIL. Portaria DEPEN/MJSP n. 6, de 21 de março de 2022. Aprova o Manual de Assistências do Sistema Penitenciário Federal. Boletim de Serviços, Brasília, DF.

BUENO, José Geraldo Silveira. Apresentação. In: ONOFRE, Elenice M. C. (Org.) Educação escolar entre as grades. São Carlos. Ed. UFSCar, 2007, p.7-9.

CARNELUTTI, Francesco; MILLAN, Carlos Eduardo Trevelin. As misérias do processo penal. Editora Pillares, 1995.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2010. Construindo o sistema articulado de Educação: Plano Nacional de Educação. Diretrizes e estratégias de ação. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf> Acesso em: 13 nov. 2022.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2008. Documento final. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/doc_final.pdf> Acesso em: 13 nov. 2022.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Sistema Prisional em Números. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>> Acesso em 23 abr. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Regras de Mandela: regras mínimas padrão das Nações Unidas para o tratamento de presos. Brasília: CNJ, 2016. 45 p. (Tratados Internacionais de Direitos Humanos).

CUNHA, Maria Isabel. Profissionalização docente: contradições e perspectivas. In: VEIGA, Ilma. Passos. Alencastro; CUNHA, M. I. da (Orgs.) Desmistificando a profissionalização. 1999.

D'ALMEIDA, Alfredo Dias. Ensino supletivo pela tv: um potencial mal aproveitado. Cad. Pesqui. [online]. 1988, n.65, pp.66-71. ISSN 0100-1574.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2020. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>> Acesso em: 01 fev. 2023.

DEWEY, John. Experiência e educação. Tradução de Renata Gaspar. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DIAS, Rosilânia Aparecida; DIAS, Leite Lígia, Silva. Educação a Distância: da legislação ao pedagógico. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DIAS, Rosilânia Aparecida; LEITE, Lígia, Silva. Educação a Distância: uma história, uma legislação, uma realidade. Revista eletrônica da Faculdade Metodista Granbery. 2007. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/MjMy.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. Educ. Soc., v. 20, n.68, p. 109-125, dez, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a06v2068>. Acesso em: 20 out. 2022.

DIPIERRO, Maria Clara. O Impacto Da Inclusão de Jovens e Adultos no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) no estado de São Paulo. / Denise Carreira... [et al]: organização Roberto Catelli Jr, Sérgio Haddad, Vera Ribeiro Masagão. A EJA em xeque:

desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI. – 1º ed. – São Paulo: Global, 2014.p.39 – 76.

DOS SANTOS, Carla; RAMOS, Luis Ricardo Brandão. (2020). Breve Relato e Contextualização sobre a Adoção da Modalidade EaD na Oferta de Educação Básica na Penitenciária Federal em Campo Grande. REVISTA BRASILEIRA DE EXECUÇÃO PENAL - RBEP, 1(1), 151–164. <https://doi.org/10.1234/rbep.v1i1.73>.

DUARTE, Alisson José Olivera. Celas de aula. O exercício da professoralidade nos presídios. In: VII Encontro de Pesquisa em Educação. 21 a 25 de outubro de 2013. Universidade de Uberaba – campus Aeroporto.

ENCISO, Oliva. 'Pensai na educação, brasileiros!': Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante: 50 anos de luta pela educação e assistência a menores. [S.I.]: [s.n.], [1989]

FAGUNDES, Andrea Vassallo; Campos, Luciana Maria Lunardi. Formação continuada de professores na perspectiva crítica: contribuições à prática docente. Instrumento, v. 13, n. 2, p. 63-72, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/134621>> Acesso em: 24 abr. 2023.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930 – História e historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 16ª Ed.

FAVERO, Osmar. Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base 1961-1966. Campinas: Autores Associados, 1994.

FONSECA, João. José. Saraiva. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCO, Maria Laura. O estudo de caso no falso conflito que se estabelece entre análise qualitativa e análise quantitativa. Cadernos PUC, n. 6, EDUC, São Paulo, 1986.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. Pedagogia: diálogo e conflito. São Paulo: Cortez, 1985.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia dos sonhos possíveis. In: FREIRE, A. M. A. (Org.). São Paulo: Editora UNESP, 2001b.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002d.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança. São Paulo: Paz e Terra, 2002f.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p.47.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 67-82, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v7s1/04.pdf>> Acesso em: 05 jan. 2022.
- GARCIA ARETIO, Lorenzo. Unidade IV – *Recursos didáticos. El material Impreso*. In: _____. *Educación a distancia hoy*. Madrid: *Universidad Nacional de Educación a Distancia*, 1994.
- GADOTTI, M. Informação, conhecimento e sociedade em rede: que potencialidades? In: *Revista Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 23, 2005. p.43-57. Acesso em: 14 mar. 2021.
- GRECCO, Rogério. *Sistema prisional. Colapso atual e soluções alternativas*. 4ª ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2017. 392 p.
- HYPÓLITO, Álvaro L. Moreira. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. Campinas: Papirus, 1997. 120 p.
- JULIÃO, Elionaldo Fernandes. *Escola na ou da prisão*. Cadernos CEDES, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/tQrmp78mcFp47TrN4qhhtHm/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 23 nov. 2022.
- JUNIOR, Roberto Catelli; GISI, Bruna; SERRÃO, Luis Felipe Soares. Enceja: cenário de disputas na EJA. *Rev. bras. Estud. pedagog.* (online), Brasília, v. 94, n. 238, p. 721-744, set./dez. 2013.
- KENSKI, Ivani M. *Cultura Digital*. In: MILL, Daniel. *Dicionário crítico de Educação e tecnologias e de educação a distância*. Campinas, SP: Papirus, 2018. p. 139-144.
- LAPA, Andrea; PRETTO, Nelson de Luca. *Educação a distância e precarização do trabalho docente*. Em *Aberto*, Brasília, v. 23, n. 84, p. 79-97, Nov. 2010.
- Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização –INFOPEN, junho 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.
- LÉVY, Pierre. *A máquina universo: criação, cognição e cultura informática*. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998. 173 p. (Biblioteca Artmed ciência cognitiva). ISBN 9788573074499.

LÉVY, Pierre. As Tecnologias da Inteligência – O Futuro do Pensamento na Era da Informática. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Reimpressão 2011. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LIMA, Ferreira Clécio. (2020). Um dos Desafios Pedagógicos na Penitenciária Federal em Campo Grande: projeto Acelerar. REVISTA BRASILEIRA DE EXECUÇÃO PENAL - RBEP, 1(1), 139–149.

LOURENÇO, A.S; ONOFRE, E.M.C. O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas: São Carlos: EdUFSCar.2011.

MACHADO, M. M. A prática e a formação de professores na EJA. Uma análise de dissertações e teses produzidas no período de 1986 a 1998. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 23, 2000. Anais eletrônicos... Caxambu, 2000. Disponível em: Acesso em: 7 jan. 2023.

MACIEL, Cristiano. (Org.). Ambientes virtuais de aprendizagem. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

MAIA, Carmem.; João. MATTAR. ABC da EaD: a Educação a Distância hoje. 1. ed. São Paulo: Pearson. 2007.

MARTINS, Jorge Santos Martins. Projetos de pesquisa: estratégias de ensino e aprendizagem em sala de aula. Autores Associados LTDA. 2. Ed. São Paulo, 2007.

MATTAR. João. Guia de EAD. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MONACO, Rosa Maria Garcia; COCKELL, Marcela. O Material didático impresso do Projeto Minerva – Curso Supletivo de 1º Grau – Fase II (1973-1979): A Dialética das representações na produção das práticas sociais e culturais. Caderno de Resumos do XIX Encontro de História da AnpuhRio. História do Futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica / organização Ricardo Figueiredo de Castro, Silvana Bandoli Vargas, Thiago de Souza dos Reis. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2020.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. Decreto nº 11.514, de 22 de dezembro de 2003. Cria a Escola Estadual Pólo Profª Regina Lúcia Anffe Nunes Betine, com sede no Município de Campo Grande, e dá outras providências.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. Resolução/SED n.º 3467 de 31 de julho de 2018, aprova o projeto pedagógico do Curso de Educação de Jovens e Adultos Conectando Saberes II/EAD nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade educação a distância, da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul.

MENDES SOBRINHO, J. A. de C. Ensino de ciências naturais na Escola Normal: aspectos históricos. Teresina: EDUFPI, 2002.

MENDES, A. TIC – Muita gente está comentando, mas você sabe o que é? Portal iMaster, mar. 2008. Disponível em: <https://imasters.com.br/devsecops/tic-muita-gente-esta-comentando-mas-voce-sabe-o-que-e>. Acesso em: 07 out. 2014.

MENOTTI, Camila Cardoso; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Formação de Professores e Educação na prisão: construindo saberes cartografando perspectivas. *FORMAÇÃO DOCENTE*, v. 09, p. 149-162, 2016.

MINAYO, Maria. Cecília. Souza. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: _____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.

MINAYO, Maria. Cecília. Souza. *Pesquisa Social, teoria, método e criatividade*. Capítulo 3: Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. Ed. Vozes, 2009.

MINAYO, Maria. Cecília. Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992

MOORE, M.; KEARSLEY, G. *Educação a Distância: uma visão integrada*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MOREIRA, Maria da Graça. A composição e o funcionamento da equipe de produção. In: LITTO, Frederic Michael; FORMIGA Manuel Marcos Maciel (orgs.). *Educação a distância: o estado da arte*. Cap. 51. São Paulo: Pearson Education. Acesso em: 14 out. 2022. 2009.

MOREIRA, M. A. O que é afinal aprendizagem significativa? *Revista cultural La Laguna Espanha*, 2012. Disponível em: <http://moreira.if.ufrgs.br/oqueeafinal.pdf>. Acesso em: 11 jul 2022.

MOREIRA, Jose A.; MONTEIRO, Angélica. Blended learning. [Verbete]. In: MILL, Daniel (Org.). *Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância*. Campinas: Papyrus, 2018. p. 86-89.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação Por Escrito, Porto Alegre*, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul-dez. 2014.

MOULIN, N. M. O material impresso e a individualização do ensino na aprendizagem independente. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 26-4, 2003, Poços de Caldas/MG. *Anais eletrônicos da Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação: Novo Governo, Novas Políticas? Poços de Caldas/MG: ANPEd*, 2003. Disponível em: <https://www.anped.org.br>. Acesso em: 20 maio 2022.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. *Educação de jovens e adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica*. Curitiba: Educarte, 2003.

MUSSOI, Eunice Maria; FLORES, Maria Lucia Pozzatti; BEHAR, Patricia Alejandra. Comunidades Virtuais – Um novo espaço de aprendizagem. *RENOTE, Porto Alegre*, v. 5, n. 1, 2007. DOI: 10.22456/1679-1916.14241. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/14241>. Acesso em: 16 jan. 2023.

NAGLE, Jorge. *A Educação na Primeira República*. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *Brasil republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930)*. 3. ed., São Paulo: DIFEL; São Bernardo do

Campo: FCA, 1985. p. 261-291. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, v. 2).

NETO, Costa Gabriel. O papel do tutor na EaD: e sua importância. Clube dos Autores, 2012, 95 p.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor. Afirmar a profissão docente. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, out./dez. 2017. Disponível em: . Acesso em: 09/08/2022.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. (Org.). Os professores e a sua formação. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995. p.15-33

NUNES, Vanessa Battestin. O papel do tutor na educação a distância: como tem sido concebido pelas instituições de ensino? Serra, Espírito Santo. Abril, 2013. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2013/cd/41.pdf>> acesso em: 24 jan. 2023.

OLIVEIRA, Adão. Francisco de. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: Oliveira, A. F. de.; PIZZIO, A.; FRANÇA, G. (Org.).

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Escola da prisão: espaço de construção da identidade do homem aprisionado? In: ONOFRE, E. M. C. (Org.). Educação escolar entre as grades. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIAO, Elionaldo Fernandes. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. Educ. Real. [online]. 2013, vol.38, n.1.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. Cadernos CEDES, v. 35, p. 239-255, 2015.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. MENOT, Camila Cardoso. Formação de professores e educação na prisão: construindo saberes, cartografando perspectivas. 2016. Revista brasileira de pesquisa sobre formação docente. Disponível em: <<https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbfpf/article/view/146>> Acesso em: 24 abr. 2023.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação escolar em prisões: brechas, apostas e possibilidades. Revista NUPEM, Campo Mourão. v. 11, n. 23, p. 99-108, maio/ago. 2019.

PAIVA, Vanilda P. Educação popular e educação de adultos. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. Feedback em Ambiente Virtual. In: LEFFA, V. (Org.) Interação na aprendizagem das línguas. Pelotas: EDUCAT, 2003.

PISCHETOLA, Magda. Inclusão digital e educação: a nova cultura da sala de aula. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/PUC-Rio, 2016.

POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL/ Ministério da Saúde, Secretaria

de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Coordenação de Saúde no Sistema Prisional – 1. Ed – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 60 p.

PONDÉ, Milena Pereira; MENDONÇA, Milena Siqueira Santos; CAROSO, Carlos. Proposta metodológica para análise de dados qualitativos em dois níveis. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.1, jan-mar. 2009, p.129-143.

REY, Fernando. Luis. Gonzalez. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo, SP: Thomson.

Revista Brasileira de Enfermagem, vol. 62, núm. 1, fev, 2009, pp. 140-145. Associação Brasileira de Enfermagem. Brasília, Brasil.

Revista Brasileira de Execução Penal. Departamento Penitenciário Nacional – ano 1, n. 1 (jan./jun. 2020) – Brasília: Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJSP), 2020. 369 p. Semestral.

Revista Brasileira de Execução Penal. Brasília, v. 1, n. 2, p. 101-134, jul./dez. 2020. Sistema Penitenciário Federal: o regime prisional de líderes de organizações criminosas. Walter Nunes - Juiz Titular da Segunda Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

SANTANA, Aline Passos de Jesus. *A disciplina carcerária na sociedade de controle: uma análise genealógica do Regime Disciplinar Diferenciado*. 2011. 284 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, Gilberto Lacerda; ANDRADE, Jaqueline Barbosa Ferraz de. *Virtualizando a Escola – Migrações docentes rumo à sala de aula virtual*. Brasília. Liber Livro. 2010.

SANTOS, P. SEED – Secretaria de Educação a Distância. Disponível em: <http://www.moodle.ufba.br/mod/forum/discuss.php?d=11962..> Acesso em: 31 out. 2010.

SARTORI, Ademilde Silveira, ROESLER, Jucimara. *Comunidades virtuais de aprendizagem: espaço de desenvolvimento de socialidades, comunicação e cultura*. Disponível em: <https://www.pucsp.br/tead/n1a/artigos%20pdf/artigo1.pdf> Acesso em: 18 jul. 2022.

SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

SCHÖN, Donald. *Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*.

SILVA, Andréa Villela Mafra da. *A Interação Entre Estudante e Conteúdo Material Didático Impresso na Educação a Distância*. *Informática na Educação: teoria e prática*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 89-97, jul./dez. 2014.

SILVA, Marco. *Sala de aula interativa*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

SILVA, Nathalia Meireles da. *A educação como processo de ressocialização da pessoa privada de liberdade*. João Pessoa, 2021. 30 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20587>> acesso em: 18 jan. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documento de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVEIRA, Maria Helena Pupo. O processo de normalização do comportamento social em Curitiba: educação e trabalho na Penitenciária do Ahú, primeira metade do século XX. UFPR/Educação. 2009. Disponível em: <
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=182524> Acesso em: 15 abr. 2023.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 2010.

TARDIF, Maurice. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. Educ. Soc. [online]. 2013, vol.34, n.123, pp.551-571. ISSN 0101-7330.

TAVARES, Kátia (2000). O papel do professor: do contexto presencial para o ambiente online. Revista Conect@, n. 3. 12/11.

TRIVIÑOS, Augusto. Nivaldo. Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL, Curitiba, v. 4, n.13, p.129-145, set./dez. 2004.

TORI, Romero. Revista de Computação e Tecnologia (ReCeT). ISSN 2176-7998 v. 2 n. 1 (2010): Interatividade, tecnologias interativas e aprendizagem.

TORI, Romero. Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem / Romero Tori. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

WALDOW, Vera Regina. Momento de cuidar: momento de reflexão na ação
Revista Brasileira de Enfermagem, vol. 62, núm. 1, fev, 2009, pp. 140-145. Associação Brasileira de Enfermagem. Brasília, Brasil.

WEREBE, Maria José Garcia. 30 anos depois. Grandezas e misérias do ensino no Brasil. São Paulo: Ática, 1994.

VALENTE, José Armando; MORAN, José Manuel. Educação a distância: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2011. Coleção pontos e contrapontos.

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. Política Educacional no Brasil: introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007.

VILLARDI, Raquel. OLIVEIRA Eloiza Gomes de. Tecnologia na Educação. Uma perspectiva sociointeracionista. Rio de Janeiro: Dunya, 2005.

VIVALDO, Jesebel Barcellos. Ressocialização Pela Educação: Um Desafio Possível. Disponível em: Acesso em: 09 de setembro de 2019.

APÊNDICE A: Cronograma inicial da pesquisa 2022

2022	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Realização das entrevistas			X	X	X	X						
Tratamento e organização dos dados das entrevistas			X	X	X	X	X	X	X			
Observação dos períodos formativos vivenciados pelos professores			X	X	X	X						
Tratamento das observações dos períodos formativos			X	X	X	X	X	X	X			
Transcrição das entrevistas				X	X	X	X	X	X			
Escrita sobre o campo empírico, sujeitos da pesquisa, formação continuada dos professores			X	X	X	X	X	X	X	X		
Qualificação											X	

ANEXO A – Carta de Apresentação



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE) MESTRADO E DOUTORADO

Campo Grande /MS, 14 de abril de 2021

À Secretaria Estadual de Educação (SED)
Ilma. Sr.ª Maria Cecília Amêndoa da Motta

Apresentamos Jakes Charles Andrade de Figueiredo, aluno do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

O referido doutorando desenvolve o projeto de pesquisa intitulado **“FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PRESÍDIO FEDERAL DE CAMPO GRANDE/MS: CONECTANDO SABERES II/EAD”**, na Linha de Pesquisa Práticas Pedagógicas e suas Relações com a Formação Docente.

Tendo em vista a elaboração de sua Tese de Doutorado sob orientação da Profª. Drª. Maria Cristina Lima Paniago, solicitamos à Vossa Senhoria a gentileza, no sentido de que o doutorando possa realizar a sua pesquisa com os Professores conteudistas do Projeto Conectando Saberes II e com os técnicos pertencentes a Superintendência de Políticas Educacionais dessa instituição.

Para realização da pesquisa será realizado: entrevista semiestruturada com os professores que fazem parte do projeto, observação participante e a pesquisa documental (documentos que norteiam o projeto Conectando Saberes II).

Informamos que o resumo da pesquisa segue, anexo, para maiores esclarecimentos.

Agradecemos, antecipadamente a colaboração.

Atenciosamente,



Prof. Dr. José Licínio Backes

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado

ANEXO B – Carta de Aceite da Secretaria de Estado de Educação/SED-MS



Ofício n. 3831/CFOR/GAB/SED/2021

Campo Grande/MS, 27 de Setembro de 2021.

Senhor Coordenador,

Em atenção ao teor da solicitação de autorização, de 14 de abril de 2021, e consoante documentação apresentada, informa-se que esta Secretaria considera que não há impeditivo para a realização da pesquisa **"A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PRESÍDIO FEDERAL DE CAMPO GRANDE/MS: CONECTANDO SABERES II/EA"**, a ser desenvolvida pelo doutorando Jakes Charles Andrade de Figueiredo.

Segundo o projeto da pesquisa, o *corpus* será construído a partir de entrevistas semiestruturadas com 12 professores, observação participante e pesquisa documental, com o objetivo geral de "Analisar quais concepções os professores formadores possuem em relação à formação continuada específica na Educação de Jovens e Adultos e no Sistema Prisional".

Para essa finalidade, devem ser observadas as seguintes orientações sobre o desenvolvimento da pesquisa, para que seja possível sua realização:

- Agendamento prévio no setor responsável pelos arquivos a serem pesquisados, e aprovação da gestão das escolas, no sentido de preservar a rotina da instituição, de modo a evitar qualquer alteração decorrente da realização das ações;
- Por envolver os professores, é necessário que os responsáveis tenham conhecimento de todas as atividades que serão realizadas e autorizem formalmente a participação na pesquisa;
- Ocorrências não previstas, durante a realização das ações programadas, devem ser relatadas para que sejam tomadas as medidas necessárias;
- Considerada a importância do trabalho a ser desenvolvido, sugere-se que, ao final, os resultados da pesquisa sejam compartilhados para posterior análise e possíveis encaminhamentos.
- Dado o momento de crise sanitária mundial, que sejam atendidos os protocolos de biossegurança afim de preservar a saúde de pesquisadores e respondentes.

Esta Pasta coloca à disposição a Coordenadoria de Formação Continuada, para esclarecimentos adicionais, se necessário, por intermédio do telefone (67) 3341 4320.

Atenciosamente,

EDIO ANTONIO RESENDE DE CASTRO
Secretário de Estado de Educação, em exercício
Assinado Digitalmente

Ao Senhor
JOSÉ LICÍNIO BACKES
Coordenador do Programa de Pós-Graduação/Mestrado e Doutorado/UCDB
Avenida Tamandaré, n. 6000, Jardim Seminário
79117-900 - CAMPO GRANDE/MS

Elaborado por: Imahima

Este ofício possui anexó(s)

Avenida Poeta Manoel de Barros, S/N, Parque dos Poderes Governador Pedro Pedrossian, Bloco V - CEP 79031350 - Campo Grande/MS - CNPJ - 02585924000122 - Telefone: (67)3318-2323 - Email: gfor.sedms@gmail.com

Assinado digitalmente por EDIO ANTONIO RESENDE DE CASTRO 3132834104 - Hora do servidor: 27/09/2021 17:13:51
Este documento é cópia do original. Para conferir o original, acesse o site www.edoc.ms.gov.br, e informe o código 0F0DE23F na opção "Valide aqui seu documento"

Protocolo: 3831/2021
Data: 28/09/2021

ANEXO C – Folha de Rosto da Pesquisa

MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PRESÍDIO FEDERAL DE CAMPO GRANDE/MS: CONECTANDO SABERES II/EAD			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 15			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6: Ciências Sociais Aplicadas, Grande Área 7: Ciências Humanas: Educação			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: JAKES CHARLES ANDRADE DE FIGUEIREDO			
6. CPF: 583.061.531-20	7. Endereço (Rua, n.º): VIANA PARQUE DOS NOVOS ESTADOS CAMPO GRANDE MATO GROSSO DO SUL 79034041		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (67) 9218-5751	10. Outro Telefone:	11. Email: jakescharles29@hotmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>23</u> / <u>08</u> / <u>2021</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Católica Dom Bosco		13. CNPJ:	14. Unidade/Orgão: PPGE - Programa de Pós Graduação em Educação
15. Telefone: (67) 3312-3597		16. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>Criztiane Marcela Espimela Cavaleiro</u> CPF: <u>615.043.191-68</u>			
Cargo/Função: <u>Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação</u>			
Data: <u>31</u> / <u>08</u> / <u>2021</u>		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXO D – Termo De Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)⁹⁴

1. TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA:

A Formação continuada de professores na Educação de Jovens e Adultos no Presídio Federal de Campo Grande-MS: Conectando Saberes II/EaD

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E CONTATO DOS (AS) PESQUISADORES (AS):

Jakes Charles Andrade de Figueiredo
Jakescharles29@gmail.com

3. OBJETIVOS DA PESQUISA:

Tem como objetivo geral analisar quais concepções os professores formadores possuem em relação a formação continuada (com foco na ressocialização) dos professores que estão elaborando o material didático e estruturação pedagógica dos conteúdos. Os objetivos específicos são: 1. Analisar as concepções de ressocialização, sobre o que os professores conteudistas entendem sobre a ressocialização. 2. Identificar nos documentos (Projeto Pedagógico, Estrutura Curricular, plano de aulas e ementa) os conceitos relacionados a ressocialização do privado de liberdade a sociedade. 3. Analisar as implicações da formação do professor frente a ressocialização do privado de liberdade a sociedade.

4. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA (SÍNTESE):

No ano de 2017, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, (SED) implantou o projeto – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, no intuito de desenvolver como alternativa a um conjunto de necessidades educacionais presentes na sociedade contemporânea, tais como a distorção idade/escolaridade, demandas educativas de populações afastadas dos centros urbanos ou outras impossibilidades de acesso aos recursos educacionais. A SED então ofertou em parceria com o Ministério Público Federal o Curso de Educação de Jovens e Adultos na modalidade EaD nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, no Presídio Federal de Campo Grande/MS, na busca de contribuir com a reinserção do reeducando na sociedade, permitindo uma possibilidade de atender a realidade local, pois os mesmos se encontram em situação de privação de liberdade. Por fazer parte do grupo que estava elaborando o Ambiente Virtual de Aprendizagem onde seria ministrado o curso e estar envolvido diretamente nas discussões de como seria a formação continuada desses professores, algumas reflexões me fizeram indagar, como essa formação atenderia as exigências apresentadas no contexto de uma Educação prisional, uma vez que as formações deveriam acompanhar as Legislações específicas? As formações buscavam atualizações e aprimoramentos a formação inicial, proporcionando ao profissional uma perspectiva reflexiva sobre sua prática, principalmente em se tratando de um sistema prisional que por meio da Educação seja capaz de (re)inserir o privado de liberdade a sociedade? No ano de 2019, ingressei no Programa de Mestrado e Doutorado da UCDB para pesquisar sobre a determinada temática no intuito de buscar respostas ou mais perguntas para as minhas inquietações.

⁹⁴ O modelo do TCLE é de responsabilidade do pesquisador e seu conteúdo deve atender as normativas da Resolução 466/12, com especial atenção ao item IV.

5. DETALHAMENTO DO MÉTODO:

O caráter qualitativo da pesquisa busca investigar a ação do sujeito de uma forma subjetiva, partindo dos dados para reconstrução teórica, procurando descrever o significado das experiências e significados que esse sujeito possui, assim como analisar suas atitudes, motivações, comportamentos, sentimentos e percepções. A pesquisa qualitativa de caráter descritivo/explicativa será utilizada para observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os dados, fatores esses determinantes para a escolha do método. Para a coleta de dados utilizaremos os seguintes instrumentos, a entrevista semiestruturada, a observação participante e a pesquisa documental e como base em estudos para reflexões e articulações teóricas, elegemos inicialmente autores que pesquisam sobre a referida temática. Os sujeitos da pesquisa serão os professores da SED que estão envolvidos na formação dos professores que estão realizando a construção do material didático e estruturação pedagógica dos conteúdos que serão utilizados pelos privados de liberdade no Sistema Prisional.

6. POSSÍVEIS DESCONFORTOS E RISCOS, E COMO ESTES SERÃO MINIMIZADOS:

A pesquisa será realizada com os professores que trabalham na SED, não ocasionando nenhum risco de invasão de privacidade, mantendo-se o anonimato de todos os sujeitos da pesquisa, assim os sujeitos não são obrigados a responder questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência e sexualidade. O sigilo entre pesquisador e pesquisado se dá a não revitimizar, perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados, assim como a discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado.

Cabe ao pesquisador manter a responsabilidade em não divulgar dados confidenciais (registrados no TCLE) e principalmente à divulgação de imagem sem autorização quando houver filmagens ou registros fotográficos.

7. POSSÍVEIS BENEFÍCIOS ESPERADOS:

Os sujeitos que participarão da pesquisa estarão colaborando para a construção do conhecimento científico tão importante para a comunidade e instituições acadêmicas, trazendo resultados que contribuirão para as futuras formações de professores no âmbito do que foi tratado nessa pesquisa, ocasionando um olhar sobre a formação dos professores que trabalham no Presídio Federal de Campo Grande-MS na modalidade EaD.

Considerando as informações constantes dos itens acima e as normas expressas na Resolução nº 466/12 do **Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde** consinto, de modo livre e esclarecido, participar da presente pesquisa na condição de participante da pesquisa e/ou responsável por participante da pesquisa, sabendo que:

1. A participação em todos os momentos e fases da pesquisa é voluntária e não implica quaisquer tipos de despesa e/ou ressarcimento financeiro. Em havendo despesas operacionais, estas deverão estar previstas no Cronograma de Desembolso Financeiro e em nenhuma hipótese poderão recair sobre o participante da pesquisa e/ou seu responsável;
2. É garantida a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa,
3. É garantida a liberdade de retirada do consentimento e da participação no respectivo estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, punição ou atitude preconceituosa, podendo participar de outras pesquisas futuras;
4. É garantido o anonimato (detalhar caso utilize imagem ou voz);

5. Os dados coletados só serão utilizados para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados em livros, ensaios e/ou artigos científicos em revistas especializadas e/ou em eventos científicos, sem qualquer identificação do participante;
6. O participante terá acesso ao resultado do estudo de que forma?
7. A pesquisa aqui proposta foi aprovada pelo **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)**, da **Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)**, situado na Av. Tamandaré, 6000, Bairro Jardim Seminário, Campo Grande – MS (e-mail cep@ucdb.br; telefone para contato (67) 3312-3478); que a referenda e
8. O presente termo está assinado em duas vias e rubricado em todas as páginas numeradas.

Campo Grande-MS, 01/09/2021

Nome e assinatura do (a) Participante da pesquisa ou responsável pelo participante

Jakes Charles Andrade de Figueiredo

ANEXO E - Roteiro da entrevista para os professores conteudistas que elaboraram o material didático para o programa conectando saberes II

DOUTORANDO: JAKES CHARLES ANDRADE DE FIGUEIREDO

ORIENTADORA: PROFA DRA MARIA CRISTINA LIMA PANIAGO

Prezado professor (a), esta entrevista faz parte da pesquisa intitulada “ A RESSOCIALIZAÇÃO DO PRIVADO DE LIBERDADE EM CONTEXTO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA EJA NO PRESÍDIO FEDERAL DE MS”. Sua colaboração é muito importante para o desenvolvimento do nosso trabalho. As respostas serão utilizadas exclusivamente para o desenvolvimento da pesquisa e seu nome ficará no anonimato.

Objetivos específicos

1. Analisar as concepções de ressocialização, sobre o que os professores conteudistas entendem sobre a ressocialização.
2. Identificar nos documentos (Projeto Pedagógico, Estrutura Curricular, plano de aulas e ementa) os conceitos relacionados a ressocialização do privado de liberdade a sociedade.
3. Analisar as implicações da formação do professor frente a ressocialização do privado de liberdade a sociedade.

Identificação:

- Nome completo ou social?
- Sexo: () F () M () Não deseja se identificar
- Ano de nasc.: _____ Estado civil.: _____
- E-mail:
- Celular:

Formação acadêmica.

- Formação?
- Magistério?
- Educação superior?
- Especialização?
- Mestrado?

Situação profissional?

() contratado () efetivo

Experiência

- Descreva sua experiência na docência?
- Há quanto tempo você trabalha com a EJA? Fale-me um pouco sobre sua experiência na EJA?
- Qual a sua concepção sobre a EJA?
- Qual sua experiência com os estudantes privados de liberdade? Fale-me um pouco sobre essa experiência?
- Como se deu sua inserção no trabalho com os privados de liberdade?
- Que motivos te levaram a desenvolver o material didático para os privados de liberdade?

- Qual o seu conceito sobre a educação de jovens e adultos?
- Qual o seu conceito sobre a educação dos privados de liberdade?
- Você concorda com a política de ressocialização para os privados de liberdade?
- Dentro do seu contexto, o que você entende por Ressocialização?
- Atualmente, você exerce qual função?

Formação continuada

- Você participou da formação continuada que elaborou o material que foi preparado para o sistema prisional?
- Quem ofertou a formação? Qual duração?
- Como a formação te ajudou em relação a elaboração do material didático?
- Durante a formação foi abordado a temática ressocialização com os professores que estavam ministrando a formação?
- Você acredita que a formação foi suficiente para que vocês pudessem desenvolver um bom trabalho na elaboração do material?

Sobre o privado de liberdade

- Você teve alguma dificuldade durante a formação em relação a elaboração do material ao privado de liberdade?
- Em relação ao conteúdo ensinado?
- Em relação à metodologia de ensino?
- Em relação ao próprio privado de liberdade?
- O que te motivou a desenvolver esse trabalho para os privados de liberdade?
- Houve alguma mudança em relação a concepção que você tinha antes sobre o privado de liberdade no início da formação até esse momento?



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Reinaldo Azambuja

Governador

Rose Modesto

Vice-Governadora

Maria Cecilia Amendola da Motta

Secretária de Estado de Educação

Josimário Teotônio Derbli da Silva

Secretário-Adjunto de Estado de Educação

Hélio Queiroz Daher

Superintendente de Políticas Educacionais

Maria Joana Durbem Mareco

Núcleo de Educação de Jovens e Adultos

Alfredo Anastácio Neto

Coordenador de Políticas Específicas para a Educação

Cristiane Borges da Cunha Maggioni

Coordenadora de Normatização das Políticas Educacionais

**Material de propriedade do Estado de Mato Grosso do Sul
Reprodução autorizada desde que citada a fonte**

Equipe de elaboração do projeto

Organizadores: COPEED, NEJA e CONPED

Ana de Fátima Donato
Tânia Milene Nugoli Moraes
Hortência Marilda Candia
Jean Carlos Almeida Cordoval
Maria Aparecida Beraldo
Maria Áurea Bueno Turini
Maria Joana Durbem Mareco
Moaness Yuri Stefanés Leal Pereira

Revisora

Andréia Cristina Garcia Leite

Equipe de Organização do Material Didático

Linguagens

Doreni Ricartes Guimarães
Sones Lei Domingues Cintra
Carol Sales Nueva
Marielle Rizzo Muniz
Márcia Moreira dos Santos

Ciências Humanas

Evanize de Barros Lima
Jucleides Alcará Pael
Lucimar Constantino Barbosa

Equipe 2017

Organizadores

Maria Massae Sakate

Equipe de Linguagens

Gustavo Aurélio Tomé Azuaga
Maria Claudia Cordova Soares
Marina Silveira

Nilce Romero Lucchese

Equipe de Matemática

Maria Massae Sakate
Maysa Ferreira de Oliveira
Terezinha Inajossa Santos

Equipe de Ciências da Natureza

Cristiane Yoko Pereira Koyanagui
Everton Paulino Damaceno
Lyvia Olarte de Moura
Vanessa Samúdio dos Santos

Equipe de Ciências Humanas

Alfredo Souza de Oliveira
José Augusto da Silva
Marcos Vinicius Campelo
Pedro Augusto C. Evangelista
Roberto Babosa da Silva

APRESENTAÇÃO.....	3
1. CONTEXTO EDUCACIONAL.....	3
1.1 INTRODUÇÃO.....	3
1.2 JUSTIFICATIVA.....	4
2. DOS OBJETIVOS.....	7
2.1 OBJETIVO GERAL.....	7
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	8
3. DOS REQUISITOS DE ACESSO.....	8
4. DA MATRÍCULA.....	9
5. DO PERFIL DO INGRESSANTE.....	10
6. DO PERFIL DO EGRESSO.....	11
7. DA ORGANIZAÇÃO DO CURSO.....	11
8. DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	14
9. DO FUNCIONAMENTO.....	15
9.1 MATRIZ CURRICULAR.....	15
10. DA EMENTA CURRICULAR.....	16
11. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	68
12. DA METODOLOGIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	70
12.1 O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM: MOODLE.....	72
13. MATERIAL DIDÁTICO.....	73
14. DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	73
14.1 DO EXAME FINAL.....	74
15. DA RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	74
16. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.....	75
17. DA FREQUÊNCIA.....	76
18. DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS.....	77
19. DA CLASSIFICAÇÃO.....	78
20. DA TRANSFERÊNCIA.....	79
21. DO AGRUPAMENTO DE ESTUDANTES.....	79
22. DA CERTIFICAÇÃO.....	79
23. DA ORGANIZAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO ESCOLAR.....	79
24. DA AVALIAÇÃO DO CURSO.....	80
25. DO PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA.....	81
26. ANEXOS/MODELOS.....	81
27. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	84

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, comprometida com a qualidade e equidade na educação dos sul-mato-grossenses, implementa o Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância.

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade que se desenvolve como alternativa a um conjunto de necessidades educacionais presentes na sociedade contemporânea, tais como a distorção idade/escolaridade, demandas educativas de populações afastadas dos centros urbanos ou outras impossibilidades de acesso aos recursos educacionais.

Diante desses cenários compreende-se que a complexidade do mundo contemporâneo exige, cada vez mais, o acesso ao saber, que possibilita a aquisição das novas competências exigidas pelas transformações da base econômica e permite a conquista de uma vida cidadã.

A oferta do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EaD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, no Presídio Federal de Campo Grande/MS, na modalidade educação a distância, contribuirá para a reinserção do reeducando na sociedade, permitindo uma possibilidade de atender a realidade local e garantindo a segurança do processo.

É importante destacar, ainda, que a proposta pedagógica do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EaD insere-se no âmbito das políticas públicas de alta complexidade, não exclusivamente porque os atores institucionais desse projeto abrangem várias interfaces do Estado, mas, também, porque a forma histórica de aluno, que se apresenta como público alvo, traz consigo diversas contradições de uma socialização repleta de defasagem.

1. CONTEXTO EDUCACIONAL

1.1 Introdução

A Educação de Jovens e Adultos, como modalidade educacional, tem como objetivo oportunizar a formação humana e o acesso à cultura geral, de modo que esses

venham participar política e produtivamente das relações sociais e do trabalho, com comportamento ético por meio do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

Os estudantes, jovens, adultos e idosos, que tiveram o acesso garantido nas políticas educacionais, mas não tiveram a oportunidade da permanência devido a fatores diversos, que buscam os Cursos de Educação de Jovens e Adultos – EJA, procuram mais que conhecimentos prontos para serem reproduzidos, querem sentir sujeitos ativos, participativos e ampliar seus conhecimentos científico, cultural e social. Cabe ressaltar que a EJA atende estudantes com necessidades educacionais específicas, a fim de proporcionar a formação integral e a efetiva participação na sociedade.

1.2 Justificativa

No Estado de Mato Grosso do Sul foram realizadas iniciativas para assegurar a oferta da Educação de Jovens e Adultos, assim como o acesso, a permanência e a promoção dos estudantes jovens, adultos e idosos na aprendizagem da educação escolar. Observa-se no quadro abaixo o percentual de atendimento dessa modalidade na Rede Estadual de Ensino em relação às demais do estado, no período de 2010 a 2016.

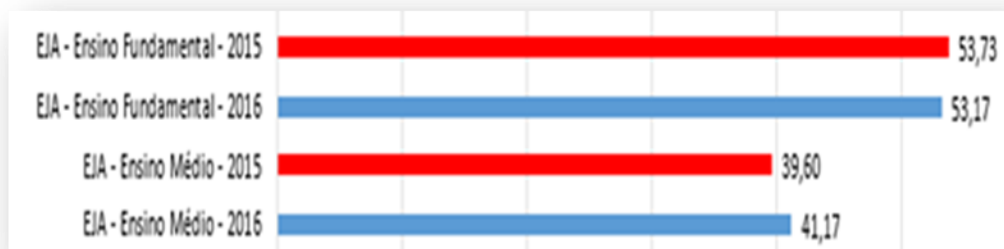
Quadro 1– matrículas iniciais por modalidade - SED 2010-2016

Modalidade	Rede de Ensino	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Educação de Jovens e Adultos	Total de matrículas iniciais nas redes de ensino do MS	51.730	51.247	43.924	41.685	43.701	42.545	45.329
	Matrícula iniciais da REE/MS	38.351	37.353	28.914	24.997	25.529	26.902	28.970
	% de atendimento da REE/MS em relação às demais redes	74,14	72,89	65,83	59,97	58,42	63,23	63,91
	% de atendimentos de outras redes de ensino do MS	25,86	27,11	34,17	40,03	41,58	36,77	36,09

Fonte: Censo Escolar 2010-2015. Dados preliminares do Censo Escolar 2016.

Os dados acima apontam as matrículas iniciais ofertadas na Rede Estadual de Ensino em comparação com as demais redes de ensino, evidenciando o compromisso do Estado de Mato Grosso do Sul em desenvolver políticas e projetos como forma de garantia dos preceitos legais estabelecidos, para que todos tenham acesso à educação formal, mesmo que tardiamente, atentando-se à diversidade étnico-cultural, socioeconômica e buscando meios e alternativas que visam reduzir a evasão e o abandono escolar conforme demonstrativo abaixo.

Quadro 2 - Taxas de Reprovação + Abandono por etapa/modalidade - SED/MS
2015/2016.



Fonte: SGDE - Dados do dia 23/02/2017

Conforme disposto no Parecer/CNE/CEB n. 11/2000 “O importante a se considerar é que os alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA são diferentes dos alunos presentes nos anos adequados à faixa etária. São jovens e adultos, muitos deles trabalhadores, maduros, com larga experiência profissional [...]”, sendo assim, requerer-se-á metodologias diferenciadas que vincule ao mundo do trabalho, à prática social e às especificidades do educando, por meio de flexibilidade no tempo e espaço, para a aprendizagem da educação escolar.

É nesse contexto que a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul implementa o Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância, com a finalidade de prosseguir investindo no aprimoramento das ações no processo educacional oportunizando aos estudantes retomarem seus estudos através da EJA, na modalidade a distância, por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC (no caso específico do atendimento à unidade prisional - Presídio Federal de Campo Grande/MS, somente material impresso, livros, apostilas e atividades elaboradas pelos professores conteudista), flexibilizando seus estudos em tempo e espaço diferenciados, ressaltando o que Sancho nos aponta sobre as TICs:

O material didático impresso é visto por alguns como algo ultrapassado, não sendo nem ao menos considerado como uma TIC, talvez devido ao surgimento de tantas novas tecnologias ou mesmo pelo fato de este ser um dos meios mais antigos utilizados para a transmissão de conhecimentos. Porém, é necessário que se avalie suas potencialidades, seus conteúdos, forma de construção e objetivos, sem esta visão chamada de tecnófila, onde apenas se considera tecnologia as máquinas e equipamentos e o conhecimento proveniente destes. (SANCHO, 1998)

Destaca-se que os avanços das TICs potencializam novas situações para a educação, como: estar e aprender em diferentes tempos e espaços, utilizar dos diversos

espaços e situações para resolver problemas de seu interesse e da educação escolar, assumir responsabilidades e aprender a trabalhar de forma autônoma.

Tais competências são necessárias e desenvolvidas também no decorrer da vida do sujeito, desde que trabalhadas e/ou exercidas em espaços de aprendizagem, seja esse com presença física ou não.

No cenário dos privados de liberdade, na busca por sua reinserção na sociedade e no âmbito da educação escolar, a Educação a Distância - EaD é um meio de superar problemas emergenciais, como a correção da distorção idade/escolaridade, atendendo esses grupos específicos que não puderam completar os estudos no período regular. Para tanto, destaca-se que esse projeto é respaldado pelas leis vigentes da Educação a Distância, da Educação de Jovens e Adultos, e terá como subsídios as TICs para a mediação das aprendizagens, possibilitando também que estudantes e professores desenvolvam atividades em lugares e tempos diversos.

No Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul - PEE-MS a garantia do direito à educação básica com qualidade, que consta na Meta 9 (nove), estabelece a erradicação do analfabetismo absoluto e a redução, em 50%, da taxa de analfabetismo funcional. Na Estratégia 9.4 aponta a importância de assegurar a oferta gratuita da EJA a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria, utilizando-se também da educação a distância.

Para consolidar o Curso de Educação de Jovens e Adultos, na modalidade educação a distância, entende-se que seja necessário definir elementos: nos aspectos organizacionais e estruturais; planejamento; conteúdo, objeto de estudo, período de avaliação, metodológicos e tecnológicos utilizados como ferramentas de aprendizagem.

Assim, o projeto tem como finalidades orientar na promoção da formação cidadã, a pluralidade cultural e o fortalecimento de uma visão mais participativa, crítica e reflexiva dos estudantes nas decisões dos assuntos que lhe dizem respeito, além de promover o acesso ao conhecimento, à riqueza cultural, à diversidade de linguagem, à consciência corporal e às múltiplas possibilidades e complexidades do mundo do trabalho, pois, nas palavras de Paulo Freire (1996) “Educar para vida requer um olhar que se projete para fora da escola e para o futuro”.

Os privados de liberdade que buscam os cursos de Educação de Jovens e Adultos procuram mais que conhecimentos prontos para serem reproduzidos, querem-se sentir sujeitos ativos, participativos e ter crescimento cultural e social. Cabe ressaltar

que a Educação de Jovens e Adultos atende estudantes com necessidades educacionais específicas a fim de garantir a formação integral e a efetiva participação social.

Ainda, no plano das especificidades da Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional de Mato Grosso do Sul, a Secretaria de Estado de Educação, por meio da Coordenadoria de Políticas Específicas para a Educação (COPEED), tem promovido momentos importantes para a compreensão dessa singularidade. Desde 2012, a emergência de um novo projeto para a educação nas prisões já vem sendo pautada, tal como esclarece o Plano Estadual de Educação nas Prisões, lançado naquele ano:

[..] há grandes expectativas em relação à EJA, mas também há consciência de que a Educação em Prisões possui especificidades e singularidades que precisam ser contempladas em qualquer proposta educacional, e não são poucas as perguntas que se faz em relação à propriedade, adequação e pertinência da mera migração da Educação de Jovens e Adultos, oferecida no sistema regular de ensino, para a Educação em Prisões. Mesmo as adaptações, adequações e ajustes não configuram, necessariamente, um modelo pedagógico para a Educação em Prisões. (2012, p.16)

Portanto, a emergência de um paradigma específico à Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional, inclusive no plano de uma proposta pedagógica genuína, não é mera repetição frente às especificidades do cárcere, ainda que as singularidades constitutivas de seu perfil já a justifiquem, mas uma necessidade iminente a esse segundo processo de escolarização, no qual os modelos tradicionais originalmente já fracassaram. É com essa tarefa histórica que o presente projeto procura dialogar.

A atualização do projeto do Curso de Educação de Jovens e Adultos para os privados de liberdade surge numa encruzilhada histórica de profundas alterações nesse mesmo cenário, ao menos no âmbito institucional: primeiro com a ampla revisão das “Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos”, de 1955, denominado em 2015, pela ONU, de “Regras de Mandela”, seguido pela Resolução n. 4 do Conselho Nacional de Educação, que “Dispõe sobre as Diretrizes Operacionais Nacionais para a remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro”.

2. DOS OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Oportunizar aos jovens, adultos e idosos a escolarização ou complementação dos seus estudos no âmbito da educação básica no Curso de Educação de Jovens e Adultos –

Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, por meio da educação a distância EaD na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, contribuindo para o processo de reinserção do privado de liberdade na sociedade.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- utilizar diversas estratégias pedagógicas e tecnológicas para flexibilizar a aprendizagem escolar em conformidade ao tempo, local, interesses e necessidades pessoais dos estudantes;
- propiciar o direito à educação de jovens, adultos e idosos, atendendo às especificidades do Presídio Federal de Campo Grande - Mato Grosso do Sul;
- desenvolver a capacidade dos estudantes aprender de forma autônoma, incluindo a formação ética e desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- contribuir para a diminuição do analfabetismo funcional;
- potencializar o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem da educação escolar, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada área do conhecimento.

3. DOS REQUISITOS DE ACESSO

O Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância, destinar-se-á aos candidatos maiores de 18 (dezoito) anos.

Para o ingresso nos anos finais do ensino fundamental será exigida a apresentação da documentação de escolaridade correspondente aos anos iniciais do ensino fundamental e para a etapa do ensino médio será exigida a apresentação de documento de conclusão do ensino fundamental.

Para ingresso no ensino fundamental, o candidato que não possuir o comprovante de escolaridade referente aos anos iniciais deve ser avaliado para comprovar os conhecimentos.

O candidato que não possuir o documento de conclusão do ensino fundamental deve ser avaliado para comprovar os conhecimentos referentes a esta etapa, para fim exclusivo de matrícula na etapa do ensino médio, na escola onde for realizada a avaliação.

As avaliações previstas para comprovar conhecimentos referentes ao ensino fundamental serão de responsabilidade da equipe pedagógica da escola, devendo:

- a) ser elaboradas por componente curricular constante da Base Nacional Comum e da parte diversificada;
- b) ser aplicadas na forma escrita;
- c) ser corrigidas e atribuídas notas correspondentes ao desempenho demonstrado;
- d) ser arquivadas no prontuário do estudante;
- e) ter seu resultado registrado em ato escolar específico.

Será considerado satisfatório, para fins de classificação, o desempenho correspondente à nota mínima 7,0 (sete) em cada componente curricular do ensino fundamental.

Todos os procedimentos adotados na realização das avaliações devem ser lavrados em ata de ocorrência e assinado pelos gestores e professores.

O estudante deverá cursar toda a carga horária prevista para etapa do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância.

4. DA MATRÍCULA

A matrícula é o ato formal que vincula o estudante à escola e deverá ser requerida pelo interessado. A matrícula será efetuada por módulo/área de conhecimento da etapa de ensino pretendida, do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância. No ato da matrícula na etapa do ensino fundamental deve ser registrada a opção do estudante por frequentar ou não as aulas de Ensino Religioso. O período de matrícula será estabelecido em calendário escolar próprio, elaborado pela Secretaria de Estado de Educação/MS.

Será aceita matrícula em qualquer época do módulo/área de conhecimento, desde que atenda os critérios estabelecidos no item requisito de acesso, previsto neste

projeto.

O estudante com transferência, com resultado de aprovado em regime de progressão parcial da etapa do ensino fundamental para o ensino médio, será considerado reprovado na escola.

Aos candidatos à matrícula exigir-se-ão os seguintes documentos:

1 - requerimento assinado pelo estudante ou a quem delegado legalmente por ele;

2 - cópias do RG, CPF e/ou Registro Geral do Interno (RGI)¹ ;

3 - guia de transferência ou histórico escolar, quando for o caso;

4 - certificado de eliminação parcial, quando for o caso;

5 - ementa curricular, quando for o caso.

Será nula a matrícula realizada com documentação falsa ou adulterada.

A matrícula poderá ser cancelada pelo estudante em qualquer época do ano.

5. DO PERFIL DO INGRESSANTE

Discutir quem compõe os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos em Mato Grosso do Sul é compreender essa modalidade na multiplicidade de circunstâncias étnico-raciais, de gênero, geracionais, de aspectos culturais e regionais e geográficos; de orientação sexual; de condições mentais, físicas e psíquicas. Toda essa diversidade estabelece distinções de ser sul-mato-grossense.

Em Mato Grosso do Sul, pensar sujeitos para a Educação de Jovens e Adultos é trabalhar com essa diversidade, sendo possível traçar o seguinte perfil do estudante dos cursos oferecidos a jovens e adultos:

- pessoa com direitos sociais e culturais marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais;
- apresenta eventual passagem pela escola marcada pelo insucesso escolar, devido às repetências acumuladas e interrupções na vida escolar;
- demonstra dificuldades de interação com o ambiente escolar, professores e colegas;

¹ O Registro Geral do Interno, também conhecido pela sigla RGI é o documento oficial e obrigatório de identificação do aluno, fornecido pela Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN), no caso dos estabelecimentos penais estaduais. No caso do Sistema Penitenciário Federal o documento correspondente é a Ficha de Qualificação do Interno, fornecida pela Diretoria do Sistema Penitenciário Federal ou pelos presídios federais.

- tem necessidade de ingresso ou retorno ao mercado de trabalho;
- possui falta de perspectiva social e/ou econômica;
- privado do acesso à cultura letrada, a bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, na política e na cultura;
- guiado pelo desejo de melhorar de vida ou exigências ligadas ao trabalho.
- a necessidade de certidão de frequência.

Nesse contexto, o Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância, surge como uma alternativa de formação para pessoas que, por algum motivo, não tiveram a oportunidade de finalizar a educação presencial.

6. DO PERFIL DO EGRESSO

Ao término do curso, o estudante egresso deverá:

- compreender a educação escolar no cárcere como tempo/espço de possibilidade de ressignificação para sua reinserção social;
- dominar instrumentos da cultura letrada, que lhe permita melhor compreender e atuar no mundo em que vive;
- conhecer e valorizar a diversidade cultural brasileira, respeitar diferenças de gênero, geração, raça e credo, fomentando atitudes de não discriminação;
- elevar a autoestima, fortalecer a confiança na sua capacidade de aprendizagem, valorizar a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social;
- exercitar sua autonomia pessoal com responsabilidade, aperfeiçoando a escrita, a reflexão e a autoria;
- desenvolver a capacidade de analisar, refletir e argumentar, por meio da escrita;
- ter plenas condições para dar continuidade aos estudos.

7. DA ORGANIZAÇÃO DO CURSO

A organização do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância, constitui-se primordialmente para um aprendizado dos estudantes de modo flexível, pois há um tempo diferenciado de aprendizagem; dessa forma os

estudantes dispõem de diferentes possibilidades e condições de reinserção nos processos educativos.

A estrutura de conteúdos específicos das diversas áreas de conhecimentos, deverá estar articulada à realidade, considerando sua dimensão sócio-histórica, ao mundo do trabalho, à ciência, às tecnologias, à saúde, à cultura, à economia, ao meio ambiente, à globalização e outros.

Partindo dessa concepção, a mediação entre os diversos saberes torna-se primordial para a prática de uma educação que se pretende ser formadora e emancipatória. Vale ressaltar que essa dinâmica de aquisição de conhecimento e de formação humana não tem como fim uma educação conteudista e descontextualizada, mas efetiva formação de cidadãos capazes de investir e transformar a realidade do mundo em que vivem.

O ambiente escolar é um dos espaços em que os estudantes ampliam a capacidade de pensar, ler, interpretar e reinventar o seu mundo, por meio da atividade reflexiva na coletividade.

Esse ambiente pode ocorrer na forma presencial, mas também pode ser reproduzido no ambiente diferenciado de aprendizagem², com a utilização de tecnologias adequadas à educação a distância.

Cabe aqui ressaltar que essas tecnologias não se restringem ao âmbito do acesso a computadores e ambientes virtuais e sim ao material impresso entregue aos alunos, nos quais os organizadores de materiais didáticos se empenharam a trazer uma dinâmica de estudo, proporcionando a reflexão e a autonomia.

O currículo na Educação de Jovens e Adultos não deve ser entendido como concepção pedagógica tradicional, que fragmenta o processo de conhecimento e o hierarquiza nas disciplinas escolares, mas sim como uma forma de organização abrangente, na qual os conteúdos estão articulados à realidade que o estudante se encontra, viabilizando um processo integrador dos diferentes saberes, a partir da contribuição das diferentes áreas de conhecimento.

O currículo foi elaborado para atender as especificidades da educação de jovens e adultos na modalidade EaD, privilegiando as diferentes áreas do conhecimento e

² Segundo José Morán (2015, p.16) “O ensinar e aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos mundo físico e mundo do ambiente diferenciado de aprendizagem. Não são dois mundos ou espaços, mas um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, que se mescla, hibridiza constantemente, levando o aluno ao processo de reflexão que garanta sua autonomia.”

contemplando os eixos temáticos. Considerando, assim, as características dos jovens e adultos na construção de novos saberes. Essa estrutura organizativa curricular atende a conformidade de todas as normas da educação de jovens e adultos em âmbito nacional e estadual, esses seguem os mesmos estabelecidos na Base Nacional Comum, complementada por uma parte diversificada.

A organização curricular do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância, tem como propósito trabalhar com os conteúdos dos componentes curriculares integrados aos eixos temáticos das áreas de conhecimento.

A duração do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância, é de 2 (dois) anos para cada etapa. A carga horária total do ensino fundamental é de 1.620 (um mil seiscentas e vinte) horas, e do ensino médio a carga horária total é de 1.600 (um mil e seiscentas) horas, sendo sua carga horária distribuída da seguinte forma:

- módulos/área de conhecimento Linguagens - com duração de 400 (quatrocentas) horas-aula, sendo 392 (trezentas e noventa e duas) horas a distância e 8 horas aula presenciais;
- módulos/área de conhecimento Matemática - com duração de 400 (quatrocentas) horas-aula, sendo 392 (trezentas e noventa e duas) horas a distância e 8 horas aula presenciais;
- módulos/área de conhecimento Ciências da Natureza - com duração de 400 (quatrocentas) horas-aula, sendo 392 (trezentas e noventa e duas) horas a distância e 8 horas aula presenciais;
- módulos/área de conhecimento Ciências Humanas - com duração de 400 (quatrocentas) horas-aula, sendo 392 (trezentas e noventa e duas) horas a distância e 8 horas aula presenciais;
- módulo Ensino Religioso - com carga horária total de 20 horas;
- cada módulo/área de conhecimento terá a duração de 100 dias letivos, distribuídos em 20 semanas, exceto Ensino Religioso;
- a duração da hora-aula é de 60 minutos.

A oferta do Ensino Religioso fica assegurada, de caráter obrigatório para a escola, mas de matrícula facultativa para o estudante.

O estudante que optar por não cursar o Ensino Religioso terá carga horária total de 1600 horas no Ensino Fundamental anos finais.

8. DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância, está estruturada em módulo/área de conhecimento não sequenciais, que não se constituem em pré-requisitos entre si.

No ensino fundamental os conteúdos dos componentes curriculares das áreas de conhecimento estão estruturados em 4 (quatro) eixos temáticos: Identidade e Pluralidade e Alimentação; Moradia, Saúde e Qualidade de Vida; O País e a Sociedade Brasileira; Trabalho, Desenvolvimento e Sustentabilidade, com duração de 100 (cem) horas-aula cada.

No ensino médio os conteúdos dos componentes curriculares das áreas de conhecimento estão estruturados em 4 (quatro) eixos temáticos: Cultura e Ciência; Sociedade e Trabalho; Meio Ambiente, Saúde e Tecnologia; Economia e Globalização, com duração de 100 (cem) horas aula cada.

Os componentes curriculares do ensino fundamental anos finais são organizados em módulo/área de conhecimento de caráter obrigatório, e o Ensino Religioso de matrícula facultativa, quais sejam:

I – Linguagens:

- a. Língua Portuguesa;
- b. Língua Estrangeira Moderna - Inglês;
- c. Educação Física;
- d. Arte.

II – Ciências Humanas:

- a. História;
- b. Geografia;

III – Matemática: com o componente curricular Matemática.

IV– Ciências da Natureza: com o componente curricular Ciências da Natureza.

V – Ensino Religioso.

Os componentes curriculares do ensino médio são organizados em módulo/área de conhecimento, quais sejam:

I – Linguagens:

- a. Língua Portuguesa;
- b. Arte;
- c. Educação Física;
- d. Língua Estrangeira Moderna – Inglês.

II – Ciências Humanas:

- a. História;
- b. Geografia;
- c. Filosofia;
- d. Sociologia;

III – Matemática: com o componente curricular Matemática;

IV – Ciências da Natureza:

- a. Biologia;
- b. Física;
- c. Química.

9. DO FUNCIONAMENTO

O início do funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância, ocorrerá após a publicação do ato concessório no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, quando será elaborado o calendário escolar pelos segmentos escolares internos envolvidos: Coordenadoria de Políticas Específicas para a Educação, Coordenadoria de Normatização das Políticas Educacionais e direção colegiada da escola para a qual o curso está autorizado, respeitando sempre que possível os interesses e necessidades do estudante.

O calendário deverá constar: início e finalização do módulo/áreas de conhecimento, período de matrícula, os feriados, dias para realização das provas, os dias dos encontros presenciais, as Reuniões Pedagógicas e de Planejamento, entrega do resultado final do módulo/áreas de conhecimento e outras informações que a escola julgar necessárias.

O Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância, será desenvolvido da seguinte forma:

- oferta de segunda a sexta-feira, em turno definido no calendário;
- carga horária semanal de 20 (vinte) horas/aula semanais;
- os encontros presenciais serão somente para a realização de provas mensais.

9.1 MATRIZ CURRICULAR

Matriz Curricular do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EaD - etapa Ensino Fundamental

Ano: a partir de 2018

Turno: diurno

Duração da hora-aula: 60 minutos

Duração de dias letivos de cada Módulo: 100

Total da Carga Horária do Curso: 1.620 horas

	Base Nacional Comum e Parte Diversificada									
	Módulo/Área de Conhecimento		Módulo/Área de Conhecimento		Módulo/Área de Conhecimento		Módulo/Área de Conhecimento		Módulo/Área de Conhecimento	
	Linguagens		Matemática		Ciências da Natureza		Ciências Humanas		*Ensino Religioso	
Total de aula do Módulo/Área de Conhecimento	¹ AP 08	² AD 392	¹ AP 08	² AD 392	¹ AP 08	² AD 392	¹ AP 08	² AD 392	¹ AP 02	² AD 18
Módulo/Área de conhecimento	400		400		400		400		20	

¹Atividade Presencial

²Atividade a Distância

*Facultativo

Matriz Curricular do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EaD - etapa Ensino Médio

Ano: a partir de 2018

Turno: diurno

Duração da hora-aula: 60 minutos

Duração de dias letivos de cada Módulo: 100

Total da Carga Horária do Curso: 1.600 horas

	Base Nacional Comum e Parte Diversificada							
	Módulo/Área de Conhecimento		Módulo/Área de Conhecimento		Módulo/Área de Conhecimento		Módulo/Área de Conhecimento	
	Linguagens		Matemática		Ciências da Natureza		Ciências Humanas	
Total de aula do Módulo/Área de Conhecimento	¹ AP 08	² AD 392	¹ AP 08	² AD 392	¹ AP 08	² AD 392	¹ AP 08	² AD 392
Carga Horária Total do Módulo/Área de Conhecimento	400		400		400		400	

¹Atividade Presencial

²Atividade a Distância

10. DA EMENTA CURRICULAR

MÓDULO/ÁREA DE CONHECIMENTO – LINGUAGENS

Componentes Curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua

Estrangeira Moderna-Inglês

Linguagens

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.

2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.

4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente às questões do mundo contemporâneo.

5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

ÁREA DE CONHECIMENTO LINGUAGENS

Etapa do Ensino Fundamental - Eixos Temáticos

LÍNGUA PORTUGUESA	
Eixo temático: Identidade e Pluralidade e Alimentação	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none">- Debater temáticas relativas ao consumo, a partir da análise de textos publicitários endereçados a um público que prima pela sustentabilidade.- Compreender e produzir textos publicitários multimodais com ênfase nos recursos linguístico-discursivos que operam na construção de sentidos desses textos.- Analisar e elaborar infográficos para compreender e organizar informações em atividades de estudo e de pesquisa.- Compreender e produzir textos multimodais, como documentários e reportagens audiovisuais.- Reconhecer as características típicas do gênero projeto de pesquisa, sendo capaz de desenvolver projeto que contemple atividades como o levantamento de fontes de conhecimento, análise e relato dos resultados.- Organizar o ambiente para o trabalho, compreendendo a utilização de materiais com responsabilidade e sustentabilidade.- Analisar recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção e recepção (intenção, época, local, interlocutores, participantes da criação das ideias e escolhas, tecnologias disponíveis).- Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, gerado de significação e integrada à organização do mundo e à própria identidade.- Reconhecer a necessidade de dominar a norma padrão, que representa a variedade linguística, socialmente prestigiada, sem menosprezar as demais variantes.	<ul style="list-style-type: none">- Revistas Científicas; cartazes, outdoors, banners, propagandas publicitárias televisivas, com fins ecológicos ou de convencer sobre possíveis empresas verdes; documentários sobre animais, plantas, geologia, impacto humano em diversos ambientes.

ARTE	
Eixo temático: Identidade e Pluralidade e Alimentação	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none">- Estudar aspectos históricos da produção artística da humanidade problematizando as narrativas eurocêntricas e considerando os contextos de diferentes sociedades.- Explorar diferentes materiais, instrumentos, recursos visuais e plásticos, com intencionalidade artística e habilidade argumentativa crescente.- Organizar o ambiente para o trabalho, compreendendo a utilização dos materiais com responsabilidade e sustentabilidade.- Conhecer e apreciar criticamente obras e produções visuais e plásticas de artistas locais, regionais, nacionais e estrangeiros.- Planejar e criar trabalhos em artes visuais, analisando-os e dialogando sobre a sua criação.- Analisar criticamente imagens e objetos artísticos a partir de seus contextos, condições de produção, suas relações e tensões.- Mobilizar os conhecimentos adquiridos no processo de escolarização, de acordo com a complexidade possível ao/à estudante, para a criação, fruição e argumentação artísticas.- Exercitar atividades teatrais e compreender o trabalho coletivo nos seus limites e desafios por intermédio de diferentes modalidades de improvisação e composição teatral.- Compreender a importância e as possibilidades de uso do corpo e da voz na construção da encenação contemporânea.- Comunicar-se por meio de gestualidades e vocalidades, expressando ideias complexas de maneira crítica e reflexiva.- Encenar sequências cênicas, integradas a outras manifestações artístico-culturais, recriando-as e	<ul style="list-style-type: none">- Pré-história (1000000 a 3600 a.C.).- Primeiras manifestações artísticas. Pinturas e gravuras encontradas nas paredes das cavernas. Sangue de animais, saliva, fragmentos de rochas, argila. Esculturas em madeira, osso e pedra. Cenas de seu cotidiano (caça, rituais, danças, alimentação).- Artes visuais, teatro e música.

<p>reinventando possibilidades de apresentação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisar e conhecer o trabalho de grupos de teatro, de dramaturgos, de atores e de diretores regionais, nacionais e estrangeiros, do presente e do passado. - Criar, organizar e produzir acontecimentos cênicos, relacionando os elementos (figurinos, adereços, cenário, iluminação, jogo cênico, relação com o espectador, sonoplastia, etc.) de forma a conhecer os modos de produção teatral. - Mobilizar conhecimentos musicais específicos em propostas de criação, interpretação e apreciação musical coletivas e individuais. - Investigar diferentes gêneros da música brasileira e estrangeira, identificando os elementos, códigos e convenções musicais utilizados. - Investigar o uso de fontes sonoras diversificadas em produções musicais já reconhecidas e em suas próprias produções, analisando-as e contextualizando-as de forma crítica. - Problematizar a produção musical na contemporaneidade por meio da análise e reflexão crítica das diferentes manifestações musicais nacionais e estrangeiras. - Desenvolver práticas de criação e interpretação, a partir das vivências e manipulação de repertório musical cotidiano e outros repertórios e práticas musicais já consolidadas em culturas musicais diversas. - Identificar e analisar criticamente os usos, as funções e os significados da música nas diversas culturas, do passado e do presente, partindo da análise do contexto local. 	
---	--

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA INGLÊS	
Eixo temático: Identidade e Pluralidade e Alimentação	
Competências e Habilidades	Conteúdos

<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar-se e apresentar os outros utilizando os pronomes pessoais e o verbo to be. - Reconhecer e caracterizar os animais de acordo com o ambiente em que vivem. - Expressar cumprimentos em geral, agradecimentos e solicitar permissão. - Compreender comandos básicos dados pelo professor. - Identificar quando soletradas e soletrar palavras quando solicitado. 	<p>Communicative function:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Commands. - Greeting people. - Thanking people. - Asking permission. <p>Vocabulary:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Animals. - Adjectives. - The alphabet. <p>Language structure:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Personal pronouns. - Verb to be. - Demonstrative pronouns.
--	--

EDUCAÇÃO FÍSICA

Eixo temático: Identidade e Pluralidade e Alimentação

Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Vivenciar tanto o(s) esporte(s) escolhido(s) para praticar de forma autônoma, como as demais modalidades experimentadas, prezando o trabalho coletivo e o protagonismo. - Diferenciar exercício físico de atividades físicas e de outras manifestações da cultura corporal de movimento. - Associar os objetivos e características do esporte aos diferentes contextos na sociedade. - Adquirir e/ou ampliar hábito da prática regular de exercício de acordo com suas particularidades. - Compreender os objetivos e as principais características das manifestações ginásticas abordadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Esportes – Vivência e reflexão acerca das manifestações e objetivos presentes no esporte (rendimento, lazer, socialização...) e suas implicações na vida cotidiana. - Exercícios físicos e atividades físicas – Apresentação de situações em que sejam evidenciadas as características fundamentais da atividade física e do exercício físico. Diferenças e semelhanças entre exercício físico e atividade física, programas de exercício, particularidades do sujeito para realização de exercício e atividade, etc. - Ginástica – Ginástica nos mais diversos ambientes (academia, praça, escola, clube, etc.), objetivos e características. Ginástica aeróbica, ginástica localizada e ginástica laboral.

LÍNGUA PORTUGUESA

Eixo temático: Moradia, Saúde e Qualidade de Vida

Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none">- Relatar oralmente o enredo das peças teatrais, reconstituindo os diversos planos e linguagens que constituem a sequência narrativa.- Analisar as diferentes vozes, o ponto de vista a partir do qual uma história é narrada e os efeitos de ironia em gêneros literários narrativos, como contos, crônicas, novelas, romances, etc.- Produzir textos narrativos coesos e coerentes, utilizando focos narrativos diversos, conforme o efeito que se quer produzir ao contar uma história.- Recriar e recitar ou teatralizar poemas escolhidos, de temáticas e estilos diversificados, em saraus, sessões de poesias, feiras culturais, dentre outros.- Analisar poemas lidos e escritos, conjugando os conhecimentos sobre as dimensões sonora, imagética e semântica, bem como sobre a proposta estética dos gêneros poéticos.- Analisar a presença do recurso à intertextualidade, em textos literários narrativos e poéticos: paródias, paráfrases e outros tipos de diálogo entre textos.- Criar poemas, a partir de outros gêneros, retextualizando contos, notícias, propagandas, orações, provérbios, etc.- Construir argumentos e contra-argumentos ao assumir um posicionamento e ao se contrapor a opiniões, na participação em debates regrados.- Produzir gêneros textuais argumentativos, como artigo de opinião, carta do leitor, carta aberta, editorial, utilizando diferentes tipos de argumentos.- Analisar a organização e os recursos linguísticos (terminologia jurídica, verbos no imperativo, arcaísmos) de gêneros da esfera política, jurídica e reivindicatória (como lei, estatuto, código, regulamento, edital), refletindo sobre o papel desses gêneros como organizadores de atividades e meios de participação social.- Analisar as postagens nas redes sociais, inclusive o “internetês”, na perspectiva da variação linguística,	<ul style="list-style-type: none">- Constituição Federal; Declaração Universal dos Direitos Humanos; ensaios filosóficos; obras clássicas, principalmente, da literatura greco-romana antiga, e do período Renascentista.

<p>considerando alguns de seus elementos (como as abreviaturas de palavras, a estruturação de frases, os emoticons).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção e recepção (intenção, época, local, interlocutores, participantes da criação das ideias e escolhas, tecnologias disponíveis). - Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, gerado de significação e integrada à organização do mundo e à própria identidade. - Reconhecer a necessidade de dominar a norma padrão, que representa a variedade linguística, socialmente prestigiada, sem menosprezar as demais variantes. 	
---	--

ARTE	
Eixo temático: Moradia, Saúde e Qualidade de Vida	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Estudar aspectos históricos da produção artística da humanidade problematizando as narrativas eurocêntricas e considerando os contextos de diferentes sociedades. - Explorar diferentes materiais, instrumentos, recursos visuais e plásticos, com intencionalidade artística e habilidade argumentativa crescente. - Organizar o ambiente para o trabalho, compreendendo a utilização dos materiais com responsabilidade e sustentabilidade. - Conhecer e apreciar criticamente obras e produções visuais e plásticas de artistas locais, regionais, nacionais e estrangeiros. - Planejar e criar trabalhos em artes visuais, analisando-os e dialogando sobre a sua criação. - Analisar criticamente imagens e objetos artísticos 	<ul style="list-style-type: none"> - Antiguidade (5000 a 476 d.C.) (escrita até a queda do Império Romano). - Grandes civilizações: Egito, Grécia e Roma. - Egito (5000 A 30 a.C.). - Grécia (2000 A 30 a.C.). - Ideal de beleza e perfeição. - Cenas cotidianas, batalhas, religião, música mitologias. - Pintura - vasos, paredes (templos e palácios) teatro. - Escultura - forte noção de realismo nervos, músculos, veias, expressões e sentimentos. - Império romano (573 a.C. a 476 d.C.) - Pintura a pintura mural (afrescos), tridimensionalidade. - Cenas do cotidiano, figuras mitológicas e religiosas e conquistas militares.

<p>a partir de seus contextos, condições de produção, suas relações e tensões.</p> <ul style="list-style-type: none">- Mobilizar os conhecimentos adquiridos no processo de escolarização, de acordo com a complexidade possível ao/à estudante, para a criação, fruição e argumentação artísticas.- Exercitar atividades teatrais e compreender o trabalho coletivo nos seus limites e desafios por intermédio de diferentes modalidades de improvisação e composição teatral.- Compreender a importância e as possibilidades de uso do corpo e da voz na construção da encenação contemporânea.- Comunicar-se por meio de gestualidades e vocalidades, expressando ideias complexas de maneira crítica e reflexiva.- Encenar sequências cênicas, integradas a outras manifestações artístico-culturais, recriando-as e reinventando possibilidades de apresentação.- Pesquisar e conhecer o trabalho de grupos de teatro, de dramaturgos, de atores e de diretores regionais, nacionais e estrangeiros, do presente e do passado.- Criar, organizar e produzir acontecimentos cênicos, relacionando os elementos (figurinos, adereços, cenário, iluminação, jogo cênico, relação com o espectador, sonoplastia, etc.) De forma a conhecer os modos de produção teatral.- Mobilizar conhecimentos musicais específicos em propostas de criação, interpretação e apreciação musical coletiva e individual.- Investigar diferentes gêneros da música brasileira e estrangeira, identificando os elementos, códigos e convenções musicais utilizados.- Investigar o uso de fontes sonoras diversificadas em produções musicais já reconhecidas e em suas próprias produções, analisando-as e contextualizando-as de forma crítica.- Problematicar a produção musical na	<ul style="list-style-type: none">- Arquitetura, construção de portais, aquedutos, prédios, monumentos e templos.- Artes visuais, teatro e música.
---	---

<p>contemporaneidade por meio da análise e reflexão crítica das diferentes manifestações musicais nacionais e estrangeiras.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver práticas de criação e interpretação, a partir das vivências e manipulação de repertório musical cotidiano e outros repertórios e práticas musicais já consolidadas em culturas musicais diversas. - Identificar e analisar criticamente os usos, as funções e os significados da música nas diversas culturas, do passado e do presente, partindo da análise do contexto local. 	
--	--

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA INGLÊS	
Eixo temático: Moradia, Saúde e Qualidade de Vida	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Perguntar e responder as horas. - Identificar alguns meios de transportes e informar qual/quais meios de transporte utiliza para se locomover diariamente. - Construir perguntas e respostas utilizando o verbo to be e algumas palavras interrogativas. 	<p>Communicative function:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ask or give information about hour and means of transportation. <p>Vocabulary:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Hour/time. - Means of transportation. <p>Language structure:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verb to be. - Interrogative words. - Prepositions: by, on.

EDUCAÇÃO FÍSICA	
Eixo temático: Moradia, Saúde e Qualidade de Vida	
Competências e Habilidades	Conteúdos

<ul style="list-style-type: none"> - Construir coletivamente procedimentos e normas de convívio que viabilizem a participação de todos na prática de exercícios físicos. - Diferenciar e relacionar os fundamentos presentes nos jogos competitivos e cooperativos ao exercício da cidadania. - Usufruir de maneira consciente dos espaços de lazer ofertados na comunidade. - Experimentar, de forma individual e coletiva, combinações de diferentes elementos gímnicos (equilíbrios, saltos, giros, rotações, acrobacias, com e sem materiais). - Compreender criticamente e valorizar os diferentes sentidos e interesses dos ritmos pertencentes à cultura da região e do estado. - Construir e reconstruir pequenas coreografias das danças pertencentes à cultura regional como patrimônio cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> - Jogos cooperativos e competitivos – Vivência de jogos cooperativos e competitivos, vinculados às situações do cotidiano. - Lazer – Conceito, tipos, espaços disponíveis e objetivos do lazer. Teoria dos “3 Ds” relacionados ao lazer (descanso, divertimento e desenvolvimento pessoal). - Atividades rítmicas e expressivas – Atividades que possibilitam a vivência de diferentes ritmos, brinquedos cantados, atividades com música que desenvolvam noções de espaço temporal, atividades de dramatização/representação.
---	--

LÍNGUA PORTUGUESA	
Eixo temático: O País e A Sociedade Brasileira	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar a argumentação em gêneros como editorial, artigo de opinião etc., observando tipos de argumentos – como explicação, exemplificação, voz de autoridade, comprovação científica entre outros - recursos de coesão e recursos de modalização. - Planejar e apresentar seminários sobre temáticas relacionadas às questões sociais, propondo encaminhamentos para problemáticas apresentadas. - Analisar e elaborar infográficos para compreender e organizar informações em atividades de estudo e de pesquisa. - Produzir textos voltados para a divulgação do conhecimento, reconhecendo traços da linguagem 	<ul style="list-style-type: none"> - Bulas de remédio; rótulos de remédio; receitas médicas; contratos de planos de saúde, artigos científicos, documentários sobre saúde e/ou indústria farmacêutica, gráficos da Organização Mundial de Saúde (OMS).

<p>desses textos (uso de vocabulário técnico/especializado, registro formal de linguagem, efeito discursivo de objetividade, recurso à citação), compreendendo e fazendo uso consciente das estratégias de impessoalização da linguagem.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção e recepção (intenção, época, local, interlocutores, participantes da criação das ideias e escolhas, tecnologias disponíveis). - Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, gerado de significação e integrada à organização do mundo e à própria identidade. - Reconhecer a necessidade de dominar a norma padrão, que representa a variedade linguística, socialmente prestigiada, sem menosprezar as demais variantes. 	
---	--

ARTE	
Eixo temático: O País e A Sociedade Brasileira	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Estudar aspectos históricos da produção artística da humanidade problematizando as narrativas eurocêntricas e considerando os contextos de diferentes sociedades. - Explorar diferentes materiais, instrumentos, recursos visuais e plásticos, com intencionalidade artística e habilidade argumentativa crescente. - Organizar o ambiente para o trabalho, compreendendo a utilização dos materiais com responsabilidade e sustentabilidade. - Conhecer e apreciar criticamente obras e produções visuais e plásticas de artistas locais, regionais, nacionais e estrangeiros. - Planejar e criar trabalhos em artes visuais, analisando-os e dialogando sobre a sua criação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Arte medieval (476 a séc. XII). - Arte acadêmica ou clássica do teocentrismo medieval ao humanismo renovação artística plástica, musical, teatral e cultural. - Artes visuais, teatro e música.

- Analisar criticamente imagens e objetos artísticos a partir de seus contextos, condições de produção, suas relações e tensões.
- Mobilizar os conhecimentos adquiridos no processo de escolarização, de acordo com a complexidade possível ao/à estudante, para a criação, fruição e argumentação artísticas.
- Exercitar atividades teatrais e compreender o trabalho coletivo nos seus limites e desafios por intermédio de diferentes modalidades de improvisação e composição teatral.
- Compreender a importância e as possibilidades de uso do corpo e da voz na construção da encenação contemporânea.
- Comunicar-se por meio de gestualidades e vocalidades, expressando ideias complexas de maneira crítica e reflexiva.
- Encenar sequências cênicas, integradas a outras manifestações artístico-culturais, recriando-as e reinventando possibilidades de apresentação.
- Pesquisar e conhecer o trabalho de grupos de teatro, de dramaturgos, de atores e de diretores regionais, nacionais e estrangeiros, do presente e do passado.
- Criar, organizar e produzir acontecimentos cênicos, relacionando os elementos (figurinos, adereços, cenário, iluminação, jogo cênico, relação com o espectador, sonoplastia, etc.) de forma a conhecer os modos de produção teatral.
- Mobilizar conhecimentos musicais específicos em propostas de criação, interpretação e apreciação musical coletivas e individuais.
- Investigar diferentes gêneros da música brasileira e estrangeira, identificando os elementos, códigos e convenções musicais utilizados.
- Investigar o uso de fontes sonoras diversificadas em produções musicais já reconhecidas e em suas próprias produções, analisando-as e contextualizando-as de forma crítica.

<ul style="list-style-type: none"> - Problematizar a produção musical na contemporaneidade por meio da análise e reflexão crítica das diferentes manifestações musicais nacionais e estrangeiras. - Desenvolver práticas de criação e interpretação, a partir das vivências e manipulação de repertório musical cotidiano e outros repertórios e práticas musicais já consolidadas em culturas musicais diversas. - Identificar e analisar criticamente os usos, as funções e os significados da música nas diversas culturas, do passado e do presente, partindo da análise do contexto local. 	
--	--

LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA INGLÊS	
Eixo temático: O País e A Sociedade Brasileira	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer os benefícios da prática de esportes e da alimentação saudável para obter melhora na qualidade de vida. - Falar sobre a existência e não existência de coisas e pessoas utilizando adequadamente o verbo there to be. - Formar e reconhecer os diferentes tipos de plurais de acordo com as terminações dos substantivos. 	<p>Communicative function:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identifying fruits and vegetables. - Talking about healthy food habits. <p>Vocabulary:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sports. - Fruit. - Vegetable. <p>Language structure:</p> <ul style="list-style-type: none"> - There to be. - Plural of nouns.

EDUCAÇÃO FÍSICA	
Eixo temático: O País e A Sociedade Brasileira	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os diferentes tipos de lutas, contextualizando-as dentro e fora do ambiente escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Lutas – Conceitos, objetivos, princípios, fundamentos e tipos; possibilidades de vivência das lutas na comunidade escolar.

<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer e refletir sobre as características de diferentes ritmos, gestos, coreografias e músicas. - Reconhecer os benefícios das práticas corporais rítmicas à manutenção e/ou promoção da saúde. - Diferenciar exercício físico de atividades físicas e de outras manifestações da cultura corporal de movimento. - Associar os objetivos e características do esporte aos diferentes contextos na sociedade. - Adquirir e/ou ampliar hábito da prática regular de exercício de acordo com suas particularidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Práticas corporais rítmicas – Principais conceitos relacionados às atividades rítmicas e possibilidades de vivência atreladas à cultura local. Principais benefícios das práticas corporais rítmicas à saúde. - Exercícios físicos e atividades físicas – Apresentação de situações em que sejam evidenciadas as características fundamentais da atividade física e do exercício físico. Diferenças e semelhanças entre exercício físico e atividade física, programas de exercício, particularidades do sujeito para realização de exercício e atividade, etc.
---	--

LÍNGUA PORTUGUESA	
Eixo temático: Trabalho, Desenvolvimento e Sustentabilidade	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar relação entre linguagem e trabalho, práticas e jargões específicos, considerando o modo como produzem representações e valores sobre as profissões. - Desenvolver análises sobre a formalidade e outras características da linguagem de textos do mundo do trabalho, (como os diversos tipos de relatório), em práticas de leitura e produção textual desses gêneros. - Analisar as especificidades do gênero textual curriculum vitae, entendendo suas formas de organização e usos, em práticas de leitura e produção textual desse gênero. - Comparar textos da esfera jornalística voltados ao relato de acontecimentos (como notícias, reportagens, entrevistas) veiculados em diferentes mídias (impressa, audiovisual, digital), considerando semelhanças e diferenças no tratamento da informação. - Analisar em textos argumentativos orais e escritos o uso estratégico de recursos persuasivos, como a elaboração do título, a explicitação ou a ocultação de fontes de informação, o uso de recursos de 	<ul style="list-style-type: none"> - Jornais, principalmente nas seções sobre economia, política e classificados; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); contratos empregatícios; Carteira de Trabalho; curriculum vitae; curriculum Lattes; Páginas Virtuais de Classificados; Redes Sociais Profissionais; blogs e videologs.

<p>assertividade ou atenuação de posicionamentos assumidos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Produzir textos argumentativos e contra-argumentativos orais e escritos, atentando para estratégias de persuasão como a elaboração do título, a utilização de recursos de assertividade ou a atenuação dos posicionamentos. - Produzir textos por meio de variadas mídias digitais (como vídeos, blogs, microblogs), utilizando-os para a divulgação de ideias, opiniões, conhecimentos adquiridos na escola ou fora dela, compreendendo as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação. - Analisar recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção e recepção (intenção, época, local, interlocutores, participantes da criação das ideias e escolhas, tecnologias disponíveis). - Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, gerado de significação e integrada à organização do mundo e à própria identidade. - Reconhecer a necessidade de dominar a norma padrão, que representa a variedade linguística, socialmente prestigiada, sem menosprezar as demais variantes. 	
---	--

ARTE	
Eixo temático: Trabalho, Desenvolvimento e Sustentabilidade	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Estudar aspectos históricos da produção artística da humanidade problematizando as narrativas eurocêntricas e considerando os contextos de diferentes sociedades. - Explorar diferentes materiais, instrumentos, recursos visuais e plásticos, com intencionalidade artística e habilidade argumentativa crescente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Renascimento (XIII a XVI) - Inspiração nos Greco-Romanos. - Perfeição e harmonia das formas, da música e do teatro. - Os artistas voltam a estudar o corpo humano. - Antropocentrismo. - Artes visuais, teatro e música.

- Organizar o ambiente para o trabalho, compreendendo a utilização dos materiais com responsabilidade e sustentabilidade.
- Conhecer e apreciar criticamente obras e produções visuais e plásticas de artistas locais, regionais, nacionais e estrangeiros.
- Planejar e criar trabalhos em artes visuais, analisando-os e dialogando sobre a sua criação.
- Analisar criticamente imagens e objetos artísticos a partir de seus contextos, condições de produção, suas relações e tensões.
- Mobilizar os conhecimentos adquiridos no processo de escolarização, de acordo com a complexidade possível ao/à estudante, para a criação, fruição e argumentação artísticas.
- Exercitar atividades teatrais e compreender o trabalho coletivo nos seus limites e desafios por intermédio de diferentes modalidades de improvisação e composição teatral.
- Compreender a importância e as possibilidades de uso do corpo e da voz na construção da encenação contemporânea.
- Comunicar-se por meio de gestualidades e vocalidades, expressando ideias complexas de maneira crítica e reflexiva.
- Encenar sequências cênicas, integradas a outras manifestações artístico-culturais, recriando-as e reinventando possibilidades de apresentação.
- Pesquisar e conhecer o trabalho de grupos de teatro, de dramaturgos, de atores e de diretores regionais, nacionais e estrangeiros, do presente e do passado.
- Criar, organizar e produzir acontecimentos cênicos, relacionando os elementos (figurinos, adereços, cenário, iluminação, jogo cênico, relação com o espectador, sonoplastia etc.) de forma a conhecer os modos de produção teatral.
- Mobilizar conhecimentos musicais específicos em propostas de criação, interpretação e apreciação

<p>musical coletivas e individuais.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Investigar diferentes gêneros da música brasileira e estrangeira, identificando os elementos, códigos e convenções musicais utilizados. - Investigar o uso de fontes sonoras diversificadas em produções musicais já reconhecidas e em suas próprias produções, analisando-as e contextualizando-as de forma crítica. - Problematizar a produção musical na contemporaneidade por meio da análise e reflexão crítica das diferentes manifestações musicais nacionais e estrangeiras. - Desenvolver práticas de criação e interpretação, a partir das vivências e manipulação de repertório musical cotidiano e outros repertórios e práticas musicais já consolidadas em culturas musicais diversas. - Identificar e analisar criticamente os usos, as funções e os significados da música nas diversas culturas, do passado e do presente, partindo da análise do contexto local. 	
--	--

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA INGLÊS	
Eixo temático: Trabalho, Desenvolvimento e Sustentabilidade	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Falar sobre idades e endereços utilizando os números adequadamente. - Identificar os nomes de alguns países e relacioná-los as suas nacionalidades. - Perguntar e responder sobre profissões e ocupações. - Utilizar adequadamente os artigos definidos e indefinidos. 	<p>Communicative function:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Talking and writing about ages and addresses. - Talking and writing about professions and occupations. <p>Vocabulary:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cardinal numbers (1- 100). - Countries and nationalities. - Professions and occupations. <p>Language structure:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verb to be. - Definite and indefinite articles.

EDUCAÇÃO FÍSICA	
Eixo temático: Trabalho, Desenvolvimento e Sustentabilidade	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Debater e vivenciar as diversas modalidades de esporte, prezando o trabalho coletivo e o protagonismo. - Diferenciar e reconhecer as modalidades esportivas com base nos critérios da lógica interna e recriar suas possibilidades de prática. - Relacionar o movimento corporal às atividades do cotidiano e atividades da cultura corporal. - Compreender a dinâmica básica dos jogos de tabuleiros trabalhados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Esportes – Tipos de esportes amadores e de rendimentos, riscos e cuidados com a prática. - Ginástica laboral/ergonomia – Aspectos relevantes na execução do movimento humano com maior eficiência e segurança ao executante, atrelados ao cotidiano. Ginástica laboral preparatória, ginástica laboral compensatória e ginástica laboral de relaxamento. - Jogos de tabuleiro (Damas e Xadrez) – Histórico e evolução dos jogos, princípios técnicos e táticos do jogo.

ÁREA DE CONHECIMENTO LINGUAGENS

Etapa do Ensino Médio - Eixos Temáticos

ÁREA DE CONHECIMENTO LINGUAGENS	
Cultura e Ciências	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o uso da Língua Portuguesa como geradora de significação e integrada à organização do mundo e da própria identidade. - Reconhecer a necessidade da norma padrão da Língua Portuguesa e as variações linguísticas, socialmente necessárias para mediações textuais formais e informais. - Perceber a intencionalidade implícita discursiva em textos, por meio de sinais, expressão corporal, entre outros. - Confrontar opiniões sobre as diferentes manifestações da linguagem verbal e/ou não verbal. - Analisar recursos expressivos da linguagem, relacionando-os ao texto/contexto mediante sua natureza: finalidade; época; local dos interlocutores e participantes da criação. - Empregar palavras em sentido denotativo e conotativo. - Interpretar produção literária, considerando-a historicamente situada, atemporal e universal. - Analisar adaptações literárias para o cinema, teatro, televisão, 	<ul style="list-style-type: none"> - Origem e expansão da Língua Portuguesa. - Noções de gramática e linguística. - Leitura implícita de textos diferentes em inglês. - Interpretação de linguagem verbal e/ou não verbal. - Recursos da linguagem. - Denotação e conotação. - Leitura de textos literários. - Análise de produções artísticas. - Funções da narrativa. - Figuras de linguagem. - Influência cultural da Língua Inglesa. - Leitura visual e sonora de textos em Língua Inglesa.

- | | |
|--|---|
| <p>pintura, arquitetura, artes plásticas, danças, reconhecendo as especificidades e entrecruzamentos de linguagens.</p> <ul style="list-style-type: none">- Analisar a relação entre gêneros literários em seus contextos de produção (ideologias, vozes sociais, tradições, movimentos culturais, etc.), considerando os modos como a obra dialoga com o presente.- Analisar estratégias narrativas mais complexas (como enredo de cunho psicológico, tempo não linear, inovações nas formas de registrar as falas dos personagens e vozes do texto) relacionadas às escolhas para efeitos de sentidos pretendidos.- Interpretar recursos expressivos que envolvam a dimensão imagética do texto literário (comparação, metáfora, metonímia, personificação e antítese).- Valorizar a inserção da Língua Inglesa como meio de acesso a questões socioculturais relevantes.- Criar condições de integração dos estudantes com outras culturas e outros saberes.- Expressar, a partir da identificação, em modalidades de leitura (<i>Reading</i>) e audição (<i>Listening</i>), as pessoas relacionadas no discurso, como os membros da família, representantes políticos, ícones artísticos, esportistas e o <i>staff</i> relacionado a um determinado desporto.- Desenvolver perguntas e respostas que favoreçam conhecer (saber sobre), e se tornarem conhecidos, os lugares, as pessoas e as manifestações culturais.- Expressar opinião sobre vestimentas, lugares, hábitos/costumes, utilizando estruturas da língua.- Pesquisar diferentes materiais, instrumentos, recursos visuais e plásticos, com intencionalidades artísticas e/ou esportivas, como forma de ampliação expressiva e interativa.- Analisar obras e produções artísticas locais, regionais, nacionais e estrangeiras, com vistas à fruição estética e posicionamento crítico.- Estudar como se realizam as produções cênicas, considerando seus elementos e técnicas como: figurinos, adereços, cenário, iluminação, jogo cênico, relação com o espectador, sonoplastia e etc.- Exercitar atividades teatrais para a compreensão do trabalho coletivo, por meio de diferentes modalidades com destaque a sequenciação cênica, integrada a outras manifestações artístico-culturais, recriando-as e reinventando possibilidades de apresentação.- Mobilizar os conhecimentos musicais, coletiva e individualmente, em propostas de criação, interpretação e apreciação musical.- Investigar diferentes gêneros musicais, para identificar os elementos, códigos e convenções utilizados.- Investigar o uso de fontes sonoras diversificadas em produções musicais já reconhecidas e em suas próprias produções, analisando-as e contextualizando-as de forma crítica.- Identificar formas de demonstrar aos estudantes a importância e a necessidade do conhecimento da cultura corporal.- Compreender a construção das manifestações da cultura rítmica e sua influência no cotidiano dos grupos sociais.- Reconhecer os princípios técnicos e táticos dos esportes.- Utilizar diferentes fontes de informações para pesquisar sobre elementos da cultura. | <ul style="list-style-type: none">- <i>Question Words</i>.- Vocabulários relacionados à cultura em Língua Inglesa.- Pesquisa sobre uso de recursos para fins artísticos/esportivos, como forma de ampliação expressiva e interativa.- Leitura estética/crítica de produções artísticas.- Estudo de produções cênicas.- Elementos do contexto teatral.- Apreciação musical.- Linguagem corporal.- Cores, sombras e luz: contrastes.- Artes visuais, teatro e música, como formas de expressão cultural.- Introdução ao estudo acerca de aspectos rítmicos do movimento corporal (ritmo, compasso, intensidade, etc.).- Principais características, diferenças e semelhanças entre jogo e esporte.- Lazer: conceitos, tipos e suas relações com a qualidade de vida dos indivíduos.- História da Arte a partir do estudo crítico de autores e obras que contribuem para reflexões sobre o eixo Cultura e Ciência.- Apreciação na compreensão e interpretação da arte.- Pesquisa como procedimento de criação artística e de acesso aos bens culturais.- Valorização da arte na vida dos indivíduos.- Interfaces da arte com os demais conhecimentos. |
|--|---|

Sociedade e Trabalho

Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o uso da Língua Portuguesa como geradora de significação e integrada à organização do mundo e da própria identidade. - Analisar os objetivos de um texto dentro da situação da enunciação (Quem? Diz o quê? Para quem? Para quê? Onde? Quando? Como?). - Compreender que as instituições sociais, políticas e econômicas são historicamente construídas/reconstruídas por diferentes sujeitos sociais, em processos influenciados por fatores variados e a partir de diferentes projetos sociais. - Apropriar-se de diferentes linguagens para análise e interação de forma autônoma e/ou cooperativa. - Usar as linguagens como geradoras de significação e integradas à organização do mundo e à própria identidade. - Identificar nos gêneros literários os recursos sonoros, rítmicos (rimas, aliteração, assonância, repetição) e gráfico-visuais, reconhecendo os efeitos de sentido que esses recursos podem envolver. - Reconhecer as características composicionais de diferentes textos e obras. - Analisar a relação entre gêneros literários em seus contextos de produção (ideologias, vozes sociais, outros textos, tradições, movimentos culturais, etc.), considerando também os modos como a obra dialoga com o presente. - Valorizar a inserção da Língua Inglesa como meio de acesso às questões de relevância voltadas à sociedade e ao trabalho. - Comunicar-se em Língua Inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo social. - Estudar aspectos históricos da produção artística da humanidade, para além das problematizações eurocêntricas, considerando os contextos de diferentes sociedades. - Estimular relações sociais produtivas e éticas para o trabalho, favorecendo a cooperatividade. - Criar trabalhos, a partir de planejamentos consistentes: condições de produção, intencionalidade e impactos sobre a sua criação. - Analisar criticamente imagens e objetos artísticos a partir de seus contextos, condições de produção, suas relações e tensões. - Exercitar atividades teatrais para a compreensão do trabalho coletivo nos seus limites e desafios, por intermédio de diferentes modalidades de improvisação e composição teatral, com destaque a sequenciação cênica, integrada a outras manifestações artístico-culturais, recriando-as e reinventando possibilidades de apresentação. - Expressar-se, tanto por meio de gestos, entonação e seleção de discursos, de modo a garantir a diplomacia. - Realizar leitura crítica das produtividades humanas de modo a haver compreensão das relações de trabalho imbricadas no contexto da produção em análise. - Problematizar a produção musical por meio da análise e reflexão crítica das diferentes manifestações musicais, a partir do que elas refletem nas relações sociais. - Conscientizar sobre a qualidade dos exercícios laborais, que 	<ul style="list-style-type: none"> - Origem e expansão da Língua Portuguesa. - Enunciação textual. - Compreensão de diferentes instituições sociais, políticas e econômicas. - Leitura em diferentes linguagens. - Efeitos de sentido de recursos sonoros e gráficos em textos literários. - Características composicionais de textos/obras. - Análise de produções artísticas. - Influência social/laboral da Língua Inglesa. - Comunicação em mídias impressas ou digitais em Língua Inglesa. - História da Arte a partir do estudo crítico de autores e obras que contribuem para reflexões sobre o eixo Sociedade e Trabalho. - Cooperatividade na ética do trabalho. - Condições de produção de textos multimodais. - Leitura crítica de obras de arte no contexto de produção. - Práticas e estudos teatrais. - Postura diplomática nas relações sociais. - Valorização da arte na vida dos indivíduos. - Análise e reflexão das manifestações musicais. - Qualidade dos exercícios laborais. - As relações entre saúde, esporte e valores sociais. - Conceito crítico/literário de identidade nacional. - Pesquisa como procedimento de criação artística e de acesso aos bens culturais. - Interfaces da arte com os demais conhecimentos. - Contextualização do esporte como fonte de renda e consumo. - Conhecimento acerca dos princípios técnicos e táticos do esporte coletivo, além do que implica para formação de equipes. - Lutas, cultura, construção histórica das lutas.

<p>propiciam, limitam e/ou alienam.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Problematizar o entendimento das relações entre saúde, esporte e valores sociais. - Identificar aspectos do esporte-espetáculo que o apresentam como produto e produtor de elementos econômicos. - Reconhecer que os exercícios físicos devem adequar-se às singularidades dos sujeitos, sem estabelecer hierarquias entre os praticantes. - Analisar criticamente, por meio da literatura, o conceito de identidade nacional. 	
Meio Ambiente, Saúde e Tecnologia	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Relacionar textos de interesse científico e tecnológico com contextos cotidianos da vida privada e pública. - Apropriar-se de diferentes linguagens para análise e interação de forma autônoma e/ou cooperativa. - Analisar criticamente, por meio da literatura, o conceito de identidade nacional. - Reconhecer as características composicionais de diferentes textos e obras. - Utilizar elementos de conhecimentos científicos e tecnológicos para diagnosticar e equacionar questões sociais e ambientais. - Interpretar diferentes formas de representação gráfica (tabelas, gráficos, expressões, ícones...). - Julgar ações de intervenção no ambiente, identificando aquelas que visam à preservação e à implementação da saúde individual, coletiva e do próprio ambiente. - Selecionar variáveis relevantes e os procedimentos necessários para a produção, análise e interpretação de resultados de processos e experimentos científicos. - Articular o conhecimento científico e tecnológico numa perspectiva interdisciplinar. - Reconhecer a influência climática nas diferentes territorialidades, a partir das estações do ano, e como ela repercute na expressividade das culturas locais. - Valorizar a inserção da Língua Inglesa como meio de acesso às questões de relevância voltadas ao Meio Ambiente e Saúde. - Elaborar perguntas e respostas, em Língua Inglesa, a respeito de condições climáticas e estados de saúde dos interlocutores. - Organizar o ambiente para o trabalho, compreendendo a utilização dos materiais com responsabilidade e sustentabilidade. - Compreender expressividades artísticas e interações comunicativas como possibilidades terapêuticas. - Reconhecer (ou adotar) esportes ou expressividades corporais como práticas benéficas para o bem-estar pessoal ou coletivo. - Adotar posicionamento crítico sobre práticas abusivas e consumos de substâncias prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise de textos de interesse científico e tecnológico. - Leitura em diferentes linguagens. - Conceito crítico/literário de identidade nacional. - Características composicionais de textos/obras. - Interpretação de diferentes formas de representação gráfica. - Debate de ações sobre intervenção no ambiente. - Seleção dos procedimentos para a produção e análise de experimentos científicos. - Articulação do conhecimento científico. - Abordagem sobre o clima e suas características. - Textos com relevância ao meio ambiente e saúde. - Elementos da arteterapia. - Saúde e qualidade de vida. - Exercícios físicos e suas relações, riscos e cuidados para o sujeito que pratica. - Lazer: relação entre espaços e tempos disponíveis para sua utilização. - História da Arte a partir do estudo crítico de autores e obras que contribuem para reflexões sobre o eixo Meio Ambiente e Saúde. - Pesquisa como procedimento de criação artística e de acesso aos bens culturais. - Valor da arte na vida dos indivíduos. - Interfaces da arte com os demais conhecimentos.

Economia e Globalização	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Selecionar variáveis relevantes e os procedimentos necessários para a produção, análise e interpretação de resultados de processos e experimentos científicos e tecnológicos. - Compreender as ciências como construções humanas, no que tange ao desenvolvimento, na acumulação material e imaterial, na continuidade ou ruptura de paradigmas, no contexto de desenvolvimento político e transformador da sociedade. - Produzir textos adequados aos gêneros para relatar experiências, formular dúvidas ou apresentar conclusões. - Compreender as conjunturas macroeconômicas, a fim de adaptar suas estratégias pessoais de negócios, respeitando valores éticos e sustentáveis. - Estabelecer diálogos que favoreçam a diversidade cultural e a tolerância pelos diferentes, em concordância com os direitos humanos. - Analisar recursos expressivos das linguagens, relacionando textos/contextos mediante suas naturezas: função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção e recepção (intenção, época, local, interlocutores, participantes da criação das ideias e escolhas, tecnologias disponíveis). - Reconhecer a necessidade de dominar a norma padrão da Língua Portuguesa, que representa a variedade linguística socialmente necessária para mediações textuais formais, sem menosprezar as demais variantes. - Valorizar a inserção da Língua Inglesa como meio de acesso às questões de relevância voltadas a economia e globalização. - Considerar o conhecimento da Língua Inglesa para viabilizar comunicações entre as nações, a fim de propiciar globalização mais colaborativa, identificando o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural. - Entender-se como cidadão global, que precisa acompanhar e se posicionar a respeito de notícias e decisões sobre política e economia. - Investigar diferentes gêneros da música brasileira e estrangeira, identificando os elementos, códigos e convenções musicais utilizados, como o uso de fontes sonoras diversificadas em produções musicais já reconhecidas e em suas próprias produções, analisando-as e contextualizando-as de forma crítica. - Problematizar a produção musical na contemporaneidade por meio da análise e reflexão crítica das diferentes manifestações musicais nacionais e estrangeiras. - Desenvolver práticas de criação e interpretação, a partir das vivências e manipulação de repertório musical cotidiano e outros repertórios e práticas musicais já consolidadas em culturas musicais diversas. - Envolver-se na cooperação e produção de contextos de prática esportiva balizados por princípios de equidade e solidariedade, propiciando a participação e fruição de todos, independentemente do nível de desempenho, gênero ou qualquer outra característica. - Compreender e reivindicar as danças como um bem cultural cuja aprendizagem e fruição sejam consideradas como um direito do cidadão. - Compreender a diferenciação entre a ginástica geral e ginástica esportiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Seleção dos procedimentos para a produção e análise de experimentos científicos e tecnológicos. - Análise de contextos científicos, políticos e culturais de impacto global. - Elementos da sociolinguística. - Recursos da linguagem. - Noções de gramática e linguística. - Textos com relevância à economia e globalização. - Vocabulário relacionado à globalização e a cultura cibernética. - Gêneros jornalísticos sobre política e economia. - Trabalho com cultura midiática. - Leitura estética/crítica de produções artísticas. - Análise de gêneros musicais e seus impactos em contextos culturais globalizantes. - Mapeamento e problematização de processos de culturalização global. - Aspectos cooperativos em esportes competitivos, a partir de conceituações de ética esportiva. - História da Arte a partir do estudo crítico de autores e obras que contribuem para reflexões sobre o eixo Economia e Globalização. - Pesquisa como procedimento de criação artística e de acesso aos bens culturais. - Valor da arte na vida dos indivíduos. - Interfaces da arte com os demais conhecimentos.

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">- Sistematizar eventos que envolvam manifestações da cultura corporal de movimento.- Identificar e executar elementos básicos de uma determinada modalidade.- Analisar criticamente, por meio da literatura o conceito de identidade nacional. | |
|--|--|

MÓDULO/ÁREA DE CONHECIMENTO - MATEMÁTICA

Matemática

1. O ensino da Matemática deve, então, favorecer o desenvolvimento do pensamento e raciocínio lógico, estabelecendo comparações, relações, regularidades e coerências que despertam a curiosidade, promovendo a aquisição de conceitos que ampliam a capacidade de raciocinar, prever, generalizar, projetar, abstrair e tomar decisões, elevando a autoestima e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos estudantes.

2. Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo à sua volta e perceber o caráter de jogo intelectual, característico da matemática, como aspecto que estimula o interesse, a curiosidade, o espírito de investigação e o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas;

3. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos da realidade, estabelecendo inter-relações entre eles, utilizando o conhecimento matemático (aritmético, geométrico, métrico, algébrico, estatístico, combinatório, probabilístico);

4. Selecionar, organizar e produzir informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las criticamente;

5. Resolver situações-problema, sabendo validar estratégias e resultados, desenvolvendo formas de raciocínio e processos, como intuição, indução, dedução, analogia e estimativa, utilizando conceitos e procedimentos matemáticos, bem como instrumentos tecnológicos disponíveis;

6. Comunicar-se matematicamente, ou seja, descrever, representar e apresentar resultados com precisão e argumentar sobre suas conjecturas, fazendo uso da linguagem oral e estabelecendo relações entre ela e diferentes representações matemáticas;

7. Estabelecer conexões entre temas matemáticos de diferentes campos, e entre esses temas e conhecimentos de outras áreas curriculares;

8. Sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções;

9. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, identificando aspectos consensuais ou não na discussão de um assunto, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

ÁREA DE CONHECIMENTO - MATEMÁTICA

Etapa do Ensino Fundamental – Eixos Temáticos

MATEMÁTICA	
Eixo temático: Identidade e Pluralidade e Alimentação	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar suas concepções numéricas, construindo novos significados para os números a partir de sua utilização no contexto social e da análise de alguns problemas históricos que motivaram sua construção, e reconhecendo a existência de números que não são racionais. - Resolver situações-problema envolvendo números naturais, racionais e, a partir delas, ampliar e construir novos significados para a adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. - Identificar, interpretar e utilizar diferentes representações dos números naturais e racionais indicadas por diferentes notações, vinculando as a contextos matemáticos e não-matemáticos. - Selecionar e utilizar procedimentos de cálculo (exato ou aproximado, mental ou escrito), em função da situação-problema proposta. - Resolver situações-problema de localização e deslocamento de pontos no espaço, reconhecendo nas noções de direção e sentido, de ângulo, de paralelismo e de perpendicularismo elementos fundamentais para a constituição de sistemas de coordenadas cartesianas. 	<p>Números e Operações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conjuntos numéricos: abordagem histórica. - Números naturais e Racionais. - Algoritmos e operações. - Números racionais (relação entre fracionários e decimais). <p>Operações com números racionais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grandezas e medidas. - Tempo: calendário, relógio e relações com o sistema de numeração decimal. - Uso das medidas de tempo e conversões Sistema monetário. - Conversões e relação entre as principais moedas: real, dólar, euro, pesquisa de mercado. - Temperatura: corporal e Climática. <p>Medias de massa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Medidas de comprimento. - Medidas de superfície. - Perímetro e áreas de figuras planas. <p>Espaço e Forma</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitura de guias, plantas e mapas. - Figuras geométricas planas: quadriláteros, triângulos, círculos e polígonos regulares. - Relações entre figuras espaciais e planas

<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer relações entre figuras espaciais e suas representações planas, envolvendo a observação das figuras sob diferentes pontos de vista, construindo e interpretando suas representações. - Ampliar e construir noções de medida pelo estudo de diferentes grandezas, a partir de sua utilização no contexto social e da análise de alguns dos problemas históricos que motivaram a construção de tais noções. - Resolver problemas que envolvam diferentes grandezas, selecionando unidades de medida e instrumentos adequados à precisão requerida. - Obter e utilizar fórmulas para cálculo da área de superfícies planas e para cálculo de volumes. - Traduzir informações contidas em tabelas e gráficos em linguagem algébrica e vice-versa, generalizando regularidades e identificando os significados das letras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Figuras geométricas espaciais: cubo, paralelepípedo, prisma reto, pirâmide, cilindro, esfera e cone. <p>Tratamento da Informação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estatística: problematização, coleta, organização, representação e análise de dados. <p>Representações através de tabelas e gráficos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Medidas de posição.
--	--

Eixo temático: Moradia, Saúde e Qualidade de Vida	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o conceito de número inteiro, referente ao conjunto Z. - Analisar, interpretar, formular e resolver situações-problema, compreendendo os diferentes significados das operações que envolvem números inteiros e racionais. - Efetuar operações com números racionais, com compreensão dos processos nelas envolvidos. - Utilizar os conhecimentos sobre as operações numéricas e suas propriedades para construir estratégias de cálculo algébrico, produzir e interpretar diferentes escritas algébricas (expressões, igualdades e desigualdades), identificando as equações, inequações e sistemas. - Resolver situações-problema por meio de equações e inequações do primeiro grau, compreendendo os 	<p>Números e Operações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Números Inteiros e Racionais. - Linguagem Matemática. - Equação do 1º Grau. - Sistema de equações de 1º grau – com duas variáveis. - Regra de três simples e composta. <p>Grandezas e medidas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Razão e Proporção. - Grandezas diretas e inversamente Proporcionais. - Perímetro e Área de figuras planas. <p>Espaço e Forma</p> <ul style="list-style-type: none"> - Classificação de triângulo quanto aos lados e ângulos. - Classificação de quadriláteros. - Ampliação e redução de Figuras.

<p>procedimentos envolvidos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Observar regularidades e estabelecer leis matemáticas que expressem a relação de dependência entre variáveis. - Compreensão da importância da estatística na atividade humana, assim como de que ela pode induzir a erros de julgamento, pela manipulação de dados e pela apresentação incorreta das informações (ausência de indicação da frequência relativa, construção de gráficos com escalas inadequadas etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> - Simetria. <p>Tratamento da Informação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tradução de informações contidas em tabelas e gráficos em linguagem algébrica e vice-versa.
---	---

Eixo temático: O País e A Sociedade Brasileira

Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer que representações algébricas permitem expressar generalizações sobre propriedades das operações aritméticas, traduzir situações-problema e favorecer as possíveis soluções. - Realizar operações simples com monômios e polinômios. - Relacionar as linguagens algébrica e geométrica, sabendo traduzir uma delas na outra, particularmente no caso dos produtos notáveis. - Saber atribuir significado à fatoração algébrica e como utilizá-la na resolução de equações e em outros contextos. - Resolver situações-problema que envolvam cálculo de juros simples relacionados com o cotidiano do estudante. - Compreender a ideia de medida de um ângulo (em grau), sabendo operar com medidas de ângulos e usar instrumentos geométricos para construir e medir ângulos. - Compreender e identificar simetria axial e de rotação nas figuras geométricas e nos objetos do dia a dia. - Saber calcular a soma das medidas dos ângulos 	<p>Números e Operações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conjuntos Numéricos (N, Z, Q, I e R). - Expressões Algébricas. - Polinômios. - Equação fracionária. - Juros Simples. <p>Grandezas e medidas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ângulos. - Polígonos. - Circunferências. <p>Tratamento da informação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tabelas e gráficos.

<p>internos de um triângulo e estender tal cálculo para polígonos de n lados.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Saber aplicar os conhecimentos sobre a soma das medidas dos ângulos de um triângulo e de um polígono em situações práticas. - Saber identificar elementos de poliedros e classificar os poliedros segundo diversos pontos de vista. - Saber planificar e representar (em vistas) figuras espaciais. - Elaborar conclusões a partir de tabelas e gráficos. 	
--	--

Eixo temático: Trabalho, Desenvolvimento e Sustentabilidade	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Entender os conceitos de potenciação e radiciação. - Resolver situações-problema por meio de equações do segundo grau, compreendendo os procedimentos envolvidos. - Resolver situação-problema por um meio de um sistema de equação do 2º grau discutindo o significado das raízes encontradas em confronto com a situação proposta. - Compreender e usar o plano cartesiano para a representação de pares ordenados, bem como para a representação das soluções de u. - Reconhecer e aplicar o teorema de Tales como uma forma de ocorrência da ideia de proporcionalidade, na solução de problemas em diferentes contextos. - Compreender o significado do teorema de Pitágoras, utilizando-o na solução de problemas em diferentes contextos. - Resolver situações-problema que envolvam o raciocínio combinatório e a determinação da probabilidade de sucesso de um determinado evento por meio de uma razão. 	<p>Números e Operações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Potências e Raízes. - Equação do 2º grau. - Sistemas de Equações de 2º grau. <p>Grandezas e Medidas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistemas de Coordenadas Cartesianas. - Teorema de Tales. - Teorema de Pitágoras. - Relações métricas no triângulo retângulo. <p>Tratamento da informação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Probabilidade: experimentos e situações-problema. - Porcentagem, linguagem gráfica com análise quantitativa.

ÁREA DE CONHECIMENTO MATEMÁTICA

Etapa do Ensino Médio – Eixos Temáticos

MATEMÁTICA	
Eixo temático: Cultura e Ciências	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Saber reconhecer relações de proporcionalidade direta, inversa, direta como quadrado, entre outras, representando-as por meio de funções. - Compreender a construção do gráfico de funções, sabendo caracterizar o crescimento, o decrescimento e a taxa de variação. - Compreender a construção do gráfico de funções afim, quadrática e modular, como expressões de proporcionalidade entre uma grandeza. - Saber utilizar em diferentes contextos as funções afins e quadráticas. - Conhecer a função exponencial e suas propriedades relativas ao crescimento ou decrescimento. - Compreender o significado dos logaritmos como expoentes convenientes para a representação de números muito grandes ou muito pequenos, em diferentes contextos. - Conhecer as principais propriedades dos logaritmos, bem como a representação da função logarítmica, como inversa da função exponencial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Números e Operações - Conjuntos numéricos - Funções (definições e gráficos). - Função Afim. - Função Quadrática. - Função Modular. - Função Exponencial e Logarítmica.

Eixo temático: Meio Ambiente, Saúde e Tecnologia	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o significado das matrizes e das operações entre elas na representação de tabelas. - Saber expressar, por meio de matrizes, situações relativas a fenômenos físicos ou geométricos (imagens digitais, pixels e etc.). - Saber calcular probabilidades de eventos em diferentes situações-problema, recorrendo a raciocínios combinatórios gerais, sem a necessidade de aplicação de fórmulas específicas. - Saber usar de modo sistemático relações métricas fundamentais entre os elementos de triângulos retângulos, em diferentes contextos. - Conhecer algumas relações métricas fundamentais em triângulos não retângulos, especialmente a Lei dos Senos e a Lei dos Cossenos. - Conhecer as principais características das funções trigonométricas básicas (especialmente o seno, o cosseno e a tangente), sabendo construir seus gráficos e aplicá-las em diversos contextos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Números e Operações. - Matrizes e Determinantes. - Análise Combinatória e Probabilidade. - Grandezas e medidas. - Trigonometria.

Eixo temático: Sociedade e Trabalho	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Saber reconhecer padrões e regularidades em 	<ul style="list-style-type: none"> - Números e Operações

<p>seqüências numéricas ou de imagens, expressando-as matematicamente, quando possível.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as características principais das progressões aritméticas e geométricas – expressão do termo geral, soma dos n primeiros termos, entre outras, sabendo aplicá-las em diferentes contextos. - Saber identificar propriedades, características, calcular relações métricas fundamentais (comprimentos, áreas e volumes) de sólidos como o prisma, pirâmide, cilindro, cone e esfera) utilizando-as em diferentes contextos. - Saber construir e interpretar tabelas e gráficos de frequências a partir de dados obtidos em pesquisas por amostras estatísticas. - Saber calcular e interpretar medidas de tendência central de uma distribuição de dados: média, mediana e moda. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sequências e Progressões. - Espaço e Forma - Geometria Espacial. - Área. - Volume. - Tratamento da Informação - Estatística.
--	--

Eixo temático: Economia de Globalização	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Saber usar de modo sistemático sistemas de coordenadas cartesianas para representar pontos, figuras, relações, equações. - Saber reconhecer a equação da reta, o significado de seus coeficientes, as condições que garantem o paralelismo e a perpendicularidade entre retas. - Conhecer as relações entre os coeficientes e as raízes de uma equação algébrica. - Saber reduzir a ordem de uma equação a partir do conhecimento de uma raiz. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tratamento da Informação - Matemática Financeira. - Grandezas e Medidas - Geometria Analítica. - Números e Operações - Noções Básicas de Polinômios.

MÓDULO/ÁREA DE CONHECIMENTO – CIÊNCIAS DA NATUREZA

Componentes Curriculares: Ciências da Natureza, Biologia, Química e Física

Ciências da Natureza

1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico.

2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

3. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas,

buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza.

4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.

5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.

6. Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.

7. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.

8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente às questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

ÁREA DE CONHECIMENTO CIÊNCIAS DA NATUREZA

Etapa de Ensino Fundamental - Eixos Temáticos

CIÊNCIAS DA NATUREZA	
Eixo temático: Identidade e Pluralidade e Alimentação	
Competências e Habilidades	Conteúdos
- Conhecer a biosfera, compreender a diversidade de ambientes, distinguir e descrever o ambiente em que vive.	- Biosfera. - Componentes bióticos e abióticos. - Ar: Composição e propriedade.

<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os componentes bióticos e abióticos. - Reconhecer a composição e as propriedades do ar, solo e água e identificar as alterações devido às interferências do ser humano. - Investigar as principais fontes de água utilizada na sua comunidade, entender o ciclo da água, forma de tratamento, identificar situações de utilização adequada e de desperdício e incentivar o uso consciente dos recursos hídricos. - Reconhecer alternativas de produção que minimizem os danos ao ambiente provocados por atividades industriais ou agrícolas. - Conhecer a cadeia alimentar, seus níveis tróficos e identificar as situações de equilíbrio ecológico. - Conhecer a classificação dos seres vivos. - Analisar a importância da classificação dos diversos grupos de seres vivos para a manutenção da biodiversidade e equilíbrio do ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Solo: composição, propriedade e tipos de solos. - Água: composição, propriedades e ciclo da água. - Cadeia alimentar. <p>Características gerais e classificação biológica dos seres vivos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vírus. - Monera. - Protista. - Fungos. - Plantas. - Animais.
--	--

Eixo temático: Moradia, Saúde e Qualidade e Vida	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Entender as principais relações entre as plantas e o ser humano e os demais seres vivos no ambiente. - Entender as alterações climáticas, causas e consequências ocorridas pela interferência do ser humano no ambiente. - Reconhecer as inter-relações e interações dos animais com os outros seres vivos e com o ambiente. - Reconhecer e comparar as doenças relacionadas com o ar, solo e água e suas prevenções. - Compreender a importância da preservação do ar, do solo e dos recursos hídricos. - Relacionar os problemas socioambientais e socioculturais com a promoção da saúde pública. - Reconhecer as características dos principais 	<ul style="list-style-type: none"> - Plantas: relação com o ser humano e com outros seres vivos. - Alterações climáticas e sua relação com as plantas e importância das áreas verdes. - Animais: relação com o ser humano e outros seres vivos. - Doenças relacionadas ao ar: alterações ambientais, conservação e preservação do ar. - Doenças relacionadas ao solo: alterações ambientais, conservação e preservação do solo. - Doenças relacionadas à água: alterações ambientais, conservação e preservação dos recursos hídricos. - Vírus, bactérias, protozoários e fungos: relação com outros seres vivos e doenças.

<p>grupos de vírus, bactérias, protozoários e fungos e sua adaptação ao ambiente.</p> <p>-Entender a importância dos invertebrados.</p> <p>-Compreender as principais doenças causadas pelos invertebrados.</p>	<p>- Invertebrados: características e relações como outros seres vivos e doenças.</p>
---	---

Eixo temático: O País e A Sociedade Brasileira

Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer o corpo humano e seus sistemas como um todo integrado e analisar a saúde como produto e parte do estilo de vida. - Comparar as estruturas do corpo, entender o funcionamento e o comportamento em diferentes ambientes e reconhecer a importância dos diversos sistemas que formam o corpo humano. - Entender a importância de uma alimentação saudável, a importância dos alimentos para o bom funcionamento e desenvolvimento do organismo e relacionar algumas doenças com a deficiência de alguns nutrientes, vitaminas e minerais. - Entender o significado da genética, reconhecer o mapeamento genético e engenharia genética como avanço científico e tecnológico. - Relacionar os cromossomos e os genes à hereditariedade. -Entender os grupos sanguíneos existentes e relacionar ao sistema ABO. 	<ul style="list-style-type: none"> - Níveis de organização do corpo humano. - Nutrição: sistema digestório. - Sistema circulatório: sistema cardiovascular, circulação e as defesas do corpo. - Sistema Respiratório. - Sistema Excretor. - Sistema locomotor: ossos, músculos e articulações. - Integração e controle corporal: sistema nervoso, sistema endócrino e os sentidos. - Sistema reprodutor: fisiologia e anatomia. - Relação meio ambiente e saúde. - Nutrição. - Noções de genética: os cromossomos, os genes e a hereditariedade, grupos sanguíneos e sistema ABO.

Eixo temático: Trabalho, Desenvolvimento e Sustentabilidade

Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer a influência da Química e dos fenômenos Químicos no cotidiano. - Explicar as transformações que ocorrem no dia a dia dos materiais, considerando a conservação de massa e energia. 	<p>Ensaio da Química</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comparar os fenômenos químicos e físicos. - Matéria: propriedades, estados físicos e mudanças de estado físico. - Fenômenos químicos e físicos.

<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer diferenças entre substância e mistura de substâncias, identificando materiais formados por uma ou por mais substâncias. - Compreender misturas homogêneas e heterogêneas. - Compreender os principais métodos de separação de misturas - Filtração, destilação e decantação, com base nas propriedades dos materiais. - Caracterizar substâncias por meio das suas propriedades físicas: densidade, ponto de ebulição, ponto de fusão e solubilidade e reconhecendo a importância social desses materiais. - Entender como classifica e organiza a tabela periódica e os principais elementos químicos da tabela periódica. - Definir o que são fenômenos físicos e reconhecer esses fenômenos no cotidiano. - Conceituar e definir grandezas definidas pelo Sistema Internacional de Unidades (SI). - Entender os tipos de movimentos e compreender o que é velocidade e aceleração. O tempo gasto, o espaço percorrido por um móvel utilizando situações do cotidiano. - Compreender as Leis de Newton. - Reconhecer a importância do atrito para o movimento e para o repouso. - Identificar peso como uma força. - Identificar o que é peso e massa e como a gravidade age nos corpos. - Compreender como os seres geneticamente modificados podem se comportar no ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Substâncias, misturas e separações. - Misturas e elementos químicos, átomos e tabela periódica. Ensaio da Física - A física do cotidiano. - Fenômenos físicos. - Padronização e transformação de Unidade Internacional de Medidas. - Fundamentos da cinética: movimentos e tipos de movimentos. - Dinâmica: estudo das forças. Biotecnologia - Organismos geneticamente modificados (OGM): problemas e soluções.
--	---

ÁREA DE CONHECIMENTO CIÊNCIAS DA NATUREZA

Etapa de Ensino Médio- Eixos Temáticos

Eixo temático: Cultura e Ciências	
BIOLOGIA	
Competências e Habilidades	Conteúdos

<ul style="list-style-type: none"> - Compreender e reconhecer os princípios da origem e da organização da vida e a história do desenvolvimento e as subdivisões da Biologia. - Reconhecer os modelos explicativos para a origem das células, identificar e comparar os de celulares: Procariontes e Eucariontes e suas características. - Identificar os campos e subdivisões da biologia, suas funções. - Compreender o papel da divisão celular mitose e o seus processos de regeneração de tecidos e a as funções das organelas que participam dessa divisão. - Reconhecer na divisão celular meiose no processo de gametogênese, a variabilidade genética e transmissão de características hereditárias e a manutenção da vida nos seres diploides. 	<ul style="list-style-type: none"> - Origem da vida. Divisões da Biologia: - Citologia. - Histologia. - Anatomia. - Taxonomia. - Zoologia - Botânica. - Embriologia. - Genética. - Evolução. - Ecologia. - Células Procariontes e Eucariontes. - Membrana plasmática. - Citoplasma e suas organelas. - Núcleo celular. - Ácidos Nucleicos: DNA e RNA. - Proteínas e Enzimas. Divisão celular: - Mitose. - Meiose. - Cromossomos homólogos e sexuais.
--	--

Eixo temático: Cultura e Ciências	
QUÍMICA	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Demonstrar como a Química acompanhou e acompanha a vida humana desde a Antiguidade. - Reconhecer e compreender a ciência e o desenvolvimento das tecnologias como criações humanas através da história em diferentes épocas. - Entender como as interações entre matéria e energia resultam em modificações da forma ou natureza da matéria, como acontece nas mudanças de estado físico. - Descrever em linguagem científica os fenômenos, substâncias, materiais e as propriedades dos fenômenos químicos e físicos. - Compreender e analisar os resultados dos experimentos que trazem informações sobre a estrutura dos átomos. - Fazer previsões sobre a distribuição de elétrons na eletrosfera do átomo. - Reconhecer e compreender os símbolos e códigos, além da nomenclatura da Química. - Utilizar e aplicar códigos e símbolos para representar substâncias, elementos químicos, átomos, íons e partículas subatômicas. - Ler e interpretar as informações e dados apresentados por meio de diferentes linguagens e formas de representação, como tabelas e gráficos das propriedades periódicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - História da Química. - Transformação Química e Física. - Temperatura de Fusão, Temperatura de Ebulição, Densidade e Solubilidade. - Modelos Atômicos. - Propriedades Periódicas.

Eixo temático: Cultura e Ciências	
FÍSICA	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar o papel da Física no contexto histórico e contemporâneo, tendo como foco os tópicos relacionados com movimento e leis da conservação. - Representar grandezas, utilizando códigos, símbolos e nomenclatura específicos da Física, tendo como foco os tópicos 	<ul style="list-style-type: none"> - Concepções Históricas da Dinâmica. - Grandezas Físicas. - Velocidade. - Aceleração. - Leis de Newton.

<p>relacionados com movimento e leis da conservação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer critérios para manter distância segura numa estrada em função da velocidade, avaliando os riscos de altas velocidades. - Associar as Leis de Newton enquanto conhecimento necessário para compreensão dos fenômenos relacionados com a mecânica no cotidiano. - Utilizar leis físicas para prever e interpretar movimentos e analisar procedimentos para alterá-los ou avaliá-los, em situações de interação física entre veículos, corpos celestes e outros objetos. - Identificar o trabalho da força gravitacional na transformação de energia potencial gravitacional em energia cinética; por exemplo, em projéteis ou quedas-d'água. 	<ul style="list-style-type: none"> - Energia e conservação. - Concepções históricas da astronomia e gravitação.
--	---

Eixo temático: Sociedade e Trabalho	
BIOLOGIA	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer a diversidade, os sistemas de classificação e as relações filogenéticas dos grupos de seres vivos. - Reconhecer os grupos de Vírus, Monera, Protista e Fungos, correlacionando com as últimas pesquisas nesta temática que objetivam a cura por doenças que desafiam o conhecimento científico e provoquem nos educandos da EJA a ânsia pela prevenção de doenças causadas por esses microrganismos. - Compreender relação entre os seres vivos e o meio ambiente e analisar e comparar o os vegetais e animais, suas características e nomenclaturas. - Estudar e identificar a importância dos vegetais e animais para o equilíbrio ecológico e a conservação e preservação das espécies nativas. Mostrar a perda da biodiversidade e as causas do desequilíbrio de um ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Vírus. - Monera. - Protista. - Fungos. Plantas: - Gimnospermas e Angiospermas. Animais: - Celenterados. - Platelmintos. - Asquelmintos ou Nematelmintos, - Porífero. - Anelídeos. - Moluscos. - Artrópodes. - Crustáceos. - Quilópodes. - Equinodermos. Vertebrados: - Peixes. - Anfíbios. - Répteis. - Aves. - Mamíferos.

Eixo temático: Sociedade e Trabalho	
QUÍMICA	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer e entender, símbolos, códigos e a nomenclatura para representação de substâncias e suas ligações químicas. - Ler e interpretar diferentes linguagens e formas de representação, de fórmula e esquemas de modelos macroscópicos na interpretação das diferentes geometrias das moléculas. - Ler e interpretar formas de representação de símbolos, fórmulas e equações químicas. - Descrever de forma correta e linguagem científica fenômenos e eventos químicos. - Reconhecer e compreender símbolos, códigos e a nomenclatura própria da Química para caracterizar grupos de substâncias como ácidos, bases, sais e óxidos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ligações Químicas. - Reações Químicas. - Funções Inorgânicas. - Propriedades Coligativas.

<ul style="list-style-type: none"> - Ler, reconhecer e interpretar textos de aplicações do grupo de substâncias de ácidos, bases, sais e óxidos no cotidiano do educando. - Ler, interpretar e descrever fenômenos e eventos químicos, relacionando-os a descrições em linguagem científica e corrente, como o aumento de temperatura de ebulição, pressão e temperatura no estado físico das substâncias, reconhecendo o papel do conhecimento químico no desenvolvimento do tecnológico atual, em diferentes áreas do setor produtivo. 	
--	--

Eixo temático: Sociedade e Trabalho	
FÍSICA	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar o papel da Física no contexto histórico e contemporâneo, tendo como foco os tópicos relacionados com calor, temperatura e energia. - Compreender as grandezas físicas: temperatura, calor, quantidade de calor, capacidade térmica, temperatura e calor específico, em processos de troca e transferência de calor. - Associar a 1ª Lei da Termodinâmica ao Princípio da Conservação da Energia. - Considerar a Entropia como uma grandeza relacionada à degradação da energia nos processos físicos espontâneos, descritos pela 2ª Lei da Termodinâmica. - Caracterizar os processos que ocorrem em ciclos termodinâmicos de motores e refrigeradores. - Reconhecer os diversos processos térmicos presentes em ciclos atmosféricos. - Identificar fenômenos, fontes e sistemas que envolvem calor para a escolha de materiais apropriados a diferentes usos e situações. - Propor procedimentos em que sejam realizadas medidas de temperatura. - Identificar a ocorrência da condução, convecção e irradiação em sistemas naturais e tecnológicos. - Analisar a relação entre energia liberada e fonte nutricional dos alimentos. - Identificar e caracterizar as diferentes fontes de energia e os processos de transformação para produção social de energia. - Analisar o uso de diferentes combustíveis, considerando seu impacto no meio ambiente. - Caracterizar efeito estufa e camada de ozônio, sabendo diferenciá-los. - Estimar a potência e o rendimento de máquinas térmicas reais, como turbinas e motores a combustão interna. - Comparar e analisar a potência e o rendimento de diferentes máquinas térmicas a partir de dados reais. - Reconhecer as vantagens e desvantagens, em termos de impactos ambientais, das diferentes opções de produção de energia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Concepções Históricas da Termodinâmica. - Termometria. - Calorimetria. - Processos de transferência de calor: Condução, Convecção e Irradiação. - Estudo dos Gases. - Leis da Termodinâmica.

Meio Ambiente, Saúde e Tecnologia	
BIOLOGIA	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as células e seus tecidos como componentes de um sistema que compõe os organismos vivos e a sua importância. - Compreender a os tecidos, suas características, seus papéis e a tecnologia aplicada nas suas pesquisas e a importância econômica e social na humanidade. - Apropriar-se dos conhecimentos da Histologia e os acontecimentos e descobertas da ciência para resolver situações 	<ul style="list-style-type: none"> - Conceitos de Histologia. Tecidos animais: - Epiteliais - Conjuntivo. - Adiposo. - Hematopoiético. - Sustentação.

<p>problemas, interpretar, avaliar e planejar e propor intervenções.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Nervoso. - Tecidos Vegetais. - Tecidos meristemáticos. - Permanentes. - Conceitos de Fisiologia. - Autótrofos e Heterótrofos. - Proteínas e Enzimas. - Fisiologia Comparada: humana, invertebrados, répteis, aves e anfíbios. Sistemas: - Digestivo. - Circulatório - Excretor. - Urinário. - Nervoso. - Reprodutivo. - Genética e Evolução. - Teoria da Evolução. - Combinação e probabilidades genéticas. - Mutação.
--	---

Meio Ambiente, Saúde e Tecnologia	
QUÍMICA	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e Empregar códigos e símbolos para representar as transformações da matéria e as variações de energia envolvidas nos processos. - Identificar informações relevantes em esquemas, imagens, gráficos e rótulos de produtos industrializados. - Compreender quais princípios envolvidos na determinação dos valores calóricos dos alimentos expressos nos rótulos. - Reconhecer e interpretar símbolos, códigos e a nomenclatura, como significado do estado de equilíbrio químico representado pela dupla-seta e reações reversíveis. - Ler e interpretar informações e dados apresentados em dados de concentração, tabelas e gráficos e a relação desses com a constante de equilíbrio. - Compreender o conceito de rapidez de uma reação. - Identificar e compreender modelos para explicar fenômenos relacionados a rapidez das reações. - Interpretar e representar graficamente diagramas de energia potencial versus caminho da reação. - Compreender e identificar a importância do controle da rapidez das transformações químicas em diversos processos, como conservação dos alimentos, transformações industriais e etc. - Identificar e compreender os fatores que influenciam a rapidez das reações. - Entender e utilizar a teoria das colisões para explicar o efeito dos fatores que influenciam a rapidez das reações. - Entender o conceito de catalisador e reconhecer seu papel em uma reação química. 	<ul style="list-style-type: none"> - Termoquímica. - Equilíbrio Químico. - Cinética Química.

Meio Ambiente, Saúde e Tecnologia	
FÍSICA	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar o papel da Física no contexto histórico e contemporâneo, tendo como foco os tópicos relacionados com som, imagem e informação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ondas. - Fenômenos ondulatórios. - Acústica.

<ul style="list-style-type: none"> - Representar grandezas, utilizando códigos, símbolos e nomenclatura específicos da Física, tendo como foco os tópicos relacionados com som, imagem e informação. - Estabelecer relações entre as características físicas dos sons: intensidade sonora, altura, timbre e nível de intensidade sonora. - Caracterizar as principais faixas do espectro eletromagnético, com ênfase na faixa da luz visível. - Reconhecer a constante presença das ondas sonoras no dia a dia, identificando objetos, fenômenos e sistemas que produzem sons. - Associar diferentes características de sons a grandezas físicas, como frequência e intensidade, para explicar, reproduzir, avaliar e controlar a emissão de sons por instrumentos musicais e outros sistemas. - Explicar o funcionamento da audição humana para monitorar os limites de conforto, deficiências auditivas e poluição sonora. - Reconhecer e argumentar sobre problemas decorrentes da poluição sonora para a saúde humana e possíveis formas de controlá-los. - Reconhecer o papel da luz, suas propriedades e fenômenos que envolvem a sua propagação, como formação de sombras, reflexão, refração, etc. - Associar as características de obtenção de imagens a propriedades físicas da luz para explicar, reproduzir, variar ou controlar a qualidade das imagens produzidas. - Reconhecer diferentes instrumentos ou sistemas que servem para ver, melhorar e ampliar a visão, como olhos, óculos, lupas, telescópios, microscópios, etc., visando à sua utilização adequada. - Explicar o funcionamento básico de equipamentos e sistemas de comunicação, como rádio, televisão, telefone celular e fibras ópticas, com base nas características das ondas eletromagnéticas. - Reconhecer a evolução dos meios de comunicação e informação, assim como seus impactos sociais, econômicos e culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ondas Eletromagnéticas. - Óptica: espelhos e lentes. - Instrumentos ópticos. - Telecomunicações. - Transmissão de dados por ondas eletromagnéticas.
--	---

Eixo temático: Economia e Globalização	
BIOLOGIA	
Competências e Habilidades	Conteúdos

<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer como realizar um trabalho de campo utilizando as dependências da escola ou mesmo de ambientes próximos onde se possam identificar seres vivos e propor a observação e a formulação de questões a serem investigadas nesse trabalho. - Compreender os modelos macro e microscópios das estruturas e funções dos diferentes grupos de seres vivos. - Reconhecer os padrões no estudo da biodiversidade e contextualizar os conhecimentos para vida cotidiana. - Compreender que os seres humanos são partícipes do ambiente e se relacionam com outras espécies e com os recursos, causando impactos e podem contribuir para o equilíbrio sustentável no ambiente local, regional e global. - Compreender que os recursos naturais podem ser esgotáveis e que faz se necessário uma gestão consciente dos impactos e sua exploração. - Conhecer os diferentes contextos culturais e sua influência e as relações com o meio, mostrando vantagens e desvantagens de ações que vão desde a agricultura de subsistência até a exploração do meio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ecologia. - Ecossistema, cadeia alimentar, habitat, comunidades. - Principais ciclos da natureza: Água, Carbono e Oxigênio. - Relações entre os seres vivos: intra e interespecíficas. - Biomas: apresentação e características gerais. - Educação Ambiental. - Conservação e Preservação Ambiental. - Extinção. - Problemas ambientais.
--	--

Eixo temático: Economia e Globalização	
QUÍMICA	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a eletrólise como um processo não espontâneo e exemplificar com alguns de seus principais usos (por exemplo: galvanização, obtenção de cloro, alumínio, etc.) - Reconhecer os aspectos ambientais envolvidos no descarte de pilhas e baterias utilizadas em equipamentos eletrônicos e na reciclagem das embalagens de alumínio. - Identificar transformações químicas que ocorrem com o envolvimento de energia elétrica. - Descrever o funcionamento de uma pilha galvânica. - Avaliar as implicações sociais e ambientais das transformações químicas que ocorrem com o envolvimento de energia elétrica. - Avaliar os impactos ambientais causados pelo descarte de pilhas galvânicas e baterias. - Compreender a evolução do conceito de Química Orgânica como criação humana inserida na história e na sociedade em diferentes épocas. - Reconhecer o nome e as fórmulas estruturais dos hidrocarbonetos, estabelecendo relações, por exemplo, com as frações do petróleo, a utilização de etino no amadurecimento de frutas, petróleo e gás natural. - Reconhecer a origem e importância econômica, política, social e ambiental do petróleo. - Reconhecer o nome e as fórmulas estruturais dos principais grupos funcionais, oxigenados e nitrogenados: álcool, aldeídos, cetonas, ácidos carboxílicos, éteres, ésteres, aminas, amidas, fenóis, etc. - Reconhecer compostos orgânicos no dia a dia. - Reconhecer a estrutura de substâncias utilizadas como medicamentos e drogas, como, ácido acetilsalicílico, vitamina C, paracetamol, nicotina, cafeína, álcool etílico, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> - Eletroquímica. - Introdução à Química Orgânica. - Hidrocarbonetos. - Funções Oxigenadas. - Funções Nitrogenadas.

<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer a estrutura química e as principais características e fontes de obtenção dos carboidratos, lipídeos e aminoácidos. - Reconhecer compostos orgânicos no dia a dia. 	
---	--

Eixo temático: Economia e Globalização	
FÍSICA	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar o processo histórico de evolução dos conceitos em Física, tendo como foco os tópicos relacionados com eletricidade e magnético. - Representar grandezas, utilizando códigos, símbolos e nomenclatura específicos da Física, tendo como foco os tópicos relacionados com eletricidade e magnético. - Explicar o funcionamento de motores e geradores elétricos, identificando as transformações de energia, que ocorrem nesses equipamentos. - Identificar os mecanismos das correntes elétricas, considerando a representação de cargas elétricas, átomos e íons circuitos ou dispositivos elétricos de uso cotidiano. - Relacionar as informações para compreender manuais de instalação ou de utilização de aparelhos, sistemas tecnológicos de uso comum. - Compreender os significados das redes de 110 V e 220 V, calibre de fios, disjuntores e fios terra para analisar o funcionamento de instalações elétricas domiciliares. - Dimensionar o gasto de energia elétrica de uma residência, compreendendo as grandezas envolvidas nesse consumo. - Dimensionar circuitos elétricos domésticos em função das características das residências. - Propor estratégias e alternativas seguras de economia de energia elétrica doméstica. - Relacionar a variação do fluxo do campo magnético com a geração de corrente elétrica - Identificar critérios que orientam a utilização de aparelhos elétricos, como as especificações do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), riscos, eficiência energética e direitos do consumidor. - Identificar semelhanças e diferenças entre os processos físicos em sistemas que geram energia elétrica, como pilhas, baterias, dínamos, geradores ou usinas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Concepções Históricas do Eletromagnetismo. - Quantização da carga elétrica. - Materiais condutores e isolantes elétricos. - Geradores de Eletricidade – Pilhas e baterias. - Corrente elétrica. - Lei de Ohm. - Associação de Resistores. - Fenômenos Magnéticos: ímãs, bússola e magnetismo terrestre. - Origem do campo magnético. - Indução magnética.

MÓDULO/ÁREA DE CONHECIMENTO CIÊNCIAS HUMANAS

Componentes Curriculares: História, Geografia, Filosofia e Sociologia

Competências Específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental

1. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.
2. Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de

significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo.

3. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social.

4. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

5. Comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados.

6. Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

7. Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.

Competências Específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.

3. Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de

soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.

5. Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

6. Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Etapa do Ensino Fundamental – Eixos Temáticos

HISTÓRIA	
Eixo Temático: Identidade e Pluralidade e Alimentação	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as etapas da evolução da espécie humana e seus ancestrais, assim como, sua inserção na sociedade e sua relação com o meio ambiente. - Identificar os povos existentes no período pré-colombiano e suas organizações sociais. - Relação Sociedade e Meio Ambiente compreendendo os fatos históricos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Período Pré-histórico. - Período Pré-colombiano. - Surgimento da filosofia. (Mito da Caverna, Cap. VII, A República, Platão).

GEOGRAFIA	
Eixo Temático: Identidade e Pluralidade e Alimentação	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a diversidade territorial brasileira a partir dos povos nativos (índios) e formadores (negros e europeus) e reconhecê-los nos seus grupos de vivências. - Analisar aspectos da gestão e do direito à utilização 	A formação do território brasileiro <ul style="list-style-type: none"> - Localização geográfica e extensão territorial. - Limites, fronteiras e regionalização. - As alterações no meio ambiente.

do patrimônio cultural, histórico, natural e à biodiversidade brasileira.	- Indicadores econômicos e desigualdades sociais.
---	---

HISTÓRIA	
Eixo temático: Moradia, Saúde e Qualidade de Vida	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Entender os avanços históricos das relações humanas. - Compreender as possibilidades, as potencialidades e as tensões entre direitos e deveres da cidadania e suas formas de participação direta e indireta. - Identificar as diferentes formas de organização do poder político. 	<ul style="list-style-type: none"> - Monarquia, Imperialismo, Feudalismo e República. - Grécia e Roma. - Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão.

GEOGRAFIA	
Eixo temático: Moradia, Saúde e Qualidade de Vida	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer e contextualizar os processos de ocupação, povoamento e urbanização das regiões brasileiras. - Compreender como avanços científicos e tecnológicos promovem modificações nos modos de ver, de explicar e de apresentar fenômenos, fatos e processos geográficos. 	<p>População – crescimento e condições socioeconômicas</p> <ul style="list-style-type: none"> - A população brasileira: movimentos migratórios e diversidade. <p>Localização dos povos nativos e imigrantes formadores de Mato Grosso do Sul</p> <ul style="list-style-type: none"> - Línguas, costumes, crenças e culturais diferentes no Estado de Mato Grosso do Sul.

HISTÓRIA	
Eixo temático: O País e A Sociedade Brasileira	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e compreender o contexto histórico por meio de linha cronológica referente ao surgimento das grandes epidemias. - Compreender os resultados dos avanços das pesquisas na área de saúde. - Compreender as possibilidades, as potencialidades e as tensões entre direitos e deveres da cidadania e suas formas de participação direta e indireta. 	<ul style="list-style-type: none"> - As grandes epidemias mundiais: Poliomielite, Tifo, Aids, Malária, Cólera, Varíola, Febre Amarela, Peste Negra, Influenza, Tuberculose. - Descoberta da penicilina. - Vacina Antiofídica. - Vacina contra HPV. - Revolta da vacina.

- Compreender as evoluções humanas, a partir dos fatos históricos.	
--	--

GEOGRAFIA	
Eixo temático: O País e A Sociedade Brasileira	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender e explicar processos de deslocamentos dos grupos humanos pelo mundo e as condições socioambientais envolvidas na ocupação territorial. - Correlacionar a localização da(s) África(s) e das América(s) às condições de apropriação de seus territórios por povos de outros lugares, em diferentes contextos históricos, e as marcas desse processo nas paisagens, na produção do espaço e nos modos de vida locais. 	<p>Países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Países do Norte e Países do Sul. - Globalização: Blocos econômicos. <p>Regionalização da América e África</p> <ul style="list-style-type: none"> - Posição geográfica, astronômica e área territorial. - Circulação, Transportes e Comunicações.

HISTÓRIA	
Eixo temático: Trabalho, Desenvolvimento e Sustentabilidade	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os fatos históricos que impulsionaram as revoltas populares nas transformações tecnológicas no mundo do trabalho e suas organizações. - Relacionar os benefícios impostos pelas transformações no mundo do trabalho pós-revolução. - Diferenciar trabalho formal e informal. - Compreender as possibilidades, as potencialidades e as tensões entre direitos e deveres da cidadania e suas formas de participação direta e indireta. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fases da Revolução Industrial. - Revolução Russa. - História das bolsas de valores. - Surgimento da era tecnológica no Brasil.

GEOGRAFIA	
Eixo temático: Trabalho, Desenvolvimento e Sustentabilidade	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a presença de trabalho, ideias, valores culturais, tecnologias oriundos de diferentes contextos, relacionando essa presença a questões econômicas, políticas e culturais que afetam a dinâmica socioespacial em seu contexto próximo. 	<p>Ordem mundial contemporânea</p> <ul style="list-style-type: none"> - Origem do capitalismo e socialismo. - Competição pela liderança do mundo. - A divisão do mundo em blocos econômicos. <p>A produção do espaço geográfico global</p>

<p>- Analisar o papel das tecnologias da comunicação e das redes informacionais na contemporaneidade e suas implicações nos modos de vida, de produção, de trabalho e de consumo.</p>	<p>- Consumo e as relações de trabalho. - Potências econômicas e tecnológicas.</p>
---	---

Etapa do Ensino Médio – Eixos Temáticos

HISTÓRIA	
Eixo temático: Cultura e Ciências	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<p>- Identificar o cenário político no Estado de Mato Grosso, que culminou em sua divisão. - Identificar a nova identidade ao novo Estado. - Identificar as etnias indígenas, suas culturas, e seu envolvimento nas evoluções científicas no uso tecnológico, bem como em outras áreas acadêmicas. - Estabelecer uma linha cronológica pontuando os governadores, destacando suas atuações no desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul.</p>	<p>- Movimento separatista no Estado de Mato Grosso do Sul. - Divisão do Estado de Mato Grosso e o nascimento de um novo Estado, o “Mato Grosso do Sul”. - As influências culturais que moldaram o Estado de Mato Grosso do Sul. - Etnias indígenas e suas culturas presentes no Estado de Mato Grosso do Sul. - Relacionar Governadores do Estado de Mato Grosso do Sul.</p>

GEOGRAFIA	
Eixo temático: Cultura e Ciências	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<p>- Analisar as relações entre seus lugares de vivências e outros recortes espaciais, a fim de compreender dinâmicas econômicas, científicas, políticas, socioambientais, culturais, demográficas locais e mundiais. - Reconhecer mapas como produções socioculturais, identificando técnicas, tecnologias e os saberes envolvidos na criação de imagens dos territórios dos grupos sociais. - Interpretar criticamente a utilização e a exploração dos recursos naturais, a matriz energética e o modelo de produção econômica vigente em relação aos ambientes naturais, aos fluxos socioeconômicos e às condições devida.</p>	<p>Conceitos da Ciência Geográfica - Representações cartográficas. - A cartografia e as tecnologias. - Coordenadas geográficas. - Fusos horários. Estrutura Geológica - Placas tectônicas. - Eventos sísmológicos. Relevo - Fatores e formas. - Aspectos classificatórios. Hidrosfera - Água no planeta. - A problemática dos recursos naturais no mundo.</p>

FILOSOFIA	
Eixo temático: Cultura e Ciências	
Competências e Habilidades	Conteúdos

<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as várias formas de compreensão do mundo (mitológico, religioso, filosófico e científico); - Conhecer e refletir a respeito das questões postas pelos pensadores do período clássico. - Explorar a contribuição da filosofia na construção do pensamento científico no decorrer do processo histórico. - Refletir sobre a forma que analisamos a cultura do outro. - Compreender fenômenos da cultura de massa e da cultura como mercadoria. 	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução: Nascimento da Filosofia – Do pensamento mitológico para o pensamento racional; - Pensadores do período clássico da Filosofia: Sofistas, Sócrates, Platão e Aristóteles. - O Senso Comum e o Conhecimento Científico. - A Ciência na Idade Antiga: Platão e Aristóteles. - A Ciência na Idade Moderna: Descartes, Bacon e Locke. - A Ciência na atualidade. - Cultura: Etnocentrismo e Relativismo Cultural. - Escola de Frankfurt.
--	---

SOCIOLOGIA	
Eixo temático: Cultura e Ciências	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os princípios que tornam uma abordagem sociológica diferente do senso comum e ciências. - Relacionar o pensamento sociológico a contextos cultura e ciência, favorecendo o questionamento crítico da realidade social. - Problematizar a indústria cultural, as disputas entre ideologias, visões de mundo, utopias e interesses variados na produção de artefatos da cultura de massa. - Identificar as trajetórias culturais dos grupos e oportunidades decorrentes das formas de organização social. - Discutir os principais marcadores sociais que constituem a diversidade cultural, tais como cor/raça, religião, entre outros. - Refletir as relações étnicas e raciais e seus desdobramentos na estrutura desigual da sociedade brasileira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução - Sociologia e Conhecimento. - Origem da sociologia, pensamento social e senso comum - Classes Sociais: consciência coletiva, relações sociais; diversidade; igualdade/desigualdade e ideologia. - Cultura: aperfeiçoamento e formação do homem. - Divisão das ciências social: Sociologia e as demais Ciências Sociais. - Antropológica: cultura, sociedade e indivíduo, diversidade e relativismo cultural. - Etnocentrismo: alteridade, identidade e diferença. - Métodos e técnica de pesquisa social e sua aplicabilidade na compreensão do real: pesquisa bibliográfica, entrevistas, questionários, observação e interpretação.

HISTÓRIA	
Eixo temático: Sociedade e Trabalho	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a história tecnicista (curso técnico), e sua importância no mercado de trabalho em sua cidade. - Compreender a importância das leis trabalhistas criadas no governo Vargas e seu resultado na sociedade de trabalho. - Compreender as diferentes formas de participação da sociedade civil na construção histórica de sua sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> - As ideias tecnicistas e seus teóricos. - A importância das leis trabalhistas e a estatal Petrobras, criadas durante o governo Vargas. - O trabalho em seu município na visão tecnicista, estabelecer suas áreas empregatícias e suas escolas de formação.

FILOSOFIA	
Eixo temático: Sociedade Trabalho	
Competências e Habilidades	Conteúdos

<ul style="list-style-type: none"> - Identificar que a sociedade pode ser compreendida a partir de vários aspectos (político, econômico, social, cultural, etc.). - Compreender a política a partir do conceito de relação de poder existente na sociedade. - Explorar as relações de poder e organização de trabalho nas sociedades tribais. - Discutir as concepções políticas historicamente construídas e a partir delas as formas de organizações sociais propostas. - Refletir sobre o trabalho na sociedade atual a partir de conceitos como ideologia e alienação, exploração do trabalho na sociedade capitalista, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> - O Pensamento Político: Política como relação de poder, formas de poder e o pensamento político tribal. - O Pensamento Político Antigo: Sócrates, Platão e Aristóteles. - O Pensamento Político Medieval: Estado e Igreja. - O Pensamento Político Moderno: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau e Marx (conceitos de ideologia e alienação).
---	--

GEOGRAFIA	
Eixo temático: Sociedade e Trabalho	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Relacionar o atual modelo de desenvolvimento das sociedades e suas implicações com as mudanças ambientais, no mundo do trabalho e nas tecnologias, compreendendo a sua manifestação na escala local. - Situar o Brasil, relacionando os conteúdos com os contextos: científico, político, cultural, ambiental e econômico mundial; e as implicações no mundo do trabalho da sociedade brasileira. 	<p>A industrialização no mundo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fatores locacionais. - Tipos de indústrias. - Pioneiros na industrialização. - Descentralização das indústrias. - Problemas ambientais relacionados à expansão industrial. <p>Oriente Médio</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conflitos. - Quadro econômico e político atual. <p>Europa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aspectos naturais e humanos. - Quadro econômico e político atual. <p>Ásia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aspectos naturais e humanos. - Quadro econômico e político atual.

SOCIOLOGIA	
Eixo temático: Sociedade e trabalho	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as teorias e as questões postas pelos teóricos da Sociologia. - Identificar as principais formas de estratificação da sociedade, tais como a econômica, política, cultural e o social. - Compreender as diferentes características da desigualdade social no Brasil. - Problematizar as ações coletivas, os movimentos sociais e as diferentes formas de manifestações sociais que se ligam a projetos de conservação ou de mudanças sociais e políticas. - Refletir a respeito dos movimentos sociais contemporâneos, tais como movimentos sociais baseados em classes sociais, como os operários e trabalhistas. - Discutir a divisão de classes no modo de produção capitalista, a divisão de trabalho segundo o sexo e a divisão de trabalho segundo a cor, raça ou etnia. 	<ul style="list-style-type: none"> - As Principais Correntes Teóricas da Sociologia Clássica: - Augusto Comte: Pensamento positivista. - Émile Durkheim: Fato social e método sociológico. - Max Weber: Ação Social. - Karl Marx: Materialismo Histórico Dialético. - Pensamento sociológico: solidariedade, conflitos, exclusão, discriminação e estigma, ações coletivas, movimentos sociais, reconhecimento e consumo. - A organização social do trabalho; a organização do trabalho nos diversos momentos históricos; relações de trabalho e desenvolvimento econômico. - A inserção brasileira na produção mundial e desigualdades sociais; emprego, desemprego e subemprego; trabalho infantil, mobilidade social e consumo.

HISTÓRIA

Eixo temático: Meio Ambiente, Saúde e Tecnologia	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as possibilidades, as potencialidades e as tensões entre direitos e deveres da cidadania e suas formas de participação direta e indireta. - Compreender as diferentes formas de participação da sociedade civil na construção histórica de uma sociedade democrática, no meio ambiente e na tecnologia. - Identificar as diferentes formas de organização do poder no Estado e as relações entre as esferas públicas e privadas no Estado Moderno. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leis Ambientais estadual, córregos, matas, parques e descartes de lixo. - O uso da tecnologia a favor da pesquisa em sala de aula. - Água: uso racional. - Lixo: destino correto. - Meio Ambiente: linha cronológica de desgaste da Europa para o Mundo Moderno. - O constante conflito ambiental entre: População x Meio Ambiente.

GEOGRAFIA	
Eixo temático: Meio Ambiente, Saúde e Tecnologia	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar situações e problemas relacionados ao meio ambiente, em diferentes escalas geográficas, para desenvolver um posicionamento crítico. - Relacionar o atual modelo de desenvolvimento das sociedades e suas implicações com as mudanças ambientais, no mundo do trabalho e nas tecnologias, compreendendo a sua manifestação na escala local. 	<p>Aspectos Físicos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atmosfera. - Clima. - Relevo. - Vegetação. <p>Fontes produtivas de energia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Geopolítica e estratégia. - Recursos naturais. - Fontes alternativas de energia.

FILOSOFIA	
Eixo temático: Meio Ambiente, Saúde e Tecnologia	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Diferenciar ética de moral. - Identificar o caráter histórico e social da ética e da moral. - Discutir as principais concepções éticas. - Compreender a liberdade e os determinismos sociais, econômicos, físicos, biológicos, etc. - Refletir sobre a sociedade atual e as questões ambientais. - Explorar temas relacionados ao consumismo e as questões ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Moral e Ética: Conceito de moral e de ética. - Caráter histórico e social da ética e da moral. - Principais concepções éticas. - Liberdade. - Temas ligados à ética e ao meio ambiente. - Consumismo na sociedade atual.

SOCIOLOGIA	
Eixo temático: Meio Ambiente, Saúde e Tecnologia	
Competências e Habilidades	Conteúdos

<ul style="list-style-type: none"> - Problematizar sobre a sociedade atual e as questões ambientais. - Compreender a divisão social do trabalho e a coexistência de diferentes relações sociais de produção. - Identificar e entender as diferentes formas de manifestações de violências no meio rural e urbano entre trabalho, consumo e cidadania. - Conhecer os movimentos sociais baseados em processos de reconhecimento identitários ou os “novos” movimentos sociais, tais como o feminista, os que militam pela igualdade racial, pelos direitos dos homossexuais, o ambientalista, entre outros. - Refletir as diferentes formas de exercício do poder e de dominação tecnológica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos sociológicos ambientais no mundo. - Industrialização e impacto social e ambiental e o desenvolvimento social e econômico no mundo e no Brasil. - Biodiversidade e sustentabilidade no Brasil e no Estado de Mato grosso do Sul. - Os movimentos sociais e a questão agrária no Estado de Mato Grosso do Sul. - Produção e tecnologia na sociedade de consumo. - As novas tecnologias e os movimentos sociais. - Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e as novas formas de relações sociais contemporâneas: Internet, redes sociais e outros meios de comunicação de massa. - Produção e tecnologia na sociedade de consumo.
---	---

HISTÓRIA	
Eixo temático: Economia e Globalização	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Formação do poder público no Brasil e no MS. - Criação das cidades no Estado de Mato Grosso do Sul. - Desenvolvimento econômico do Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul. - Desenvolvimento tecnológico no Estado de Mato Grosso do Sul: indústrias, agropecuária e extrativismo. - Compreender a importância do desenvolvimento econômico e social para Campo Grande, assim como, para todo o Estado de Mato Grosso do Sul como a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. - Compreender as diferentes formas de participação da sociedade civil na construção histórica de uma sociedade democrática na economia e na globalização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de Economia e Globalização. - As principais atividades econômicas no Estado de Mato Grosso do Sul. - A Globalização no prisma da educação. - O reflexo no desenvolvimento econômico e social em Campo Grande, após a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. - O que representa em termos de economia para o estado uma possível reativação da estrada de ferro e seus reflexos.

GEOGRAFIA	
Eixo temático: Economia e Globalização	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar fragilidades e potencialidades do lugar de vivências frente às relações de poder político e econômico e seus desdobramentos na formulação de políticas urbanas, rurais e ambientais. - Avaliar relações de poder econômico e político, em diferentes escalas, percebendo sua influência nas escalas globais, nacionais e locais. - Refletir sobre relações entre processos de globalização, padronização de valores, ampliação e homogeneização do consumo, adotando posicionamentos responsáveis frente a essas questões e suas problemáticas. 	<p>Mundialização econômica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Evolução e consequência do capitalismo industrial, comercial e financeiro. - Divisão internacional do trabalho. <p>A geopolítica no mundo atual</p> <ul style="list-style-type: none"> - A nova crise mundial. <p>Globalização</p> <ul style="list-style-type: none"> - As revoluções científica e tecnológica. - Brasil e Mato Grosso do Sul na geopolítica mundial.

FILOSOFIA	
Eixo temático: Economia e Globalização	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os princípios da economia liberal. - Explorar as críticas feitas à economia liberal. - Discutir e compreender a economia neoliberal. - Discutir a possibilidade de uma economia solidária e sustentável. - Refletir sobre a globalização e seu impacto na pluralidade cultural, social e econômica existente no mundo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Princípios da economia liberal. - Críticas ao liberalismo (marxismo). - Neoliberalismo. - Rumos da economia atual. - Possibilidade de uma economia solidária e sustentável. - Globalização e identidade cultural.

SOCIOLOGIA	
Eixo temático: Economia e Globalização	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Discutir as diferentes formas de participação da sociedade civil na construção de uma sociedade democrática. - Compreender o princípio da divisão dos poderes e a organização dos sistemas partidário e eleitoral do Estado brasileiro. - Relacionar sistemas políticos e formas de participação política e social. - Conhecer as diferentes formas de organização do poder no Estado e as relações entre as esferas públicas e privadas no Estado Moderno. - Problematicar sobre a ideologia globalizada e seu impacto na pluralidade cultural, social e econômico como instrumento de construção social. - Identificar as possibilidades, as potencialidades e as tensões entre direitos e deveres da cidadania e suas formas de participação direta e indireta. 	<ul style="list-style-type: none"> - Economia: Socialismo e Capitalismo. - Fato Econômico: Mundial e do Mercosul: relações com países de fronteira. - Aspectos econômicos e políticos do Estado de Mato Grosso do Sul. - Classes sociais. - Modo de Produção. - Mercado e consumo. - Globalização: Pré-capitalismo, Liberalismo e Neoliberalismo. - As consequências da globalização: no mundo do trabalho; flexibilização e precarização das relações de trabalho na contemporaneidade; trabalho informal, economia solidária e terceiro setor; participação social e política, direitos e deveres e novas relações de trabalho. - Legislação e Direitos Sociais: Constituição Brasileira de 1988. - Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul de 1989.

MÓDULO - Ensino Religioso

Visão geral do componente curricular

O Ensino Religioso apresenta uma concepção que contribui para a definição dos estudos que tem por base os estudos do fenômeno religioso no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil e Mundo. Observa-se que o componente deve ser ofertado em caráter facultativo nas escolas brasileiras como prevê o artigo 33 da LDB/9394/96, e a Lei n. 9475/97.

O Ensino Religioso tem por finalidade promover os estudos e as manifestações existentes sobre o sagrado e contribuir para um diálogo inter-religioso e principalmente

sem proselitismo a respeito das diferentes crenças.

Portanto, o objetivo do componente curricular de Ensino Religioso está embasado na Resolução CEB n. 02, de 07 de abril de 1998, que visa garantir ao estudante o pleno acesso ao conhecimento e à compreensão do fenômeno religioso e suas manifestações nas diferentes denominações/eclesias sem fazer o uso do caráter doutrinário e ou proselitismo, articulando-se ao significado da vida, à cultura religiosa e ao mundo do trabalho a qual está inserido. Cumprindo assim o que está proposto na LDB/ 9.394/1996 no Artigo 1º, inciso II.

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

De acordo com o Referencial Curricular da Rede Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, o componente curricular compreende a diversidade e a pluralidade cultural existente no Mato Grosso do Sul, no Brasil, bem como no Mundo.

A proposta curricular dentro dos objetivos específico visa os seguintes pontos:

1. conhecer os elementos básicos do fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do estudante;
2. a formulação de questionamentos em relação a sua existência;
3. a identificação do papel das tradições religiosas na diferentes culturas;
4. a compreensão de mitos e segredos que envolvem a fé através das tradições religiosas;
5. possibilitar uma melhor compreensão acerca das diferentes estruturas religiosas (PCNER, 1997, p. 30 e 31).

ENSINO RELIGIOSO	
Eixo temático: Identidade e Pluralidade e Alimentação	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none">- Compreender a origem das grandes religiões e suas relações sociais e políticas na sociedade.- Reconhecer o valor da religiosidade na diversidade e na pluralidade cultural.- Identificar o valor das datas e festas religiosas.	<p>Culturas e tradições religiosas.</p> <ul style="list-style-type: none">- Origens das religiões.- Diversidade e pluralidade religiosa.- O ser humano e as práticas religiosas (datas e festas religiosas).

Eixo temático: Moradia, Saúde e Qualidade de Vida	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer a revelação do transcendente no mundo e o ser humano. - Reconhecer o valor da religiosidade na diversidade e na pluralidade cultural. - Identificar a presença do transcendente na vida pessoal, familiar e na comunidade local. 	<p>Teologia.</p> <ul style="list-style-type: none"> - O transcendente e o ser humano. - Teologia (o respeito à diversidade religiosa).

Eixo temático: O País e A Sociedade Brasileira	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a importância do significado das escrituras sagradas. - Reconhecer a importância dos mitos e segredos existentes nas escrituras e textos sagrados. - Analisar a formação dos mitos e ritos sagrados criados nas pelas comunidades locais do MS. 	<p>Escrituras Sagradas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - O reconhecimento das diversas escrituras e narrativas sagradas. - Os mitos e mistérios nas escrituras e narrativas sagradas.

Eixo temático: Trabalho, Desenvolvimento e Sustentabilidade	
Competências e Habilidades	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar o valor das datas e festas religiosas. - Reconhecer a importância dos ritos religiosos na cultura indígena do MS. - Reconhecer e participar de ações de preservação do meio ambiente. - Valorizar a cultura indígena e a preservação do meio ambiente. 	<p>Ritos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ritos e símbolos religiosos. - Ritos religiosos nas narrativas sagradas. - Ritos religiosos indígenas no Mato Grosso do Sul. - Ritos e práticas religiosas nas diversas culturas locais em Mato Grosso do Sul. <p>Ethos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alteridade nas relações eu com o outro. - Cidadania. - Ética. - Alteridade nas relações culturais. - O valor da preservação do meio ambiente.

11. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Atualmente, várias temáticas de grande relevância envolvem o universo da Educação de Jovens e Adultos e que devem ser integradas aos conteúdos ministrados.

Dessa forma, a fim de superar o modelo tradicional de ensino e aprendizagem que trata os conteúdos de forma fragmentada sem diálogo com outros componentes curriculares e as áreas de conhecimento, o Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância, propõe a organização dos componentes curriculares das áreas de conhecimento em eixos temáticos. Essa organização possibilita a flexibilidade dos conteúdos entre os componentes curriculares da área de conhecimento proporcionando uma aprendizagem significativa para os estudantes.

Para tanto, é necessário que o professor tenha um olhar cuidadoso de pesquisador sobre o desenvolvimento de suas práticas, buscando, sempre, integrar os conteúdos referendados por esse documento aos eixos temáticos, conforme o quadro abaixo:

Ensino Fundamental:

Módulos/áreas de conhecimento	Eixos Temáticos
<ul style="list-style-type: none"> • Linguagens • Matemática • Ciências da Natureza • Ciências Humanas 	<ul style="list-style-type: none"> – Identidade e Pluralidade e Alimentação. – Moradia, Saúde e Qualidade de Vida. – O País e a Sociedade Brasileira. – Trabalho, Desenvolvimento e Sustentabilidade.
<ul style="list-style-type: none"> • Módulo Ensino Religioso 	

Ensino Médio:

Módulos/áreas de conhecimento	Eixos Temáticos
<ul style="list-style-type: none"> • Linguagens • Matemática • Ciências da Natureza • Ciências Humanas 	<ul style="list-style-type: none"> – Cultura e Ciência. – Sociedade e Trabalho. – Meio Ambiente, Saúde e Tecnologia. – Economia e Globalização.

Os eixos temáticos propostos devem ser vistos como princípios produtores a serem explorados a partir de entrecruzamentos com as dimensões metodológicas de produção, contextualização e compreensão crítica. Isso significa que diante das situações de aprendizagem por meio do trabalho pedagógico podem-se discutir como tais questões transformam ou deflagram elementos constituintes de nossas identidades. Exemplo: Qual é o *lugar* da cultura de jovens e adultos na sociedade? Quais são os

trajetos percorridos pelos grupos sociais, para firmarem-se e afirmarem em determinado contexto cultural? Que *posicionamentos* são necessários, como garantia de presença e afirmação dos segmentos sociais, no meio? Que *projetos* de vida podem-se articular, a partir da compreensão das dinâmicas sociais e culturais?

Sob essa perspectiva, as práticas diferenciadas desenvolvidas na Educação de Jovens e Adultos devem inter-relacionar os eixos temáticos às competências e habilidades e aos conteúdos específicos de cada componente curricular da área de conhecimento específica, para promoverem uma aprendizagem significativa, na qual o estudante atue como um agente condutor da sua aprendizagem.

Para efetivação da metodologia proposta, os organizadores de materiais didáticos elaborarão orientações pedagógicas para o desenvolvimento dos conteúdos e as atividades, que serão organizadas e sistematizadas pelos professores/tutores, com o acompanhamento e orientação da coordenação pedagógica.

12. DA METODOLOGIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância oferecido pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, caracteriza-se por um processo de ensino e aprendizagem híbrida, ou seja, utiliza-se de uma metodologia que envolve uma série de facetas para desenvolver o processo de ensino em um ambiente diferenciado, no caso específico desse curso, que será oferecido somente no Presídio Federal de Campo Grande/MS, as ações serão somente por material impresso e acesso a livros didáticos, porém material preparado com o intuito de atingir os objetivos de aprendizagens apresentados nesse projeto.

Na proposta da Educação de Jovens e Adultos na modalidade EaD o organizador de materiais didáticos é:

- responsável pela concepção e a estruturação pedagógica dos conteúdos que integram as áreas de conhecimento conforme organização curricular do curso;
- desenvolver o seu papel de pesquisador;
- elaborador do material didático;
- elaborar as atividades quinzenais;
- elaborar as atividades escritas;

- elaborar orientação para a facilitação do processo ensino-aprendizagem;
- desenvolver habilidades necessárias para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação e o desenvolvimento de metodologias que potencializem a participação dos estudantes nas atividades desenvolvidas a distância.

A esse profissional será destinada a seleção, preparação e desenvolvimento do conteúdo curricular da Base Nacional Comum Curricular e Parte Diversificada por área de conhecimento das atividades pedagógicas para os estudantes, bem como a elaboração e/ou adaptação do material didático, se houver necessidade, em conjunto com a equipe pedagógica.

Os estudantes terão sua carga horária que corresponde aos tempos de aprendizagem a distancia e somente a aplicação das Avaliações Escrita será presencial.

São os professores/tutores que atuarão ativamente no processo de mediação da aprendizagem do estudantes e do objeto de estudo nas atividades a distância. É mediador do processo de ensino e aprendizagem, sendo o responsável pela motivação dos estudantes, auxiliando-os de acordo com as suas necessidades, organizando estratégias que oportunizem a aprendizagem e avaliem o seu desempenho.

Para exercer a função de professor/tutor do processo pedagógico o professor deverá articular-se com os organizadores de materiais didáticos objetivando maior desempenho no atendimento presencial e virtual ao estudante.

Lembrando que o contato do professor/tutor com o estudante somente ocorrerá por comunicação nas atividades, em campo específico para o mesmo, tendo em vista a realidade do local.

O professor/tutor deverá:

- conhecer o projeto do curso;
- atuar orientando os estudantes nas dificuldades e participar ativamente das atividades.
- fornecendo a devolutiva nas participações das atividades elaboradas pelo professor conteudista;
- atribuir notas no decorrer da oferta do módulo e na conclusão do mesmo;
- estar à disposição no polo presencial no período correspondente ao cumprimento da sua carga horária, para desenvolver as atividades pertinentes a sua função.

Para a efetivação do processo de mediação, a distância, o professor/tutor deverá atender em torno de 50 (cinquenta) estudantes, para isso estará disponível na Escola

Estadual Pólo Prof^a Regina Lúcia Anffe Nunes Betine para cumprir sua carga horária, realizando o acompanhamento das atividades.

Servidores da Penitenciária Federal de Campo Grande responsável por ser o contato entre o estudante e o professor/tutor, deverão:

- acessar a plataforma online – Moodle do estudante;
- realizar o download das atividades e fazer a impressão;
- entregar ao estudante o material pedagógico impresso;
- recolher com os educandos as atividades realizadas quinzenalmente;
- entregar ao professor/tutor;
- devolver para o estudante as devolutivas do professor/tutor;
- aplicar a Avaliação Escrita nas datas definidas pelo calendário;
- realizar a entrega da Avaliação Escrita para o professor/tutor;
- aplicar exame final.

12.1 O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM: MOODLE

As tecnologias são consideradas instrumentos mediadores para a produção e a elaboração do conhecimento. A EJA na modalidade EaD possibilita ao estudante o acesso, a comunicação e a interação com uma possibilidade diferenciada de estudo com o material impresso que será entregue a ele. A partir da entrega desse material deverão realizar as atividades pedagógicas e obter informações pertinentes ao curso, atendendo as especificidades de cada área do conhecimento.

O material impresso possui espaços destinados à avaliação, à interação e à comunicação. Para comunicação e interação será utilizada:

1. Caixa de diálogo: compreende em um espaço específico nas atividades quinzenais em que os estudantes poderão descrever suas dúvidas e receber devolutivas sobre elas. Sendo ela realizada nas Atividades Quinzenais e nas Avaliações Escritas.

2. Instrumento avaliativo: atividade quinzenal e avaliação escrita para correção.

Nesse processo, o professor/tutor devolve a atividade quinzenal e/ou avaliação escrita para conhecimento do estudante, que poderá somente assinar e/ou solicitar mais informações referentes ao instrumento avaliativo.

3. De posse dos instrumentos avaliativos assinado, o professor/tutor deverá escanear e arquivar os instrumentos avaliativos no cadastro do estudante no ambiente Moodle e posteriormente na pasta física do aluno.

4. Caso o instrumento avaliativo tenha algum questionamento por parte do aluno, então deverá ser analisado, respondido e enviado para o seu conhecimento. Logo após, retornará ao professor/tutor, que deverá seguir os passos do item 3.

13. MATERIAL DIDÁTICO

O material didático para Educação de Jovens e Adultos na educação a distância será disponibilizado em formato impresso, sendo:

- **Guia do Estudante**, contendo orientações relativo ao curso;
- **Livro didático** do ensino fundamental;
- **Tempos de aprendizagem**, que consistem no material didático impresso referentes à ementa curricular para o ensino fundamental e ensino médio;
- **Exercícios de fixação**;
- **Atividades quinzenais**;
- **Avaliação escrita**;
- **Autoavaliação do estudante**.

14. DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O processo de avaliação da aprendizagem consiste em acompanhar os estudantes em seu desenvolvimento escolar e o cumprimento dos objetivos.

Deve possuir caráter:

I - Diagnóstico: utilizada para averiguar a aprendizagem dos conteúdos trabalhados, permitindo, então, resolver situações presentes.

II - Processual: avaliação contínua que objetiva desenvolver as aprendizagens, oportunizando localizar as dificuldades encontradas no decorrer do curso.

III - Somativo: tem a função de detectar o nível de rendimento, dessa forma avaliar e cuidar da aprendizagem do estudante durante o processo de avaliação algumas habilidades precisam ser consolidadas até o final do módulo.

Serão previstas as realizações de atividades avaliativas presenciais obrigatórias, por área do conhecimento, em calendário escolar.

As avaliações presenciais acontecerão na escola, com a presença do professor mediador e de frequência obrigatória ao estudante.

Para o desenvolvimento das atividades quinzenais, de caráter avaliativo, os estudantes contarão com auxílio dos materiais didáticos, orientações disponibilizadas

em cada atividade e do professor/tutor, que realizará acompanhamento e a devolutiva das atividades.

Os estudantes receberão as atividades impressas e deverão realizá-las utilizando o material do estudante. Todas são essenciais e obrigatórias para a aprendizagem e verificação do rendimento escolar. Ao desenvolvê-las poderão contar com o apoio do professor/tutor para sanar dúvidas e obter orientações, por meio da caixa de diálogo presente nos instrumentos avaliativos.

A avaliação tem por objetivo avaliar conteúdos, competências e habilidades apresentadas no projeto por áreas de conhecimento. Será, portanto, o resultado de todo processo de avaliação do semestre, presencial e a distância.

14.1 DO EXAME FINAL

Será encaminhado para exame final, o estudante que apresentar no módulo/área de conhecimento, média inferior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades presenciais, e nas atividades a distância, da carga horária total do módulo/área de conhecimento.

15. DA RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A recuperação da aprendizagem é uma oportunidade para realizar o alinhamento necessário ao longo do processo nas questões referentes às concepções, práticas pedagógicas e, principalmente, às especificidades de aprendizagem dos estudantes, para que possam progredir no acesso aos bens culturais, promovendo a inclusão e a permanência na escola. Assim, a recuperação só tem sentido quando é compreendida como um processo, com vistas à antecipação e à estruturação de meios e procedimentos que permitam condições de sucesso aos estudantes com desvio de aprendizagem, logo a recuperação da aprendizagem é um aspecto indissociável do processo de avaliação.

Conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB, a recuperação deve ser ofertada aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, ao longo de cada módulo, caracterizando, desse modo, a recuperação paralela.

Após a aplicação de cada instrumento avaliativo, o professor terá o prazo de sete dias para dar retorno ao estudante, a fim de informá-lo se os critérios de avaliação estabelecidos para aquele instrumento foram atingidos de forma satisfatória ou não.

A cada finalização das atividades quinzenais do eixo, o estudante terá garantido a revisão do conteúdo do eixo estudado, por meio de atividades de revisão.

A recuperação paralela é a primeira e mais importante entre as recuperações oferecidas aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

16. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A atribuição de notas será o resultado da aplicação de diversos instrumentos avaliativos realizados no decorrer do módulo/área de conhecimento. Ao final de cada módulo/área de conhecimento será registrada uma média que representa o aproveitamento escolar do estudante.

Como expressão do resultado da avaliação do rendimento escolar será adotado o sistema de números inteiros na escala de 0 (zero) a 10 (dez), permitindo-se o decimal 5 (cinco).

Para o arredondamento serão observados os seguintes critérios:

- a) decimais 0,1 e 0,2 - arredondar para o número inteiro imediatamente anterior;
- b) decimais 0,3 e 0,4; 0,6 e 0,7- substituir pelo decimal 0,5;
- c) decimais 0,8 e 0,9 - arredondar para o número inteiro imediatamente superior.

A atribuição de notas será o resultado da aplicação de diversas técnicas de avaliação realizada no decorrer do módulo/área de conhecimento.

Os resultados das avaliações serão entregues na secretaria da escola polo, em data determinada no calendário escolar.

No encerramento de cada eixo temático é gerado nota denominada de: N1, N2, N3 e N4, através dos instrumentos avaliativos elencados a seguir:

- Atividades (AT) – será realizada a cada 40 horas/aula de estudo, serão 02 (duas) atividades por eixo temático, cada atividade com valor até 5 (cinco);
- Avaliação Escrita (AE) – será realizada 01 (uma) avaliação presencial após 98 horas/aula de estudo, no final de cada eixo temático com valor até 09 (nove);
- Autoavaliação (AEE) – será realizada 01 (uma) autoavaliação no final de cada eixo temático, com valor até 01 (um).

As notas (N1, N2, N3, N4) serão calculadas da seguinte forma:

$$AT + AE + AAE/3 = N$$

A cada 02 (dois) eixos temáticos o estudante terá a Média 1 (M1) e Média 2 (M2), resultantes dos cálculos a seguir:

- $(N1+N2)/2 = M1$
- $(N3+N4)/2 = M2$

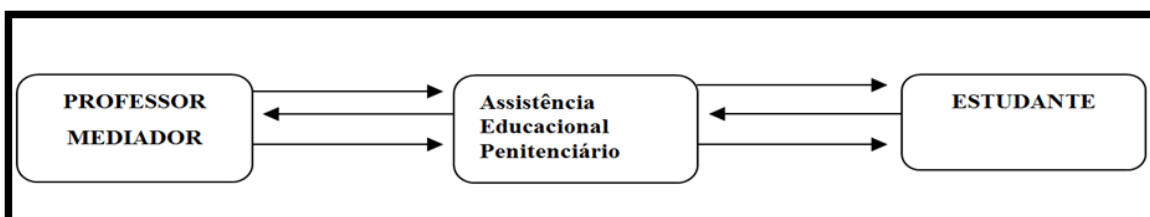
Ao final de cada módulo/área de conhecimento, será registrada uma Média (MM) que representa o aproveitamento escolar do estudante, calculada da seguinte forma:

$$MM = (M1+M2)/2 \geq 6,0$$

Será considerado aprovado no final do módulo/área de conhecimento o estudante que obtiver Média igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco) da carga horária total do módulo/área de conhecimento.

O estudante com Média (MM) inferior a 6,0 (seis) será encaminhado para o Exame Final (EF). Não terá direito de prestar o exame final o estudante que não atingir a frequência mínima de 75% (setenta e cinco) da carga horária total do módulo/área de conhecimento.

A Avaliação Escrita (AE) seguirá os seguintes trâmites de distribuição:



O estudante que não atingir a frequência mínima de 75% (setenta e cinco) da carga horária total do módulo, tanto nas atividades presenciais, quanto nas atividades a distância, não terá direito de prestar o Exame Final, independentemente dos resultados obtidos no aproveitamento do módulo/área de conhecimento.

A Média Final do Módulo/área de conhecimento(MF) após o Exame Final, será calculada com a seguinte fórmula:

$$MF = (MM \times 2 + EF) / 3 \geq 5,0 \text{ (cinco)}$$

MM= Média do Módulo/área de conhecimento

EF = Nota da Avaliação Escrita do Exame Final

MF = Média Final do Módulo/área de conhecimento

Será considerado reprovado no módulo/área de conhecimento o estudante que obtiver:

- frequência inferior a 75 % (setenta e cinco) do total das horas letivas;
- média final inferior a 5,0 (cinco), no módulo/área de conhecimento, após o Exame Final.

17. DA FREQUÊNCIA

A frequência às aulas e demais atividades programadas pela escola é obrigatória e permitida apenas aos estudantes legalmente matriculados.

A frequência do estudante será computada a partir do início do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na Modalidade Educação a Distância, e será exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco) da carga horária total, para aprovação em cada módulo/área de conhecimento.

O estudante que não atingir a porcentagem acima estipulada estará reprovado independente do aproveitamento.

O registro da frequência será apurado mediante a entrega das atividades quinzenais, sendo ela registrada em diário de classe cujo controle fica a cargo do professor/tutor e o quantitativo de faltas deve ser, no final de cada módulo/área de conhecimento, entregue na secretaria da escola na data definida em calendário escolar.

Quando da matrícula por transferência do módulo/área de conhecimento em curso considerar-se-á, também, a frequência proveniente da escola de origem, desde que o estudante não passe por nenhum processo de classificação.

18. DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Aproveitamento de estudos é o mecanismo que possibilitará o estudante a dispensa de cursar áreas de conhecimento.

São objetos de aproveitamento somente os estudos formais concluídos com êxito na etapa do ensino fundamental e do ensino médio, com vistas à continuidade dos estudos.

Entende-se por estudos obtidos por meios formais aqueles realizados em instituições de ensino devidamente regularizadas.

Será permitido o aproveitamento de estudos ao estudante que tenha eliminado uma ou mais áreas de conhecimento em cursos regulares e/ou exames de certificação parcial de EJA.

A escola não poderá aproveitar estudos de área de conhecimento, quando o estudante foi declarado reprovado.

É permitido o aproveitamento de estudos devidamente comprovados mediante a apresentação da via original do documento comprobatório de escolaridade.

O estudante fica dispensado de cursar módulo/área de conhecimento em que apresentar documento original comprobatório de área(s) de conhecimento concluída(s).

O aproveitamento de estudos só poderá ser efetivado após a matrícula do candidato em um dos módulos/áreas de conhecimento da etapa do ensino fundamental

ou do ensino médio e apresentação da via original do documento comprobatório de escolaridade.

Para resguardar o direito do estudante, da escola e dos profissionais envolvidos, exige-se os seguintes procedimentos:

- requerimento solicitando o aproveitamento de estudos devidamente assinado pelo estudante, acompanhado da via original do Certificado de Eliminação Parcial;
- proceder à análise comparativa do comprovante de escolaridade apresentado com a matriz curricular.

Verificada a possibilidade do aproveitamento de estudos, a escola deve registrar ata, na qual constem:

- área de conhecimento para qual o estudo foi aproveitado e, conseqüentemente, dispensado de cursar;
- módulo/área(s) de conhecimento que o estudante terá que cursar;
- elaborar termo de responsabilidade, informando as obrigações do estudante quanto ao cumprimento do(s) módulo(s)/área(s) de conhecimento que será(ão) cursado(s) para cumprimento do currículo da respectiva etapa do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância;
- arquivar o(s) comprovante(s) de escolaridade, cópia da ata de aproveitamento de estudos e do termo de responsabilidade, no prontuário do estudante.

19. DA CLASSIFICAÇÃO

Classificação é a medida administrativa e pedagógica que a escola adotará em conformidade com este projeto, para posicionar o estudante em uma das etapas do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância, baseando-se nas suas experiências e desempenho, adquiridos por meios formais e informais.

A classificação por transferência, em se tratando de estudante oriundo da mesma organização de ensino, será realizada mediante análise documental.

O estudante oriundo de organização curricular diferenciada, deve ser matriculado no módulo/área de conhecimento da etapa de ensino em que está posicionado.

20. DA TRANSFERÊNCIA

A transferência é a passagem do estudante de uma para outra escola.

O prazo para expedição de transferência é de até 10 (dez) dias, a contar da data da solicitação. O estudante, ao transferir-se, em qualquer época, deve receber da escola a transferência com:

- a identificação completa do estudante;
- as informações sobre a organização curricular cursada;
- o aproveitamento obtido, quando for o caso;
- a frequência do módulo em curso, quando for o caso;
- a aprovação;
- a reprovação, quando for o caso;
- a matrícula cancelada, quando for o caso.

Havendo aproveitamento de estudos, quando da expedição da Transferência ou do Histórico Escolar, deve ser transcrita a denominação da instituição de ensino, a área de conhecimento, a nota, o local e o ano de conclusão.

Toda transferência deve ser acompanhada da ementa curricular.

21. DO AGRUPAMENTO DE ESTUDANTES

Os estudantes serão agrupados por módulos, de acordo com a respectiva etapa do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância. Serão constituídas turmas de acordo com a demanda existente.

22. DA CERTIFICAÇÃO

Para o estudante concluinte do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância, será expedido Certificado de Conclusão do Curso, acompanhado do respectivo Histórico Escolar.

O estudante será certificado pela escola sede. Todos os certificados expedidos serão registrados em livro próprio, para fins de controle.

23. DA ORGANIZAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO ESCOLAR

A organização da escrituração escolar far-se-á, por meio de um conjunto de normas, que visa garantir o registro do acesso, a permanência e a progressão nos

estudos, bem como a regularidade da vida escolar do estudante, abrangendo os seguintes documentos escolares:

- Requerimento de Matrícula;
- Diário de Classe Online;
- Canhotos;
- Relatório de Média e de Frequência do Módulo/Área de Conhecimento;
- Histórico Escolar/Transferência;
- Portarias;
- Atas de Resultados Finais do Módulo/Área de Conhecimento;
- Certificados;
- Declaração para comprovação de conhecimento referente à etapa de ensino

fundamental.

Essa documentação será organizada em arquivos ativo e passivo, da seguinte forma:

- no arquivo ativo constarão as pastas de assentamento individual e os documentos referentes aos estudantes matriculados no modulo/área de conhecimento em curso;
- no arquivo passivo constarão as pastas de assentamento individual e documentos de estudantes que não fazem mais parte da escola.

A escrituração escolar e o arquivamento de documentos são de responsabilidade do secretário da escola.

À direção da escola compete superintender a escrituração escolar e o arquivo.

24. DA AVALIAÇÃO DO CURSO

Essa avaliação é o instrumento de acompanhamento sistemático das condições estruturais, organizacionais e de funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes II/EAD, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância, para a qualidade do ensino oferecido.

A avaliação do curso deverá compreender os aspectos pedagógicos, atuação de todos os profissionais envolvidos, a comunidade escolar, as condições de infraestrutura, frequência e aprendizagem dos estudantes e os resultados de aprovação e retenção, conforme instrumento avaliativo específico da escola.

A avaliação será realizada anualmente, com o objetivo de verificar o desempenho de todos os envolvidos e priorizar a resolução de eventuais problemas. Os

resultados da avaliação deverão ser consolidados em relatório que deverá ser utilizado para reorientar o trabalho pedagógico e institucional.

A escola sede deverá encaminhar o relatório para a Coordenadoria de Políticas Específicas para a Educação, a fim de subsidiar a Secretaria de Estado de Educação/SED quanto ao alinhamento da oferta de Educação de Jovens e Adultos na modalidade educação a distância.

25. DO PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Entende-se que a formação do profissional não se encerra na sua formação básica, mas sim em estudos contínuos por meio de leituras, pesquisas individuais e estudos coletivos, que podem ser organizados em forma de reservas técnicas, cursos, minicursos, palestras, *webconferências*, seminários, encontros, oficinas entre outros.

A responsabilidade de viabilizar esses estudos deve ser compartilhada entre todos os profissionais envolvidos na Educação de Jovens e Adultos. A organização desses estudos contínuos será realizada pelo coordenador pedagógico da escola em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, para os profissionais envolvidos na EJA EaD, previstos em calendário escolar.

26. ANEXOS/MODELOS

- I. Requerimento de Matrícula.
- II. Declaração de Comprovação de Conhecimento Referente ao Ensino Fundamental.
- III. Requerimento de Classificação.
- IV. Requerimento de Aproveitamento de Ensino.
- V. Portaria de Classificação no Ensino Fundamental.
- VI. Portaria de Classificação no Ensino Médio.
- VII. Portaria de Aproveitamento de Estudo do Ensino Fundamental.
- VIII. Portaria de Aproveitamento de Estudo do Ensino Médio.
- IX. Histórico Escolar ou Transferência da etapa do Ensino Fundamental.
- X. Histórico Escolar ou Transferência da etapa do Ensino Médio.
- XI. Ata de Resultados Finais da etapa do Ensino Fundamental.
- XII. Ata de Resultados Finais da etapa do Ensino Médio.
- XIII. Certificado de Conclusão da etapa do Ensino Fundamental.
- XIV. Certificado de Conclusão da etapa do Ensino Médio.
- XV. Certidão de Frequência da etapa do Ensino Fundamental.
- XVI. Certidão de Frequência da etapa do Ensino Médio.

27. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL – Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.

BRASIL – Lei n. 12.433, de 29 de junho de 2011, que altera a Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.

CNE - Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2, de 19 de maio de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

CNE - Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 4, de 30 de maio de 2016, que Dispõe sobre as Diretrizes Operacionais Nacionais para remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro.

CEE/MS - Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul . Deliberação n. 9.090, de 15 de maio de 2009. Estabelece normas para Cursos de Educação de Jovens e Adultos e Exames Supletivos no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

CEE/MS Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul. Deliberação n. 11.055, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre a oferta de cursos de ensino médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade educação a distância, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e em regime de colaboração com os sistemas de ensino de outras Unidades Federadas.

SED/MS - Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. Resolução n. 3.351, de 1º de dezembro de 2017. Dispõe sobre a Educação a Distância (EaD) na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

Língua Portuguesa

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. **Gramática contextualizada: limpando “o pó das ideias simples”**. São Paulo: Parábola, 2014.

_____. **Análise de Textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola, 2006.

_____. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Loyola, 1999.

BAKHTIN, M. **A estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias.** Brasília: MEC, 2000.
- _____. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+): Ciências Humanas e suas tecnologias.** Brasília: MEC, 2006.
- GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula.** São Paulo: Ática, 2000.
- _____. **A aula como acontecimento.** São Paulo: Pedro e João Editores, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual.** São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. **Ler e compreender: os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2014.
- MARCUSCHI, L.A.; XAVIER, A. C. (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- MARCUSCHI, L.A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização.** São Paulo: Cortez, 2001.
- MORAN, R.; HARRIS, P.; STRIPP, W. **Desenvolvendo organizações globais: como preparar a sua empresa para a competição mundial.** São Paulo: Futura, 1997.
- ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola.** São Paulo: Parábola, 2012.
- SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa Cuba; TEXEIRA, Cláudia Souza. **Análise e produção de textos.** São Paulo: Contexto, 2013.
- SCHNEUWLY, B. et. al. **Gêneros orais e escritos na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 2004.
- SOLÉ, I. **Estratégia de Leitura.** Porto Alegre: ArtMed, 1988.

Arte

- ALVARES, Sônia Carbonell. **Educação estética na EJA: a beleza de ensinar e aprender com jovens e adultos.** São Paulo: Cortez, 2012.
- BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos.** 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- _____. **Inquietações e mudanças no ensino da arte.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **Tópicos utópicos.** Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB n.º 11 de maio de 2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: MEC, 2000. Disponível em: Acesso em: 26 jan. 2015.
- CANDA, Cilene Nascimento. **Conscientização e ludicidade na educação de jovens e adultos: revendo caminhos teórico metodológicos.** Educação Popular, Uberlândia, v. 11, n. 1, p. 10-24, jan./jun. 2012.
- COUTINHO, Rejane Galvão. Estratégias de mediação e a abordagem triangular. In: BARBOSA, Ana Mae (Org.). **Arte/educação contemporânea: consonâncias internacionais.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 171-185.
- FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo; SIQUEIRA, Idméa Semeghini Próspero. **Arte-educação: vivência, experiência ou livro didático?** São Paulo: Loyola, 1987.
- PAIVA, Jane. **Educação de jovens e adultos: movimentos pela consolidação de direitos.** Reveja: Revista de Educação de Jovens e Adultos, São Paulo, v. 1, p. 68-84, ago. 2007.
- QUADROS, Imara Pizzato. **Palavras científicas sonhantes em território úmido feito a mão: a arte popular da canoa pantaneira.** 364 f.
- QUADROS, Imara Pizzato. Arte popular: trilheira para a arte/educação/ambiental. In: SATO, Michèle (Org.). **Eco-ar-te para reencantamento do mundo.** São Carlos: Rima/Fapemat, 2011. p. 52-61.
- READ, Herbert. **O sentido da arte.** 6. ed. São Paulo: Ibrasa: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1987.

Educação Física

- BETTI, M. **Educação Física Escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas**. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, Ano I, Número I, p. 73-81, 2002.
- BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física (1ª a 4ª séries)**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB Lei nº 9394/96.
- _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Resolução CNE/CEB n.4, de 13 de junho de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 17/10/2015.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 19. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.
- SOARES, Carmem Lúcia et al. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1993.
- MATO GROSSO DO SUL. **Referencial Curricular da Educação Básica para o Ensino Médio de Mato Grosso do Sul**. Área de Educação Física. Secretaria de Estado de Educação de MS, 2012.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

Língua Estrangeira Moderna Inglês

- ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas**. Campinas, São Paulo: Pontes, 3ª ed. 2002.
- _____. Conhecer e Desenvolver a Competência Profissional dos professores de LE. In: *Contexturas: Ensino Crítico de Língua Inglesa*. São Paulo: APLIESP, n.9, 2006, P. 9-19.
- BAKHTIN, Michael. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Michael Lahud. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Atividades de Referenciação no processo de produção textual e o ensino de língua. In: **Estudos de Linguagem – Inter-relações e Perspectivas**. Campo Grande: EDITORA UFMS, 2003, p.11-42.
- BATSTONE, R. *Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

Língua Estrangeira Moderna Espanhol

- BRASIL. MEC. Secretaria da Educação Básica. **Espanhol: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino)
- CONSEJO DE EUROPA. **Marco Común Europeo de Referencia para las Lenguas: aprendizaje, enseñanza, evaluación**. Disponível em: http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/marco/cvc_mer.pdf. Acesso em: 28 de novembro de 2017.
- GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula: leitura e produção**. São Paulo: Ática, 2006.
- FERNANDES, A.C. e PAULA, A.B. **Compreensão e Produção de Textos em Língua Materna e Língua Estrangeira**. Curitiba: IBPEX, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem**. São Paulo: Cortez 2011.
- MOROSOV, I.; MARTINEZ, J.A. **Didática do Ensino e Avaliação da Aprendizagem em Língua Estrangeira**. Curitiba: IBPEX, 2008.

Matemática

- ABRANTES, P. **Avaliação e educação matemática. Série reflexões em educação matemática**. Rio de Janeiro: MEM/USU/GEPEM, 1994.
- BARBOSA, J. C. **Modelagem matemática e os professores: a questão da formação**. Bolema: Boletim de Educação Matemática, Rio Claro, n.15, p.5-23, 2001.
- BASSANEZI, R. C. **Ensino-aprendizagem com modelagem matemática: uma nova estratégia**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BORBA, M. C. **Tecnologias informáticas na educação matemática e reorganização do pensamento**. In: BICUDO, M. A. V. (org). **Pesquisa em educação matemática: concepções e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 285-295.
- BOYER, C. B. **História da matemática**. São Paulo: Edgard Blücher, 1996.

CAJORI, F. **Uma história da matemática**. Rio de Janeiro: Editora ciência moderna,2007.

CARAÇA, B. J. **Conceitos fundamentais da matemática**. 4.ed. Lisboa: Gradiva,2002.

ESTEBAN, Maria Teresa. **A avaliação no cotidiano escolar**. In: **ESTEBAN, M.T. (Org.) Avaliação uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, P.7-28.

EVES, H. **Tópicos de história da matemática para uso em sala de aula:geometria**. São Paulo: Atual, 1992.

GRANDO, Regina Célia. **O Conhecimento Matemático e o Uso dos Jogos na Sala de Aula**. Campinas SP, 2000. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, UNICAMP.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14. ed. São Paulo: Cortez,2002.

MACHADO, N. J. **Interdisciplinaridade e Matemática**. **Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação - Unicamp - Proposições**. Campinas, n. 1 [10], p. 25-34,mar. 1993.

MORAN, José Manuel. **NOVAS TECNOLOGIAS E MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA**. Ed. Papyrus, 12 ed. 2006

POLYA, G. **A Arte de Resolver Problemas**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2006.

PONTE, J. P.; BROCARD, J.; OLIVEIRA, H. **Investigações Matemáticas na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006

SCHOENFELD, A. H. Heurísticas da sala de aula. In: KRULIK, S.; REYS, R. E. **A Resolução de Problemas na matemática escolar**. São Paulo: Atual, 1997.

SMOLE, K.S. e DINIZ, M. I. **Ler, escrever e resolver problemas**. Porto Alegre:Editora Artmed, 2001.

Biologia

AZEVEDO, M. C. P. S. **Ensino por investigação: problematizando as atividades em sala de aula**. In: BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**. Ciências naturais. Brasília, 1998.

CARVALHO, A. M. P. (Org.). **Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CARVALHO, A.M.P (org.). **O Ensino de Ciências: Unindo a Pesquisa e a Prática**. São Paulo. 2004.

CARVALHO,A. M. P.; VANNUCCHI, A. I.; BARROS, M. A. **Ciências no Ensino Fundamental: o conhecimento físico**. São Paulo, SP: Scipione Ltda, 1998.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Referencial Curricular da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul – Ensino Fundamental**. Campo Grande, 2012.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Referencial Curricular da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul – Ensino Médio**. Campo Grande, 2012.

Química

ALMEIDA, W. B; SANTOS, H. F. **Modelos Teóricos para compreensão da Matéria. Química Nova Na Escola**. n. 4, p.6-13 mai. 2001.

ATIKINS, P.W. **Físico Química**. Ed. LTC, 6ª ed. Rio de Janeiro, 1997.

BERBEL, N. A. N. (Org.). **Metodologia da problematização: experiências com questões de ensino superior**. Londrina: EDUEL,1998.

BERBEL, N. A. N. **A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos?** Interface Comum Saúde Educ. 1998;2(2):139- 54

BORGES A. T. **Como evoluem os modelos mentais**. Revista Ensaio, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 85-125, 1999.

BORGES, A. T. **Um Estudo de Modelos Mentais**. Revista Investigações em Ensino de Ciências, Porto Alegre, v.2, n.3, p. 207-226, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN+: Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p. ISBN978-857783-136-4.

_____. **Ministério de Educação Básica. Orientações curriculares para o Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.**

BUDEL, José Geraldo; Guimarães, Orliney Maciel. **Ensino de Química na EJA: Uma proposta metodológica com abordagem do cotidiano.** Londrina, 2009.

COLL, César Salvador; MESTRES, Mariana Miras; GOÑI Javier Onrubi; GALLART Isabel Solé. **Psicologia da Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999, p. 87-98

DEMO, P. **Aprender bem/mal.** Campinas Ed. Autores Associados, 2009.

_____. **Argumento de autoridade x autoridade do argumento.** Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 2005.

_____. **Educar pela Pesquisa.** 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

_____. **Pesquisa e Construção de Conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas.** 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

_____. **Educação Científica.** Téc. Senaca R.Educ.Prof, Riode Janeiro, v.36, n.1, jan/abr. 2010.

DEWY, J. **How we think.** Nova York: Dover Publication, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GRECA, I. M; MOREIRA, M. A. **Além da Detecção de Modelos Mentais dos Estudantes uma proposta Representacional Integradora.** Investigação em Ensino de Ciências, 1996. v.7, n.1, p.31-53, 2002.

HUERTAS, J.A. **Motivación: Querer aprender.** Buenos Aires: (ad) Aique, 1997.

LEAL, M.C. **Didática da Química: Fundamentos e Práticas para o Ensino Médio.** Belo Horizonte: Ed. Dimensão, 2009.

MACIEL, L. S. B; NETO, A. S. (Org). **Formação de Professores: Passado, Presente e Futuro.** Ed. Cortez. ed. 2ª. 2011.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Referencial Curricular da Educação Básica para o Ensino Médio de Mato Grosso do Sul. Área de Ciências da Natureza.** Campo Grande-MS, 2012.

MAZZOTTI, A.; JUDITH A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** 2.ed. São Paulo: Thomson, 2004. 203 p. tab. ISBN 85-221-0133-7.

MOREIRA, M. A. **MODELOS MENTAIS.** In: **Teoria e pesquisa em Ensino de Ciência – Linguagem, Cultura e Cognição.** 5-7. Belo Horizonte, 1997. Investigação em Ensino de Ciências 1996. v.1, n.3, p.193-232.

NICOLINI, C. A. H; MORAES, R. **Educar Pela Pesquisa com Projetos de Aprendizagem: Algumas Experiências. IV Encontro Ibero-Americano de Coletivos escolares e Redes de Professores que Fazem Investigação na sua Escola.** 2008.

NININ, M. O. G. **Pesquisa na Escola: Que espaço é esse? O do conteúdo ou o do pensamento crítico?** Educação em revista. Belo Horizonte. n. 48. P. 17-35, dez. 2008.

OTERO, Maria Rita. **Psicologia Cognitiva, Representaciones Mentales e Investigacion em Ensenanza de las Ciencias.** Investigação em Ensino de Ciências 1996. v.4. n. 2, p.93-119, 1999.

POZO, Juan Ignacio. **A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico.** 5. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

RAMOS, Eloisa. **Guina Nós na Sala de Aula.** 1. Ed. – São Paulo. Ática, 2012.

RUBINGER, M. M. R; Braathen, P. C. **Ação e Reação: ideias para aulas especiais de Química.** Ed. RHJ. Belo Horizonte, 2012.

TOMA, H. E. **Ligação Química: Abordagem Clássica ou Quântica.** Química Nova Na Escola. n. 6, p. 8-12 nov. 1997.

VEIGA L. **A escola e os desafios contemporâneos.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 336p. ISBN 978-85-200-1208-6

WIPPEL, Suzani dos Santos. **O currículo de química na educação de jovens e adultos e a participação docente.** Florianópolis, 2014.

Física

ALTHAUS, M.M; ZANON, D.P. **Instrumentos de avaliação na prática pedagógica universitária**. UFGP. Ponta Grossa/PR. 2008, disponível em “<http://www1.ufrb.edu.br/nufordes/pedagogia-universitaria?download=19:instrumentos-de-avaliacao-na-pratica-pedaggica-universitaria>”, em 15 de outubro de 2015, às 14h30
DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

História

Ministério da Educação. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional**. Brasília, DF, Senado, 1996.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. 2, ed. Belo Horizonte: autêntica, 2004.
SCHMIDT, Maria Auxiliadora. CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

BITTAR, Marisa. **Regionalismo e divisionismo no Sul de Mato Grosso**. Campo Grande/MS: UFMS, 2009.

BITTAR, Marisa. **Poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses**. Campo Grande/MS: UFMS, 2009.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **História da Saúde pública no Brasil**. São Paulo: Ática, 2008.

AMARILHA, C. M. Mieres; SERAFIM, Luciano; COELHO, Nicanor. **Patrimônio Cultural de Mato Grosso do Sul, Identidade e Memória**. Dourados/MS: Nicanor Coelho, 2007.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS, IHGMS, 2009.

OLIVEIRA, V.W. Neto. **Nas Águas do Prata**. Campinas/SP, Unicamp, 2009.

OLIVEIRA, V.W. Neto. **Estrada Móvel, Fronteiras Incertas – Os Trabalhadores do Rio Paraguai (1917-1926)**. Campo Grande/MS, UFMS, 2005.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Mato Grosso do Sul – Conflitos étnicos e Fundiários**. Campo Grande/MS, IHGMS, 2009.

BUAINAIN, M. S. C. Neder. **Campo Grande Memória em Palavras**. Campo Grande/MS, PMCG, 2006.

LEROI-GOURHAN, André. **Pré-História**. São Paulo: Pioneira/USP, 1981. BOURGUIGNON, André. **História Natural do Homem**. O homem imprevisto. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **"Povo sPré-Colombianos"**; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://www.brasilescola.com/historia-da-america/povos-precolombianos.htm>>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

SARAMAGO, José. **História do cerco de Lisboa**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

ANDREETA, José Pedro. **Quem se atreve a ter certeza?: a realidade quântica e a filosofia**. 1. ed. São Paulo: Mercuryo, 2004.

BENOIT, Hector. **Sócrates. O nascimento da razão negativa**. São Paulo: Moderna, 1996.

Declaração de direitos do homem e do cidadão - 1789 (em português) *Universidade de São Paulo* Biblioteca Virtual de Direitos Humanos (1978). Visitado em 16 de setembro de 2012.

FIGES, Orlando. **A Tragédia de um Povo, A Revolução Russa – 1891 – 1924**. Record, 1999.

Brasil Escola - Idade Contemporânea, acessado em 2 de outubro de 2010.

Mundo Educação - Revolução Industrial, acessado em 2 de outubro de 2010.

Geografia

FAZENDA, Ivani. **O Que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, M.H.; VLACH, V. R. **Geografia escolar: relações e representações da prática social**.

CAMINHOS DE GEOGRAFIA, INSTITUTO DE GEOGRAFIA – UFU, vol. 5, fev. 2002.

MORAES, A. C. R. **Geografia – Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1996. NETO,

F. Borges. **A geografia escolar do aluno EJA: caminhos para uma prática de ensino**, 2008.

ZAMBONE, Gisele. **O processo de avaliação nas aulas de geografia**. *Rev. Bras. Educ. Geog.*, Campinas, v. 2, n. 4, p. 129-149, jul./dez., 2012.

Filosofia

- ARROYO, M. G. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública.** IN: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. e GOMES, N. (orgs.) **Diálogos na educação de jovens e adultos.** 2.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB 11/2000.** Brasília, 2000. HOFFMANN, J.M.L. **A avaliação mediadora: uma prática em construção pré-escola à universidade.** Porto Alegre: Educação e Realidade,1999.
- LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2006. PAIVA, V.P. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos.** 6.ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artmed, 1999.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). **História da cidadania.** 3.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

Sociologia

- ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos.** Novas Leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.
- BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul: A construção de um Estado.** v. 1 Regionalismo e Divisionismo no Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS, 2009.
- BORGES, M. C.; OLIVEIRA, V. W. N. (Orgs.) **Cultura Trabalho e Memória: Faces da Pesquisa em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: UFMS, 2006.
- BRASIL.Ministério da Educação. **Base Nacional Comum.** Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> (acessado19/08/2015).
- BRASIL. **Parecer n. 5, de 04 de maio de 2011.** Ministério da Educação/MEC. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília. DF.
- _____. **Resolução n. 2, de 30 de janeiro de 2012.** Ministério da Educação/MEC. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília.DF.
- CARVALHO, J. M. **A Cidadania no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar,1975.
- FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1983.
- GIDDENS, A. **A sociedade global.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1993. GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.** Rio de Janeiro: Record,1997.
- LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Zahar. 1986. MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** São Paulo: Contexto, 2008.
- MORAN, José. **Mudar a forma de ensinar e de aprender: transformar as aulas em pesquisa e comunicação presencial-virtual.** Revista Interações, São Paulo, 2000. vol. V, p.57- 72. (http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_educacao/uber.pdf) OLIVEIRA, V. W. N. **Estrada Móvel, Fronteiras Incertas: Os trabalhadores do Rio Paraguay (1917-1926).** Campo Grande: UFMS, 2005.
- TAYLOR,C. (Org.). **Multiculturalismo: examinando a políticado reconhecimento.** Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- TRINDADE, H. (Org.). **O Positivismo: teoria e prática.** 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.** Resolução CEB Nº 2, de 7 de abril de 1998.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

D.O.U. de dezembro de 1996.

_____. REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A
EDUCAÇÃO. 1.

Conhecimento de mundo. Ministério de Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARON, Lurdes (Org.). **O Ensino Religioso na Nova LDB**. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997. (Coleção ensino religioso escolar. Série Fundamentos)

CATÃO, Francisco A. C. **A Educação no Mundo Pluralista: por uma Educação de Liberdade**. São Paulo: Paulinas, 1993.

FERNANDES, Maria Madalena S. **Afinal, o que é o Ensino Religioso? Sua identidade própria em contraste com a Catequese**. São Paulo: Paulus, 2000.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. **Ensino Religioso: Perspectivas Pedagógicas**. 2. ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 1995. (Coleção ensino religioso escolar. Série Fundamentos)

_____. **O Ensino Religioso no Brasil: Tendências, Conquistas, Perspectivas**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995. (Coleção ensino religioso escolar. Série Fundamentos)

GOMES, Suzana dos Santos. A avaliação no ensino religioso escolar: perspectiva processual. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 124-128, 2º sem. 2003. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/605>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

GRUEN, Wolfgang. **O Ensino Religioso na Escola**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994. (Coleção ensino religioso escolar. Série Fundamentos)

JUNQUEIRA, Sérgio. **O Desenvolvimento da Experiência Religiosa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995. (Coleção ensino religioso escolar. Série Fundamentos)

_____. **O Processo de Escolarização do Ensino Religioso no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

LUCKESI, C. C. Verificação ou avaliação: o que pratica a escola? In: Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO RELIGIOSO. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1997. PERRENOUD, Philippe. Praticar uma avaliação formativa. In: Construir as competências desde a Escola. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. p. 66.

MATO GROSSO DO SUL. **Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino/MS - Ensino Fundamental**. Secretaria de Estado de Mato Grosso do Sul, 2008.

_____. **Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino/MS - Ensino Fundamental**. Secretaria de Estado de Mato Grosso do Sul, 2012.

SOUZA, Rita de Cássia de. **Direitos Humanos e Ensino Religioso: uma construção para a cidadania**. Dissertação (mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, RS, 2011.

VIESSER, Lizete Carmem. **Um Paradigma Didático para o Ensino Religioso**. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994. (Coleção ensino religioso escolar. Série Fundamentos)